

Coleção  
Sujeito & Perspectiva  
Vol. 1



(Orgs.)  
Gunter Axt  
Ricardo Vaz Seelig  
Sirlei Teresinha Gedoz  
Omar Luiz de Barros Filho  
Sylvia Bojunga Meneghetti

# Julio de Castilhos

e o paradoxo republicano

O livro *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*, é o volume de estréia da Série *Sujeito & Perspectiva*. Trata-se de uma obra coletiva que aproxima historiadores brasileiros e estrangeiros em torno do debate sobre este controvertido protagonista da República, entre fins do século XIX e inícios do século XX, que marcou indelevelmente a História e a cultura política sul-rio-grandenses. O leitor encontrará aqui o diálogo entre teses já clássicas da historiografia e novas abordagens, com ênfase nas pesquisas recentes que vêm sendo desenvolvidas sobre o período da institucionalização republicana no Estado do Rio Grande do Sul. Os 17 colaboradores desta obra analisam temas diversos atinentes ao personagem e às conseqüências de sua ação política: a vida estudantil do



Julio  
de  
Castilhos  
e o paradoxo  
republicano



**Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Procuradoria-Geral de Justiça**

Procurador-Geral de Justiça  
**Eduardo de Lima Veiga**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos  
**Ivory Coelho Neto**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos  
**Daniel Sperb Rubin**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais  
**Marcelo Lemos Dornelles**

Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Armando Antônio Lotti**

Subcorregedor-Geral do Ministério Público  
**Ruben Giugno Abruzzi**

Chefe de Gabinete  
**Isabel Guarise Barrios Bidigaray**

Secretário-Geral  
**Julio Cesar Finger**

**Equipe do Memorial do Ministério Público**

Alvaro Walmrath Bischoff  
Cíntia Vieira Souto  
Gládis Pereira Machado  
Marcelo dos Santos Dias  
Sonia Beatriz da Silva Pinto

**Estagiário em História**  
Beneme Pinheiro Reiss

**Coleção  
Sujeito & Perspectiva  
Vol. 1**

**(Orgs.)  
Gunter Axt  
Ricardo Vaz Seelig  
Sirlei Teresinha Gedoz  
Omar Luiz de Barros Filho  
Sylvia Bojunga Meneghetti**

**Julio  
de  
Castilhos  
e o paradoxo republicano**

**Porto Alegre, 2011**

Organização: Gunter Axt, Omar Luiz de Barros Filho, Ricardo Vaz Seelig,  
Sirlei Teresinha Gedoz, Sylvia Bojunga Meneghetti

Revisão: Bárbara de Castro Peña e Sonia Beatriz da Silva Pinto

Seleção de Imagens: Luiz Armando Capra Filho

Produção Cultural: Márcia Dias, Mário Rozano e Pedro Longhi (Telos)

Apoio Executivo: Rosemeri Süffert Fogaça

Editoração Eletrônica: Niura Fernanda Souza e Marcelo dos Santos Dias

Impressão: Gráfica EPECÊ

Capa e projeto gráfico: Cláudio Santana

Reservados todos os direitos de publicação ao Memorial do Ministério Público

J94 Julio de Castilhos e o paradoxo republicano/org. Gunter Axt.  
...(et al.). - Porto Alegre: EPECÊ, 2011.  
290 p.: 16,0 x 23,0 cm. -(coleção Sujeito & Perspectiva, v .1)

Artigos apresentados no "Seminário Internacional Raízes  
Centenárias: o legado de Júlio de Castilhos", realizado em  
outubro de 2003.  
inclui bibliografia e notas.

1. Rio Grande do Sul - política e governo. 2. Rio Grande do  
sul - história. 3. Políticos gaúchos. 4. Castilhos, Júlio de -  
biografia. I. Axt, Gunter, org.

CDU 321(816.5)  
981.65"1860/1903"

CIP - Catalogação na fonte: Paula Pêgas de Lima CRB 10/1229

# Sumário

Apresentação .....	7
Palavra da Coordenação .....	9
Introdução .....	11
Esboço Biográfico de Julio de Castilhos <i>Miguel Frederico do Espirito Santo</i> .....	19
Castilhismo: uma filosofia da República – atualidade de doutrina de Julio de Castilhos, no centenário da sua morte <i>Ricardo Vélez Rodriguez</i> .....	31
O castilhismo e o fator internacional <i>Ana Luiza Setti Reckziegel</i> .....	47
O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista <i>Joseph L. Love</i> .....	71
Julio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo <i>Helga I.L. Piccolo</i> .....	85
O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica <i>Maria Medianeira Padoin</i> .....	95
Origens do direito do trabalho no Brasil: o legado castilhista <i>Ana Maria Machado da Costa</i> .....	105
Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder <i>Gunter Axt</i> .....	113

O castilhismo e a colônia alemã <i>René E. Gertz</i> .....	131
Imigração e coronelismo: estruturas de poder na Primeira República gaúcha <i>Isléia Rossler Streit</i> .....	161
Julio de Castilhos: carisma e administração <i>Nelson Boeira</i> .....	181
Julio de Castilhos e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul <i>Eliane Colussi</i> .....	187
Política e organização da educação sob o castilhismo <i>Berenice Corsetti</i> .....	199
Julio de Castilhos e a campanha abolicionista <i>Margareth Marchiori Bakos</i> .....	213
O jornal A Federação e seu papel político <i>Miriam de Souza Rossini</i> .....	225
Julio de Castilhos e Fernando Gomes <i>Miguel Frederico do Espírito Santo</i> .....	237
Apontamentos sobre a relação de Julio de Castilhos com os militares <i>Coralio Bragança Pardo Cabeda</i> .....	251
Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e perfil (parcial) de um acervo <i>Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos</i> .....	259
O Museu Julio de Castilhos e a construção da memória <i>Nara Machado Nunes</i> .....	269

## Apresentação

**É** com grande satisfação que apresentamos a segunda edição de *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. A obra é o resultado de um seminário ocorrido em outubro de 2003 no Memorial do Ministério Público. As palestras proferidas por renomados especialistas nacionais e internacionais foram publicadas em forma de livro em 2005. O esgotamento da primeira edição, a relevância do tema e a constante procura motivaram essa segunda edição.

A tarefa do Memorial do Ministério Público é o resgate da memória institucional.

Contudo, não é possível separar a história do Ministério Público da história do nosso Estado do Rio Grande do Sul. A presença de promotores no Rio Grande do Sul remete ao Império. Durante a Revolução Farroupilha, evento emblemático para a identidade gaúcha, havia promotores denunciando os revolucionários.

O Ministério Público institucionalmente surgiu na época de Julio de Castilhos, a República Velha. Apesar da organização incipiente e da dependência em relação aos poderes Executivo e Judiciário, representou etapa importante na consolidação da Instituição, tanto que foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, herdeiro político de Julio de Castilhos, que redigiu, em 1920, o primeiro Regulamento do Ministério Público Estadual. Assim, conhecer a cultura política sul-rio-grandense na passagem do Império para a República, da qual Julio de Castilhos foi personagem chave, também significa conhecer a evolução da Instituição ministerial.

Eduardo de Lima Veiga  
Procurador-Geral de Justiça



## Palavra da Supervisão

O livro Julio de Castilhos e o paradoxo republicano foi o volume de estréia da Série Sujeito & Perspectiva. Trata-se de uma obra coletiva que aproxima historiadores brasileiros e estrangeiros em torno do debate sobre esse controverso protagonista da república, entre o fim do século XIX e o início do século XX, que marcou indelevelmente a história e a cultura política sul-rio-grandense. O leitor encontrará aqui o diálogo entre teses já clássicas da historiografia e novas abordagens, com ênfase nas pesquisas recentes que vêm sendo desenvolvidas sobre o período da institucionalização republicana no Estado do Rio Grande do Sul.

Os 17 colaboradores dessa obra analisam diversos temas atinentes ao personagem e às consequências de sua ação política: a vida estudantil do líder republicano, os fundamentos filosóficos do castilhismo, seu engajamento na propaganda abolicionista, a dimensão carismática do líder, seu entendimento da imprensa, as conexões internacionais estabelecidas pelo governo Castilhos, o sistema de relações de poder da época, a influência na conformação do direito trabalhista, o convívio político com os imigrantes no Estado, as relações do castilhanismo com a maçonaria e o Exército Brasileiro, a política educacional implementada por Castilhos, e, finalmente, uma história do acervo do Museu Julio de Castilhos. Esse livro oferece aos leitores uma perspectiva contemporânea diversificada do papel histórico de Julio de Castilhos.

Uma das atribuições do Ministério Público por comando constitucional é zelar pela proteção do patrimônio histórico e cultural. Cremos que tal tarefa não se limita apenas à fiscalização e à instauração de inquéritos e ações civis públicas em caso de dano. Promover discussões sobre a história e a cultura e proporcionar o acesso da comunidade a esses debates também se incluem nessa atribuição. Nesse sentido, o Ministério Público, por intermédio do seu Memorial, tem se dedicado há mais de uma década, tanto ao resgate da história institucional, quanto ao cultivo e divulgação da história rio-grandense.

Julio Cesar Finger  
Procurador de Justiça  
Secretário-Geral do Ministério Público  
Supervisor do Memorial do Ministério Público



# Introdução

*Gunter Axt (GTHP-ANPUH)*

*Omar Luiz de Barros Filho (Laser Press)*

*Sirlei Teresinha Gedoz (GTHP-ANPUH; UNISINOS)*

*Sylvia Bojunga Meneghetti (Laser Press)*

**E**ste livro é o resultado de uma longa trajetória que articulou diversos parceiros, em especial o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a empresa de comunicação Laser Press, o Grupo de Trabalho em História Política da Associação Nacional de História (GTHP-ANPUH-RS), historiadores e pesquisadores da cultura política sul-rio-grandense – radicados ou não no Estado –, produtores culturais e o banco de fomento econômico e social Caixa RS, patrocinador dessa obra por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Trata-se, portanto, de uma obra coletiva que é produto de um esforço conjunto, costurado por uma enriquecedora experiência de rede.

A edição do livro está diretamente relacionada à organização, em outubro de 2003, do Seminário Internacional *Raízes centenárias: o legado de Julio de Castilhos*, então promovido pelo Memorial, pela Laser Press e pelo GT, com apoio de importantes universidades, como a Unisinos e a UERGS, e, na oportunidade, patrocinado pelo Banrisul.

A idéia de realização de um evento dessa natureza e desse porte nasceu da percepção de que Julio Prates de Castilhos constituía-se em personagem chave para a compreensão da cultura política sul-rio-grandense e brasileira que plasmou a passagem do Império para a República. Além disso, verificava-se que muito embora diversos trabalhos recentes dessem conta de abordagens inovadoras sobre este personagem, tanto numa perspectiva temática quanto teórica, esta reflexão permanecia um tanto dispersa. Assim, pretendeu-se estabelecer um fórum de debates sobre Julio de Castilhos, sua época e seu legado para os pósteros, à luz tanto de interpretações já clássicas quanto das novas pesquisas produzidas por diligentes pesquisadores.

A formação da rede de parceiros que oportunizou a organização do seminário em 2003 e a edição desse livro em 2005 merece registro, motivo pelo qual pedimos licença ao leitor para historiar-la brevemente.

### **Formando parceiros, construindo o Seminário**

A história da organização do Seminário Internacional *Raízes centenárias: o legado de Julio de Castilhos* precisa ser contada de diversas perspectivas, pois o evento foi o resultado de iniciativas paralelas e originalmente sem contato que confluíram, em um certo momento, com notável espontaneidade. Irmanaram-se nessa empreitada diversos agentes: o meio acadêmico, a iniciativa privada, empresas públicas comprometidas com o desenvolvimento social e um centro cultural que, dentre outras novidades, destaca-se por promover cultura de qualidade para toda a sociedade sob o patrocínio de uma instituição operadora do Direito – o Ministério Público –, cuja atividade-fim, em princípio, não compreenderia ações no campo da gestão cultural.

De parte do meio acadêmico, este trabalho remonta ao dia 18 de julho de 2002, quando, durante o *VI Encontro Estadual da ANPUH*, Núcleo do Rio Grande do Sul, realizado na Universidade de Passo Fundo (UPF), reuniu-se o GT-HPRS, elegendo, por aclamação, uma nova coordenação, integrada pelos historiadores Gunter Axt e Sirlei Teresinha Gedoz.

A ANPUH é uma entidade que reúne historiadores de todo o País. Organiza-se por meio de uma direção nacional e diretorias regionais. Suas atividades científicas distribuem-se também pelos grupos de trabalho temáticos, estruturados nacional e regionalmente. A cada dois anos, a Associação promove um grande Simpósio Nacional, que já caminha para a XXIII edição e mobiliza atualmente mais de cinco mil historiadores. Nos anos intercalados, os núcleos costumam convocar encontros regionais. A ANPUH possui duas publicações científicas seriadas, a *Revista Brasileira de História* e a revista eletrônica *História Hoje*, além de editar boletins informativos nacionais e regionais. A entidade apóia, ainda, diversas publicações e eventos científicos em todo o País. Em que pese seja ainda pouco conhecida fora do campo dos historiadores e muito embora se concentre mais nas atividades científicas da área e, ainda, bem menos na representação e promoção dos interesses profissionais da categoria, ou na defesa dos interesses da cidadania no campo do patrimônio histórico, a ANPUH possui um extraordinário potencial de mobilização de um importante segmento formador de opinião no País.

Apesar de estarem regidos por um regulamento geral que estabelece diretrizes e condições de funcionamento, os grupos de trabalho temáticos podem atuar em relação às diretorias com margem própria de criatividade na promoção

das atividades abrigadas em sua alçada. A principal função dos GTs é oportunizar e promover o debate científico e historiográfico no que respeita ao seu tema de foco. A adesão aos GTs não é obrigatória ou compulsória para os associados, pois, sendo uma reunião espontânea de pesquisadores com interesses científicos convergentes, muitos associados podem não atuar nos GTs, ou podem, até, participar de mais de um ao mesmo tempo. Da mesma forma, as atividades de muitos GTs estão franqueadas a eventuais não-sócios interessados no debate científico estabelecido.

A nova coordenação do GTHP-RS teve por desafio central a sua reativação. Tratava-se de um dos grupos melhor organizados no País e cuja implantação, na esfera regional, fora pioneira. Em 1997, o GTHP-RS promoveu um importante seminário, debatendo novas pesquisas em andamento, no auditório do Solar dos Câmara, da Assembléia Legislativa. As comunicações apresentadas nesse seminário foram reunidas em um número especial da revista *Logos*, de maio de 1999, editada pela ULBRA e organizada pelos Professores Cláudio Pereira Elmir e Loiva O. Félix. Infelizmente, depois dessa iniciativa de fôlego, o grupo se desmobilizou. Não obstante as coordenações continuassem sendo eleitas e formadas durante os Encontros Estaduais da ANPUH, não há, salvo engano, mais registros de novas reuniões do grupo, cuja produção se dispersou.

A primeira providência se deu no sentido de retomar os encontros do grupo. Reuniões periódicas passaram a ter lugar nos sábados pela manhã nas dependências do Memorial do Judiciário ou do Memorial do Ministério Público. Por esta gentil acolhida, cabe aqui o nosso sincero agradecimento ao Desembargador Pedro Henrique Particheli Rodrigues e a Mestra Mary da Rocha Biancamano, Coordenadores do primeiro, e ao Procurador de Justiça Ricardo Vaz Seelig, Coordenador do segundo. Como esses encontros passaram a ser realizados na zona central da Capital gaúcha e em centros culturais, foram acompanhados por estudantes e historiadores menos habituados aos ambientes formais da academia e, inclusive, não-associados à ANPUH. De um modo geral, debateu-se trabalhos de colegas, de dissertações a teses de doutorado recentemente defendidas. Em seguida, com o objetivo de integrar melhor um grupo de pesquisadores que se distribuía por vários pontos do Estado, criou-se uma lista eletrônica que está até agora em uso.

Nos dias 11 e 12 de setembro, entendendo ser fundamental aprofundar o debate sobre estratégias de gestão de projetos de memória institucional – tema momentoso no Rio Grande do Sul, em virtude da proliferação de memoriais e

centros de memória – e confiando na conveniência do estreitamento dos canais de interlocução entre a reflexão acadêmica e a sociedade em geral, o GT organizou em parceria com o Memorial do Judiciário o *I Seminário Política de Memória Institucional e Historiografia*. O evento, que contou com a presença de ouvintes e palestrantes do Rio Grande do Sul e de outros Estados, teve lugar no antigo salão do Tribunal Pleno, no Palácio da Justiça, em Porto Alegre, contabilizando cerca de 150 inscritos. O Memorial do Judiciário compilou os anais do Seminário em um cd e publicou palestras e comunicações em diversos números da revista *Justiça & História*.

Nos dias 5 e 7 de novembro, o GT promoveu, em parceria com a UNISINOS, no campus dessa Universidade, em São Leopoldo, sob direção da Prof<sup>a</sup>. Eloísa Capovilla da Luz Ramos, o pré-simpósio *Julio de Castilhos: a personagem, a ação e a representação*. Tratou-se de uma reunião interna, com a presença de vários pesquisadores vinculados ao grupo, mas extensiva, também, aos estudantes universitários. Tinha por objetivo central o aquecimento dos debates sobre o líder republicano Julio de Castilhos, cujo falecimento completaria 100 anos em 2003 e cuja importância para a História e a identidade sul-rio-grandenses ressalta inequívoca.

O interesse despertado por este pequeno evento preparatório e a qualidade dos trabalhos ali apresentados animou a seqüência do projeto de organização de um seminário maior. A idéia foi prontamente acolhida pelo Memorial do Ministério Público, que pretendia ampliar o diálogo com a sociedade em torno da cultura e da História gaúchas. O evento foi, assim, programado para outubro de 2003.

Quando se iniciaram os contatos com os membros do GT e demais palestrantes convidados, descobriu-se que outras iniciativas similares estavam em curso. Dois encontros coletivos, no auditório do Solar dos Câmara e na reitoria da UERGS, objetivaram, então, unificar as iniciativas em preparação. Desses entendimentos, resultou uma parceria entre o GTHP-RS, o Memorial do Ministério Público, a UERGS, a empresa de comunicação e produção cultural Laser Press, a Unisinos, o Bannrisul e o IEL – Instituto Estadual do Livro, da Secretaria de Estado da Cultura.

A adesão do Bannrisul, como patrocinador, pela via do projeto da Laser Press, permitiu a qualificação do evento e a ampliação de seu horizonte temático. Foi possível, então, agregar à programação as participações de dois importantes estudiosos estrangeiros. Um deles foi o brasileiro norte-americano, Joseph Love,

professor emérito da Universidade de Illinois, autor de uma obra de referência sobre a história política e econômica do Rio Grande do Sul, *O Regionalismo Gaúcho*, publicada pela editora da Stanford University. O outro foi o professor colombiano radicado no Brasil, Ricardo Vélez Rodríguez, hoje na Universidade Federal de Juiz de Fora.

A idéia de organização de um evento internacional sobre Julio de Castilhos brotou na Laser Press, também no decorrer de 2002, em decorrência da percepção de que a importância de Julio de Castilhos para a cultura política sul-rio-grandense, presente e passada, parecia pouco traduzida para um público mais amplo, localizado para além dos territórios acadêmicos, mas que se interessava ardentemente pelo debate sobre a identidade gaúcha. Constatava-se que, muito embora o nome Julio de Castilhos fosse empregado a ruas, praças, avenidas e instituições oficiais de guarda da memória, a reflexão em torno do significado histórico da vida e da ação dessa personagem era muito pouco sistematizada do ponto de vista de uma comunicação didática com a cidadania. Intuíam, ainda, os profissionais da Laser Press, estar o intercâmbio intelectual entre historiadores gaúchos e brasilianistas estrangeiros defasado pela ausência de um contato mais sistemático. Percebia-se, finalmente, que os temas próprios da memória e da História gozavam de extraordinária receptividade entre os gaúchos, o que, portanto, justificaria um evento internacional de corte acadêmico, mas dirigido a um público mais amplo.

Nasceu, destarte, o seminário internacional *Raízes centenárias: o legado de Julio de Castilhos*, que aconteceu no dia 24 de outubro no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael e, na semana seguinte, entre os dias 29 e 31 de outubro, no auditório do Palácio do Ministério Público, sediado em um prédio do século XIX, magnificamente restaurado e carinhosamente apelidado pelos porto-alegrenses de “Forte Apache”, onde também funciona o Memorial. Numa oportunidade rara de se ver, a reflexão de caráter acadêmico própria do campo da História transpunha os limites das universidades e se instalava no centro de convenções do Hotel Plaza e numa jovem instituição cultural, com ares de grande produção, mas com inscrições gratuitas. Com mais de 350 inscritos, o seminário internacional sobre Julio de Castilhos superou a média de público de muitos eventos produzidos no campo mais estritamente acadêmico, revelando-se um sucesso de audiência e animando vivo interesse na imprensa da Capital.

A formação dessa rede de parceiros constituiu um proveitoso modelo, não necessariamente usual, tanto no campo da gestão cultural, quanto no meio acadêmico, constituindo-se em referência no Rio Grande do Sul. O conceito foi

reeditado no ano seguinte, quando se produziu um seminário internacional sobre Getúlio Vargas, reunindo os mesmos parceiros no núcleo da comissão organizadora: a Laser Press, o GTHP e o Memorial do Ministério Público. Este segundo evento incorporou ao calendário cultural da cidade os seminários históricos realizados no Hotel Plaza São Rafael. O interesse do público seria ainda maior, assim como a relação de convidados de outros Estados foi mais extensa. Assim como o conteúdo das comunicações apresentadas no seminário sobre Julio de Castilhos converteu-se neste livro, as palestras proferidas no seminário sobre Getúlio Vargas devem conformar-se também em uma publicação, que será o segundo volume dessa série editorial que hora se inaugura.

### **O Livro**

Os trabalhos de organização dos anais iniciaram-se logo após o término do seminário sobre Julio de Castilhos. As parcerias inicialmente costuradas para a viabilização da edição não se confirmaram, importando num atraso em nosso cronograma original. A alternativa foi, então, cadastrar o projeto de edição junto ao Ministério da Cultura. Aprovado em novembro de 2004, o projeto suscitou o interesse da Caixa RS, instituição financeira de fomento cuja ação cultural vem se destacando pelo investimento em projetos com conteúdo analítico, contribuindo, inclusive, na formação de um importante paradigma para a gestão cultural.

O patrocínio da Caixa RS permitiu-nos evoluir da idéia original de edição dos anais para este livro. A edição recebeu tratamento gráfico sob os cuidados da Editora Nova Prova. O tratamento dado a esta edição traduz o entendimento dos organizadores de que temas tradicionais da historiografia podem e devem ser permanentemente reinterpretados a luz das novas abordagens, muitas das quais, inclusive, tipicamente revisionistas. Isto é, modernidade, tradição e crítica independente podem conviver de maneira enriquecedora e complementar, o que é fundamental para um País que pretende, um dia, se afirmar como nação desenvolvida, agregando valor ao mundo sem ofender sua identidade própria. O cuidado com o projeto gráfico também pretende chamar a atenção para o destaque que os gaúchos costumam dar aos temas relativos à memória e à História, os quais constituem, cada vez mais, em importante veio para o mercado editorial.

O conteúdo foi acrescido com uma biografia de Julio de Castilhos, para ajudar a situar o leitor, redigida pelo Procurador de Justiça Miguel Frederico do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Ilustra a edição um caderno iconográfico, reunindo imagens do biografado e sobre o seminário internacional de 2003.

Os textos aqui reunidos mantêm, em geral, uma relação de identidade com o seminário de 2003. Por esse motivo, perceberá o leitor que os artigos preservam aspectos da oralidade própria dos seminários acadêmicos. Os textos estão dispostos na ordem em que foram apresentados no seminário *Raízes Centenárias: o legado de Julio de Castilhos*, embora nem todas as comunicações constantes na programação original encontrem-se aqui reproduzidas, pois alguns palestrantes preferiram assumir outros compromissos, dando destino diverso aos seus textos.

Portanto, se este livro não tem a pretensão de esgotar as reflexões sobre Julio de Castilhos, ele certamente oferece ao leitor um excelente retrato da moderna produção acadêmica sobre este importante personagem histórico, ao mesmo tempo em que reúne alguns estudos já clássicos. Outrossim, compete sublinhar que este livro condensa num único espaço a produção de alguns dos mais celebrados e titulados historiadores gaúchos, representativos de diversas universidades e centros de estudos, da Capital e do interior. Iniciativas como esta, acreditamos, contribuem enormemente para aprimorar o debate coletivo sobre temas candentes da nossa História e da nossa identidade cultural.

O leitor pode conferir a novidade das abordagens sugeridas já pelos títulos. Ricardo Vélez Rodríguez trata dos fundamentos filosóficos do castilhismo e da relação dessa corrente de pensamento e ação com a doutrina positivista. Ana Luiza Reckziegel enfoca as relações internacionais do castilhismo, especialmente com o Uruguai, ao final do século XIX e início do século XX, numa perspectiva altamente inovadora. Joseph Love, autor de um dos clássicos mais consagrados da historiografia sobre o Rio Grande do Sul, procura fazer um balanço do sistema político de Castilhos na perspectiva de um brasilianista cujos estudos sobre a matéria foram pioneiros e influenciaram gerações de historiadores. Helga Landgraf Piccolo trata de uma questão específica e inédita ao estudar a participação de Castilhos na imprensa acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo. As relações entre o castilhismo e a formação do Direito do Trabalho são exploradas por Ana Costa. Um esforço de síntese diacrônica propondo interpretações revisionistas marca o texto de Gunter Axt, também resultado de pesquisas recentes sobre o sistema de relações de poder da época e sobre a infra-estrutura econômica. Pesquisas recentes informam também o texto de René Gertz, que modifica o entendimento sobre a relação do castilhismo com as colônias alemãs no Rio Grande

do Sul. A conexão entre o sistema de relações de poder o fenômeno imigratório também é o foco de Isléia Streit, partindo de um estudo de caso sobre a colônia Saldanha Marinho. A dimensão carismática de Julio de Castilhos, bem como sua peculiar compreensão do espaço público, são tratadas com maestria por Nelson Boeira. As muito pouco conhecidas relações entre Julio de Castilhos e a maçonaria são objeto de estudo de Eliane Colussi. Berenice Corsetti nos oferece um enriquecedor panorama da política educacional concebida e implementada pelo castilhismo. Margareth Bakos, numa visão notadamente criativa, explora a militância abolicionista de Julio de Castilhos. O papel político do jornal *A Federação*, destacado veículo de propaganda governamental da época, é esmiuçado por Miriam Rossini. O jovem Julio de Castilhos, estudante no Colégio Fernando Gomes, é resgatado dos tempos mais remotos com brilhantismo por Miguel Frederico do Espírito Santo. O complexo tema das relações entre Julio de Castilhos e o Exército Brasileiro é enfrentado com notável conhecimento de causa por Coralio Cabeda. A história do acervo e da administração do Museu Julio de Castilhos enquanto espaço de construção da memória é narrada e estudada por Eloisa Capovilla e Nara Nunes.

Com este livro, estamos convencidos de estarmos oferecendo à sociedade sul-rio-grandense um exemplo bem sucedido de trabalho coletivo, tanto na organização, quanto no resultado final, que em muito contribuirá para o aprofundamento de debate acadêmico e para o melhor e mais amplo entendimento da nossa identidade regional característica.

Porto Alegre, fevereiro de 2005.

# Esboço biográfico de Julio de Castilhos

*Miguel Frederico do Espírito Santo*

Procurador de Justiça MP-RS e membro do IHGRS

Foi no ambiente da Fazenda da Reserva que Julio de Castilhos estruturou sua personalidade autoritária e adquiriu o carisma próprio dos caudilhos ao dar-se crédito a seus mais conspícuos biógrafos<sup>1</sup>. Por conseguinte, tem-se que a interpretação de Oliveira Vianna<sup>2</sup> sobre a origem do caudilho sul-rio-grandense aplica-se a Castilhos e, assim, deve-se dar curso à proposta de Tarso Genro<sup>3</sup> sobre o uso ideológico do comtismo pelo PRR de que *o positivismo não determinou, como ideologia, uma estrutura estatal autoritária. Mas deu forma ao autoritarismo que existiria independentemente dele.*

Ferreira Filho<sup>4</sup> sintetiza as principais características do caudilho do Rio Grande do Sul: *seus pendores para a política e para a militança e sua condição de homem da campanha, entre nós não se concebe um caudilho que haja; vivido sempre nos meios urbanos.*

Nessa estância de criação de gado, de cerca de 23.600 ha, na localidade de Vila Rica, em São Martinho, na época 6º distrito de Cruz Alta, Julio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860 e nela viveu no seu dia-a-dia até ser matriculado, em 1870, na escola do professor Trajano de Oliveira, em São Gabriel,

---

<sup>1</sup> ROSA, 1928: 10: "na alegria da vida rural (...) se foi formando e cristalizando o caráter de Castilhos"; FRANCO, 1967: 4: "As idéias republicanas estariam presentes, portanto, no lar do menino Júlio de Castilhos através das histórias contadas por sua mãe e da lembrança do avô farroupilha"; BARCELLOS, 1960: 48-49: "Nasceu Júlio (...) na antiga Vila Rica, (...) recebendo as impressões fortes, indeléveis - as primeiras impressões - aquelas que se não apagam nunca e assinalam definitivamente os caracteres naquele recanto (...). (...) vivendo a existência severa, rústica e frugal da fazenda gaúcha. É bem de ver que muitos traços de sua personalidade, hauri-os aí.

<sup>2</sup> OLIVEIRA VIANNA, 1987: 103 a 128: "O caudilho daquele tempo ou daquele ciclo era um paisano com a mentalidade de um homem de guerra. Era, a um tempo, soldado e pastor de gados. O tirocínio das guerras platinas foi para ele uma escola propedéutica, onde ele se preparava para os grandes deveres da vida pública: nelas ele adquiria a consciência da profunda solidariedade entre a vida privada e a vida pública, e a noção concreta dos interesses sociais, e o senso do poder público como órgão da defesa e proteção coletiva. E mais: a aptidão do mando, o sentido da autoridade e a capacidade da organização militar e, conseqüentemente, política".

<sup>3</sup> GENRO, 1980: 98.

<sup>4</sup> FERREIRA FILHO, 1953: 363.

de onde se transferiu para a escola do professor Guilherme Wellington, em Santa Maria, para concluir os estudos primários<sup>5</sup>.

Por volta de 1868, Julio, com oito anos, chamou a atenção de Lourenço de Moraes Gomes, por sua vivacidade, por contar certo uma tropa de mulas, com que passava pela Fazenda da Reserva, com destino a sua estância de Cruz Alta<sup>6</sup>.

Quando nasceu, Francisco Ferreira de Castilhos, seu pai, já tinha cinqüenta e seis anos de idade e sua mãe Carolina de Carvalho Prates, pouco depois, completaria trinta e três anos. Foi o nono filho do casal.

A vida rural e a essa fazenda e do que dela lhe coube nos sucessivos inventários, de seu pai, quando ainda não tinha onze anos de idade e, de sua mãe em 1890, sempre esteve vinculado e foi de onde, enquanto viveu, retirou os recursos para sua subsistência e a de sua família. Por morte de seu pai recebeu, entre outros haveres, três mil e novecentos hectares no campo da Boa Vista, ao sul da Reserva e pelo decesso de sua mãe, também, entre outros bens, quatro mil duzentos e dez hectares da Invernada do Cedro e duzentos e noventa e sete hectares no Campo de Fora, próximo à sede da Reserva. A Fazenda da Reserva foi adquirida por Francisco Ferreira de Castilhos em 1848 e, por força das sucessões, passou à titulariedade de Carlos Prates de Castilhos, o irmão mais velho de Júlio<sup>7</sup>.

Foi após o falecimento de seu pai que Julio de Castilhos trocou a escola da rua do Acampamento, em Santa Maria, pelo Colégio Gomes da rua Duque de Caxias, em Porto Alegre<sup>8</sup>. Na escola do Professor Fernando Ferreira Gomes, Castilhos foi colega de Assis Brasil, Joaquim Pereira da Costa, Álvaro Batista, Alcides Lima, Amaro da Silveira, Ernesto Alves, Barros Cassal e outros mais. Muitos desses estiveram juntos na Academia de Direito de São Paulo, onde Castilhos matriculou-se em 1877. Depois das histórias sobre o avô Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, estancieiro de prestígio que foi chefe farroupilha e deputado à Assembléia Constituinte da República Rio-grandense, cultivadas pela tradição familiar, a idéia de república mais lhe foi acentuada em sua estada no Colégio do professor Gomes, republicano convicto e também descendente de herói farroupilha<sup>9</sup>. O professor

<sup>5</sup> BORGES FORTES, 2000: 238-240.

<sup>6</sup> GOMES, 1966: 141.

<sup>7</sup> GOMES, 1966: 141.

<sup>8</sup> ROSA, 1958: "Castilhos começou a sentir o Rio Grande (...) mas a senti-lo através da óptica dos cientificismos, especialmente do positivismo de Augusto Comte, de quem o prof. Gomes era adepto. Gomes aproximou-o de Comte e nas concepções do filósofo francês vai encontrar pontos de apoio para opiniões pessoais".

Fernando Gomes não descuidava da pregação republicana e entre seus alunos fazia circular a *Democracia*, órgão do Partido Republicano, dirigido por Francisco Xavier da Cunha, que começou a ser publicado em Porto Alegre, em 1872. Assis Brasil, assinala Brossard, em carta de 3 de novembro de 1930, a Alberto Coelho da Cunha, lembrou que *no Colégio Gomes, em 1874, caiu-lhe na alma a segunda fagulha republicana, com a leitura da Democracia do Chico Cunha*.<sup>10</sup> Além de republicano, Fernando Gomes era positivista<sup>11</sup> e também não descurou da apresentação das idéias do filósofo de Montpellier aos estudantes de seu colégio. Lá, Julio de Castilhos ensaiou-se na redação jornalística, na revista mensal *Aurora Literária*, do grêmio dos estudantes, a *Fraternidade Escolástica*, assinando um artigo na seção *crônica*, destinada à resenha dos fatos mais importantes do mês e comentários de caráter político, social e cultural<sup>12</sup>. Nesse artigo, Castilhos, com quinze anos de idade, deixa entrever sua iniciação na reflexão sobre o pensamento de Augusto Comte. Castilhos vai para São Paulo com a estrutura de personalidade haurida na família e na vida rural, onde relevam seus traços autoritários e carismáticos e uma firme disposição de ocupar os espaços que se lhe apresentam e alcançar os objetivos a que se propõe, na feição do caudilho rio-grandense e mais, republicano e com uma visão de mundo em construção influenciada pelo positivismo comteano, que justifica adequadamente sua personalidade, e que, numa propícia convergência, lhe dão o necessário suporte para o desencadeamento de suas ações<sup>13</sup>. A passagem de Castilhos pela Academia de São Paulo foi de incessante pregação abolicionista, republicana e positivista. Em 1879, com Assis Brasil e Joaquim Pereira da Costa, funda, na Faculdade, *A Evolução*, jornal de propaganda republicana. No número inaugural, de 15 de maio de 1879, assina o

---

<sup>9</sup> O professor Fernando Ferreira Gomes era filho de Vicente Ferreira Gomes, advogado e jornalista de orientação liberal, foi deputado à Assembléia Provincial e Chefe de Polícia do Governo Farroupilha em 1836. Foi preso na Reação de Marques de Souza, em 15 de junho de 1836, e morreu, sem ter sido libertado, em 1º de junho de 1837.

<sup>10</sup> BROSSARD, 2004: 15.

<sup>11</sup> Fernando Ferreira Gomes foi para a Corte em 1845. Lá se matriculou na Escola Militar, dela se afastando após o terceiro ano e após ter entrado em contacto com as idéias de Comte, através das ciências exatas.

<sup>12</sup> FERREIRA, 1975: 76-79.

<sup>13</sup> Assis Brasil que por muitos anos foi inseparável companheiro de Castilhos, com ele rompendo em 1891, sobre seu caráter diz em 1908: "(...) Castilhos não tinha no mesmo grau as qualidades brilhantes do tribuno do Império; mas supria-as completamente com o equilíbrio da inteligência, com a tenacidade no estudo e na ação, e o que é mais importante para o êxito, abrigava no peito, constantemente, através de vicissitudes e triunfos, essa ponderada e refletida ambição de governar e de mandar, sem a qual homem algum chegará ao poder, a não ser em circunstâncias excepcionais (...)".

artigo *A Evolução*, em que, numa linguagem candente, prevê o fim da monarquia, como conseqüência irresistível das leis históricas, num raciocínio de nitida raiz positivista<sup>14</sup>. No segundo semestre de 1880, Castilhos assume a direção de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico. Ainda na Escola das Arcadas, Castilhos com os demais acadêmicos republicanos rio-grandenses fundou o *Clube 20 de setembro*, ativo na propaganda. Formado em 1881, Julio de Castilhos retorna ao Rio Grande do Sul para retomar suas atividades rurais, encetar a advocacia, estabelecendo-se com escritório em Porto Alegre e atuar na propaganda abolicionista e republicana. Foi em 1881 que o Clube Republicano de Porto Alegre se reorganiza sob a presidência de Felicíssimo de Azevedo, e Castilhos, ainda em São Paulo, em carta a Demétrio Ribeiro, manifestou sua calorosa adesão, e, já de volta, recém-formado, participou da sessão de 19 de dezembro daquele ano, pronunciando vibrante discurso de apoio ao clube e aos republicanos da província<sup>15</sup>.

À época, dominava o Rio Grande do Sul o Partido Liberal, sob o comando unipessoal de Gaspar Silveira Martins, que, embora estivesse no governo desde 1878, detinha significativa maioria na Assembléia Provincial desde 1873.

Coincidindo com o requisito básico do caudilho rio-grandense, segundo a concepção de Ferreira Filho, Castilhos era um homem do campo. Na correspondência para Honorina Costa<sup>16</sup>, ainda sua noiva, em 1882 e 1883, em diversas cartas faz referência à Reserva e à atividade rural. Honorina foi hóspede da Reserva em 1883, ano de seu casamento, de lá se despedindo em 3 de fevereiro, motivando-lhe uma saudosa e emocionada carta datada de São Martinho, aos 7 daquele mês, na qual alegava que, embora ainda tivesse o que fazer em São Martinho, precisava muito regressar para a Reserva. Na carta de 12 de fevereiro, Castilhos informava que recém havia chegado da Itapevy, *onde fui assistir à remoção do gado que lá tínhamos*<sup>17</sup> e que precisava passar três ou quatro dias na Boa Vista (fazenda que recebera da herança paterna) para *por em dia todos os meus negócios que ainda estão em certa complicação*. Julio de Castilhos e Honorina da Costa casaram-se em Pelotas em 17 de maio de 1883 e em 22 de outubro de 1884, dia em que Julinha, a primeira filha do casal completava seis meses, Júlio

---

<sup>14</sup> SOARES, 1991: 25, 44 a 47.

<sup>15</sup> DE PARANHOS ANTUNES. Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889) in *Anais do Iº Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense*, v. II, Porto Alegre: Globo, 1936: 260-261.

<sup>16</sup> CASTILHOS, 1993.

escreve para Honorina em trânsito para São Martinho. Além de Júlia, nascida em 22 de abril de 1884, o casal Julio e Honorina teve mais cinco filhos, Eugênia, Otilia, Honório, Ambrosina e Edmundo.

De abril de 1888 a agosto de 1889, Julio de Castilhos permaneceu, preso às lides rurais, na Fazenda da Reserva<sup>18</sup>, razão porque foi naquela estância que houve a reunião conspiratória contra o terceiro reinado, da qual, entre outros, além de Castilhos, participaram Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcellos, Fernando Abbot, Assis Brasil e Ernesto Alves, cujas conclusões foram formalizadas na célebre declaração, lá firmada em 21 de março de 1889, na qual juraram que não se deteriam *diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrificio inútil de nossos concidadãos* e que, *excluída essa hipótese só haveremos de parar diante da vitória ou da morte*. Durante esse período, a direção de *A Federação* foi exercida por Ernesto Alves. Ao voltar para Porto Alegre, atendendo ao apelo de seus companheiros e reassumir, publica, naquele jornal, em 5 de agosto de 1889, o artigo *No meu posto*<sup>19</sup>, no qual justifica seu afastamento por *Mais de um ano de ausência, motivada por circunstâncias de ordem puramente pessoal* e reconhece que *não devia deixar de acudir ao chamamento dos meus estimados companheiros e, portanto, do meu partido, que agora ensaia a proclamação da vitória definitiva*.

Cabeda<sup>20</sup> lembra que Castilhos *inteiramente devotado à política, a sua manutenção e da numerosa família provinha da atividade de pecuarista* e traz importante esclarecimento sobre sua atividade rural, quando analisa a venda por ele feita, através de seu sócio Francisco Lemos de Farias, de uma tropa de trezentos bois para a Charqueada do Paredão, em Cachoeira, à ordem da Casa Claussen, entre dezembro de 1899 e janeiro de 1900, cuja liquidação se deu em fevereiro de 1900.

---

<sup>17</sup> A Estância do Itapevi pertencia a José Carrilho de Revoredo Barros, cunhado de Castilhos, casado com sua irmã Rita de Cássia. A Itapevi foi desmembrada da Estância do Ivaí, cujo proprietário era Salvador Martins França, também cunhado de Castilhos, por seu casamento com sua irmã Inocência. Outros cunhados de Julio de Castilhos com propriedades nas cercanias eram Joaquim Francisco de Assis Brasil, que foi casado com Maria Cecília de Castilhos, com a estância Surtiga e Hermínio Francisco do Espírito Santo, casado com Adelaide de Castilhos, com a estância do Posto, posteriormente vendida para Marcial Terra que trocou seu nome para Estância Minuano. A Fazenda da Reserva foi adquirida por Francisco Ferreira de Castilhos em 1848 e, por força das sucessões, passou à titulariedade de Carlos Prates de Castilhos, o irmão mais velho de Julio.

<sup>18</sup> DIDONET, 1977: 57.

<sup>19</sup> CASTILHOS, 1958: 100-103.

Em 23 de fevereiro de 1882, Castilhos participa da Convenção do Clube Republicano, integrando a comissão de imprensa partidária, que projeta *A Federação*, entretanto, é a partir do 1º Congresso do Partido Republicano, em março de 1883, que Julio de Castilhos começa a se impor como expressão partidária. Na ocasião recusou sua indicação para redator de *A Federação*, sendo substituído por Venâncio Aires. No 2º Congresso, ocorrido em 10 de maio de 1884, foram estabelecidas as bases programáticas do Partido Republicano Rio-grandense<sup>21</sup>. Em 2 de março de 1885, não aceita a eleição para presidente do 3º Congresso do Partido Republicano, por *pretender interferir amiúde nos debates*. Nesse Congresso, o PRR conta com Assis Brasil eleito deputado provincial e já é notório o crescimento da liderança de Castilhos.

Em maio de 1884, Castilhos assume a direção de *A Federação*. A partir de 1884 até 1887, Castilhos desencadeia, pelas páginas de *A Federação*, forte campanha abolicionista. O momento culminante de sua atividade jornalística, entretanto, é alcançado com o manejo da *Questão Militar*, com artigos publicados entre 1886 e 1889, atraindo os militares em seu prol e a favor do pleito republicano. A *Questão Militar* resultou da proibição ministerial da livre manifestação de pensamento pelos militares. A profunda exploração da *Questão Militar* aproximou Castilhos de Deodoro e do Visconde de Pelotas. Conduz, também, com extrema perícia, a *Questão da Câmara de São Borja*, a moção plebiscitária proposta por Aparício Mariense e aprovada pela Câmara daquele município em 31 de outubro de 1887. Julio de Castilhos entregou-se integralmente à imprensa partidária, formando a reputação de polemista destro e de maior jornalista de sua grei.

O Partido Republicano Rio-grandense, nos anos da propaganda, teve a virtude de catalisar os segmentos populacionais que estavam à míngua de representação política, como as camadas médias urbanas surgidas em decorrência das transformações econômico-sociais em processamento acelerado no país após a guerra do Paraguai e que não encontraram no Partido Liberal o seu canal de representação e que se identificaram com o Partido Republicano pela associação

---

<sup>20</sup> CABEDA, 1998: 75-78.

<sup>21</sup> Em rápida síntese, de acordo com ALVES, 1994: 111-126: "a fidelidade partidária; o princípio federativo e a descentralização provincial; eliminação da Monarquia; extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado; temporariedade do Senado; ampliação do voto; liberdade de associação e de cultos; casamento civil e indissolúvel; registro civil; liberdade de comércio, indústria e ensino; abolição imediata da escravidão no Rio Grande do Sul e em cada província de acordo com seus interesses; imigração espontânea; severa economia com supressão de todas as despesas de caráter improdutivo e rigoroso controle fiscal".

da idéia de República Federativa com o ideal de *soberania popular* e pelo fascínio do novo que os republicanos propunham. Os militares, impedidos de se manifestarem politicamente. Também os criadores serranos, categoria social de onde Castilhos era oriundo, às voltas com a crise decorrente da queda da venda de mulas para Sorocaba<sup>22</sup>, buscavam alternativas através do Partido Republicano. Mário Maestri relaciona ainda comerciantes, exportadores, financistas, industrialistas, plantadores, proprietários coloniais, em geral, grupos sem representação política institucional como inclinados a aderirem ao PRR, por entenderem ser ele o interprete de suas necessidades<sup>23</sup>.

Castilhos, por falar, com decisão, a linguagem de cada uma das categorias, impôs-se e sua palavra era respeitada. Esse era o contexto quando deixa a direção de *A Federação* e a vanguarda republicana e retorna para sua propriedade rural, em abril de 1888. À Fazenda da Reserva, entretanto, face à sua incontestável liderança, ocorrem seus companheiros para o pacto de 21 de março de 1889, como já antes mencionado.

Na medida em que os fatos foram aceleradamente se sucedendo e se precipitando, a necessidade de unidade de comando ultrapassou o compromisso inaugural do tempo da propaganda, de participação simétrica e equitativa nas decisões políticas e de fiel submissão ao coletivo partidário. Nesse quadro fez-se avultar a liderança de Castilhos que, quanto mais avançava no espaço partidário, mais afloravam os traços de sua personalidade, mais sua ação se diferenciava da de seus correligionários, mais peculiarmente se definia a justificativa teórica de seus atos, até desembocar no castilhismo.

Ferreira Filho<sup>24</sup> encontra em Lucas Ayarragaray numa frase sintética, o conceito de caudilho: *Ele constitui o partido, o programa, o princípio e o fim do mesmo*.

Em agosto de 1889, quando, atendendo ao apelo de seus correligionários, que já tinham ido ao seu encontro no mês de março daquele ano naqueles *ermos de Cima da Serra, depois de um percurso difícilimo – pelo interior sombrio da serra – galgando e descendo serros íngremes*<sup>25</sup> reassume seu posto partidário,

<sup>22</sup> GOMES, 1996: 161-162: "Já era franco o declínio do opulento comércio de mulas para a tradicional feira de Sorocaba, com avultados prejuízos do Continente (...). As tropas eram compradas por preço ínfimo, ou até a prazo, e muitas vezes nem eram pagas. A criação de mulas, atingida pela crise, diminuía lentamente, até terminar a franca e positiva entressafra dos estancieros que passaram a viver só do boi, cujo negócio realizava-se no fim do verão e por baixo preço".

<sup>23</sup> MAESTRI, 2003.

num símile de *Lucius Quinctius Cincinnatus*, que abandonou seu arado para salvar Roma, pouco faltava para Castilhos tipificar-se como o caudilho de Ayarragaray. Esse pouco se deu três meses depois, a 15 de novembro.

Proclamada a República, o Visconde de Pelotas é nomeado Governador do Estado e Castilhos torna-se Secretário do Governo. Com Julio de Castilhos, o PRR assumiu o poder no Estado e tratou, desde logo, de desmobilizar a oposição. Com uma oposição forte, jamais o Partido Republicano Rio-grandense seria forte. A desmobilização da oposição importou no uso indiscriminado de atos arbitrários. Com a instauração da República, Love registra que *em nível local e estadual funcionários liberais foram demitidos em massa. Delegados, bem como comandantes de unidades da Guarda Nacional, foram exonerados*<sup>24</sup>. Em fevereiro de 1890, o Visconde de Pelotas renuncia. Castilhos, nomeado governador, recusa e propõe o nome de Júlio Frota, que assume o governo. Julio de Castilhos e Antão de Farias são nomeados vice-governadores. Sua gestão encerrou-se abruptamente no dia 1º de maio seguinte, em razão da contrariedade do PRR com a política financeira da União, especialmente com a criação dos bancos de emissão e, particularmente, com a política de repressão ao contrabando que desgostou as comissões executivas do PRR dos municípios da fronteira. Como substituto de Frota foi nomeado o general Cândido Costa e Francisco da Silva Tavares, antigo conservador, designado 1º Vice-Governador. Ausente Costa, Tavares assumiu o governo, hostilizado desde logo pelos republicanos, que, expressamente, lhe negaram apoio. Logo em seguida, Tavares renunciou. Cândido Costa tomou posse no dia 24 do mesmo mês de maio, cercado de Castilhos e dos demais próceres republicanos. Nessa ocasião, Castilhos viaja para o Rio de Janeiro, onde é homenageado pelos meios republicanos e articula-se com Deodoro da Fonseca. Voltou nomeado 1º Vice-Governador e comprometido com a candidatura de Deodoro para Presidente da República. Recém completara trinta anos de idade. Julio de Castilhos já empolga o mando unipessoal do partido e trabalha na organização da chapa de candidatos às eleições de 15 de setembro para a Constituinte Federal. A lista de nomes foi o pretexto para a dissidência, inaugurada por Barros Cassal e à qual incorporaram-se Antão de Farias e Demétrio Ribeiro, depois de eleitos deputados à Constituinte. Castilhos, em face da atitude de Barros Cassal de não figurar na relação de candidatos à Constituinte Federal de 1890,

<sup>24</sup> FERREIRA FILHO, 1953: 360.

<sup>25</sup> CASTILHOS, 1993: 20, 25.

<sup>26</sup> LOVE, 1975: 43.

frisou a necessidade da disciplina partidária, *através da voluntária submissão das minorias vencidas*. A essa altura, as conclusões de Castilhos já têm força de lei para o PRR e a depuração da direção partidária dos contestadores do chefe é uma necessidade. Entendia que para ser forte o PRR precisava ser disciplinado e apregoava que *precisamos sempre mostrar, comprovar que no Rio Grande, a situação republicana é inteiriça e não aceita a mínima transigência*<sup>27</sup>.

A Proclamação da República foi o pouco que faltava para que o Partido Republicano Rio-grandense assumisse a feição castilhista. Castilhos, a partir de então, passou a insistir no monopólio do poder para o PRR: *neste instante supremo só há lugar para um partido – o partido da consolidação da República*<sup>28</sup> e manifestava sua disposição de que *havia uma fronteira intransponível entre os republicanos e os que o não tinham sido, concluindo que a única coisa que resta aos nossos adversários é uma razoável e sincera penitência*<sup>29</sup>.

Auxiliado pelo Regulamento Alvim, de 23 de junho de 1890, que dispunha sobre o modo de serem procedidas as eleições para o Congresso Constituinte de 1890, o PRR, com os candidatos da lista de Castilhos, disputou e venceu o pleito de 15 de novembro para a Constituinte Federal. O Regulamento Alvim era bom para o partido no poder porque: a) não possibilitava a representação das minorias; b) confiava o processo eleitoral, do alistamento à apuração, às juntas municipais, nomeadas pelo Governo. Assis Brasil, em 1896, identificou o Regulamento Alvim, *um regulamento despótico*, como o vício de origem da Assembléia Constituinte de 1890/1891<sup>30</sup>. Esse regulamento substituiu o regime eleitoral censitário do Império, que também não ensejava a representatividade política.

A partir de então, a trajetória de Castilhos é uma sucessão de avanços e todas as conquistas assinaladas com a marca de sua personalidade e sua visão de mundo. Deputado à Constituinte Federal, na qual lidera o PRR e participa da Comissão dos 21, em 1890; Deputado à Assembléia Constituinte do Estado quando elabora, sem o concurso de Assis Brasil e de Ramiro Barcellos – os demais membros da comissão – a Constituição Estadual, aprovada em 14 de julho de 1891; ainda em 14 de julho de 1891, eleito Governador do Estado; deixa o governo em 12 de novembro, na esteira da reação popular contra o golpe de Deodoro; na oposição, não deu tréguas a seus sucessores, designados de *governicho*, até voltar à

---

<sup>27</sup> LOVE, 1975: 37.

<sup>28</sup> LOVE, 1975: 44.

<sup>29</sup> FRANCO, 1967: 64.

presidência do Estado, no bojo de uma insurreição patrocinada pelos republicanos, em 17 de junho de 1892, renunciando, em seguida, para disputar as eleições para a Presidência do Estado pelo voto direto, sendo eleito no pleito de 20 de novembro daquele ano, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893; a investidura de Castilhos aliada à intransigência de Silveira Martins em favor das bases aprovadas no Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892, constituiu a senha para que em 5 de fevereiro, forças comandadas por Gomercindo Saraiva e Vasco Martins, desde o Uruguai, invadissem o Brasil por Aceguá: iniciava a Revolução Federalista; que se prolonga até agosto de 1895. Em janeiro de 1898, Castilhos concluiu seu período presidencial, no qual subjugou a oposição e remodelou o Estado, reformando profundamente sua estrutura administrativa; organizou a Justiça Civil e promoveu obras buscando o desenvolvimento multilateral do Estado, na perspectiva de sua visão de mundo. Torna Borges de Medeiros seu sucessor, embora, de fato, concentre em suas mãos o mando sobre o Rio Grande, na condição de chefe do Partido Republicano Rio-grandense, até o dia de sua morte, em 24 de outubro de 1903, realizando todos os termos da equação do caudilho de Ayarragaray porque ele foi o partido, o programa, o princípio e o fim.

---

<sup>30</sup> ASSIS BRASIL, 1896: 14.

## **Referências Bibliográficas**

- ALVES, Francisco das Neves. A transição Monarquia-República no Rio Grande do Sul: um enfoque político. *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 1994.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Do Governo Presidencial na República Brasileira*. Lisboa: Nacional, 1896.
- BARCELLOS, Rubens de. Perfil de Julio de Castilhos In: *Estudos Rio-grandenses*. Porto Alegre: Globo, 1960.
- BORGES FORTES, Gabriel Pereira. *Estudos históricos e outros escritos*. Porto Alegre: EDIPLAT, 2000.
- BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*, 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004.
- CABEDA, Corálio. Julio de Castilhos e a Charqueada do Paredão. *Revista do IHGRS*, n. 133, Porto Alegre: IHGRS, 1998, p. 75 a 78.
- CASTILHOS, Julio Prates de. *Cartas de Julio de Castilhos*. Porto Alegre: AGE/IEL, 1993.
- CASTILHOS, Julio. No meu posto. In: ROSA, Othelo. *Julio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- DIDONET, Zilah Cercal. *O Positivismo e a Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891*. Santa Maria: UFSM, 1977.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no séc. XIX*. Porto Alegre: UFRGS.
- FERREIRA FILHO, Artur. Caudilhos platinos e caudilhos rio-grandenses. *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, ano 2, nº 3, Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1953, p. 363.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- GENRO, Tarso Fernando. RS, Tradição Jurídica e Relações Políticas: Um estudo introdutório in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: Dal Forno, 1966.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAESTRI, Mário. A Segunda Morte de Julio de Castilhos in *Revista Espaço Acadêmico*, n. 30, Passo Fundo: UPF, novembro de 2003.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. *Populações Meridionais do Brasil*. 3 ed. Niterói: Eduff, 1987. 2º vol.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. *O campeador Rio-grandense*. 3 ed., Belo Horizonte:

Itatiaia, 1987.

ROSA, Othelo. *Julio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROSA, Othelo. Julio de Castilhos in *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, 3ª série.  
Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/ UFRGS, 1958.

SOARES, Mozart Pereira. *Julio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991.

# Castilhismo: uma filosofia da República - atualidade da doutrina de Julio de Castilhos, no centenário da sua morte

**Ricardo Vélez Rodríguez**

Professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Instituto Brasileiro de Filosofia - São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio de Janeiro

**E**studar o castilhismo é identificar a ideologia que terminou por dar singularidade ao Brasil republicano. Porque foi ao ensejo dessa doutrina que se consolidaram as instituições do Estado Nacional, no longo período getuliano. O Brasil, após a aplicação da proposta modernizadora de inspiração castilhista por Getúlio Vargas, já não seria mais o mesmo. Superamos definitivamente, após esse ciclo, o velho arquétipo de República oligárquica que nos irmanava às outras nações herdeiras do patrimonialismo tradicional ibérico. Consolidou-se o nosso país como uma nação moderna, que aspira ao progresso e ao desenvolvimento. Superamos o velho caudilhismo, que ainda assoma em experiências políticas que pipocam aqui e acolá no universo hispano-americano. Mas, ao mesmo tempo, consolidou-se entre nós um modelo autoritário de governo, que apregoa em alto e bom som uma proposta modernizadora de feição vertical, centralizadora e tecnocrática. Como frisaram Antônio Paim e Simon Schwartzman, não superamos definitivamente o patrimonialismo, tendo desenvolvido uma versão modernizadora do mesmo, plantada no chão das práticas centralizadoras herdadas do ciclo pombalino, administradas na pesada liturgia cartorial pelos estamentos. Duas décadas após iniciarmos a abertura depois do ciclo militar, ainda a administração pública e a política se ressentem, no Brasil, da feição centralizadora e dirigista impingida pelas reformas ensejadas no ciclo getuliano. Esse é o grande repto de início de milênio: conseguiremos, nas próximas décadas, fazer amadurecer entre nós um modelo plenamente modernizador e democrático? Responder a essa pergunta significa indagar se conseguiremos superar o modelo castilhista que se institucionalizou na nossa vida republicana.

O castilhismo foi um sucesso na experiência republicana brasileira. Isso, a meu ver, porque deitou raízes na tradição pombalina, que deu ensejo às reformas modernizadoras ocorridas ao longo do Império. Não esqueçamos que foram de inspiração cientificista-pombalina as primeiras medidas desenvolvidas para dotar o país, no início do século XIX, das instituições de ensino superior. De inspiração

pombalina foi também a idéia estratégica de ocupar a hinterlândia do Planalto Central com uma nova capital, que se comunicasse por raios que saíam diretamente dela até as demais regiões. De formação pombalina foi, outrossim, a nossa elite que fez a independência de Portugal em 1822. Cientificistas foram as reformas ensejadas por Paranhos em 1874. É claro que ao lado da herança pombalina havia, na estrutura do Estado, as instituições liberais da representação e do Poder Moderador, inseridas na nossa vida política por influência dos doutrinários franceses, que inspiraram aos denominados por Oliveira Vianna de "homens de mil", aqueles que rodearam incondicionalmente dom Pedro II, numa espécie de círculo impenetrável de fidelidade ao monarca e ao modelo constitucional por ele posto em prática. A tradição cientificista do despotismo ilustrado ver-se-ia mitigada, no século XIX, pelas instituições liberais do Império.

Advinda a República após o "surto de idéias novas" que acompanhou à propaganda republicana, as novas instituições foram sendo desenhadas no contexto de uma crítica radical ao liberalismo do período imperial e no seio de múltiplas filosofias de inspiração cientificista que se contrapunham ao ecletismo espiritualista dominante durante o Segundo Reinado. O positivismo, o naturalismo, o darwinismo social, o monismo de Haeckel, o saint-simonismo, a agitação socialista inspirada nos publicistas franceses, constituíram alguns dos parâmetros conceituais à luz dos quais foram sendo pensadas as novas instituições. Mas, descontinuada a experiência de governo representativo da monarquia, as instituições republicanas passaram a se inspirar notadamente no positivismo, que constituiu a forma de cientificismo mais forte entre nós.

A respeito dessa mudança de rumos na política do país, Antônio Paim escreveu:

A República corresponde à brusca interrupção do processo de estruturação no país das instituições do sistema representativo, sob a égide da doutrina eclética segundo a qual o homem e sua obra cultural são perfectíveis ao infinito e têm assegurado a sua continuidade no tempo. Agora se acredita que o homem é determinado e determinável. Ao invés da organização do livre choque entre os interesses, passa a admitir-se que o interesse nacional pode ser fixado a partir da simples meditação científica. E se no ecletismo a moralidade era conciliatória e ambígua, atribuindo-se mesmo certo papel à Igreja Católica nessa matéria,

a elite republicana crê na moral científica. Ao longo da República Velha vigora a simples prática autoritária, isto é, o poder central elimina, com a denominada *política dos governadores*, o instituto da representação, mas mantém-se o simulacro das eleições (Paim, 1984: 101).

Diríamos que, com o advento da República, o complexo de clã (presente nas oligarquias rurais cooptadas pelo Império, mas mitigado pelo parlamentarismo e o exercício zeloso do Poder Moderador) passou a dominar sem pólo de poder que o contrabalançasse. A velha tendência patrimonialista presente na nossa história, ressurgiria ávida de privatização do espaço público ao longo da República Velha. É nesse contexto de privatização despudorada do poder na política dos governadores, que o castilhismo ocupou espaço importante, não como contrapeso que mitigasse o autoritarismo, mas como opção centralizadora que se contrapunha à tendência privatizante que, após o “encilhamento”, nos albores republicanos, prolongar-se-ia numa clara apropriação da máquina do poder, nos Estados, pelas oligarquias. O Estado, na República Velha, foi enxergado por estas como butim a ser apropriado no enriquecimento próprio e das suas clientelas. É o velho “espírito orçamentívoro” da “política alimentar”, criticado por Oliveira Vianna.

### **1) O “regime da virtude”**

Se houve um traço marcante do Castilhismo nas suas origens, foi o cultivo do ideal do “regime da virtude”. Arthur Ferreira Filho fez uma bela caracterização desse regime, com as seguintes palavras:

(Para Julio de Castilhos) a República era o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais. Aquele que se servisse da política para seu bem estar pessoal, ou para aumentar sua fortuna, seria desde logo indigno de exercê-la. Em igual culpa, no conceito castilhista, incorreria o político que usasse das posições como se usasse de um bem de família [...]. Como governante, Julio de Castilhos, imprimiu na

administração rio-grandense um traço tão fundo de austeridade que, apesar de tudo, ainda não desapareceu (Ferreira Filho, 1958: 149).

Muitos são os textos de inspiração castilhista nos quais se apregoa a *pureza de intenções* e o *desinteresse pessoal* como virtudes supremas do político. Eis o que a respeito escrevia o editorialista do jornal do Partido Republicano Rio-grandense, *A Federação*, em 7 de fevereiro de 1898:

Termina hoje o seu mandato de Presidente do Rio Grande do Sul o benemérito republicano Dr. Julio de Castilhos. Historiar o governo de Julio de Castilhos é escrever um manual de educação cívica. O eminente cidadão [...] revelou as mais altas qualidades políticas durante o seu período presidencial, qualidades que, reunidas às que patenteou como homem da propaganda, como apóstolo intransigente de uma doutrina [...] imprimem ao seu nobre caráter um tom de pureza verdadeiramente exemplar. A sua personalidade [...] é caracterizada sempre pelo mais amplo desinteresse material, pelo ódio aos sofismas com que a consciência contemporânea explica as mais funestas capitulações do dever. Em todas as páginas de sua vida [...] transluz esse culto raro da moral, esse concentrado desejo de tornar a sua ação benéfica à comunidade em que vive [...]. Hoje, no Rio Grande do Sul, graças à ação educadora de Julio de Castilhos, o povo possui uma idéia elevada dos seus deveres políticos, tem consciência nítida da sua responsabilidade, do valor do seu voto, da necessidade indeclinável da sua interferência cívica nos destinos do Estado e da Nação.

O governante, para Castilhos, tinha de ser um apóstolo republicano, missão que se exprimia na *absoluta pureza de intenções*, que equivalia à ausência de interesses materiais de índole pessoal. Somente assim poder-se-ia dar, em quem dirige a sociedade, a capacidade para perceber cientificamente o sentido da racionalidade social, que se revelava, como frisava Comte, unicamente às mentes livres dos prejuízos teológicos e metafísicos. Victor de Britto caracterizou com propriedade a concepção castilhista da política, quando frisou que, para essa

tradição,

...a autoridade saída do consentimento geral dos povos não passa de uma fórmula grotesca, cuja impotência e incapacidade para a solução dos magnos problemas, oferecidos pela civilização hodierna, dia a dia se vão afirmando na consciência dos homens esclarecidos. A obsoleta democracia foi-se com a bancarrota da metafísica. A sociedade precisa ser regida pelas mesmas leis, submetida aos mesmos métodos positivos das matemáticas e da biologia. Isso de soberania popular, de governo do povo pelo povo, são conceitos vãos, criados para estorvar a ação da autoridade no estudo das questões sociais, cuja solução só se deve inspirar na necessidade histórica e na utilidade pública (Britto, 1908: 48-49).

Encarnação do “regime da virtude” foi, em grau supremo, a figura de Julio de Castilhos. No discurso pronunciado na sessão fúnebre de 31 de outubro de 1903 para honrar a memória do Patriarca gaúcho, o jovem acadêmico Getúlio Vargas assim desenhava a estatura moral do líder republicano:

O Brasil, colosso generoso, ajoelha soluçando junto da tumba do condor altaneiro que pairava nos píncaros da glória. Julio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é grande, é grande porque é sábio, é sábio porque, quando o Brasil inteiro se debate na noite trevosa da dúvida e da incerteza, quando outros Estados cobertos de andrajos, com as finanças desmanteladas, batem às portas da bancarrota, o Rio Grande é o timoneiro da Pátria, é o santelmo brilhante espargindo luz para o futuro. Tudo isso devemos ao cérebro genial desse homem. Os seus correligionários devem-lhe a orientação política; os seus coetâneos o exemplo de perseverança na luta por um ideal; a mocidade deve-lhe o exemplo da pureza e honradez de caráter (apud Lins, 1967: 192-193).

A “pureza de intenções” castilhista traduziu-se, nos seus seguidores, numa austeridade administrativa próxima do estoicismo. Contam os biógrafos de Borges

de Medeiros que, nos seus vários governos, o Palácio Piratini não dispunha de veículo próprio, sendo alugado um carro de praça quando uma visita ilustre viesse à capital do Estado. De Pinheiro Machado se diz que chegou, em certa oportunidade, a pagar do seu próprio bolso os juros do serviço da dívida externa brasileira, num momento de “vacas magras” do orçamento. Pinheiro Machado gostava de se apresentar como “o pátio debaixo do qual se guarda a hóstia republicana”, destacando a inspiração quase religiosa que o inspirava, quando se tratava da defesa da coisa pública. O próprio senador castilhista ficou tão chateado de ser acusado de corrupto por um deputado, que o reptou a duelo nas areias da praia de Ipanema. Contrastam esses exemplos de virtude republicana com o carnaval de gastos às custas do tesouro, que causam rombos e mais rombos aos cofres da União e dos Estados, na nossa combalida história republicana contemporânea.

## **2) Um governo tutelar**

Paralela à moralidade castilhista era a índole tutelar do regime implantado por Julio de Castilhos. O cidadão era considerado, à maneira pombalina, como peça da engrenagem do Estado. Nada de direitos individuais sobranceiros à coletividade. Nada de controle da máquina do governo pela “média da opinião”, como reivindicavam os gasparistas e, posteriormente, os assististas. O poder vem do saber, não do voto. Victor de Britto caracterizou muito bem a concepção castilhista do poder, quando afirmou que para esta tradição,

...a autoridade saída do consentimento geral dos povos não passa de uma fórmula grotesca, cuja impotência e incapacidade para a solução dos magnos problemas, oferecidos pela civilização hodierna, dia a dia se vão afirmando na consciência dos homens esclarecidos. A obsoleta democracia foi-se com a bancarrota da metafísica. A sociedade precisa ser regida pelas mesmas leis, submetida aos mesmos métodos positivos das matemáticas e da biologia. Isso de soberania popular, de governo do povo pelo povo, são conceitos vãos, criados para estorvar a ação da autoridade no estudo das questões sociais, cuja solução só se deve inspirar na necessidade histórica e na utilidade pública (Brito, 1908: 48-49).

O Castilhismo partia do princípio de que a sociedade caminha inexoravelmente rumo à sua estruturação racional. Atingem-se esta convicção e os meios necessários para torná-la realidade através do cultivo da ciência social. Esta é, sobretudo, privilégio de personalidades carismáticas, que se impõem nos meios sociais nas quais se encontram. Quando uma personalidade esclarecida pela ciência social assume o governo, pode transformar o caráter de uma sociedade que levou séculos para constituir-se. A ação política de Castilhos inscreveu-se neste contexto: não consultou a opinião do povo, nem sequer indagou as condições de receptividade do meio para a sua ação, porque, impelido por um meio poderoso – visão científica da sociedade e da missão que nela lhe correspondia – soube aproveitar o concurso dos fatores determinantes e, de acordo com eles, influir nas multidões. A crise do governo representativo, para o pensamento castilhista, provém daqui: se a única alternativa para a estruturação racional da sociedade é a imposição do governante esclarecido, qualquer outro tipo de organização social que não seja o seu, tornar-se-á necessariamente caótico. Daí a feroz crítica que o castilhismo desatou contra o sistema parlamentar – sistema *para lamentar*, segundo o deputado castilhista Germano Hasslocher.

No sistema castilhista, o Executivo convertia-se num superpoder sobranceiro ao Legislativo e ao Judiciário. Competia ao Executivo (que presidia com mão de ferro o Partido Republicano Rio-Grandense, definitivamente majoritário na Assembléia e tornado, praticamente, partido único no Estado), elaborar os projetos de lei e submetê-los à apreciação dos cidadãos. Se, passados 90 dias da publicação do projeto de lei, nenhum cidadão se pronunciava contra, se identificando perante o intendente municipal, o projeto virava lei. A assembléia legislativa era puramente orçamentária e a votação das matérias nela discutidas deveria ser efetivada mediante o mecanismo do *voto a descoberto*. A sua missão não consistia em legislar, mas em votar o projeto de gastos que o Executivo lhe apresentava. E o Judiciário ficava em mãos do Executivo, ao serem os seus membros nomeados pelo Presidente do Estado, segundo dispunha a Constituição gaúcha de 14 de julho de 1891 (artigos 7 a 11, 21 e 31 a 33), de autoria de Julio de Castilhos.

É bem verdade que Castilhos aqui não inovou. Seguiu o modelo elaborado por Augusto Comte, na sua proposta de *ditadura científica*. Acerca da inspiração comteana de Castilhos, escreveu Rubens de Barcelos:

Enquanto muitos republicanos permaneceram embalados ao ritmo da Marselhesa, alimentando o espírito com a ideologia

revolucionária dos convencionais franceses, exaltados celebrantes de uma forma de soberania popular que entrega os governos aos azares da opinião flutuante, transformando-os de órgãos diretores da sociedade, que devem ser, em meros executores da vontade indisciplinada das correntes ocasionais; enquanto outros, fiéis a Montesquieu, quedaram-se na obsessão das garantias da divisão tripartidária dos poderes, e procuraram nos federalistas americanos o ensino doutrinário, Castilhos achou na meditação da obra de Comte e na observação dos fatos históricos a fórmula mais capaz de resolver, de um ponto de vista humano, o insanável problema político (*apud* Paim, 1984: 107-108).

É evidente que não apenas Castilhos se inspirava na obra de Comte. As correntes do *Apostolado Positivista* e do *Positivismo Ilustrado* também o fizeram. Mas tanto Apostolado quanto Positivistas Ilustrados privilegiavam a educação das mentes e das vontades no método positivo, como caminho para a implantação da sociedade racional, enquanto que Castilhos inverteu a equação: tratar-se-ia, para garantir a regeneração da sociedade, primeiro de instaurar um regime forte, que, em segundo lugar, educasse os cidadãos. O Castilhismo foi, assim, um modelo de tutoria política, muito mais estatizante que as demais vertentes do positivismo.

Comte inspirou-se, para a proposta da *ditadura científica*, na figura de Napoleão Bonaparte, que na Constituição francesa de 1802 sistematizou o modelo de *ditadura esclarecida dos Cônsules* que, no sentir de Comte, salvou a França da instabilidade revolucionária. Vale a pena nos determos uns momentos na análise do arquétipo bonapartista, que deu ensejo aos vários modelos de *ditadura científica* que foram tentados ao longo do século XIX, inclusive no Rio Grande do Sul.

Inoperante a representação política no modelo napoleônico, a Nação ficava sem instrumentos para exigir dos membros do Governo a mínima responsabilidade. Os Cônsules e os seus Ministros viraram espécies de semideuses, irresponsáveis perante a sociedade e inatingíveis. A França caminhava na contramão da história dos países nos quais houve um amadurecimento da representação, como a Inglaterra. A respeito, Necker escrevia:

A responsabilidade dos Ministros na Inglaterra é algo real e bem concreto. Mas tudo é diferente na França. Hoje, tudo caminha em sentido contrário. Nada de Câmara dos Pares, que

se imponha pelo seu caráter hereditário. Nada de assembléia política representativa da Nação. Nada de Parlamento, enfim, enraizado no espírito e no coração do povo. E além do mais, nenhuma liberdade para escrever, para opinar sem pautas e sem tutores. Como, com uma tal distribuição política, com uma desproporção tão marcante entre a autoridade Executiva e todas as outras autoridades, ousaria alguém acusar um Ministro! Essa seria uma empresa tão vã quanto perigosa (Necker, 1802: I, 84).

No meio dessa falta de controles sobre o poder, a burocracia miúda tornou-se todo-poderosa à sombra do Primeiro Cônsul e dos seus Ministros. O efeito de tudo isso foi a morte da liberdade e o fortalecimento do absolutismo. Todos passaram a ter medo, menos o chefe do Executivo. Todos ficaram reféns do seu poder sem freio. Eis o sombrio quadro traçado por Necker:

Que acontecerá com a liberdade no meio de todos esses dispositivos políticos? O que o Cônsul quiser. O Tribunado poderá lhe dirigir a palavra. Mas está previsto que não é obrigado nem a escutá-lo, nem lhe responder. O Senado Conservador está investido do direito de anular os atos inconstitucionais. Mas ousará tal coisa? [...] E todo mundo, em determinado momento, terá medo, exceto o Cônsul (Necker, 1802: I, 85).

Ora, nenhuma estabilidade institucional poderia advir de um tal regime. Tratava-se de uma República de faz-de-conta. Tudo girava ao redor do único poder verdadeiramente forte: o general Bonaparte. A feição dessa pseudo-República foi resumida perfeitamente por Jean-Jacques Chevallier, com as seguintes palavras:

Uma *fachada* de sufrágio universal (simples direito de apresentação). Uma *fachada* de assembléias: o *Senado*, o *Tribunato*, o *Corpo Legislativo*. No governo uma *fachada* de três cônsules, sendo que o poder repousava realmente no Primeiro Cônsul. Na tarde em que o texto constitucional foi solenemente promulgado nas ruas de Paris, as pessoas perguntavam: *O que há na Constituição?* E a resposta era a seguinte: *Há Bonaparte*. O referendun sobre um texto

constitucional tinha fatalmente virado um *plebiscito* sobre um homem (Chevallier, 1977: 107).

A propósito dessa enorme encenação, escreveu Necker:

Mostraremos agora que toda essa organização é ao mesmo tempo motivo de irritação para a massa geral dos cidadãos, bem como um atentado aos seus direitos, um estorvo para o Governo e um constrangimento prejudicial para o bem do Estado (Necker, 1802: I, 4-5).

No caso do modelo de executivo hipertrofiado transplantado para os pampas, tratava-se, sem dúvida, de uma autêntica *ditadura científica*. A respeito, Venceslau Escobar escreveu na sua obra *Apontamentos para a história da Revolução de 1893*:

Tal obra era, pois, a consagração da preconizada *Ditadura Científica*, o supremo ideal político da poderosa mentalidade do sábio de Montpellier [...]. Por um tal sistema constitucional ficava o presidente investido de grande soma de poder público; era quase, senão, um ditador, cuja atribuição ia até nomear seu próprio substituto legal [...] para governar sem dar contas à opinião [...]. O estatuto político rio-grandense é o mais bem ideado embuste democrático (Escobar, 1920: 37-38).

É evidente que o autoritarismo castilhista, embora pretendesse garantir a "continuidade administrativa" mediante a indicação do sucessor à Presidência do Estado pelo seu antecessor, gerou mais turbulências do que períodos de tranqüilidade. Estão aí, para provar a minha apreciação, as duas grandes conflagrações que varreram os campos do Estado, no final do século XIX, no período compreendido entre 1893 e 1897 (o conflito entre pica-paus e maragatos) e nas primeiras décadas do século XX (a guerra entre borgistas e assisistas, que terminou com a assinatura do Tratado de Paz de Pedras Altas, em 23). A instabilidade, outrossim, alargou-se aos sucessores do modelo castilhista, Getúlio e os seus colaboradores da Segunda Geração. O *Diário* de Getúlio patenteia duas coisas, aos olhos de quem quiser lê-lo com cuidado: a férrea vontade do líder são-borgense de modernizar o Brasil, de um lado, e, de outro lado, as constantes preocupações, ao longo do consulado getuliano, em face das inúmeras conspirações de que foi objeto o Executivo hipertrofiado, alvo natural de todos os descontentes.

### **3) Um autoritarismo modernizador**

O castilhismo, no Brasil, como o bonapartismo, na França, tiveram ampla repercussão no esforço em prol de modernizar a máquina do Estado, em que pese a feição autoritária dos regimes desenvolvidos pelos protagonistas dessas doutrinas. Modernização que, aliás, deixou marcas indeléveis na história moderna dos dois países. Ninguém visita em Paris *Les Invalides* sem um sentimento de admiração em face da magna obra de reconstrução empreendida por Napoleão nos terrenos econômico, político, jurídico e cultural, sem contar com a nova feição do Exército que Bonaparte herdara das reformas feitas no final do século XVIII. No caso brasileiro, o castilhismo deixou marcas indeléveis na estrutura do Estado e na própria configuração da sociedade. Se hoje temos um Presidente operário, ex-líder sindical dos metalúrgicos de São Paulo (fato, aliás, incomum na América Latina), isso se tornou possível graças à realização do princípio castilhista (e comteano) de “incorporação do proletariado à sociedade”, contida no artigo 74 da Constituição gaúcha. Alicerçado nesse princípio, Getúlio efetivou a reforma que deu origem à legislação trabalhista há sessenta anos, tendo dotado o país dos instrumentos legais que possibilitaram o surgimento do moderno sindicalismo.

Embora ferrenhamente comprometido com a defesa do regime sul-riograndense, Getúlio Vargas acordou cedo, na sua função parlamentar, para a discussão dos principais problemas nacionais, em face dos quais preocupava-se com a busca de soluções viáveis. Já em 19 de novembro de 1924, o deputado gaúcho fez, em memorável discurso, uma clara enumeração dos principais problemas enfrentados pelo país: desequilíbrio orçamentário, questão social, isolamento regional. A solução deveria ser equacionada por meio de reformas, não de revoluções. Encontramos aí formulada, em germe, a ulterior política getuliana de equacionamento técnico dos problemas. Eis o trecho mais significativo do mencionado discurso:

Feita a República, que foi o grande ideal nacional, garantidas as mais amplas conquistas liberais, com a Constituição de 24 de fevereiro, resta-nos apenas a realização dos grandes problemas nacionais para que o Brasil possa descrever a curva harmônica do seu progresso. Esses problemas têm constituído a preocupação patriótica do Governo da República e têm sido

largamente discutidos nesta Câmara, ainda este ano, nos notáveis pareceres apresentados pelos relatores das diferentes Comissões e nos discursos de todos os brilhantes espíritos que aqui se têm ocupado do assunto. Estes problemas nacionais são, em primeiro lugar, o equilíbrio orçamentário, porque, tanto os países quanto os indivíduos que gastam mais do que ganham, desordenadamente, terão de chegar fatalmente à ruína. Restabelecido o equilíbrio orçamentário, teremos a solidez das finanças, a fortaleza do crédito público, a alta do câmbio, o barateamento da vida, a abundância material. Ao lado deste, teremos os problemas correlatos, a valorização do fator humano pela profilaxia, pela educação primária, pelo ensino profissional; o aumento da produção e da circulação da riqueza, pelo desenvolvimento dos meios de transportes. Mas, para que o Brasil realize esses problemas, não precisa de revoluções, porque todos esses problemas podem e devem ser resolvidos dentro do nosso regime. Essas revoluções, absolutamente, não representam um ideal, porque não têm por si a maioria da opinião nacional (In: Brasil, 1930: 207).

Foi a leitura da obra de Oliveira Vianna que levou Getúlio a descobrir a dimensão nacional dos problemas e lhe permitiu superar o ranço de regionalismo gaúcho na abordagem dos mesmos. Getúlio citava nos seus discursos, a partir de 1925, trechos inteiros de *Populações meridionais do Brasil*, cuja primeira edição datava de 1920. É através da leitura de Oliveira Vianna que o deputado castilhista começou a superar os estreitos limites do comtismo, abrindo-se a uma perspectiva sociológica mais larga, na qual, sem esquecer os princípios do organicismo saint-simoniano e do darwinismo social, incorporou a perspectiva monográfica da sociologia de Le Play, que já havia, aliás, inspirado ao próprio Silvio Romero.

No seu memorável discurso de 25 de outubro de 1925, frisava Getúlio:

Ninguém melhor que Oliveira Vianna, cujas idéias compendiamos em algumas destas sugestões, com a esclarecida visão do sociólogo, apreendeu a evolução do povo brasileiro. Fracassaram as generalizações apressadas da sociologia, pretendendo aplicar as leis gerais da evolução, como um

paradigma que todos os povos tivessem de seguir, na sua marcha. Esqueceram-se que a ação modeladora do meio cósmico, da composição étnica e dos fatores externos tinham que variar o processo do seu desenvolvimento, que sofre avanços e recuos, desvios e contramarchas, conforme a atuação preponderante desses agentes. Foi preciso que sobreviesse a plêiade brilhantíssima dos discípulos da Escola de Le Play, para, no estudo pormenorizado dos pequenos núcleos sociais, apañar toda a infinita variedade da vida (Brasil, 1925: 4931).

Oliveira Vianna identificou dois momentos-chave no processo brasileiro de centralização, em *Instituições políticas brasileiras*: o Segundo Reinado e o Estado getuliano. Dom Pedro II e Getúlio Vargas enfeixaram nas suas mãos o maior acúmulo de poder que governante algum já conseguiu ter ao longo da história brasileira. A genialidade política de ambos decorria do fato de terem encarnado uma autoridade de cunho patriarcal, mas pondo-a a serviço de um processo modernizador, que tinha como finalidade a definitiva consolidação do Estado nacional, sobranceiro aos clãs. O Estado getuliano considera Oliveira Vianna, sobrepôs-se à privatização do poder político decorrente da queda do Império e da adoção da instituição republicana calcada na Carta norte-americana, com o conseqüente sacrifício do poder central no altar do vácuo federalista. Getúlio conseguiu reerguer um centro de poder nacional. Ao seu redor, em autêntico élan modernizador, o estadista gaúcho deflagrou amplo processo de reformas econômicas, sociais, trabalhistas e educacionais, que permitiram ao Estado intervir nos principais setores da vida nacional, a fim de sobrepor a unidade política e o sentimento nacional à colcha de retalhos de interesses clânicos em que tinha afundado a República Velha. Verdadeiro esforço político-pedagógico que visava ao surgimento de uma nova consciência social, como a pretendida pelo processo centralizador do Império. O direito social, presente na legislação trabalhista getuliana, seria elemento fundamental do processo (cf. Vianna, 1987 e Vélez, 1997).

Getúlio, como era de se esperar, em decorrência de sua formação castilhista, endossava a tese de Oliveira Vianna de que a representação, ao longo do Império, constituiu mais uma pura formalidade a serviço da centralização dominante. A respeito, frisava o deputado gaúcho:

É que no Brasil, verdadeiramente, nunca houve regime parlamentar, como reflexo da vitória dos partidos. O Poder Moderador abatia ou elevava Ministérios, e estes é que,

paradoxalmente, elevavam ou derrubavam as situações políticas. [...] O verdadeiro parlamentarismo nunca foi exercido. Proibia-o a Constituição imperial. Impediram-no a falta de eleições livres, o dissídio intestino dos partidos e, por fim, o poder efetivo da coroa (In: Brasil, 1925: 4722).

### **Concluamos**

Sem o castilhismo não entenderíamos o Brasil republicano. Porque sem ele não entenderíamos a obra do estadista consolidador da unidade da Nação, sobrepondo o Estado aos clãs que haviam privatizado o poder na República Velha. Sem o castilhismo não entenderíamos, outrossim, a feição autoritária e modernizadora tomada pelo Brasil a partir de 30 e reeditada no ciclo militar, entre 64 e 85. Restou por ser equacionada a questão da representação que, esquecida no início da República, foi intermitentemente tratada nos momentos de vivência democrática os quais, como clarões de luz, foram iluminando o firmamento brasileiro nestes últimos 110 anos de história. As idas e vindas da reconstrução democrática iniciadas no país após 1985, têm-nos mostrado que a plena consolidação da democracia é tarefa diuturna e paciente, não restrita ao momento da elaboração da Carta de 1988. Reformas urgentes esperam para serem realizadas, a fim de que a democracia brasileira possa amadurecer definitivamente no milênio que se inicia. Reforma do Estado. Reforma política. Novas leis que regulamentem o financiamento das campanhas. Certamente será de grande ajuda para os homens públicos de hoje, a lembrança da geração ousada de estadistas gaúchos que pensaram o Brasil moderno e, contestados no seu autoritarismo por corajosos espíritos liberais como Gaspar da Silveira Martins ou Joaquim Francisco de Assis Brasil, tiveram de refrear os ânimos centralizadores.

A comemoração do centenário da morte de Julio de Castilhos reúne neste recinto figuras de prol da vida pública do Rio Grande, bem como pesquisadores da história gaúcha, professores, estudantes, profissionais liberais, etc. É um evento que mostra a vitalidade desta corajosa terra e abre um espaço para rendermos tributo aos próceres os quais tiveram a ousadia de pensar o Brasil moderno. Dentre eles, como frisei na minha conferência, destacam-se as figuras de Julio de Castilhos e Getúlio Vargas.

## **Referências Bibliográficas**

- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol. XIV.
- BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Julio de Castilhos, estudo crítico de psicologia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *Histoire des Institutions et des Régimes Politiques de la France de 1789 a nos jours*. 5ª edição revista e aumentada. Paris: Dalloz, 1977.
- ESCOBAR, Venceslau. *Apontamentos para a história da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- NECKER, Jacques. *Dernières vues de politique et de finance, offertes à la Nation Française par M. Necker*. Paris: Bibliothèque de France, 2 volumes, 1802.
- PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. 1ª. edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Convívio; Brasília: Instituto Nacional do Livro / Fundação Pró-Memória, 1984.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1ª. edição, Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. *Diário – 1930-1942*. (Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 volumes.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Castilhismo, uma filosofia da República*. 1ª. edição, Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. 2ª. edição corrigida e ampliada, Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2000. (Coleção 500 Anos)
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 volumes.



# O castilhismo e o fator internacional

*Ana Luiza Setti Reckziegel*

Doutora em História e Professora na Universidade de Passo Fundo.

**E**sta conferência tem como objetivo analisar o castilhismo na perspectiva das relações internacionais. Isto é, pretendemos mostrar como Júlio de Castilhos e, posteriormente, seu sucessor, Borges de Medeiros, se relacionaram com o país vizinho, o Uruguai, no período que abarca os anos de 1893 a 1904, marcado por um verdadeiro ciclo revolucionário aqui e lá e como esse relacionamento foi importante para a consolidação da hegemonia castilhista-borgista nas mais de três décadas que se seguiram ao início do projeto de poder idealizado por Castilhos.

O relacionamento do governo castilhista com o Uruguai tem como marco justamente a Revolução Federalista, que opôs castilhistas e federalistas no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895. Este episódio sangrento da história do RS ocorreu no contexto que abrange a ascensão e a consolidação do castilhismo à frente do poder político gaúcho. Sem termos a intenção de aprofundar a conjuntura que antecede a revolução de 1893, é apenas interessante situar que o processo de instalação da República no Rio Grande do Sul e o conseqüente afastamento dos liberais, até então donos da situação política sul-rio-grandense, foi extremamente violento, levando a uma saída em massa dos opositores de Júlio de Castilhos, que, perseguidos por este, dirigem-se ao Uruguai para dali travarem suas estratégias de ação revolucionária, que incluíam alianças com partidos políticos uruguaios.

O grande líder federalista, Gaspar Silveira Martins, nascido em 1834, no município de Bagé, fronteira com o Uruguai, sendo que a propriedade de seu pai estendia-se pela República vizinha e fora local de encontro histórico entre os fundadores do Uruguai independente, Juan Antonio Lavalleja e José Fructuoso Rivera. Muito embora Silveira Martins fosse batizado em Melo, no Departamento de Cerro Largo, seus pais o tornaram brasileiro ao mandá-lo estudar no Norte e Centro do Brasil – São Luís e Rio de Janeiro, no curso secundário, e Recife, na faculdade de Direito.

Depois de uma carreira política ligada ao Partido Liberal, Silveira Martins

entraria na década de 1890 convertido ao federalismo e disposto ao enfrentamento com Júlio de Castilhos.

Por seu turno, o líder do PRR, Castilhos, era uma personalidade complexa, cujo caráter autoritário converteria qualquer dissidente de seu credo em inimigo potencial digno de um só tratamento: perseguição e destruição. Será exatamente a impossibilidade que seus adversários políticos terão em manifestar seu desacordo com o PRR, que os levará, sob implacável perseguição castilhista, a buscar asilo nas terras orientais.

Os primeiros momentos do governo de Júlio de Castilhos já tinham oportunizado antever seu autoritarismo, provocando defecções dos antigos companheiros fundadores do PRR, como foi o caso de Barros Cassal e Ramiro Barcelos.

Mesmo afastado do governo, após a instalação do chamado *governicho*, Castilhos continuou sua prédica agressiva através de *A Federação*, usando a folha republicana para tentar reestruturar sua volta ao poder, convocando inclusive à deposição do governo estadual. O incitamento castilhista, entretantes, teria como aliada a própria situação do Estado por esta época. A gestão titubeante do *governicho*, a perseguição imposta pelos antigos liberais que voltaram ao poder em seus municípios aos republicanos e, finalmente, o retorno de Gaspar Silveira Martins ao Rio Grande, após uma temporada de exílio na Europa, tumultuou ainda mais este período.

O clima político no Rio Grande do Sul era propício às conspirações e ardis. Todos tramavam, de alguma forma ou de outra. Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidos como força política a fim de disputar o mando no Estado e esforçavam-se para se defenderem das acusações que lhes associavam aos monarquistas – aliás, o principal argumento dos castilhistas para a sistemática perseguição aos federalistas; Castilhos, por sua vez, arquitetava a derrubada do *governicho*, pretendendo sua recondução ao poder – para o que teria o apoio de Floriano, disposto a transigir para assegurar a *estabilidade da República presidencialista recém-instalada*.

Contando com o apoio do governo federal, Castilhos inicia os preparativos para o golpe. Em março de 1892, em Monte Caseros, na Argentina, um grupo de republicanos emigrados realizaram um encontro no qual decidiram pela ação revolucionária contra o governo do Estado. O *governicho* ficava cada vez mais acuado e sem meios de ação: de um lado, os castilhistas pressionando para sua

derrubada, de outro, os federalistas organizavam-se em partido próprio, praticamente excluindo os republicanos dissidentes.<sup>1</sup>

A instabilidade política no Rio Grande do Sul repercutia também no Uruguai, estando as autoridades daquele país atentas aos acontecimentos gaúchos. Em correspondência ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, o representante da Legação Oriental no Brasil evidencia sua preocupação com *a situação política do Estado do Rio Grande e das complicações que pode produzir no seio do Governo, a revolta, que naquele Estado, encabeçou o Dr. Castilhos.*<sup>2</sup>

É essa situação de trânsito espontâneo, de ligações comuns, de interação nos assuntos daqui e de lá ostentada pelos homens desta região que nos ajudam a compreender as imbricações desses caudilhos nas querelas políticas dos dois territórios. E, levando isto em conta, também é possível avaliar o esforço que a diplomacia oficial teve que fazer para competir com a *diplomacia marginal* que será exercida nesse período pelo governo rio-grandense em oposição aos próprios ditames do governo federal.

Quando Castilhos dá o golpe que o repõe no poder, em junho de 1892, há uma grande repercussão não só interna, mas também externa desse acontecimento. A imprensa uruguaia, que de maneira perspicaz alude à aliança castilhista-florianista menciona que, se anteriormente havia desentendimentos, “hoje estão abraçados, empenhados em oprimir o povo rio-grandense!”<sup>3</sup>

A fase que se segue à revolução é de verdadeiro descabro. Perseguições, prisões e assassinatos foram o método usado pelos castilhistas em uma verdadeira estratégia de aniquilação do inimigo. Acuados, os federalistas não tiveram como resistir e, como solução da hora, emigraram para o Uruguai, impotentes para resistir à fúria do castilhismo contra suas propriedades e sua vida.

A sanha de perseguição republicana foi responsável pelo imenso êxodo da oposição rumo ao Uruguai, numa saída estimada em 10.000 pessoas entre junho de 1892 e fevereiro de 1893. Na República Oriental, os federalistas mantinham boas relações tanto com o Partido Blanco, quanto com os Colorados e muitos deles possuíam propriedades naquele país. Em levantamento realizado no ano de 1890, conclui-se que havia um forte predomínio da nacionalidade brasileira nos

---

<sup>1</sup> FRANCO, 1988: 123.

<sup>2</sup> Archivo General de la Nación. Montevideú, 21/06/1892.

<sup>3</sup> El Día. Montevideú, 12/04/1893.

departamentos do norte, enquanto que as inversões realizadas perfaziam quase 60% do total, diante de modestos 30% dos uruguaiois.

Será da fronteira uruguaia que Silveira Martins comandará a invasão ao Rio Grande do Sul. Os preparativos para a incursão serão realizados com relativa tranqüilidade no país vizinho, alheio, na prática, aos apelos do governo brasileiro para que coibisse as atividades dos revolucionários. A troca de correspondência diplomática neste período é intensa e atesta o quanto um possível apoio uruguaio aos federalistas era temido. O relacionamento entre o governo gaúcho e as autoridades uruguaias na medida do desenrolar dos acontecimentos tornar-se-á cada vez mais tenso.

O governo de Castilhos, logo após a saída dos líderes federalistas do Estado – levando consigo montante considerável de armamento – solicita ao governo oriental o internamento daqueles, bem como seu desarmamento. As providências uruguaias, de acordo com o relato da Legação brasileira em Montevidéu, deixam muito a desejar. O 1º. Secretário da Legação, Pedro Candido Afonso de Carvalho, em correspondência ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Custódio José de Mello, refere-se às acusações que fez junto ao Ministério das Relações Exteriores uruguaio sobre as atividades do Chefe Político de Rivera, Coronel Escobar, no sentido de que estaria acobertando os revoltosos gaúchos. Aquele ministério não apenas nega as acusações, como ainda atribui a Escobar a mais estrita neutralidade.

A solicitação de internamento dos federalistas era premente para o governo castilhista, uma vez que se configuravam explícitos os contatos existentes entre os partidários de Silveira Martins e os habitantes dos departamentos fronteiriços.

Os rumores sobre a revolução que os federalistas preparavam do Uruguai, movimentavam o noticiário montevideano. Praticamente todos os jornais destacavam o assunto.

Neste período já está delineada a tônica da argumentação utilizada pelo governo do Rio Grande para pressionar o governo do Uruguai a tomar medidas enérgicas a fim de coibir a ação dos federalistas em seu território. Indignado com a falta de atitude das autoridades orientais, a administração castilhista fazia cobrar a *neutralidade* devida pelos países limítrofes nos conflitos internos do Estado.

Em particular, no que tange ao departamento de Rivera, o chefe político, Coronel Nemencio Escobar, argumentava que, devido à extensão da fronteira tornava-se impossível impedir uma invasão. Em resposta, o intendente de Santana

do Livramento, Sebastião Barreto, redarguia: “cada vez engrossam mais os grupos de emigrados que ostensivamente fazem exercícios e têm acampamentos. É imoral o que se passa naquele departamento, com aquiescência dos chefes”<sup>4</sup>.

Da parte dos castilhistas que tomaram o poder em 17 de junho de 1892, a certeza da revolução iminente levou a todo um trabalho de fortalecimento do aparato de segurança estadual. Uma série de medidas administrativas foram tomadas para preparar a resistência contra a rebelião. Por exemplo, abriu-se um crédito especial para atender as despesas de manutenção da ordem pública; criou-se, em caráter provisório, uma guarda municipal para cada cidade do Estado, sob ordens do delegado de polícia local. Outra providência tomada pelo governo rio-grandense foi a abertura de uma linha de crédito para pagamento de despesas relativas à manutenção da ordem. No rol destas resoluções, extinguiu-se a Guarda Cívica e criou-se a Brigada Militar.

Entre todas estas medidas tomadas com a finalidade de assegurar a ordem e impor a resistência, uma muito interessante que se referia à criação de um crédito especial para *despesas secretas da polícia*. Ora, os castilhistas estão alarmadíssimos com as atividades que a oposição desenvolve no Uruguai. A todo instante chegavam notícias de compra de armamentos, roupas e cavalhadas por parte dos revolucionários. Como faziam isso sob as vistas do governo oriental? Tanto mais quanto este mesmo governo garantia que estava mantendo a mais estrita neutralidade? É mais que justificável, assim, que as autoridades gaúchas tomassem providências para verificar *in loco* o que ocorria. A designação de agentes secretos foi a solução adotada pelo governo do Rio Grande para apurar tanto os passos dos federalistas quanto o envolvimento do governo uruguaio com os mesmos. Das informações obtidas por estes, *informantes*, verifica-se inclusive a existência de suspeitas sobre a colaboração de autoridades da Legação Brasileira em Montevideu com os próceres federalistas.

A suspeita que o informante lança sobre o Embaixador brasileiro em Montevideu, Alvim, é de extrema significação para o rumo que irão tomar as relações tanto entre o Rio Grande e o governo federal, quanto entre o estado gaúcho e o Uruguai. Inferimos que, sobre a informação recebida poderia desenhar-se duas conclusões: a primeira, de que a Legação Brasileira em Montevideu não

---

<sup>4</sup> Archivo General de la nación. Telegrama de Sebastião Barreto ao deputado Alcides Lima. 02/12/1892. Carpeta 862.

era confiável, pois seu titular mantinha estreito relacionamento com o líder do movimento que visava desestabilizar o governo gaúcho; e a segunda, que, em face disso, o governo rio-grandense deveria encaminhar de forma mais ou menos autônoma as coordenadas de sua política com o Uruguai.

Se, como parece, a gestão das autoridades brasileiras na capital uruguaia não satisfazem a expectativa do Rio Grande, nada mais ao estilo da tradição deste estado do que gerir por seus próprios meios a sua política externa. Adviria daí, um tipo de relacionamento com o país vizinho que não contemplaria as bases ditadas pelo MRE, mas sim colocar-se-ia à margem dele, desenvolvendo-se uma verdadeira *diplomacia marginal*.

Os federalistas, por exemplo, apesar de manterem boas relações com os colorados, levarão para lutar ao seu lado os caudilhos blancos e utilizarão os departamentos do norte como verdadeiro quartel general para suas operações de guerra. Os blancos, por sua vez, promovem um verdadeiro ensaio para os movimentos de contestação do poder colorado que seriam futuramente desencadeados. Dessa forma, pode-se concluir que as divisões internas existentes no Uruguai serão, sim, exploradas pelos revolucionários gaúchos. A um tempo pelos federalistas, a outro, pelos castilhistas. Por seu turno, o governo oriental, colorado, tem consciência de que a oposição blanca não está morta, apenas adormecida e que as conturbações no país vizinho poderiam despertar-lhe os ímpetos.

Quando os federalistas efetivamente invadiram o Rio Grande, em fevereiro de 1893, declarando a guerra ao governo estadual, a crise além-fronteiras agravou-se substancialmente. Isso prova que a situação de fronteira viva com o Uruguai, e todas as implicações, já apontadas, que disso decorrem, concede ao Rio Grande do Sul, uma condição até certo ponto privilegiada, se considerarmos que o conflito de 1893 – cujas raízes atrelavam-se à disputa pelo poder local – desencadeou um atrito de proporção internacional. Esta situação, somada à necessidade de fortalecimento das instituições republicanas, é decisiva para a mobilização do governo federal em função dos interesses da máquina castilhista. A questão internacional será utilizada como um elemento a mais na barganha das negociações acerca do estado sulino.

Paradoxalmente, constata-se que concomitantemente às solicitações de intervenção do governo federal junto ao governo uruguaio a fim de exigir, pelas vias diplomáticas, a manutenção da neutralidade daquele país no confronto gaúcho,

o PRR vai, paulatinamente, configurando um estilo de governo diferenciado dos demais partidos republicanos da federação, seja por sua condição periférica, seja por seu autoritarismo. Isso irá refletir-se também na escala de seu relacionamento internacional. Os sucessos de 1893, no patamar das vinculações externas, preparariam caminho para uma experiência de diplomacia *sui generis*, a qual dispensaria a mediação do governo federal.

O fato de os federalistas traçarem suas estratégias de guerra, municiares e servirem-se de homens para seus exércitos em solo oriental, não foi possibilitado, exclusivamente, pelas condições socioeconômicas daquela região. O Uruguai de então, possuía, na verdade, duas instâncias governamentais paralelas: a de Montevideu, nas mãos do Partido Colorado; e a de Cerrito, do Partido Blanco, cujo líder vinha a ser Aparício Saraiva.

A Revolução eclode no dia 02 de fevereiro de 1893, quando os federalistas liderados por Gumercindo Saraiva, passam a fronteira rumo a Bagé com mais de 400 homens, em grande parte brasileiros, usando divisas vermelhas, mas também com um número considerável de orientais, que ostentavam divisas brancas, demonstrando sua vinculação com o Partido Blanco.

Os líderes federalistas faziam constantes encontros preparatórios para a insurreição. A casa de Gaspar Silveira Martins, em Melo, transformar-se-ia no quartel-general dos revolucionários. As reuniões estendiam-se noite adentro, tratando da obtenção do armamento e de contribuições pecuniárias de fazendeiros da região. Junto aos estancieiros da fronteira foi conseguido montante significativo para os recursos de guerra. Foi o caso de doações vindas de Rivera, Salto e San José. Aqueles que não contribuía com dinheiro, ofereciam os títulos de suas propriedades ao comitê revolucionário e também homens para a luta.

A imprensa de Montevideu descrevia a situação em que se encontrava a fronteira, em artigos extensos e detalhados. Quanto à participação dos orientais, registrava o diário: "Dia a dia aumentam os voluntários orientais no exército revolucionário."<sup>5</sup>

O governo castilhista fazia o possível para guarnecer a fronteira, enviando batalhões de soldados para tentar impedir a constante passagem dos federalistas de um lado ao outro. Entretanto, os recursos estaduais para a formação das tropas escasseavam e, entendendo ser esta uma função do governo de Floriano Peixoto, as autoridades rio-grandenses solicitavam a verba federal para custearem as despesas com a vigilância da fronteira, atrelando o conflito com os federalistas a

uma questão de segurança nacional. A República, segundo o mandatário gaúcho, corria riscos devido à ação restauradora dos seguidores de Gaspar Silveira. O conflito local, assim, nas palavras de Castilhos, tomava a proporção de um atentado às instituições republicanas.

O governador gaúcho não poupava as palavras quando se dirigia Floriano, dizendo-se disposto a fazer tudo “pela estabilidade do país e felicidade do Rio Grande, cujos destinos interessam vivamente à República”, aludindo ao peso que o estado sulino representava no concerto nacional. As alterações ocorridas no Rio Grande não deixariam de ecoar no equilíbrio da ainda instável República. Ora, as condições vigentes no estado, cuja oposição preparava-se para disputar o poder e mantinha-se estacionada além-fronteiras nacionais, com sérios indícios de conivência estrangeira significavam um manancial enorme a ser explorado por Castilhos em benefício de sua consolidação no poder. Afinal, sob sua perspectiva, estava-se diante de uma situação muito complexa e que envolvia o âmbito da segurança fronteiriça, sendo que, a partir da inclusão do componente internacional, a questão tomava caráter nacional. Ou seja, o Rio Grande não só estava ameaçado pela anarquia da contenda doméstica, como também se colocava à mercê da ingerência externa. Este era o quadro pintado com as tintas castilhistas.

Os pleitos de Castilhos junto a Floriano eram, geralmente, de duas ordens: aqueles relativos aos recursos financeiros necessários ao armamento das tropas para enfrentar os federalistas e aqueles cuja função consistia em alarmar o governo federal a respeito da integridade da República, imputando aos federalistas a pecha de monarquistas e separatistas e ao vizinho Uruguai, a intenção de anexionista.

A relação dos federalistas com o Uruguai ainda dava margem a outro tipo de especulação: a pecha de restauradores atribuída aos federalistas. Apesar de Silveira Martins e de outros nomes do federalismo terem pertencido ao antigo Partido Liberal e de ainda persistir entre eles uma certa nostalgia em relação ao passado monárquico, não houve um só documento que proclamasse intuítos de restaurar o trono assumido pelo Partido Federalista.

Mesmo as tentativas do almirante Saldanha da Gama, líder da Revolta da Armada de 1894, de unir seu movimento ao dos federalistas não surtiram efeito. Ao longo da guerra, os federalistas faziam questão de frisar sua preferência pela forma republicana de governo, inclusive, tendo o cuidado de encerrar seus

---

<sup>5</sup> El Día. Montevidéu, 28/02/1893.

manifestos com o tradicional *Viva a República!*, usual na época. Em várias ocasiões, os líderes federalistas haviam se pronunciado na defesa da república, que no entender de Silveira Martins deveria adotar o sistema parlamentarista. O tribuno federalista colocava que “a forma de governo é para mim secundária: o que eu quero é que o país a eleja. O que eu quero é que seja soberana a vontade nacional”, aludindo à sua posição plebiscitária.

No entanto, a Revolução desencadeada pela oposição gaúcha em 1893 passou a ser vendida para o resto do país como um atentado às instituições republicanas e não como aquilo que realmente era: um problema de disputa pelo poder local. A guerra civil no Rio Grande foi, então, potencializada de uma questão de luta entre facções políticas locais a uma questão de abrangência nacional. Foi essa a fórmula encontrada pelo PRR para que o restante do país fizesse vistas grossas à violência com a qual a situação atirou-se para sufocar a oposição beligerante.

Muito proveito tiraram os castilhistas sobre a dúvida semeada na opinião pública a respeito do propósito restaurador dos federalistas. Com o objetivo de esclarecer sobre os verdadeiros intuitos dos revolucionários, sua liderança pronunciava-se em manifestos e através da imprensa. Deu voz aos federalistas principalmente a imprensa montevideana, visto que no Rio Grande os jornais estavam praticamente amordaçados, somente circulando a versão oficial em *A Federação*.

Logo após o início da luta, precisamente em março de 1893, um grupo de federalistas estacionados em Santana do Livramento, general João Nunes, publicavam um manifesto dirigido à nação brasileira, nos seguintes termos:

Não! O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração da monarquia; é libertar o Rio Grande da tirania que faz oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime das perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do marechal Floriano Peixoto.

“[...] nos chamam restauradores! Mentira! Queremos a restauração da lei, do direito, da justiça, da liberdade e da garantia dos bens e da vida de todos os cidadãos”.<sup>6</sup>

O atributo de monarquistas somado à insistente divulgação que o governo de Julio de Castilhos fazia sobre as intenções restauradoras dos revolucionários contagiaram o governo Floriano que, já em abril de 1893, convocava as tropas radicadas no norte do País para serem equipadas e municadas e aprontarem-se para uma possível campanha no Sul.

A revolução no Rio Grande havia convertido-se em um pseudo-embate entre republicanos e restauradores da monarquia por obra da tática castilhista de obscurecer a real motivação da guerra. Os meios usados para tal foram de fácil acesso ao governo rio-grandense, já que este detinha o monopólio jornalístico e a representação diplomática no Prata, através do embaixador Vitorino Monteiro, em Montevidéu. Além disso, contava com a necessidade premente que o governo de Floriano Peixoto tinha de consolidar o regime instituído no 15 de novembro.

O governador lançou mão também de um outro argumento, além da ameaça restauradora, para desmoralizar os revolucionários: o risco de separação do Rio Grande do restante do país, expediente recorrente na história gaúcha, e a possível anexação do estado pelo Uruguai.

Amplamente explorada pela imprensa castilhista, a separação aparecia como cogitação relevante. O fato de os federalistas articularem-se em território oriental configurava-se prova contundente de que planos separatistas vigorariam caso os revolucionários fossem vitoriosos.

Infere-se, pela postura dos federalistas emigrados, que seu objetivo não passava exatamente pela proclamação de uma república independente. É mais provável que as ameaças de separatismo, e mesmo as idéias de uma eventual anexação com a República Oriental, fossem parte integrante de uma dupla estratégia: de um lado, chamar a atenção do governo federal e dos demais estados sobre o arbítrio cometido por Julio de Castilhos à frente do governo do Rio Grande; de outro, ao acenar com a bandeira da anexação, ganhar as simpatias do governo uruguaio, que tão úteis eram, e poderiam continuar sendo, para a empresa revolucionária.

Voltando à temática da relação entre separatismo e federalismo, podemos dizer que, em mais de uma ocasião, os federalistas referiram-se ao fato de que se a separação fosse realmente efetivada, não seria por força de seu movimento, mas a culpa seria do poder central *que a tudo queria avassalar*.

Para os contemporâneos, contudo, o separatismo constituía uma força

<sup>6</sup> El Día. Montevidéu, 21/03/1893.

atuante e uma ameaça factível que, apesar das contemporizações, não chegou a ser desmentida pelos federalistas. O governo gaúcho explorou o máximo possível esta postura para desqualificar os revolucionários. A isso se somou o empenho da diplomacia brasileira no Uruguai, absolutamente afinada com os interesses castilhistas.

O ciclo revolucionário, iniciado em 1893 e que teve como uma de suas características as alianças internacionais, tem prosseguimento na guerra preparada agora do outro lado da fronteira rio-grandense, quando o Partido Blanco começa a mobilizar-se para depor os colorados em 1896.

A década de noventa revelar-se-ia pródiga na ebulição de conflitos políticos na esfera de abrangência do território gaúcho-oriental. Recém-realizada a pacificação rio-grandense de 1895, os acontecimentos que se desenrolam na área uruguaia demonstrariam, novamente, que o imbricamento político entre as duas regiões permanecia ativo através, agora, da revolução blanca de 1896-97.

No período em questão, podemos conferir que algumas variáveis da conjuntura política lá e cá serão alteradas, contudo isso não significaria comprometimentos radicais nas respectivas estruturas de poder. Do lado gaúcho, isso se deve, em larga medida, à cuidadosa estratégia adotada pelos republicanos castilhistas no intuito de dismantelar a rede de apoio dos federalistas no Uruguai; e do lado oriental, os revolucionários blancos obteriam de vez um acordo que oficializaria seu domínio na fronteira norte.

Devemos ter muito presente que, nesta fase, serão as ocorrências uruguaias que darão o tom ao relacionamento bilateral. Isto é, a partir do preâmbulo de 1896 e do desencadeamento da revolução em 1897, estarão dadas as coordenadas para que o governo rio-grandense monte sua estratégia de ação, a qual visava em primeiríssimo lugar exterminar a sobrevivente ameaça federalista, cujas vinculações no país vizinho constituía-se obstáculo considerável ao projeto de hegemonia do PRR no estado sulino.

O contexto político uruguaio mostraria a falta de coesão política em torno da administração do presidente Idiarte Borda. Exacerbadas críticas faziam-se a ela, principalmente no que tange à lisura de seu governo. Acusações referentes a graves desonestidades financeiras, à aquisição de propriedades em seu benefício pululavam na imprensa e nos círculos políticos de Montevidéu.

À crise política somavam-se as dificuldades enfrentadas no âmbito da economia e das finanças orientais, o processo de modernização da estância trouxe,

paradoxalmente, um significativo empobrecimento da peonada que, não tendo sido absorvida em outra atividade, tornou-se massa disponível para engrossar as fileiras revolucionárias de 1896-1897.

A conexão entre 1893 e 1897 seria, nas palavras de Aparício, parte de seu envolvimento na guerra civil gaúcha, ao lado do irmão Gumerindo, um grande ensaio para sua estréia como condutor dos sucessos políticos em sua terra. Neste caso, a *avant-première* causara fundo impacto em Aparício, que logo mais prepararia a revolução no Uruguai. Mais ainda, o caudilho, estrategicamente ou não, deixa patente sua desconexão com os federalistas nesse momento. Preconcebida ou espontânea, essa manifestação deixava-o mais à vontade para as futuras negociações que se entabulariam com os castilhistas, o que de fato se deu, em prol, agora, de uma causa especificamente sua: a revolução blanca.

Fazendo um balanço da situação no Uruguai, Aparício constatava que uma minoria ilustrada, vinculada por seus interesses aos capitais estrangeiros, impulsionava o governo a uma política de sacrifícios para o povo.

Em torno de Aparício *havia a expectativa de* vários caudilhos blancos que o visitavam constantemente, solicitando que liderasse a próxima revolução armada, porque consideravam não haver outra saída para o restabelecimento das liberdades democráticas que não fosse a revolução popular nacionalista.

Aparício aceita liderar o levante blanco contra o governo colorado em 1896 e inicia os contatos com os rio-grandenses.

Logo após seu retorno a Melo, noticiava-se que o líder blanco havia retornado aos campos gaúchos. O jornal *Gazeta da Manhã*, de Bagé, publicava que “pessoa chegada do município de Dom Pedrito nos informa que o ex-chefe revolucionário, Aparício Saraiva, esteve em 20 do corrente em Santa Maria, acompanhado de oito homens.”<sup>7</sup>

Aparício espalhou os boatos que lhe davam como futuro fazendeiro rio-grandense, porém todos já sabiam que o propósito oculto desta insólita viagem era o de obter armamento com alguns chefes federalistas, seus antigos companheiros de armas, para sustentar os planos que já se faziam contra o governo de Idiarte Borda.

Em um primeiro momento, passou por Dom Pedrito com a intenção de ver o estado das armas deixadas em Alegrete ao final da revolução gaúcha. O contato específico, entretanto, dar-se-ia com Tbrquato Severo, grande amigo e companheiro federalista de Aparício, homem de sua absoluta confiança. O encontro ocorreu em

Santa Maria, tendo o general blanco regressado ao Uruguai contando com a palavra de Torquato de que colaboraria com homens e armas.

Se a atitude de Torquato tranqüilizava Saraiva quanto à questão do armamento, um outro problema afligia o caudilho: e no caso de fracassar o levante e necessitar abrigar-se no Rio Grande? Prepara, então, um terreno político que lhe permitisse, em situação de necessidade, radicar-se temporariamente no território vizinho. Solicita a Abelardo Márquez, o prócer blanco de Rivera, a quem encontrou nos poteiros de Ana Correa e que conhecia "*meio Rio Grande*", falar com Julio de Castilhos e transmitir-lhe que, uma vez morto Gumercindo, "considerava-se desligado dos federalistas". O mesmo recado fez chegar aos ouvidos do comandante da fronteira, João Francisco Pereira de Souza. Momentaneamente, isso bastou para acalmar os republicanos gaúchos, já um tanto ansiosos com a presença do caudilho blanco no estado.<sup>8</sup> Seguro de ter plantado uma base de aprovisionamento, regressou a Melo e continuou nos preparativos que desencadearam nos acontecimentos do final de 1896.

Por seu turno, os federalistas gaúchos também faziam questão de se desvincular dos acontecimentos orientais, deixando claro que nada tinham a ver com a revolução blanca. Atribuía qualquer auxílio que eventualmente pudesse ser dado a uma das facções em combate à responsabilidade individual de seus filiados; ou seja, o partido em si declarava-se neutro na contenda. Diziam os federalistas através de seu órgão de imprensa, *A Reforma*, que "lutaremos nas urnas e pelas armas faça quem quiser, sem co-participação do partido republicano federalista, quer direta, quer indiretamente. Aos rio-grandenses, nossos correligionários, aconselhamos a mais rigorosa abstenção na luta armada".<sup>9</sup>

As previsões de Aparício, sobre um eventual fracasso militar do levante, confirmaram-se; bem como a necessidade de debandar rumo ao Rio Grande. As promessas de ajuda dos federalistas não foram cumpridas e nem o apelo a outro federalista, Estácio Azambuja, também não surtiu efeito, tendo este alegado que estava "espionado e ameaçado de internamento".<sup>10</sup>

Sem poder contar com o apoio dos federalistas, os blancos passaram a considerar uma aliança com Castilhos. Os contatos mantidos entre Aparício e republicanos, mediados por Abelardo Márquez que se deslocou várias vezes entre

<sup>7</sup> Gazeta da Manhã. Bagé, 20/01/1896.

<sup>8</sup> REYES ABADIE, 1989: 142.

Porto Alegre e a estância de *El Cordobés*, haviam sido bem-sucedidos. E, diante da possibilidade de que a guerra civil no Uruguai oportunizasse uma nova ação dos federalistas gaúchos lá assentados, Castilhos julgou mais interessante ter os blancos como aliados do que correr o risco de vê-los novamente junto aos federalistas. Dessa forma é que, desde os primeiros momentos da revolução, os blancos terão ampla liberdade de movimento junto à fronteira gaúcha. As autoridades castilhistas, discretamente, faziam vistas grossas aos preparativos bélicos dos blancos, permitindo que, de sua chácara em Bagé, Aparício comandasse todos os aprestos da rebelião que desencadeará em 1897.<sup>11</sup>

O fantasma de uma provável reação federalista contra o governo gaúcho muito o incomodava. Tudo deveria ser feito para desestabilizar esta cogitação, inclusive aliar-se aos antigos desafetos orientais. O que não podia, no entanto, era oficializar este fato, mesmo que já (o) fosse de conhecimento público, uma vez que comprometeria constrangedoramente as relações de governo a governo.

Os federalistas, por sua vez, avaliaram que seria mais vantajoso seguir mantendo ligações estreitas com o governo colorado, que os abrigava em Montevidéu e que, durante os sucessos de 1893-1895, havia desconsiderado os inúmeros protestos do governo gaúcho para que coibisse sua ação na República Oriental.

A revolução de 1897, de fato, contou com a ajuda do governo rio-grandense. Se, inicialmente, Castilhos acreditou que o levante blanco poderia ir contra seus interesses e supôs que Saraiva ao apoderar-se do governo uruguaio em seguida estenderia suas pretensões ao Rio Grande do Sul, logo se convenceu de seu equívoco.

A mudança de posição ocorreu através de hábeis trabalhos diplomáticos, como a já citada intermediação de Abelardo Márquez, como também da intercessão do delegado da Junta de Guerra que funcionava em Buenos Aires, Dr. Duvimoso Terra. Este se deslocou a Porto Alegre para entrevistar-se com Castilhos, tendo obtido êxito em suas gestões.<sup>12</sup>

O resultado das conversações entre os chefes revolucionários e o governo

---

<sup>9</sup> A Reforma. Porto Alegre, 29/11/1896.

<sup>10</sup> GARCIA, 1956: 56.

<sup>11</sup> FRANCO, 1988: 169.

rio-grandense foi um acordo tácito, segundo o qual as autoridades da fronteira gaúcha ignorariam as atividades revolucionárias ali desenvolvidas. Os rebeldes necessitavam contar com a passividade do Rio Grande: sem ela não era possível preparar a revolução. E para Castilhos, o que o levou a consentir o favorecimento ao seu ex-inimigo Saraiva? Talvez, *o sempre atual prazer dos deuses: a vingança*. O governo do Uruguai nada fez durante a revolução no Rio Grande para impedir que em seu território se formassem verdadeiros exércitos. Durante três anos, as estâncias uruguaias da fronteira, algumas delas pertencentes a brasileiros, foram arsenais e quartéis. O Brasil teve de lutar diplomaticamente para que o governo do Uruguai não permitisse a permanência em Montevidéu de Silveira M.<sup>13</sup>

Concordamos que Castilhos até possa ter tido seu momento de desforra na revolução de 1897<sup>14</sup>. Porém, consideramos que muito acima disso, o governador gaúcho colocava a efetivação da hegemonia do PRR como condição *sine qua non* para emprestar seu apoio à causa blanca. Ou seja, enquanto os federalistas mantinham-se no Uruguai, sob o beneplácito do governo colorado e até com a colaboração de alguns blancos, havia um risco não desprezível de novos atentados contra o governo gaúcho.

Ora, mesmo tendo Silveira Martins retornado à Porto Alegre por ocasião do 2º. Congresso Federalista, instalado em 23 de agosto de 1896, não permaneceu na capital gaúcha, voltando a radicar-se em Montevidéu, onde gozava de apreciável prestígio nos meios políticos. Os anos de guerra o haviam empobrecido consideravelmente, e o tribuno decide dedicar-se a administrar a fração de campo que ainda lhe restara no departamento de Tacuarembó. Contraí empréstimos com os amigos e povoa de gado a sua estância do Rincão do Pereira, na costa do Rio Negro. Recebia os amigos na sua residência em Montevidéu, à *Calle Rincón*. Ali era constantemente prócurado pelos chefes federalistas de maior prestígio que iam solicitar-lhe conselhos<sup>15</sup>. É compreensível que o fato causasse sérias desconfiças nos castilhistas, ainda mais devido à situação pré-revolucionária pela qual passava o país vizinho. As circunstâncias estimulavam a lógica de que os federalistas, aproveitando-se da conturbação interna da República Oriental, teceriam novas tentativas de desestabilizar o poder no estado rio-grandense.

Os movimentos dos federalistas eram cuidadosamente acompanhados e rigidamente cerceados. O mesmo não ocorria com os orientais emigrados, que

---

<sup>12</sup> GALVEZ, 1942: 159.

<sup>13</sup> GALVEZ, 1942: 159.

gozavam de liberdade suficiente para permanecer nas cidades e estâncias do Rio Grande e também para reunir-se em numerosos grupos. A única precaução que deveriam ter era a de ocultar o armamento, pois as autoridades gaúchas zelavam por manter a aparência de neutralidade. Assim, as armas, que eram depositadas na chácara Gentil, em Bagé, na qual vivia Aparício, deveriam ser transportadas sempre à noite a fim de não levantar maiores suspeitas.

O governador do Rio Grande do Sul também se dizia informado de que o federalista Rafael Cabeda tramava no Uruguai um novo movimento rebelde junto a Gaspar Silveira Martins e ao governo colorado de Idiarte Borda.

A partir do primeiro mês de guerra, percebe-se que a tônica recai sobre o envolvimento de Castilhos com os blancos. O teor da correspondência consular indica profundo desagrado pelo fato. Acompanhando a movimentação insurgente, os cônsules relatam que "as autoridades, da mais alta hierarquia, já não se preocupam em manter as aparências, e fazem escárnio da boa harmonia internacional, amparando e protegendo [...] a revolução oriental."<sup>16</sup>

Embutida nas críticas ao governo rio-grandense, estava todo um temor de comprometimento das relações internacionais entre Uruguai e Brasil. Já se nota, perfeitamente, um clamor pela intervenção do governo federal nos assuntos gaúchos que dizem respeito ao Uruguai. Da mesma forma que Castilhos cobrava neutralidade da República Oriental por ocasião dos sucessos de 1893-1895, quase levando o Brasil ao rompimento das relações diplomáticas com o país vizinho, agora era a vez das autoridades orientais queixarem-se da ingerência indevida.

As reclamações e queixas provenientes dos vice-consulados uruguaios na região fronteiriça sucederam-se durante todo o ano de 1897. As manobras de guerra eram indisfarçáveis e ocorriam sob as vistas dos gaúchos. O foco das reclamações recaía sobre a cidade de Livramento. Dali, o representante oriental anotava a passagem de líderes blancos, tais como Eduardo Acevedo Díaz, Luis Gil, Juan Francisco e Ignacio Mena, Abelardo Marquez, sobre os quais recaíam pedidos de internação imediata por parte do governo uruguaio que eram, em quase todos os casos, ignorados pelo Rio Grande que, por seu turno, "prestava-lhes decidida ajuda [...], sem molestá-los, nem desarmá-los".<sup>17</sup>

A relação diplomática entre os dois países chegou a um ponto crítico, em

---

<sup>14</sup> CAGGIANI, 1988: 89.

<sup>15</sup> SILVEIRA MARTINS, 1929: 41.

setembro de 1897, quando as autoridades uruguaias acusam o Brasil de conduta desleal concernente aos assuntos da fronteira.<sup>16</sup>

O estremecimento entre as autoridades ministeriais uruguaias e brasileiras deveu-se, em larga medida, à conduta do governo rio-grandense no que se refere ao levante blanco. Tal assertiva ganha maior dimensão ao analisarmos uma variável na qual temos insistido em chamar a atenção ao longo do trabalho e que merece interpretação particular. Estamos referindo ao patamar de relacionamento entre o governo castilhista e o governo federal, o qual motivou, em grande parte, a incrementação de uma *diplomacia marginal* por parte das autoridades rio-grandenses.

O estilo de governo de Castilhos impôs-se além do âmbito das fronteiras estaduais, interferindo em questões cuja natureza não seriam de sua alçada, como por exemplo, tratativas políticas com governos estrangeiros que, a rigor, pertenciam à esfera do Ministério das Relações Exteriores. Tal fato fica perfeitamente patente no caso das relações com o Uruguai, as quais foram caracterizadas por uma grande dose de autonomia, chegando-se ao ponto de desconsiderar a orientação federal, revelando um encaminhamento marginal àquela política. A atuação de Vitorino Monteiro, em Montevideú, e de Fernando Abbott, em Buenos Aires, são prova inconteste de tal situação.

As revoluções uruguaias de 1896 e 1897 dariam lugar para Castilhos exercitar novamente uma diplomacia em descompasso com a do Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, entendemos que analisar a postura de Castilhos no que concerne às relações com a República Oriental é, também, desvendar seu relacionamento com o governo federal.

Passados os anos nos quais a guerra civil assolou o território rio-grandense, Castilhos encorajava-se a praticamente ignorar o governo federal e a cada vez mais reafirmar a autonomia de seu governo.

Tal fato era registrado, inclusive, pela imprensa montevideana que, ao primeiro sinal das escaramuças na fronteira, apontava a forma independente com a qual o Rio Grande tratava os assuntos referentes à revolução blanca: “Em vão o governo central envia ordens de aparente energia para que se cumpram sobre a

---

<sup>16</sup> Archivo General de la Nación. Montevideú, 12/03/1897. Telegrama de Pedro Onetti a Oscar Ordeñana. Carpeta 1393.

<sup>17</sup> Archivo General de la Nación. Livramento, 16/06/1897.

<sup>18</sup> Archivo General de la Nación. Rio de Janeiro, 05/09/1897. Carpeta 969.

fronteira oriental os deveres da boa vizinhança. [...] Aparício recruta, arma e organiza suas forças, sem dissimulação, sem pressa."<sup>19</sup>

À semelhança do que ocorreu com os castilhistas em 1893, as gestões coloradas junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pouco ou nenhum efeito prático surtiram. Muitas promessas de neutralidade contrapunham-se a uma realidade na qual os blancos usufruíam da convivência do governo gaúcho para administrar a revolução do território rio-grandense. Castilhos atrelava os blancos em um compromisso de reciprocidade futura que, concomitantemente, dificultaria uma suposta movimentação federalista na zona fronteiriça. E, numa tediosa repetição, o Rio Grande assumia posição privilegiada frente ao governo federal devido à sua condição fronteiriça, diretamente relacionada com a questão da segurança nacional.

Ao mesmo tempo em que encaminhava sua política com o Uruguai nas bases de uma quase completa desvinculação da orientação federal, Castilhos reafirmava a autonomia do Rio Grande, terceiro estado em importância nacional, que se não podia enfrentar a hegemonia do café-com-leite, utilizava como trunfo sua condição de fronteira viva com países que, historicamente, abalaram a estabilidade e comprometeram a própria unidade política brasileira. Desse modo, o governador gaúcho foi consolidando a hegemonia do PRR no estado e sufocando completamente as possibilidades de manifestação oposicionistas.

Vai-se delineando um quadro no qual se percebe que a consecução da hegemonia do PRR estava atrelada não somente às condições internas do estado gaúcho, mas também havia que ser levado em conta um componente internacional de importante significação. Estando os federalistas asilados no Uruguai e mantendo neste país relevantes contatos com as lideranças políticas, governamentais e não-governamentais; tendo este grupo preparado e coordenado daquele país a maior resistência imposta aos castilhistas; e, após a guerra civil, tendo retornado à República Oriental, compreende-se porque o governo rio-grandense dispensou ao Uruguai toda a atenção de que foi alvo.

O acordo acertado entre blancos e colorados em 1897 não foi respeitado. Isolados, os blancos iriam de novo à guerra. Assim, os meses que precederam a revolução de 1904 foram, na verdade, de uma *paz armada*, que alarmava e emperrava os negócios, sendo quase impossível o andamento normal do país.

---

<sup>19</sup> La Razon. Montevideú, 20/02/1897.

Novamente a situação de fronteira entre o estado gaúcho e a República Oriental fazia com que fosse muito difícil ignorar o que se passava entre um e outro lado da fronteira, especificamente, como já afirmamos ao longo desta tese, nas circunstâncias revolucionárias.

Os receios dos castilhistas não haviam cessado. Mesmo antes de 1903, o governo gaúcho já tratava de assegurar a convivência branca à consecução de sua hegemonia política no Rio Grande do Sul. Isso equivale a dizer que os federalistas permaneciam uma ameaça constantemente considerada, mesmo após a derrota de 1895. A guerra não havia extirpado a oposição: colocara-a do outro lado da fronteira, de onde podia sair a qualquer momento, ainda mais se pactuada com forças políticas orientais.

As esperanças dos federalistas de que o governo federal interviesse, de alguma forma, no Rio Grande do Sul, acabaram indo por terra. Silveira Martins até havia tentado contatos com o governo da União no sentido de solicitar a nomeação de um delegado militar para controlar a fronteira. Designado pelo presidente da República, este comandante teria condições de ser isento no trato com a oposição e efetivar as garantias que Silveira Martins e seus partidários não gozavam. Porém, o pedido não foi atendido.

Esta exacerbação da autonomia estadual impediu a concretização da neutralidade gaúcha nos conflitos orientais, tão insistentemente solicitada por Montevideu e pelo Rio de Janeiro. A neutralidade seria totalmente descartada enquanto o país vizinho estivesse convulsionado e os federalistas tivessem oportunidade de ali se organizar para tentar novamente minar a ainda não efetivada hegemonia do castilhismo.

A troca do titular do governo rio-grandense, em 1897, de Castilhos para Borges de Medeiros, não comprometeu as linhas mestras da política gaúcha. Borges, que tão bem havia impressionado Castilhos em sua passagem no cargo de chefe da polícia estadual, iniciou seu primeiro mandato em janeiro de 1898. Seu desempenho agradou tanto ao antigo mandatário que este lhe deu o aval para um segundo mandato de cinco anos. Todos sabiam, no entanto, que Castilhos continuava retendo o poder real na condição de chefe do PRR e, como se refere LOVE, era ele quem *propunha e dispunha*.<sup>20</sup>

Durante o mandato de Borges, como já afirmamos, Castilhos continuará participando ativamente das decisões políticas estaduais, totalmente enfronhado com as chefias municipais e com questões de caráter internacional, tais como os

contatos estabelecidos com Aparício Saraiva por ocasião do levante de 1903.

Após a morte de Castilhos, em 1903, Borges provou ser a verdadeira extensão do pensamento do ex-governador. Em que pese sua falta de carisma, deu plena continuidade às coordenadas autoritárias características do PRR, acumulando a direção governamental e a chefia política do partido, contando para isto com o apoio explícito de todos os representantes republicanos na Assembléia.

Se, em nível estadual, o novo chefe do governo gaúcho não precisou enfrentar maiores preocupações quanto à estabilidade da máquina do PRR, assegurada através de um sistema de eleições fraudulentas, do qual a oposição negava-se a participar, já não se pode dizer o mesmo quanto ao envolvimento internacional. Do Uruguai, o único grupo que efetivamente poderia oferecer resistência e ameaçar a hegemonia do castilhismo, os federalistas, tratava de inserir-se nas querelas políticas daquele país para, de uma forma ou outra, tirar proveito para sua causa.

Mesmo momentaneamente desarticulados com a morte de Silveira Martins em 23 de julho de 1901, em Montevidéu, os federalistas, tendo à frente Rafael Cabeda e Barros Cassal, prosseguirão com seus planos do Uruguai.

Os federalistas concentraram todas as suas energias na observação do embate entre blancos e colorados, do qual poderia advir uma possibilidade de aliança com um dos partidos para fortalecer seu intuito de invadir o Rio Grande e desbancar o governo. Em larga medida, a sorte da política gaúcha esteve condicionada aos acontecimentos orientais.

Conscientes desta imbricação, os castilhistas vigiavam zelosamente a fronteira, articulando-se com os blancos que intentavam o levante contra o governo colorado. Estão exaustivamente comprovadas as ligações das autoridades rio-grandenses com os líderes blancos. João Francisco Pereira de Souza personifica, em primeiro lugar, esta vinculação.

Enquanto o governo federal e a embaixada brasileira em Montevidéu continuavam pressionando para que o Rio Grande mantivesse estrita neutralidade em caso de revolução, continuavam as especulações em torno das vinculações entre João Francisco e os blancos que participou ativamente e comprometeu-se com Aparício. No final do ano de 1903, fazia referência a que os federalistas estavam em grande atividade, comprando armas em Buenos Aires. Mais ainda, o caudilho

---

<sup>20</sup> LOVE, 1971: 82.

atribuía ao governo colorado de Batlle o envio de grande quantidade de armas à fronteira, sendo que este armamento seria, posteriormente, posto à disposição dos federalistas para que estes atacassem os blancos.

No início de janeiro de 1904, o exército blanco põe-se em movimento. Deslocando-se num movimento de guerrilha, os blancos de Saraiva estavam escudados pelas experiências de 1893, 1897 e de 1903. Desta vez contavam com um número muito mais elevado de combatentes, estimado em torno de 20.000. Enquanto isso, Batlle contava com um aparato de guerra muito mais moderno: suas tropas deslocavam-se preferencialmente de trem, seu exército era melhor organizado e apetrechado, a rede de comunicações era bastante ágil para a época, e contava com um exército formado por aproximadamente 36.000 homens.

A tônica do discurso do PRR dizia respeito a uma provável invasão federalista após a vitória de Batlle, justificando-se, desse modo, a aliança com Aparício Saraiva. Ao que se falava, a *maragatada* só esperava pelo fim da luta no Uruguai para alçar-se contra o Rio Grande, sendo Batlle o mais pérfido inimigo dos rio-grandenses.

O jornal *A Federação* também aludia a que os federalistas haviam-se animado com a eleição de Batlle para atentar novamente contra o Rio Grande do Sul. Durante este período, é notório como esta folha reduz o noticiário sobre a revolução uruguiaia, restringindo-se a notas sobre as batalhas militares, sem emitir opinião contra ou a favor deste ou daquele partido envolvido. Fala-se mais da oportunidade que os federalistas teriam com a desorganização da fronteira, para atacar o governo gaúcho, e dos combatentes arregimentados nesta zona para lutar ao lado das forças do general Escobar, ligado aos colorados.

A par destas conclusões outras tão importantes advinham: a era das revoluções caudilhescas ao estilo de Aparício Saraiva chegava ao seu ponto limite. As transformações pelas quais vinha passando o Uruguai, desde a década de 1890, desgastavam aquele estilo de política. Os danos causados por essas guerras também atingiam as classes conservadoras, entre elas os estancieiros brasileiros, que tinham suas propriedades devastadas e seu patrimônio dilapidado. Um dos temas mais recorrentes nos anos de 1904, na imprensa da época, diz respeito ao patrimônio de brasileiros cujas propriedades no Uruguai haviam sofrido com o entrevero revolucionário. Há, inclusive, vários pedidos de indenização ao governo oriental e queixas dos brasileiros ao governo federal.

Os abusos contra a propriedade ocorridos durante a revolução exauriram o país, já cansado de tantas guerras civis. A economia da campanha estava

completamente paralisada, o que se refletiu no abastecimento de Montevidéu. Faltavam gêneros alimentícios, paralisava-se o comércio, acumulavam-se os prejuízos. A paz era uma necessidade premente.

Ali estava encerrando-se um ciclo revolucionário que, da perspectiva cronológica, iniciou-se com a revolução federalista de 1893, passou pelo conflito blanco em 1897 e culminou em 1904. Entendemos ser pertinente conceituar esta etapa como um ciclo, uma vez que estas revoluções, guardadas suas especificidades, estiveram significativamente relacionadas através da repercussão que tiveram nos dois territórios e na mobilização internacional que causaram.

Na etapa revolucionária de 1893 a 1904 a política rio-grandense esteve sempre atenta aos fatos da política vizinha e vice-versa, pois se tornou patente o quanto uma poderia influir na outra. Aqui o inter-regional confundiu-se e chegou mesmo a configurar-se no internacional. O Rio Grande do Sul exerceu funções de verdadeiro estado autônomo no que diz respeito à condução de sua política externa, determinando as conveniências e o perfil da diplomacia brasileira no Uruguai nesta fase.

Concomitantemente ao fim da guerra no Uruguai, recua-se com a prática que denominamos *diplomacia marginal*, se bem que os pressupostos que a embasaram não desaparecem. Pode-se afirmar, portanto, que o fator internacional, precisamente o relacionamento com o Uruguai, foi fundamental para a consolidação da hegemonia castilhista no RS. Sufocada a oposição federalista, que naquele país havia encontrado condições de mobilizar-se para tentar desalojar o PRR do poder, o castilhismo soube entender, de pronto, que sua permanência no poder dependia não somente de questões de ordem interna, mas também, e em nível de muita importância, das relações no âmbito internacional.

### **Referências Bibliográficas**

- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1985. (v. 2)
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- CAGGIANI, Ivo. *A hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.
- GALVEZ, Manuel. *Vida de Aparício Saravia*. Buenos Aires: El Ateneo, 1942.
- GARCIA, Nepomuceno Saravia. *Memórias de Aparício Saravia*. Montevidéu: Medina,

1956.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

REYES ABADIE, Washington. *Crónica de Aparicio Saravia*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

SILVEIRA MARTINS, J.J. *Silveira Martins*. Rio de Janeiro: São Benedicto, 1929.



# O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista

*Joseph L. Love*  
Universidade de Illinois (EUA)

**A**grada-me muitíssimo estar presente aqui, hoje, pisando a Terra Gaúcha que conheci pela primeira vez como estudante de pós-graduação há quase 40 anos. Como o “brasilianismo” parece ser ainda um tema que interessa ao público universitário, talvez seja legítimo oferecer-lhes um pouco de “egohistória”.

Comecei estudando Economia, antes de História, quer dizer, obtive o meu primeiro diploma na Universidade de Harvard, em 1960, tendo na Economia o assunto principal da minha formação. Também fiz alguns cursos de História com historiadores bem conhecidos daquela época, como Stuart Hughes, na História da Ciências Sociais, e o teólogo e filósofo Paul Tillich na Filosofia de História. Mas meu foco principal foi a Economia, e foi na Economia que descobri o Brasil. Fiz um curso de Português na universidade, e escrevi uma tese de graduação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro daquela época: era exatamente a presidência de Juscelino Kubitschek que eu queria estudar. Devo acrescentar também que a minha cidade natal foi Austin, no Texas, e durante um verão fiz uns cursos sobre a História da América Latina, na Universidade de Texas, que era um centro desse tipo de estudos – isso ainda na graduação.

Passei a estudar História, em nível de mestrado, na Universidade de Stanford onde realizei uma porção de cursos sobre a América Latina. Mas a universidade onde o Brasil esteve mais em foco foi a Universidade de Columbia, onde passei a estudar História e algumas Ciências Sociais complementares, inclusive, a Economia de Desenvolvimento, com Albert Hirschman.

A década de 60 foi uma época de agitação, de grandes mudanças sociais. Nos Estados Unidos, essa década começou em 2 de janeiro de 1959, quando Fidel Castro assumiu o poder. Posso dizer que, num certo sentido, minha geração de latino-americanistas é filha de Fidel, porque foi ele que chamou a atenção do governo americano para a importância da América Latina. E também porque a revolução cubana rapidamente se radicalizou, com a crise dos mísseis em Cuba e o começo da guerrilha em vários países da América Latina.

A minha universidade de Illinois começou a oferecer cursos na História da

América Latina em 1909 – faz quase um século – mas houve uma nova onda de interesse acadêmico nos EUA com a revolução cubana. Novas posições abriram-se e novas bolsas também. Por volta de 1962, Columbia foi a universidade onde os professores mais se interessaram pela América Latina. Charles Wagley, distinguido professor de Antropologia e autoridade sobre o Brasil, dirigiu o Centro de Estudos Latino-americanos naquela instituição. Fiz parte de uma turma da primeira “onda” de brasilianistas – antes, houve somente indivíduos como Richard Morse e Stanley Stein. Formou-se, então, na Columbia, um importante grupo de brasilianistas nesses anos entre 1965 e 1970: na História, Bradford Burns (que depois se fixou na UCLA), Ralph della Cava (City U. de Nova York), Stuart Schwartz (Yale), Peter Eisenberg (UNICAMP), Michael Hall (UNICAMP), e, pouco depois, Linda Lewin (Berkeley); na Ciência Política, Alfred Stepan (Yale e depois Columbia); na Economia, Judith Tendler (MIT); na Antropologia, Robert Shirley (U. Toronto) e, na Sociologia, Harry Makler (Stanford e Toronto). Dois colegas que colaboraram comigo na realização de um estudo de vários volumes sobre regionalismo no Brasil, Robert Levine (Miami) e John Wirth (Stanford), também eram meus contemporâneos na Columbia, embora depois tenham recebido seus diplomas em outras universidades.

Como já havia estudado a economia brasileira do período Juscelino Kubitschek na graduação, estava convencido da importância do Brasil para o futuro da América Latina, e me fascinava o Brasil como um país não somente dinâmico no plano econômico, mas também cultural. Mesmo assim, se comparado com o México, e mesmo com a Argentina, o Brasil foi pouco conhecido e pouco estudado no nosso meio acadêmico.

Cheguei ao Rio pela primeira vez em 1961. Os anos cinquenta eram a década de *Grande Sertão Veredas*, de João Guimarães Rosa, *Manhã de Carnaval*, de Vinícius de Moraes, e de *Orfeu do Carnaval*, do cineasta Marcel Camus, fenômenos culturais contemporâneos como a Bossa Nova, seguidos pelos experimentos de alfabetização de Paulo Freire. Mas cheguei ao Brasil para pesquisar a tese de doutorado uns meses depois do golpe de março de 1964 e a economia estava fraca, enquanto vários movimentos culturais e intelectuais haviam sido reprimidos. O ambiente foi um pouco deprimente.

Já na Columbia eu havia percebido a importância do Rio Grande do Sul na história da República. José Honório Rodrigues, que havia conhecido em Columbia, arrumou-me alguns contatos no Rio Grande do Sul. Também recebi boas dicas de Raymundo Faoro, gaúcho residente no Rio de Janeiro.

Por que estudar o Rio Grande do Sul? Estava meio consciente do fato de ter nascido no Texas, estado fronteiro com um país hispano-americano com muitas tradições parecidas com as do Rio Grande do Sul. Também o Texas foi uma república independente, de 1836 a 1845 – contemporânea com a Revolução Farroupilha – que teve uma cultura de cowboys, como os gaúchos do Rio Grande do Sul, e onde houve, no mesmo século XIX, uma imigração alemã importante nesse estado.

Mas eu também tinha um interesse mais “racional” e menos sentimental: estudando a História do Brasil, soube que a Velha República fora percebida como uma época de dominação dos grandes estados de Minas Gerais e São Paulo e percebi, também, que ainda havia problemas importantes para se entender. De fato, o Rio Grande do Sul fora um fator de instabilidade nessa época, pois foi o Rio Grande que, ao fim, destruiu a Velha República, o sistema de oligarquias estaduais daquele tempo. Então me interessou, da mesma forma, o fenômeno de positivismo no Brasil, que Cruz Costa havia estudado nos seus aspectos formais, mais que sociais.

Já sabia que queria fazer a tese sobre a política do Rio Grande no cenário nacional da Velha República. Na Velha República, a unidade básica de organização política foi o partido estadual, e enfoquei o problema do Rio Grande como um elemento de instabilidade no regime federal, no qual o Partido Republicano Rio-grandense seguiu uma política de regionalismo.

O regionalismo, para mim, é o padrão de comportamento político característico do regime federativo. Nele, os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior, o estado-nação, mas buscam o favorecimento econômico e a proteção política desse mesmo estado-nação, mesmo que isso coloque em risco o próprio regime político.

Depois de uma temporada no Rio, estive em Porto Alegre em outubro de 1964. Nessa época agora remota, Porto Alegre não tinha um meio acadêmico bem profissional como ganhou, no meu entender, quinze anos depois da minha chegada. Mas, naquela época, recebi conselhos e dicas, tanto como livros emprestados de Artur Ferreira Filho e, sobretudo, de Walter Spalding. Depois descobri a obra de Sérgio da Costa Franco e sua excelente biografia de Julio de Castilhos, que me influenciou muito.

Quando escrevi a tese, me interessei principalmente pela atuação dos políticos gaúchos no Rio, e consaguei um só capítulo à organização do PRR nas décadas de 80 e 90. Mas, pouco a pouco, me dava conta do fato de que foi essencial

escrever algo mais extenso sobre o programa e a personalidade de Julio de Castilhos, o organizador e idealizador do Partido Republicano Rio-grandense.

Os republicanos históricos, que haviam concluído os seus estudos (normalmente de Direito) entre meados da década de 1870 e da década de 1880, seguiam a moda do positivismo de Comte. Entre eles, Julio de Castilhos era um dos mais ardorosos advogados do comtismo. Castilhos hauriu em Comte a crença numa forma de governo republicana e ditatorial; abraçou a fé comteana no domínio pelas classes conservadoras e bateu-se com fervor pela ordem como base do progresso social. "Conservar, melhorando", tornou-se-lhe a divisa; em numerosas ocasiões reafirmou a sua dívida teórica para com Augusto Comte.

Julio de Castilhos pode ser corretamente encarado como conservador, mas o seu interesse pelos elementos progressistas do positivismo não era simulado; a filosofia social de Comte proporcionou a ele e a sua geração uma versão paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX. Castilhos e os demais positivistas adotaram sobretudo a defesa, feita pelo filósofo, das liberdades individuais, a sua condenação da escravidão, a separação entre a Igreja e o Estado, a educação elementar universal e a intervenção do Estado para proteger os trabalhadores industriais (citado por Borges de Medeiros, seu sucessor no governo, na greve de 1917).

Em assuntos políticos, Castilhos aderiu fielmente aos preceitos comteanos sobre a organização e o procedimento governamentais. Insistiu num orçamento equilibrado, num Executivo que governasse pelo plebiscito, num Legislativo cujos poderes fossem limitados à aprovação das despesas e da receita, e numa rigorosa separação entre os poderes espiritual e temporal. Castilhos inspirou-se especialmente no *Appel aux conservateurs*, a obra de Comte que ele estudou melhor. Após a sua ascensão ao poder, Júlio de Castilhos fez inserir o sistema de Comte, em que predomina o Executivo, na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891.

Entretanto, para a maioria dos membros do PRR, pelo menos ao tempo da sua consolidação no poder com a vitória na guerra civil, o positivismo era tão somente uma vitrina ideológica, com pouco significado real. O próprio Teixeira Mendes, sucessor de Miguel Lemos como líder do Apostolado, reconheceu ser menos o credo que a personalidade de Castilhos que lhe valia tantos seguidores dedicados.

Em parte alguma a instabilidade política, nos anos iniciais da República, foi

maior do que no Rio Grande do Sul. Entre a queda do Império e a segunda posse de Castilhos, em janeiro de 1893, o governo estadual mudou de mãos 18 vezes. A mobilização política, as perseguições movidas pelos Republicanos e as contraperseguições desfechadas pelos Federalistas trouxeram ao Estado as agruras da guerra civil em 1883-95. Nessa luta, os Federalistas invadiram a Campanha três vezes, partindo do Uruguai e da Argentina, mas nunca puderam conservar o território invadido contra o exército federal, a Brigada Militar e os corpos provisórios do governo estadual. A guerra durou 31 meses e produziu de dez a doze mil baixas numa população de um milhão de pessoas.

O resíduo de ódio que fixou desempenharia papel importante na política rio-grandense quase até o fim da República Velha, e os veteranos da guerra governariam o Estado durante 33 anos.

O “sistema” castilhista não foi somente na ideologia, organização do governo e nas leis, mas também no seu poder e inflexibilidade no exercício do poder. Um dos resultados mais importantes da guerra foi uma prolongada polarização política no Rio Grande. Em contraste com o sistema amorfo do partido único, dominado pelo governador e pelos notáveis, de quase todos os Estados na Primeira República, a política do Rio Grande continuou a girar em torno de dois partidos bem organizados.

Paradoxalmente, talvez, os dois partidos tinham, ao mesmo tempo, mais nítida orientação ideológica (presidencialismo ditatorial *versus* parlamentarismo) do que os partidos em outros pontos do Brasil. O parentesco e a posição social, de que tanto caso se fazia em outras regiões do país, significavam relativamente menos no Rio Grande.

Outro resultado político da guerra civil foi a consolidação do sistema político centralizado. Apesar de todo o poder que detivera nas mãos em seu apogeu, Silveira Martins, o chefe incontestável dos Liberais Rio-grandenses, concedera aos coronéis liberais muito maior autoridade nos assuntos locais do que Castilhos se dispunha a conceder aos seus coronéis. Sob o governante republicano havia coronéis locais e regionais investidos de poder pessoal; mas o que separava o Rio Grande dos outros estados era a impossibilidade, no disciplinadíssimo PRR, de uma revolta ou um pacto independente do executivo de coronéis como aconteceu na Bahia e no Ceará.

Como terceiro efeito político importante da guerra, cita-se a forjadura de um sólido elo entre o PRR e o exército nacional ou, pelo menos, um poderoso

segmento dele. Para muitos membros autoritários das forças armadas, Castilhos parecia ser o legítimo herdeiro de Floriano.

O resultado final consistiu na alteração da composição da liderança política, que passou da elite dos estancieros para uma "quase elite," ou "contra-elite". Silveira Martins e os seus principais seguidores e aliados tinham formado a aristocracia da província como donos das maiores e mais antigas estâncias, muitos possuíam títulos imperiais. Castilhos e os seus colaboradores eram menos ricos e mais tenuemente ligados à nobreza da Província. Ao mesmo tempo, a nova constelação do poder refletia-se em termos regionais. Antes, a maioria dos líderes políticos proviera da Campanha, agora um número cada vez maior procedia da Serra, incluindo Castilhos.

De 1892 a 1930, o PRR governou o Rio Grande do Sul sem interrupção, e o poder da máquina republicana dependia, em grande parte, do seu monopólio sobre o governo. Pela constituição de 14 de julho, a autoridade legal do governador equivalia à ditadura. Mesmo assim, o apoio de um partido disciplinado era importante, e para essa disciplina o partido se escorava em quatro coisas: o poder do governador para cancelar eleições municipais ou interferir por decreto na política local de outras maneiras; o controle dos assuntos do partido, no nível local, exclusivamente por coronéis leais a ele; a capacidade dos coronéis de mobilizarem o voto em seus distritos, com o emprego da violência e da fraude, quando necessário; e a eficiência de uma poderosa Brigada Militar que podia ser utilizada para finalidades políticas.

Castilhos e Borges de Medeiros, que foi o senhor do PRR desde a morte de Castilhos, em 1903, até 1930, intervieram reiteradamente em eleições locais e assuntos administrativos.

Se as autoridades locais desafiassem uma ordem executiva, o governador tinha o poder constitucional de anular-lhes as resoluções ou os atos "quando infringissem as leis federais ou do Estado". E visto que as leis estaduais eram feitas pelo governador por decreto (exceto as que se referiam a questões orçamentárias), essa cláusula lhe outorgava plenos poderes nos municípios.

No tocante à força para sustentar os seus decretos, o governador dispunha, em primeiro lugar, da Brigada Militar, força que variava entre 1500 homens (o dobro da força estadual em 1889) e 3200 homens, durante o correr da República Velha. Na realidade, a Brigada era em exército estadual tão bem apetrechado quanto o seu equivalente federal e comandado por um oficial de carreira que obtivera

licença do Exército. Aliás, não se limitavam a isso as forças castilhistas; dois anos depois da desmobilização de 1895, um inimigo calculou que o Governador Castilhos poderia contar com sete a oito mil homens, incluindo corpos provisórios e guardas municipais.

Como nos dias que antecederam a guerra, a máquina oficial venceu as eleições. Em conformidade com as normas eleitorais federais e com a prática vigente em outros Estados, o voto era a descoberto. Até onde as forças da oposição dispunham da maioria absoluta, como em Bagé, não se lhes permitia registrarem o número suficiente de eleitores para conquistar o controle do governo local, e muito menos para desafiar a hegemonia do PRR no nível estadual. A oposição ao PRR era mais vigorosa nos municípios fronteiriços, onde os Federalistas haviam encontrado o seu maior apoio durante a guerra; e mais fraca nas comunidades da Serra, povoada por colonos italianos e alemães.

Sem embargo, a despeito de todas as forças a sua disposição, o PRR não conseguia manter o seu monopólio do poder sem intimidações, violências e fraudes. Mesmo com uma acomodação da oposição após a morte de Castilhos, o partido viu-se obrigado a continuar no poder mediante estratégias “reguladores”, embora em nível consideravelmente reduzido. O tipo de fraude perpetrada só encontrou limites na imaginação do chefe do partido local.

O homem que manjava os votos não era invariavelmente o estancieiro e, com efeito, a exceção constituía a regra na Zona Colonial, onde havia poucos latifúndios. Tipicamente, porém, os coronéis do Rio Grande (como os de outros Estados) eram proprietários rurais, se bem não fossem necessariamente os maiores proprietários em seus distritos. O que singularizava o coronel gaúcho era o papel que ele representava na estrutura do partido. Em outros Estados, o coronel geralmente conquistava a sua posição no partido situacionista graças, em parte, ao seu poder econômico e seu prestígio social dentro de certa área. Conquanto esses fatores tivessem algum peso no Rio Grande, havia uma qualificação indispensável para um homem exercer o poder local: a disposição para aceitar as decisões superiores, mesmo se não chegou a ser um “coronel burocrata”, como mostrou a Professora Loiva Otero Felix.

Outra fonte de poder para o situacionismo rio-grandense fora do Estado, naturalmente, eram as suas excelentes relações com o situacionismo militar. A propensão das forças armadas para estabelecer íntimas conexões com o PRR converteu-se em algo semelhante a uma aliança, quando os gaúchos começaram

a aspirar ao poder nacional. A República continuou a prática imperial de manter de um quarto a um terço do exército estacionado no Rio Grande do Sul, e o comando do distrito militar do Rio Grande (III Região, a partir de 1919) representava uma das atribuições mais importantes do Exército; oito comandantes dessa região foram ministros da guerra na República Velha. Além disso, a única academia militar profissional importante que havia no Brasil, fora da capital federal, localizava-se no Rio Grande do Sul. Em 1907, eram mais numerosos os cadetes em Porto Alegre do que no Rio de Janeiro.

O mito da vocação militar do gaúcho tinha por base um fato registrado na era republicana, que também se verificara na era imperial. O Rio Grande fornecera mais generais do que qualquer outra Província no fim do Império, e continuava a fornecê-los por ocasião da revolução de 1930. De mais a mais, o Rio Grande deu maior número de presidentes do Clube Militar e mais ministros da guerra do que qualquer outro Estado.

Diversas razões havia para os laços íntimos entre o PRR e o exército federal, incluindo as convicções ideológicas (positivismo), laços estabelecidos durante a luta de 1893-95, e a lealdade regional. Outro fator era a defesa intransigente das verbas militares no Congresso, onde os rio-grandenses participavam de comissões-chave. Finalmente, o exército encontrava no PRR o único aliado potencial numa luta pelo poder: sozinha, a oficialidade não poderia derrubar a aliança mineiro-paulista, que tendia a controlar a procissão presidencial, nem poderia confiar nas outras máquinas estaduais para fazer face as mais poderosas organizações. Quando os gaúchos não disputavam o poder nacional, o exército mantinha-se leal ao presidente.

Outra fonte de força para o governo gaúcho em relação à maioria dos membros da Federação era o seu poder de lançar tributos. As suas rendas globais figuravam em terceiro lugar entre as dos Estados (depois de São Paulo e Minas Gerais) e, na década de 1920, o Rio Grande, mais de uma vez, ocupou o segundo lugar (que pertencia a Minas), apesar de ter Minas mais do dobro da população.

Em matéria fiscal, o PRR instituiu algumas medidas progressistas nos anos que se seguiram à guerra civil. Um dos projetos favoritos de Castilhos era um imposto sobre a propriedade rural destinado a substituir gradativamente o imposto de exportação, que tinha o inconveniente de sufocar o incentivo, e do qual dependia substancialmente a receita do Rio Grande (como dos demais Estados). Introduzido em 1904, o imposto de propriedade foi a principal fonte de renda de 1915 até 1918.

Do lado das despesas, a educação pública encabeçava a lista, respondendo geralmente por cerca de um quarto dos gastos estaduais; a educação só ficava em segundo lugar em tempo de guerra ou durante os períodos de mobilização, quando a Brigada Militar vinha em primeiro lugar. O Rio Grande consagrava à educação uma quota maior das suas rendas do que São Paulo ou Minas Gerais, Estados esses que não tinham condições de aplicar um imposto territorial significativo. Com efeito, a capacidade do governo estadual de tributar expressivamente a propriedade e a ênfase por ele emprestada à educação pública deram às políticas fiscais rio-grandenses uma característica decididamente progressista em confronto com as dos outros membros da Federação.

Borges de Medeiros permaneceu fiel aos preceitos de equilíbrio orçamentário de Castilhos e Comte, muito embora permitisse ao Estado contrair dívidas estrangeiras. O Rio Grande foi o último dos 15 Estados durante a República Velha a obter empréstimos estrangeiros (começando em 1919), mas, no princípio da década de 1930, era o segundo comodatário em importância. E devia quase todo esse dinheiro a banqueiros norte-americanos.

Como os empréstimos estrangeiros, as rendas estaduais foram usadas, em parte, em projetos de desenvolvimento e também para intervir na economia, exatamente como fazia o governo federal, cujo papel estava mudando ao longo de diretrizes semelhantes entre 1910 e 1930. No Rio Grande do Sul, entretanto, as responsabilidades econômicas e sociais do Estado cresceram mais depressa nesses anos do que as do governo federal.

Em 1912, a operação do porto de Porto Alegre passou para as mãos do Estado e, no fim dos anos 20, o governo federal cedeu ao Rio Grande os portos de Pelotas e Torres. Uma estrada de ferro particular, que corria na direção leste-oeste, ligando Porto Alegre a Uruguaiana, foi adquirida pelo governo gaúcho em 1919. Em termos financeiros, o Estado autorizou o funcionamento de um banco de desenvolvimento, em 1928, e começou a intervir nos mercados de artigos domésticos, como o faziam os paulistas na esfera internacional. Já em 1917, o governo rio-grandense interviu temporariamente na economia com o objetivo de deter a exportação de gêneros alimentícios e o governador, simultaneamente, obrigara os empregadores de Porto Alegre a aumentar os salários.

Como cultivadores de arroz, estancieiros e donos das charqueadas começaram a organizar-se em sindicatos, no fim da década de 20. Para ajudá-los, o novo Governador do Estado, Getúlio Vargas, fundou o Banco do Rio Grande do

Sul, utilizando fundos do Estado para subscrever dois terços do capital inicial. Essa instituição, estabelecida em 1928, foi expressamente criada para estender o crédito barato aos interesses pastorais agrícolas e às indústrias derivadas. No primeiro ano de operações, o banco concedeu mais de metade dos seus empréstimos a produtores de charque.

Vargas também subsidiou o incipiente comércio de exportação de charque e arroz, reduzindo as tarifas ferroviárias nos embarques dos dois produtos destinados a portos estrangeiros. A melhoria do sistema de transporte, as facilidades de crédito e os subsídios do frete pacificaram o grupo de produtores de charque, que até então faziam os seus embarques através de Montevideú.

O governo gaúcho sempre era a favor de preços nacionais estáveis, por acreditar que a inflação redundaria no aumento do consumo de bacalhau (mais barato) às custas do charque. Durante todo o transcurso da República Velha, o PRR insistiu numa política de preços estáveis e conservadorismo fiscal. Posto que essa posição encontrasse apoio nos escritos de Comte, também se ajustava perfeitamente à interpretação gaúcha dos seus interesses no apreçamento do charque, seu produto mais exportado (em valor) aos outros estados.

É claro que, de um modo geral, a estabilidade dos preços era a exceção, mas os políticos do Rio Grande apoiaram os programas de estabilização de Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luis. E, na derradeira metade da República, o charque e outros produtos da pecuária receberam vários benefícios do governo federal – subsídios de frete, isenção dos impostos de consumo sobre o charque, aquisição de instalações de crédito rural, projetos de desenvolvimento de portos e supressão do comércio de contrabando do charque.

A presidência da República, naturalmente, era não apenas o contra-pino do ramo executivo do governo, senão de todo sistema político, e as alianças no nível nacional giravam em torno da luta para escolher o presidente. Na escolha do futuro presidente, os partidos políticos de São Paulo e Minas Gerais costumavam trabalhar juntos, mas, em 1910, o PRR, pela ação do Senador gaúcho Pinheiro Machado entrou na luta. As três máquinas dominaram a política nacional graças à força econômica e eleitoral dos seus Estados; se fosse necessário, eles poderiam também contar com forças paramilitares.

Os três partidos conseguiam sustentar-se subsidiando jornais, assegurando a metade da votação total numa eleição presidencial, e contando com os seus exércitos estaduais para obstar a intervenção presidencial. Os líderes dos três

partidos autônomos, agindo de acordo uns com os outros, obviavam, assim, a crise inerente a toda sucessão presidencial. As divergências entre os três poderiam, às vezes, ser resolvidas pela promulgação de uma legislação econômica compensadora: a defesa do café para São Paulo e Minas, e vantagens concedidas às atividades pastoris pra os gaúchos. De outro modo, as divergências significavam uma eleição disputada, que punha em perigo o sistema político, como aconteceu nas três corridas presidenciais disputadas durante a República Velha, em 1910, 1922 e 1930.

A máquina castilhista emergiu da guerra civil de 1893-95 como uma organização altamente disciplinada, capaz de arregimentar poder militar e eleitoral desproporcional à posição demográfica do Rio Grande na nação. A guerra também convenceu muitos oficiais militares de que o PRR, mais do que os partidos não-ideológicos, orientados para a corretagem, de Minas e de São Paulo, era o repositório das aspirações republicanas.

Isolados da política nacional ao tempo de Castilhos, os rio-grandenses não forneceram ministros nem presidentes de 1894 a 1910, muito embora continuassem a manter boas relações com o Exército.

Entre 1910 e 1930, três políticos gaúchos tentaram obter o controle do governo federal quando ocorreram brechas na aliança entre paulistas e mineiros. O senador Pinheiro Machado, já influente na sucessão de 1906, fizera do Rio Grande um Estado "grande" por volta de 1910. O apoio sistemático de um governo "permanente" no Rio Grande do Sul; o controle das comissões apuradoras no Congresso, assim como o controle de dois postos cruciais do mesmo Congresso, o de vice-presidente do Senado e o de líder da maioria na Câmara; o instrumento da disciplina partidária, exercido através do seu Partido Republicano Conservador; e a ascendência pessoal sobre o Presidente Hermes: tais foram as chaves de Pinheiro Machado para chegar ao poder. Mas o seu era um "sistema" de relações pessoais e estava, portanto, sujeito às mutáveis lealdades da elite política. Quando se restabeleceu a aliança entre mineiros e paulistas para apoiar um presidente forte (Wenceslau Brás), o poder de Pinheiro entrou em declínio, e o PRC desintegrou-se completamente após o seu assassinato em 1915. A aliança entre Minas e São Paulo era uma conseqüência lógica dos interesses econômicos partilhados dos dois Estados cafeeiros; a coalizão de Pinheiro Machado não tinha essa coesão.

Borges de Medeiros só se envolveu pessoalmente na luta pelo controle da presidência após a morte de Pinheiro. A intervenção de Borges na assembléia de

líderes políticos de 1919, que produziu a eleição de Epitácio Pessoa, surgiu durante um impasse nas relações entre Minas e São Paulo. Em 1922, ele iniciou uma experiência única em eleições presidenciais: juntou-se a Nilo Peçanha para desfechar uma campanha contra Minas e São Paulo unidos. Pinheiro Machado realizara uma aliança com o exército; o mesmo fizeram Borges e Nilo. Pinheiro, todavia, também tivera o apoio do partido mineiro e os votos "do bolso" de uma coalizão delicadamente equilibrada, mas eficaz, de satélites do PRC. Em contraste, a Reação Republicana de 1922 foi uma tentativa para unir três Estados "semi-soberanos" – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – ao Rio Grande e às forças militares contra São Paulo, Minas Gerais e os seus clientes.

No tempo da corrida de Vargas rumo à presidência em 1930, uma nova geração de gaúchos granjeara notoriedade; entre eles figuravam Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e João Neves. Participaram da primeira tentativa direta de um político rio-grandense para chegar à presidência, e a vitória dependia do apoio irrestrito de Minas Gerais. A eleição – tal como foi interpretada pelo Congresso – demonstrou que um presidente no exercício do seu cargo tinha condições para levar o seu candidato à vitória mesmo que a aliança entre paulistas e mineiros estivesse rompida. Mil novecentos e trinta, contudo, não foi um ano eleitoral comum, e as tensões econômicas da Grande Depressão agravaram o descontentamento político.

Depois de 41 anos, os estadistas da República não haviam conseguido apresentar instituições políticas viáveis. Não tendo criado partidos políticos que atravessassem as fronteiras estaduais, eram incapazes de eliminar o potencial de crise da sucessão presidencial. A mobilização política (em termos de percentagem da votação popular) continuou baixa até o fim da era, muito embora se depositassem nas urnas, em 1930, mais votos do que nunca. A ausência de ampla participação política resultara num sistema de reuniões de líderes partidários (geralmente dominado por Minas e São Paulo) em que as elites políticas tomavam as decisões principais. As convenções e eleições que se seguiam às decisões tomadas nessas reuniões normalmente não passavam de meras formalidades. A ausência de participação popular na política devia-se à distribuição predominantemente rural da população brasileira e ao domínio do coronel no município. A fraude se estendia do nível local ao Congresso, onde as comissões apuradoras normalmente obedeciam às ordens do presidente sobre a contagem dos votos nas eleições federais. A "política dos governadores" que tendia a manter grupos situacionistas de todos os níveis indefinidamente no poder, minara a legitimidade do sistema político entre os novos

grupos urbanos, os elementos reformistas do exército e as facções e partidos minoritários da elite política. A tentativa dos três grandes Estados sulinos de monopolizar o poder e o controle federal das nomeações políticas também aviltara o sistema aos olhos das elites do Norte.

Economicamente, a República nunca fora tão duramente atingida quanto em 1930, e a crise poderia ter perfeitamente derrubado qualquer presidente num país tão dependente do mercado do Atlântico Norte. Mas a revolução de 1930 representou mais do que a queda de um presidente, foi o fim de um sistema político. A sucessão presidencial sempre fora uma fonte de instabilidade, e o Rio Grande assumira, com freqüência, uma posição independente na política da sucessão. O papel gaúcho, porém, só era decisivo quando Minas e São Paulo podiam ser separados – em 1910, 1919 e 1930. Em 1922, a Reação Republicana desafiara a *entente* bilateral e fracassara, embora a campanha tivesse deixado ao Presidente Bernardes um legado de revoltas militares. Em 1930, os gaúchos estavam em magníficas condições para chefiar uma revolução contra o governo de Washington Luis; dos grupos políticos mais importantes, os rio-grandenses, que se orientavam tradicionalmente para os mercados nacionais, eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos desacreditados pelo seu colapso. A revolução de 1930 foi uma sentença sobre a viabilidade do federalismo brasileiro da época e da aliança *café-com-leite* em que este se firmava.

Por terminar, gostaria de voltar ao aspecto autobiográfico e mencionar que, depois de escrever *O regionalismo gaúcho e a revolução de 30*, continuei a estudar a história do Brasil desde uma perspectiva regionalista. Durante os anos de 1970, colaborei com Robert Levine e John Wirth para escrever um estudo comparado de história regional de três estados brasileiros: São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. São trabalhos que utilizam uma quantidade de dados empíricos e que metodologicamente fazem uma abordagem biográfica coletiva, na época, algo novo nos Estados Unidos como no Brasil. Havia necessidade de uma certa logística para fazer três estudos paralelos, discutir os processos, afinar a metodologia. Em parte, baseamos o estudo no que eu já fizera para o Rio Grande do Sul, quer dizer, eu havia começado a entrar nessa questão das elites. Estudei as origens regionais dos titulares dos ministérios da Primeira República para entender a importância do Rio Grande do Sul na época. Os três estudos, com capítulos organizados na mesma maneira e fazendo as mesmas perguntas do passado, tiveram um certo rigor e uma extensão que foram raros. Acho que foi, na época, o estudo

rigorosamente comparado mais extenso da historiografia norte-americana. Os três volumes na versão portuguesa tiveram os seguintes nomes: *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937*, de Robert Levine, *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*, de John Wirth, e *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*, da minha autoria. (Os títulos portugueses foram sugeridos pela editora Paz e Terra). As versões inglesas se publicaram entre 1977 e 1980, e depois passei a um outro interesse, que saiu do meu estudo sobre São Paulo, a dizer, as relações centro e periferia. Continuei estudar a história da perspectiva comparada e me dediquei ao estudo da teorização do problema de subdesenvolvimento econômico no Brasil e na Romênia e encontrei paralelos interessantes. Depois de quinze anos, saiu do prelo um livro que tem o título na versão portuguesa de *A Construção do Terceiro Mundo: Teorizando o Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*.

Se há uma continuidade nesses estudos, acho que seria uma busca de comparações dos fenômenos sociais. Comecei esta viagem aqui no Rio Grande do Sul e fico orgulhoso do fato de que entre meus estudantes, quatro são regionalistas – Bert Barickman, professor na University of Arizona, que estudou a escravidão na Bahia no século XIX; Amílcar Martins Filho, na Universidade Federal de Minas Gerais, que escreveu sobre a política interna de Minas na Velha República; Marcus Maciel de Carvalho, professor na Universidade Federal do Pernambuco, que estudou a formação do estado brasileiro da perspectiva de Pernambuco no século XIX; e Zephyr Frank, professor na Stanford, o mais jovem, que examinou a História da fronteira em Mato Grosso nos séculos XIX e XX.

# Julio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo

*Helga I.L. Piccolo*

Doutora em História e Professora da UFRGS

**R**etomamos nesta comunicação uma abordagem já feita em outra oportunidade<sup>1</sup> e, é evidente, que não vamos repetir o que, então, foi falado. Lembramos, apenas, que, ao nos debruçarmos sobre a imprensa acadêmica como fonte de pesquisa, objetivamos acompanhar o pensamento e/ou o posicionamento político de Julio de Castilhos que permitisse ao leitor avaliar permanências ou possíveis mudanças. A vasta produção historiográfica sobre Julio de Castilhos enfatiza suas manifestações após a volta ao Rio Grande do Sul, seja na fase da propaganda republicana (aí incluindo seus artigos na "Federação"), seja no após proclamação da República, no governo e nas duas Assembléias Constituintes (a federal e a estadual) de que participou. Pouco se fala de Julio de Castilhos acadêmico.

Repetimos que Julio de Castilhos atuou como redator em dois jornais que circularam na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo:

- *A Evolução*, redigido por três acadêmicos - Julio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa - e do qual circularam dez números entre abril e setembro de 1879;

- *A República* - Órgão do Clube Republicano Acadêmico - que já circulava quando Castilhos foi cursar Direito em São Paulo - jornal no qual escreveu entre junho e agosto de 1880, correspondente ao ano V do periódico<sup>2</sup>.

Ficam em aberto algumas perguntas: que influência tiveram estes jornais sobre a opinião pública ou, dito de outra maneira, desenvolveram eles um papel na evolução de comportamentos políticos? Isto está articulado a outra questão

---

<sup>1</sup> No chamado Pré-Simpósio realizado na UNISINOS de 05 a 07 de novembro de 2002, apresentamos um trabalho intitulado "Julio de Castilhos e o Socialismo", partindo de um artigo, por ele subscrito, publicado no n.º. 2, de *A Evolução*, de 30 de abril de 1879.

<sup>2</sup> Ver PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro; MARTINS, Maria Cecília; BENTO, Maria Lúcia de Oliveira e BASILE, Maria Regina. A imprensa republicana na cidade de São Paulo (1870-1889). In *Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo*, da Associação Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: Coleção da Revista de História LII, 1974.

que era a da circulação destes periódicos, que não foi possível avaliar.

Julio de Castilhos atuou em diversas esferas sociais e uma delas foi a Academia do Largo de São Francisco. E lá, como jornalista, produziu informações com objetivos políticos bem definidos. Sua estada em São Paulo foi importante (para não dizer decisiva) para consolidar o republicanismo que defendeu no seu viés positivista não-ortodoxo, o que seus artigos na imprensa acadêmica confirmam.

É Sérgio da Costa Franco que, no seu livro clássico, de referência obrigatória<sup>1</sup>, nos fornece preciosas informações sobre o ambiente acadêmico e como Julio de Castilhos nele se inseriu, além de transcrever opiniões a seu respeito exaradas por quem com ele conviveu.

É na imprensa acadêmica que Julio de Castilhos já mostrou algumas facetas de sua personalidade: crítico, polemista, autoritário, voluntarioso.

Como crítico não perdoava nem republicanos que “arreatados” podiam agradar, seduzir, mas eram “incapazes de produzir convicções sérias e vigorosas”. Referia-se ao redator-chefe de *A República* – Magalhães Casto – no ano IV do jornal, em 1879.

Como polemista, é de destacar o debate que travou com os monarquistas e os que, na Academia, além de monarquistas, defendiam o catolicismo. Foi o caso de Estevão Leão Bourroult, que escrevia na *Vanguarda* – órgão dos católicos –, quando ele afirmava que a monarquia era o governo do povo pelo povo. Governo do povo pelo povo era o que Castilhos defendia por ser a base da democracia “regime da liberdade ampla”. Mas discordava de Bourroult porque havia uma incompatibilidade entre catolicismo e democracia e, para demonstrá-lo, Julio de Castilhos argumentava com artigos do “Syllabus”, promulgado pelo Papa Pio IX em 1864<sup>4</sup>.

Nos seus escritos, Julio de Castilhos não sistematizou, articulando num todo coerente, as suas idéias. E também não se posicionou concretamente sobre questões que, mais tarde, seriam centrais no seu pensamento e na sua ação política, como a organização política do Estado. Não reavaliou criticamente, dando-lhes novos significados, as instituições do Estado Liberal (como o sufrágio universal, o sistema político-partidário, a divisão dos poderes do Estado, os direitos e garantias

---

<sup>1</sup> FRANCO, 1967: 10-16.

<sup>4</sup> Vide *A Evolução*, n.º. 4, de 30 de maio de 1879. E compare-se com o que escreveu em princípios de 1900, na carta que dirigiu à Devoção do Menino Deus que o havia escolhido para a sua Mesa Administrativa, escolha que não aceitou. Leia-se de FRANCO, Sérgio da Costa, op. cit., pp. 197-198.

individuais). Usou a imprensa para, paralelamente, demonstrar a excelência da República (e só ela podia trazer o progresso, idéia cara ao cientificismo do século XIX) e criticar a monarquia (que já estaria ultrapassada).

Quando é encerrada a publicação de “A Evolução”, lê-se no último número (o nº 10), de 30 de setembro de 1879:

“Quando *A Evolução* definiu a sua posição na imprensa do país prometeu, de acordo com os seus princípios filosóficos, defender e propagar a Democracia pura”.

É sobre *democracia*, na visão de Castilhos, que vamos fazer algumas considerações, uma vez que, para ele, democracia e República eram sinônimos.

Detemo-nos no nº 4 de *A Evolução* (de 30 de maio de 1879) no qual, num artigo que consideramos emblemático, o objetivo de Castilhos foi mostrar que os monarquistas “vão marchando em retirada vergonhosa à medida que a Democracia vai ganhando vitórias esplêndidas”. E para comprová-lo, trabalhou com a *Lógica* e a *Razão*, invocando a História. Escreve Julio de Castilhos que os princípios dos monarquistas estão fulminados pela

“... lógica viril das argumentações da razão, esmagados pelo peso da verdade histórica”.

Somos levados a articular o discurso de Castilhos com o que afirma Manoel Luiz Salgado Guimarães<sup>5</sup>:

Desde a segunda metade do século XVIII a filosofia da História fora capaz de definir o terreno da História como objeto de uma reflexão sistemática e racional, garantindo assim para o mundo dos feitos e realizações humanas a possibilidade de um conhecimento sistemático e metódico. Na contramão de uma perspectiva cartesiana, segundo a qual o mundo da história não seria passível de um conhecimento lógico-formal, esta filosofia da História conseguiu garantir para o mundo humano a possibilidade de sua apreensão racional e sistemática, desvendando para além da aparência,

---

<sup>5</sup> GUIMARÃES, 2003: 9-24.

pretensamente caótica dos feitos, o sentido maior que viria a constituir a possibilidade da História como totalidade integrada.

Julio de Castilhos rebate o argumento esgrimido pelos monarquistas, segundo os quais o povo brasileiro ainda não estava “em estado de ser regido pelo governo racional que é a República. Sem uma longa preparação, uma *trabalhada* educação do povo, o governo republicano não medrará”. Para Castilhos, este argumento era um absurdo em face da Lógica e em face da História. A leitura possível da crítica que faz aos argumentos monarquistas é que se o povo não foi educado para ser regido pela República, a monarquia dispensava esta educação. É sabido que a educação do povo teria sempre uma centralidade nas propostas por ele defendidas. A educação era necessária no preparo da sociedade para a etapa positiva, isto é, para a superação da etapa metafísica.

Mas a argumentação de Julio de Castilhos contra os monarquistas vai além, ao rebater o recurso por eles usado de que era impossível estabelecer a República no Brasil, “sem homens aptos para inaugurá-la”. Seu ponto de partida é mais uma vez a própria pregação dos monarquistas, especialmente os seus partidos (o Liberal e o Conservador). Diz Castilhos:

Ambos pedem a verdade da representação ou a ação eficaz da vontade popular – com a eleição direta; (pedem) a emancipação para a consciência – com a extinção do culto oficial; (pedem) a liberdade para a inteligência com a difusão e propagação máxima do ensino; (pedem) a confraternização com as nações estrangeiras por meio da grande naturalização, e, como complementação necessária de todas essas idéias, eles exigem, com maior ou menos amplitude, que todos os poderes políticos, além de responsáveis perante a nação, sejam temporários.

Ora, conforme Castilhos, isto que os partidos monarquistas pediam/ pregavam, era exatamente a base ou os alicerces sobre os quais repousava a democracia. Portanto, são os próprios partidos monárquicos que julgavam estar a sociedade brasileira “no seu atual estado”, apta para ser regida pela forma republicana que se identifica com a democracia. Assim, diz Castilhos, os monarquistas caem em frente da Lógica e, em face da História, invocam um

absurdo.

A partir de uma concepção historicista, escreve ele:

Se a História afirma que as sociedades não estacionam, não retrogradam, que avançam sempre, impulsionadas irresistível e misteriosamente pela lei do progresso; se a História nos afirma ainda que esses progressos, esses aperfeiçoamentos se operam por meio de transformações graduais tendentes sempre a um modo de ser mais perfeito, mais elevado; se, por outro lado, a sociedade brasileira atravessa um desses períodos que devem cessar, por anormais que são; se lançada num estado desesperador de dúvidas e de incertezas, ela (sociedade) não pode, em consequência daquela lei (a do progresso), ir para trás, porém é impelida para diante, é claro que a democracia é urgentemente reclamada como a satisfação de uma necessidade universalmente sentida, como o motor único de todo o aperfeiçoamento possível.

Castilhos não conceituou (e também não questionou) a chamada "lei do progresso", mas implícito estava na sua fala que para ele a História era regida por leis e, portanto, sua argumentação tinha raízes historicistas.

Para ele, o povo estaria desiludido da monarquia e já se tinha apercebido, com a *rudeza de suas faculdades*, que ela era a causa única do seu abatimento, da sua prostração, do seu retrocesso<sup>6</sup>.

Ainda, conforme Castilhos, a aspiração por *melhorias* era geral, se bem que *indefinida*. E como sob a monarquia a melhoria "é impossível, porque ela já produziu seus frutos", torna-se necessária uma outra forma de governo. E "inconscientemente todos apelam para a República". Para ele foi "a *lei da evolução histórica* que fez a preparação para a República" (todos os grifos são nossos).

Em relação ao recurso utilizado pelos monarquistas de que não havia homens para inaugurar a República, Julio de Castilhos escrevia que isto era

---

<sup>6</sup> O termo *povo* foi uma constante nos escritos de Castilhos. Mas impõe-se a pergunta: o que era? Valemo-nos de um artigo publicado no n.º. 3 de *A República* (de 15 de julho de 1880), onde Castilhos nos dá uma pista quando fala da "radical separação que se vai operando entre o povo brasileiro e a monarquia", afirmando "que o verdadeiro povo, o povo real, o povo da ação, o que pensa, o que se agita e atua na sociedade, esse vai se movendo em sentido bem diferente do rumo que segue a monarquia brasileira". Implícita, ao que parece, uma idéia de exclusão.

"simplesmente ridículo". Na sua argumentação constava que:

Nas assombrosas transformações sociais surgem agentes novos, novas forças impulsoras [...]. Os acontecimentos não advêm por forças meramente humanas; eles advêm em virtude de uma *lei imanente* que governa a Humanidade nos seus movimentos sempre ascendentes, exercendo sobre ela a sua ação de um modo fatal e irresistível, porém sabiamente, porém concordantemente.<sup>7</sup>

Portanto, especulações transcendentais estavam fora do seu horizonte intelectual, uma vez que eram os grandes acontecimentos que formavam e produziam os grandes homens que eram, apenas, um resultado, meros produtos dos meios sociais em que se agitavam e viviam. E, mais uma vez, apelando para a História diz:

A História é a demonstração cabal e incontestável destas verdades de que estão de posse todas as inteligências esclarecidas.

E adverte os monarquistas de que sua causa estava perdida; que era inútil persistir em conservar instituições que já desempenharam o seu fim histórico e que deviam ser substituídas por outras que se harmonizassem com a nova época que as sociedades vão inaugurando. Os insensatos seriam sepultados pelo carro da Revolução<sup>8</sup>.

No nº 9 do jornal *A Evolução* (de 15 de agosto de 1879), quando Castilhos voltava a combater o argumento dos monarquistas sobre a inviabilidade da República no Brasil (ao menos em curto prazo), é significativo o que escreveu articulando liberdade e soberania. Concordava com os monarquistas de que, no Brasil, havia liberdade de pensamento (a "única liberdade que possuíamos", embora fossem os republicanos apelidados pelos monarquistas de "pregadores da desordem"), mas nem por isto "somos livres". E por quê? Porque

---

<sup>7</sup> Em termos de teoria do conhecimento, parece-nos que o positivismo que Julio de Castilhos defendia estava próximo do realismo de Émile DURKHEIM (1858-1917) para quem a História era naturalizada, com sentido imanente.

<sup>8</sup> O termo "Revolução", muito freqüente nos escritos de Castilhos, era usado como sinônimo de "Evolução".

... não pode ser soberano, e portanto livre, o povo quando a lei criou um poder que é independente da nação. Se há soberania, ela se concentra no monarca que é unicamente quem exercita este poder.

Referia-se, pois, ao poder moderador que, pela Carta de 1824, era “a chave de toda a organização política e delegado privativamente ao Imperador”.<sup>9</sup>

Foi no último número de *A Evolução* que Julio de Castilhos fez um balanço dos 57 anos de “existência política do Brasil” e, recuperando a História, escreveu que:

... a vasta evolução que sintetiza os progressos da Humanidade operados até o princípio deste século (XIX) pouco ou quase nada tem agido em relação ao país.

E observava que

... em impassibilidade estúpida e até em completa segregação assiste-se (no Brasil) a todos os vigorosos impulsos das revoluções modernas, a todo o movimento (largo e fecundo) que se agita fora do país.

[...]

Revolvemo-nos no seio da mais desenfreada anarquia.

Para Julio de Castilhos a situação do país era “anárquica e dissoluta sob o aspecto de uma ordem nunca perturbada” e inspirando-se na “lei sociológica descoberta por Comte e precisada por Littré”, dizia que esta “anarquia assinala a decadência de uma ordem social em dissolução, prestes a ser substituída por outra que represente um progresso operado”. Para ele, a anarquia reinante mostrava que estava mais ou menos próxima, no Brasil, a mutação que conduziria à

<sup>9</sup> É preciso lembrar que o princípio da soberania do povo não constava das “Bases do Programa dos candidatos republicanos” aprovadas em 1884 no 2º. Congresso do Partido Republicano Rio-grandense. A Comissão designada para redigi-las contaria com Julio de Castilhos. O princípio da soberania do povo também não foi institucionalizado pela Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, da qual Castilhos foi, praticamente, o autor exclusivo.

República.

E, referindo-se aos “espíritos educados nas verdades da ciência moderna”, afirmava Castilhos, num linguajar científico, que eles

... entendem os fenômenos sociais não como meros produtos do acaso ou de uma Providência desconhecida, mas sim regidos por leis naturais cuja ação a vontade humana é impotente para desviar.

São eles que

... estudam e compreendem a História como a representação dessas leis.

E, para estes, a anarquia mental em que está sendo dissolvido o país, é o “prenúncio infalível” de um forte abalo, de uma mutação profunda que “há de decidir da nossa sorte, encaminhando-nos na vereda do futuro”.

Pelo “poder da previsão científica”, o Brasil estava sendo impulsionado para “um modo de ser mais progressivo e, sobretudo, normal”.

Julio de Castilhos entendia ser urgente trabalhar para que a República que se avizinhava não herdasse “os prejuízos e os erros” monárquicos. O que cumpria fazer? A pergunta, ele mesmo respondeu: “Educar-se e educar”:

Educar-se para aprender ‘na são teoria da História’ que as correntes sociais, percebidas e compreendidas podem ser encaminhadas de um modo beneficentemente eficaz.

Ou seja, o educar era necessário “para preparar pelo ensino e pelo exemplo a grande obra da civilização futura”.

Conforme Julio de Castilhos, o jornal *A Evolução*

... resume tudo o que pudesse dizer nestas duas palavras que a Sociologia erigiu em divisa: Ordem e Progresso.

Ordem e Progresso – eis o dogma sociológico.

Ordem e Progresso – eis a República.

Ordem e Progresso – eis o objetivo para o qual deve trabalhar aquela parte da geração contemporânea que não quiser

consumir-se em uma vida de inércia e de esterilidade, sem haver colaborado para a obra comum. Que consciente dos seus deveres e da sua responsabilidade, ela se alevante para afirmar-se dignamente, gloriosamente diante da Pátria e da História.

E, concretamente, escrevia Julio de Castilhos no nº 1, ano V, do jornal *A República* (de 01 de junho de 1880):

A geração nascente deve aprender as teorias com base científica [...] substituir a concepção metafísica pela concepção positiva, eis o seu primeiro e mais urgente dever.

Percebe-se, pois, que inspirado em Auguste Comte (1798-1857) Julio de Castilhos opunha-se à concepção do direito natural, ao pacto social e às doutrinas teológicas. Os problemas sociais deveriam ser examinados cientificamente e as interpretações metafísicas substituídas. Posicionava-se contra o individualismo tão caro aos princípios liberais.

Resumidamente, demos a palavra a Julio de Castilhos na sua crítica à monarquia e apologia da República que fez num trabalho de doutrinação desenvolvido na imprensa acadêmica, apoiando-se em princípios científicistas, isto é, com as verdades científicas dos novos tempos de concepção positiva.

O saber positivo toma posse de todos os espíritos, iluminando com uma luz nova todas as cousas, desde o mundo inorgânico até este complicado universo que se chama sociedade.

É o que ele escrevia no nº 5, ano V, de *A República* (de 11 de agosto de 1880), ao comemorar o jornal a criação do Curso Jurídico em São Paulo.

Concluimos com um excerto do artigo publicado no mesmo jornal (nº 3, de 15 de julho de 1880), onde Castilhos afirma:

No Rio Grande do Sul, o povo que conta na sua vida o decênio imortal que despontou rutilante em 35 e filhos tão heróicos que o imortal Garibaldi se orgulhou de celebrizá-los; no Rio Grande do Sul há uma pronunciadíssima tendência republicana que acabou agora de acentuar-se firmemente. As

folhas ultimamente recebidas dessa província trouxeram a faustosa notícia da organização solene do partido republicano que já concorreu às urnas na eleição de julho. Eleito foi um Diretório de que fazem parte cidadãos distintíssimos pelo saber, pelo talento, pelo caráter e pela fortuna [...]. Nessa província começa a existência de fato do partido republicano sob promessas brilhantes.

É evidente que, estrategicamente, Julio de Castilhos exagerava as dimensões do movimento republicano no Rio Grande do Sul. Elide que a propaganda republicana que se fizera ouvir desde 1868 não dera resultados concretos. E fazia pouco que se iniciara uma nova fase com a criação de Clubes Republicanos. O de Porto Alegre, de 1878, não fora o primeiro no Rio Grande do Sul, mas dele partiria a iniciativa de uma Convenção Republicana que, em 1882, fundaria o Partido Republicano Rio-Grandense. Julio de Castilhos, formado, já estava, então, de volta à província.

Esquece de dizer que republicanos até então eleitos para a Assembléia Provincial, o foram pelo Partido Liberal, exatamente o Partido que, transmutado em Federalista, seria o seu grande adversário após a institucionalização da República no Rio Grande do Sul, tendo que enfrentá-lo pelas armas na Revolução em 1893.

Valendo-nos de Reinhart Koselleck<sup>10</sup>, diremos que, para Julio de Castilhos, a Guerra dos Farrapos foi um espaço de experiência republicana que, no presente (inícios da década de 80 do século XIX), transformara-se em horizonte de expectativas para o movimento político do qual participou como ator privilegiado, alicerçado na descrença em relação à monarquia brasileira.

### **Referências Bibliográficas**

FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. 1<sup>a</sup> . ed., Porto Alegre: Globo, Coleção Província, 1967.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt, Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1979.

---

<sup>10</sup> KOSELLECK, 1979.

# O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica

*Maria Medianeira Padoin*

Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Integração Latino-americana da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM; Doutora em História pela UFRGS

O federalismo é um termo político, uma proposta ou forma de governo que adquiriu múltiplos significados vinculados a espaços, temporalidades e contextos históricos e a discursos de diferentes facções ou partidos políticos.

O processo histórico vivenciado no continente americano é um exemplo da complexidade do entendimento do federalismo. Desde o final do século XVIII, como a independência das Treze Colônias e a formação dos Estados Unidos e as lutas que envolveram os processos de independência das colônias espanholas e portuguesa, estavam impregnados por idéias federalistas, de independência e de autonomia.

No Brasil, também vivenciamos; mas nesta nossa breve reflexão iremos retomar a época posterior a independência do Brasil, quando, em 1831, com a proposta da reforma Constitucional, pela Câmara dos Deputados, no sentido de criar uma Monarquia Federal e Constitucional na qual defendem:

- Criação de Assembléias provinciais e Executivos municipais, em que ocorra a divisão de ingressos entre o governo central e as províncias;
- Extinção do Conselho de Estado, do Poder Moderador e do caráter vitalício do Senado.

Porém, esta proposta não foi aceita pelo Senado Brasileiro e abriu-se o debate entre os Reformistas e os paulistas oriundos da Universidade de Coimbra. Os primeiros, defendiam o modelo de federação como a dos Estados Unidos (EUA); os segundos estavam preocupados que a federação pudesse ocasionar a fragmentação do País, pois, segundo Bernardo Vasconcelos, o problema não estava no federalismo, mas no "estado de civilização do Brasil", que para ele não se comparava aos EUA, onde o povo possuía experiência no exercício de seus direitos políticos.

Em 1934, a pressão levou a Reforma Constitucional que adotou alguns dos elementos defendidos anteriormente e que caracterizam uma organização federalista, ou seja, a criação das Assembléias provinciais e a divisão dos ingressos fiscais. Tal reforma foi denominada por alguns como experiência Republicana do Império, pois, além daqueles aspectos, devido a minoridade do Imperador brasileiro, o regente seria eleito pelo voto popular.

Porém, tanto a Constituição de 1824, a tentativa de reforma constitucional de 1831 e a reforma de 1834 levaram a desilusão das elites regionais que não se encontravam e não participavam diretamente do centro de decisões e do poder do Brasil, como do Pará, do Maranhão, da Bahia e do Rio Grande do Sul que ocasionaram rebeliões e Guerras Civas como a Cabanagem (1835-40), Balaiada (1838-41), Sabinada (1837) e a Revolução Farroupilha (1835-45) respectivamente. Inclusive na Revolução Farroupilha, os farrapos proclamam, em 1836, a República Rio-Grandense, com uma proposta federalista e republicana.

A experiência Regencial demonstrou as semelhanças que a realidade vivenciada no Brasil possuía em relação às regiões de colonização espanhola, que estavam em processo de lutas e de construção dos novos estados nacionais, especialmente a região da bacia Platina. Nisto, observamos o que o Conde Suzannet (1842) se expressa dizendo, que a unidade do Brasil é aparente e que o sonho de ser república como os EUA é muito grande.

Com isso, em 1837, vem a reação e a reforma conservadora que reduziu o poder das Assembléias Provinciais e dos Juizes de Paz. Em reação a isso, os liberais proclamaram a Maioridade do Imperador Dom Pedro II (1840), pois isto significava o retorno da unidade do Império contra a centralização política especialmente da elite do Rio de Janeiro. Porém, em 1841 há o fim "da experiência republicana e federal" e o regresso conservador.

A centralização política e administrativa continuava, mesmo assim, o poder local/regional permanecia forte. O embate entre os liberais e os conservadores se acirrou muito em 1860.

Tavares Bastos defendeu o federalismo por ser sinônimo de autonomia das províncias, de liberdade e de república, fundamentado especialmente nos Artigos Federalistas e na organização dos Estados Unidos. Para ele, o Império era sinônimo de centralismo, de despotismo e de absolutismo.

Tais idéias estão presentes no Manifesto Republicano de 1870, no qual se percebe que uma república descentralizada é capaz de garantir a unidade, e a

centralização absoluta leva a fragmentação. Percebe-se aí a tentativa de equilibrar os interesses e os poderes regionais.

Porém, nesta segunda metade do século XIX, se acirram os debates em torno dos modelos de república, de monarquia e de federalismo, especialmente entre as elites políticas regionais.

Destacamos as personalidades políticas de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa que defendiam uma monarquia federalista.

Nabuco defendeu que a evolução normal do Império em sua organização interna, leva a uma administração descentralizada, ou seja, uma federação monárquica que garanta a unidade, pois acredita que a república federal levaria a uma fragmentação.

Para Rui Barbosa, a federação era a forma de fazer com que a monarquia brasileira sobrevivesse perante o descontentamento dos escravistas (1888). Era uma forma de acalmar os ânimos separatistas ou descentralistas de algumas províncias, como Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e São Paulo. Com isso, salvaria não somente a Monarquia mas o poder da elite cafeeira de São Paulo e do Rio de Janeiro. Rui Barbosa com a república centra-se na preocupação da unidade territorial com um governo da União e não com a descentralização política.

No livro *A formação do Federalismo no Brasil*, de João Camilo de Oliveira Torres, escrito em 1961, em sua primeira parte, apresenta uma análise dos diversos conceitos de *federação* que aparecem em dicionários, vocabulários, discursos de personalidades políticas do Brasil, procurando compará-las na perspectiva do processo histórico de construção do Estado Nacional Brasileiro.

Para João Camilo, a federação no Brasil pode significar tanto a união de Estados como a autonomia dos Estados, tanto a conservação do todo como a preservação da autonomia das partes,<sup>1</sup> pois o Brasil passou de um Estado unitário para um Estado federalista com a Constituição de 1891.

Para entender esta relação de unidade e autonomia, o autor tratou a questão, a partir da análise das idéias de Joaquim Nabuco sobre a *Federação*. Joaquim Nabuco interpretava a história brasileira enquanto uma luta entre as províncias e o centro, dizendo que Federação era sinônimo de autonomia. Fazendo uma crítica ao centralismo, apresentava quatro razões em favor do federalismo: as distâncias,

---

<sup>1</sup> TORRES, 1961: 45.

a diversidade de interesses, a exigência de um governo estritamente provincial, a necessidade de impedir-se a absorção das províncias pelo centro, propunha uma “confederação”, ou seja, províncias independentes ligadas pelo laço nacional da monarquia. Assim se expressou o deputado abolicionista: “*O que venho propor é a criação de repúblicas, como hão de ser os diferentes estados confederados do Brasil, unidos pelo laço nacional da monarquia*”<sup>2</sup>, ou seja, vinte repúblicas presididas em conjunto pelo Imperador. Em âmbito nacional, a defesa da Monarquia (parlamentar); em nível local, a defesa de repúblicas, governadas por um presidente eleito pela região e não-nomeado.

João Camilo, retomando a questão do Império brasileiro com o fim de relacioná-lo a implantação da República em 1889, escreve que no Império havia uma descentralização administrativa que não implicava em alterações nos vínculos institucionais ou nas relações do Estado unitário, havia assim, uma “divisão do trabalho” apenas.

No Império as províncias eram autônomas “*de subordinação hierárquica no que concerne ao poder executivo*”; quanto a questão legislativa possuíam “certa” autonomia, mas não podiam modificar a sua própria organização e função<sup>3</sup>.

Autonomia, etimologicamente significa, “*o poder de fazer a sua própria lei, no sentido mais amplo da expressão*”. A partir desta definição, poderíamos confundir autonomia com descentralização, mas o autor explica-nos que, teoricamente, na descentralização é pré-requisito existir um centro e, na autonomia, é condição a existência de muitos centros. Assim, a Federação, aplicada a realidade brasileira, é fundada na autonomia na qual o sistema é baseado em muitos centros, ou seja, na “excentralização”<sup>4</sup>.

Assim, para ele o ato de Independência do Brasil

foi um movimento unificador, não por ser originário da associação das partes, mas por ser uma reação do instinto de conservação do conjunto em face da ameaça de disjunção [...]. Seria, pois, o Império, uma Federação preventiva, um ato de união em face do golpe que pretendia separar as

---

<sup>2</sup> TORRES, 1961: 29.

<sup>3</sup> TORRES, 1961: 67.

<sup>4</sup> TORRES, 1961: 68-69.

provincias, e não um ato de grupos isolados, em busca de auxílio mútuo.<sup>5</sup>

Procurou demonstrar em seu trabalho que o Brasil possuiu raízes federalistas em sua experiência como Império e na própria Constituição Imperial, embora se tratasse de um “federalismo preventivo”, isto é, que tinha por objetivo prevenir possíveis separações. Havia *“uma ideologia federalista latente em toda a história política do Império Brasileiro e que Joaquim Nabuco teria como sendo a mais antiga que a mística abolicionista”* [...]<sup>6</sup>; essa ideologia continuaria a ser difundida e discutida com divergências de posicionamento na República.

Acreditamos que em tais divergências e complexidade na discussão sobre o federalismo, podemos perceber que ele corresponde a defesa do poder privado e local/regional em relação a interferência do poder central. E, é clássico e tradicional na história brasileira a presença e o poder do local/regional.

Desta forma, o processo histórico brasileiro de constituição de seu estado nacional caracterizou-se pelo embate entre o Unitarismo/Centralismo x o Federalismo/Descentralização, como também foi nos países americanos de origem espanhola e inglesa.

Na segunda metade do século XIX, cresce no Brasil a defesa do federalismo como uma forma administrativa descentralizada, com a divisão política e equitativa dos poderes.

Porém, esse discurso refere-se ao poder e a organização do poder da União, do Estado Nacional, ou seja, da relação do poder local/regional com o nacional. Com esta perspectiva também está a defesa da República. Tais idéias são propostas da elite brasileira, que interpreta o federalismo conjuntamente com a defesa da república quanto aos aspectos político e econômico, mais do que a defesa pela liberdade (para eles é condição para a liberdade e não a liberdade em si).

Nesse sentido, salientamos o que Pierre Joseph Proudhon (1848) um estudioso do federalismo, afirmou: o federalismo é o equilíbrio e a convivência da liberdade com a autoridade, pensamento que a maioria dos defensores da República brasileira, especialmente na perspectiva positivista, desconsideraram.

No Rio Grande do Sul o federalismo terá expressão no Partido Federal (PF)

---

<sup>5</sup> TORRES, 1961: 90.

<sup>6</sup> TORRES, 1961: 153.

e no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que defendiam a garantia do poder local (autonomia local/regional); porém diferenciam-se na interpretação da forma de organização política, da divisão e relação dos poderes e da relação entre estado-província e a União.

Tanto o PRR como o PF em seu discurso buscaram seus fundamentos históricos na Revolução Farroupilha, no que tange a defesa do Federalismo e da República.

Na época da Revolução Farroupilha (1835-45), havia interpretações e projetos políticos diferenciados entre os farrapos, com significados diferentes ao entendimento do federalismo, isto é, o federalismo defendido nesse período poderia significar uma proposta de união de estados independentes através de um tratado ou aliança, ou seja, de uma Confederação; ou significava a união de estados autônomos (estados membros, não soberanos/independentes) em um único estado, o Estado Federal; ou, ainda, poderia significar um federalismo enquanto discurso em defesa da descentralização administrativa em um Estado unitário<sup>7</sup>.

Assim, no período de transição da Monarquia para a República no RS, há os que defendiam uma República Federal Parlamentar, especialmente os do Partido Federalista, que entendiam que o republicanismo significa representação, ou seja, "o povo deve ser ouvido antes de passar à jurisdição de outros autorizados; e o representante mais direto da soberania popular é a assembléia legislativa" (Carlos Maximiliano, 1929: 143). Defende uma relação harmônica entre os estados-membros e a União. Um dos seus principais representantes foi o Senador do Império, Gaspar Silveira Martins do Partido Liberal.

Há os que defendem uma República Federal na qual apresenta a divisão dos poderes, onde o Poder Executivo, centrado na figura do presidente, é o que garante a unidade nacional. Trata especialmente das questões de autonomia na relação entre estados-membros e a União, das garantias dos estados-membros. Nesta perspectiva de interpretação, encontra-se Julio de Castilhos, que buscará inspiração na filosofia positivista como meio de propor um estado moderno e progressista, forte e autoritário.

O debate entre essas idéias e projetos políticos republicanos ficam claros nos jornais regionais, como no Jornal *A Federação*, do PRR, que divulga a redação das bases do programa dos candidatos republicanos do PRR, em 1883, que diz:

---

<sup>7</sup> PADOIN, 2001.

As bases propugnavam a eliminação da monarquia, como regime incapaz de conduzir o povo brasileiro à felicidade e à grandeza; pediam em segundo lugar a fundação da República, na qual o sistema de Federação seria a condição única da unidade nacional, aliada à liberdade (Rodriguez, 1980: 23).

Conforme matéria no Jornal *A Federação* de 1884, há a defesa também: da descentralização provincial, da eleição do presidente provincial e da perfeita discriminação da economia da Província em relação a do Império; da descentralização municipal (rendas); da extinção do poder moderador e do Conselho de Estado; da temporariedade do Senado, alargamento do voto; da liberdade de culto e associação; do matrimônio civil do nascimento e óbitos; da liberdade de comércio e indústria, da liberdade de ensino (porém subordinado ao ideal do partido); rejeição a imigração oficial e sim a promoção da boa imigração espontânea; da abolição do elemento servil; do imposto direto (imposto territorial); competência e autonomia tributária (para os estados membros); da criação da Guarda Cívica (Brigada Militar) substituindo a "Força Policial" da Província.

Com a implantação da República no Brasil e com a chamada República Federal Castilhistas no RS, com Julio de Castilhos, percebe-se com clareza a defesa de um federalismo positivista radical, centrado no autoritarismo do Poder Executivo regional, na defesa da relação autônoma dos estados membros em relação à União, no qual os estados/províncias devem ser os responsáveis por decretar as leis civis, criminais e comerciais, bem como deverão ter a competência nas questões tribunais. Além disso, defende que são os estados que deverão ficar com propriedade das minas e das terras devolutas; a defesa do unicameralismo (dissolução do Senado e enfraquecimento do Congresso); reivindicam a participação política do clero (pretendendo ter apoio político da região de colonização/imigração), entre outros.

Porém, nem todos estes elementos estarão presentes na Constituição estadual de 1891, que se destacou pelo centralismo do poder do Executivo, que acumulou as funções legislativas e de administração, enquanto que a Assembléia Legislativa teve a função exclusivamente orçamentária. A autoridade central prevalece sobre a liberdade e sobre a representação popular.

A defesa do federalismo inspirado nos EUA está presente no discurso de Julio de Castilhos, mas especialmente quando trata da relação de poder que se

deve estabelecer entre o poder central brasileiro e o estado do RS, onde a autonomia regional deverá ser respeitada, e esta entendida como os interesses de quem a governa, ou seja, o PRR.

O período de implantação da República no RS não foi nada tranqüilo, como podemos observar com a eclosão da Revolução Federalista, na qual teremos de um lado o partido que estava no poder estadual, o PRR e seu líder e presidente do estado, Julio de Castilhos, os chamados chimangos, e os Federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, denominados por seus opositores de maragatos. Tanto um como o outro apresentam a defesa do federalismo, porém com perspectiva de orientação, fundamentação e interesses diferenciados, como apresentamos acima.

Porém, a Revolução Federalista é um exemplo da continuidade do embate entre poderes regionais (internos do estado) como entre os estados e deste com o poder central brasileiro, no qual o federalismo, mesmo com interpretações diferenciadas poderá vir a ser uma solução de equilíbrio a tais interesses e poderes. Nesse sentido, percebemos que a explicação dada por José Murilo de Carvalho, ao olhar para a História do Brasil, do século XIX, tem uma certa coerência e correlação quando poderá parecer complexo ou incoerente grupos ou partidos terem uma mesma bandeira (mesmo com "cores" diferentes):

Toda vez que a sociedade brasileira não tinha o espírito da liberdade individual nem do igualitarismo e estava formada com súditos e não cidadãos (mais ainda súditos hierarquizados pela escravidão, pela cor, pelo sexo, pela profissão), a simples introdução do federalismo como uma medida legal não podia fazer a magia de democratizá-la. Federalizar era necessariamente reforçar as estruturas sociais do poder preexistentes; era reforçar as desigualdades, a hierarquia, o privatismo. Não é de se surpreender que o federalismo foi bem-vindo aos poderes locais.<sup>8</sup>

A partir disso, podemos perguntar: o federalismo no Brasil não saiu da esfera da defesa do poder privado local/regional em relação a interferência do poder central? A República Velha e as relações coronelistas também são um exemplo desta afirmação?

### **Referências Bibliográficas**

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, M. (Coord.). *Federalismos latinoamericanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.op.cit., p.45.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo gaúcho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Brasiliense, v. 308)

---

<sup>6</sup> CARVALHO, 1993.



# Origens do Direito do Trabalho no Brasil: o legado castilhista

*Ana Maria Machado da Costa*

Bacharel em Ciências Sociais e em Ciências Jurídicas,  
Especialista em Direito do Trabalho e Mestranda em História PUCRS

**N**o ano em que se comemoram cem anos da morte de Julio de Castilhos, é mais que hora do reconhecimento, em especial dos juristas, da contribuição do castilhismo para a configuração do moderno Direito do Trabalho brasileiro.

Tendo em vista minha formação jurídica, peço licença aos presentes, os quais penso serem, em sua grande maioria, historiadores ou da área das Ciências Sociais, para trazer uma visão do castilhismo sob o ponto de vista do Direito Trabalhista. E, se minha fala estiver pontuada por várias expressões jurídicas, desde já me desculpo, pois é difícil tratar da História do Direito sem trazer à tona alguns de seus conceitos básicos.

A História do Direito do Trabalho foi escrita basicamente pelos juristas nas décadas de 40 e 50 do século passado, após o advento da Consolidação. Na época, poucos eram os estudos sociológicos e históricos sobre o período em que se articulam as primeiras normas trabalhistas. De lá para cá, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e da História, principalmente a partir de 1970, muito se avançou neste terreno. No entanto, a área jurídica não incorporou estas pesquisas que trazem novos elementos e interpretações sobre inúmeros aspectos da República Velha, tais como as primeiras greves, o advento da industrialização no Brasil e as políticas regionais.

Tenho a certeza que a História ainda tem muito a revelar para o conhecimento jurídico, especialmente, em relação à sua construção social ao longo do tempo. Este é justamente o desafio que tem motivado as minhas pesquisas.

Passados 60 anos de vigência da CLT, não podemos mais aceitar colocações simplistas e equivocadas, como a que afirma ser a mesma uma cópia da Carta del Lavoro. É inegável que a concepção corporativa fascista marcou a estrutura do direito coletivo do trabalho, não a do individual que se caracteriza até hoje pelo seu perfil progressista. Nos anos 30, inicia-se um período de grande produção legislativa que culmina com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Nesse período, são delineados os fundamentos de nosso direito laboral.

Tal processo dá-se em um momento complexo da história brasileira, no qual diversas forças se digladiam para definir um projeto nacional. Neste contexto social, várias correntes de pensamento deixaram sua influência. As questões do mundo do trabalho não ficaram imunes à influência positivista, que tem na incorporação do proletariado à sociedade moderna um dos seus princípios fundamentais.

Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho, nunca escondeu sua filiação ao comtismo. Sua adesão à teoria positivista ficou registrada na exposição de motivos do decreto que regula a sindicalização:

Guiados por essa doutrina, nós saímos fatalmente do empirismo individualista, desordenado e estéril que começou a bater em retirada há quase um século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes independem umas das outras e em que a idéia do progresso está subordinada à noção fundamental da ordem. A previsão genial de Augusto Comte já havia divisado que nem todas as relações entre os indivíduos de uma mesma sociedade podem ser enquadradas dentro das regras comuns de Direito Privado.

Como dizia Oliveira Vianna, um dos mais influentes formuladores do sistema trabalhista implantado por Vargas, a tarefa dos técnicos do novo Ministério do Trabalho foi antes de sistematização de um direito já existente do que propriamente de concepção de um direito novo. Os legisladores trabalhistas, no pós-30, foram encontrar suas fontes de inspiração nos costumes, nos regulamentos de empresas e nas normas produzidas pelos seus antecessores, tanto no âmbito federal como estadual ou, mesmo, municipal. Portanto, não só do exterior veio a inspiração do legislador.

Werneck Vianna, em seu livro "Liberalismo e Sindicato no Brasil", já mostrou que durante o Governo Provisório encontra-se a primeira tentativa de criação de uma legislação de cunho trabalhista no Brasil. Tal processo, que antecipa, em âmbito nacional, a era Vargas, teria sido interrompido com a promulgação da Constituição de 1891. Esta legislação embrionária teve forte influência do positivismo. Demétrio Ribeiro e Benjamin Constant, ambos notoriamente partidários de Comte, instituem diversas normas de proteção aos operários da União no âmbito dos seus ministérios. É desse período o projeto que Teixeira Mendes apresenta ao Governo Provisório, visando à melhoria das condições do

proletariado. As propostas do Apostolo Positivista, apresentadas um ano após a abolição da escravatura, têm incontestavelmente um conteúdo profundamente progressista. São previstos diversos dispositivos, como a jornada de 7 horas, descanso semanal, férias anuais de 15 dias, licença saúde remunerada, estabilidade após 7 anos de serviço, aposentadoria por invalidez e idade e, ainda, pensão para os dependentes do operário.

O processo de construção do direito do trabalho interrompido nacionalmente em razão da visão liberal imposta pela Lei Maior foi, no entanto, retomado pelo castilhismo no nível regional.

Já no programa do Partido Republicano Rio-Grandense - PRR, em suas Teses Sociais, figuram diversas cláusulas referentes aos direitos dos trabalhadores. Destacam-se, entre eles: a educação popular, o ensino profissionalizante, as férias, a jornada de 8 horas, o direito de greve, a aposentadoria por invalidez e a criação de um tribunal de arbitragem para resolver os conflitos trabalhistas.

Todavia, a preocupação com a incorporação do proletariado à sociedade moderna não fica restrita ao terreno programático dos republicanos gaúchos.

A preocupação de Comte com a questão social traduziu-se na Carta de Julio de Castilhos, de 14 de julho de 1891, pela inscrição de direito propriamente trabalhista em seu texto. Numa transposição quase literal do proposto pelo Apostolado Positivista ao Congresso Constituinte Federal, são estendidas, aos jornaleiros - operários diaristas a serviço do estado - as vantagens gozadas pelos funcionários públicos.

O Apostolado Positivista justificava esta regra dizendo ser esta uma decorrência do princípio que proclama ser a lei igual para todos. Além disso, o Estado estaria concorrendo "para a solução do problema social dos nossos tempos: a incorporação do proletariado na sociedade moderna".

Promulgada a Constituição, de imediato, os jornaleiros passaram a ter direito à aposentadoria por invalidez. Posteriormente, em especial na administração Borges de Medeiros, foi se ampliando a gama de direitos. Este processo culminou com a publicação do Decreto 2.432, em 14 de julho de 1919, que consolidou as disposições regulamentares dos funcionários públicos. Aos jornaleiros foram assegurados importantes direitos: licenças remuneradas para tratamento de saúde; férias de 30 dias e auxílio funeral.

Há, inegavelmente, no diploma constitucional castilhista, uma ampliação do campo de abrangência do conceito de igualdade, especificamente, quando o

princípio da não-discriminação é introduzido no seio das relações de trabalho. Os jornaleiros eram basicamente operários que desenvolviam trabalhos braçais, ao contrário dos funcionários do quadro afeitos aos trabalhos burocráticos. Em plena vigência do que se chamou de “república dos bacharéis”, a dimensão progressista deste dispositivo reveste-se de importância ainda maior se consideradas as características de uma sociedade marcada pela chaga da escravidão, na qual reina o preconceito contra o trabalho manual.

O mandamento gaúcho traz para o mundo do trabalho um dos princípios fundamentais do direito – o princípio da igualdade. Com isso, Julio de Castilhos resgata o princípio fundamental da república, tão esquecido na sua experiência brasileira: o do fim dos privilégios. Como diz o jurista Evaristo Moraes Filho, o princípio da isonomia “é o mais amplo e o primeiro dos princípios gerais do direito, porque por ele começa a própria justiça”.

Incontestavelmente, a Carta castilhista avança em relação à Federal, que se limita a declarar genericamente a garantia da igualdade de todos perante a lei. Garantindo a isonomia entre os jornaleiros e os funcionários do quadro constituinte, passa a dar conteúdo social ao preceito da igualdade. Desta maneira, avança em relação à concepção liberal de igualdade inscrita na Constituição Federal, visto que esse princípio passa a ter uma dimensão social que o aproxima, embora de modo tímido, do conceito de justiça.

É importante lembrar que a Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, profundamente marcada pelo figurino liberal norte-americano, silenciou sobre os direitos dos trabalhadores. Foi preciso esperar quase três décadas para que fosse introduzido o Direito do Trabalho no texto constitucional federal. A Reforma Constitucional de 1926 incluiu, no rol das competências do Congresso Federal, a de “legislar sobre o trabalho”. Entretanto, somente em 1934, são inseridas normas de conteúdo efetivamente protetivo do trabalho na Carta Federal.

A regra formulada por Julio de Castilhos transformou-se em paradigma ao qual recorreram constantemente àqueles que desejavam ver seu efeito expandido nacionalmente.

O aspecto inovador da Constituição gaúcha não se restringiu, contudo, aos limites nacionais. Muitos anos antes da Carta Mexicana de 1917, a de Julio de Castilhos foi uma das primeiras, na América, a inserir em seu seio normas de proteção ao trabalho. A Constituição do México é emblemática do processo denominado constitucionalismo social. Este movimento que, a partir de então,

alastra-se mundialmente tem por fundamento a concepção do Estado como instrumento da realização da justiça social e, para tal, propõe a inclusão de direitos trabalhistas e sociais basilares nos textos das Constituições.

Antes do texto de 14 de julho de 1891, na América Latina, deve-se registrar a Constituição da Província de Barcelona, de 1812, na Venezuela, que atribui ao Legislativo a faculdade de regulamentar o trabalho dos operários livres.

A contribuição de Julio de Castilhos para a conformação do direito do trabalho no Brasil não se resumiu, no entanto, à dimensão constitucional. Do ponto de vista da legislação infraconstitucional produzida em seu governo, merece destaque o Ato nº. 31, de 22 de setembro de 1897, que disciplina o trabalho nos serviços de dragagem das lagoas dos Patos e Mirim.

Por meio dessa regulamentação, é elaborado um quadro fixando os horários de trabalho. As jornadas definidas oscilam entre onze horas, na primavera, a nove horas nos meses de frio mais rigoroso. É estabelecido, ainda, um período de intervalo para repouso e refeição.

Estas regras sobre a jornada têm importância capital, visto que a limitação do tempo de trabalho constitui-se em aspecto essencial de proteção do mesmo. O Direito do Trabalho vê nelas uma forma de impedir abusos de parte dos empregadores. As disposições sobre a jornada são típicas da tutela legal do trabalho livre, pois, por meio delas, é possível determinar o tempo de trabalho e o de descanso. Dessa maneira, fica delimitado o tempo em que o trabalhador estará atrelado às ordens do empregador e o que estará livre para comandar sua vida pessoal.

É razoável dizer que a fixação da jornada, num leque de nove a onze horas, revela um certo acanhamento do legislador, especialmente, em relação à proposta formulada pelo programa do PRR de um regime de oito horas de trabalho nas oficinas do Estado. No entanto, se comparada à incipiente legislação internacional existente na época, a regulamentação castilhistas estava perfeitamente afinada com os padrões que vigoravam na esfera mundial. Basta lembrar que a Suíça, em 1877, fixou em onze horas a jornada de trabalho e a Áustria, em 1885, em dez horas. Já a Rússia, no ano de 1901, estabeleceu o limite de dez horas.

Em termos de Brasil, o Decreto nº 313, de 17 de janeiro de 1891, com abrangência no Distrito Federal, limitou a nove horas a duração máxima do trabalho dos menores do sexo masculino e em sete horas a das menores do sexo feminino. No entanto, é importante destacar que o legislador tradicionalmente tem uma

preocupação maior em proteger o trabalho das crianças e dos jovens.

Com amplitude nacional, somente em 1932, com os Decretos\* que dispõem sobre a duração do tempo de trabalho no comércio e indústria, é estabelecido o limite universal de oito horas.

A norma castilhista determina ainda que, somente em situações de urgência, os operários deveriam realizar jornada extraordinária, o que poderia ensejar o pagamento de um adicional de 10% a 50% do salário.

Outra novidade, do ponto de vista doutrinário, encontra-se na previsão de pagamento de salários aos jornaleiros, sempre que não pudessem trabalhar em virtude de mau tempo ou outra razão. A regra deste artigo decorre de duas importantes concepções do direito do trabalho moderno e que foram consagradas pela CLT cinco décadas depois: a primeira, entende que o risco do empreendimento deve ser atribuído ao empregador; a segunda, compreende o tempo de trabalho como sendo o tempo à disposição do empregador e não o critério restritivo, que se baseia no tempo efetivamente trabalhado.

Orientada pelo mesmo princípio, a regulação do trabalho nas dragagens prevê, em caso de doença, o pagamento de 2/3 do salário ao operário. Esta norma básica de proteção do trabalho, também, deriva de uma concepção ampliada de salário. Ao adotar este conceito, o dispositivo estabelece ser devida a remuneração mesmo quando trabalhador não estiver apto para o trabalho.

É possível afirmar que todos estes dispositivos são normas de natureza propriamente trabalhista, pois ancorados no princípio basilar que dá origem e organiza todo o Direito do Trabalho: o princípio de proteção do trabalhador. Por esta razão, esta regra produzida no governo de Julio de Castilhos inverte a lógica da legislação anteriormente produzida no Rio Grande do Sul, como os Regulamentos sobre o Trabalho dos Criados. Esta regulamentação foi aprovada, no período de 1887 a 1889, em diversos municípios gaúchos e nela encontram-se alguns dispositivos consagrados pela CLT, tais como a justa causa e o aviso prévio. Simultaneamente, os regulamentos previam a imposição de multas e até mesmo de prisão, nos casos em que os criados se negassem a honrar os contratos. Aos patrões, contudo, há somente a previsão de multas. Na realidade, a motivação fundamental destes diplomas legais era disciplinar e organizar o incipiente mercado do trabalho livre e não a de proteção do trabalhador. Assim, os Regulamentos não

---

\* Decretos 22.033 e 21.364.

podem ser classificados como normas propriamente trabalhistas.

A trajetória iniciada por Julio de Castilhos não será interrompida pelo seu sucessor, Borges de Medeiros, que igualmente contribuirá para a formulação embrionária do Direito do Trabalho no Brasil.

Devemos, contudo, notar que a produção legislativa do governo Julio de Castilhos restringiu-se aos operários a serviço do Estado. Quando se fala dos demais trabalhadores, não se pode esquecer que, por uma inspiração igualmente retirada do comtismo, ou seja, do princípio da liberdade espiritual, a bancada federal gaúcha foi a maior opositora do projeto de regulamentação do trabalho na Primeira República.

Embora a ferrenha batalha dos positivistas no Congresso Nacional, é inegável que a Constituição castilhista é, sem sombra de dúvida, um dos marcos da fundação do moderno Direito do Trabalho brasileiro. Por meio dela, três anos após a abolição da escravidão, a questão do trabalho adquire a dimensão jurídica constitucional. Apontando, assim, para a necessidade de dar conteúdo social ao princípio da igualdade, vinte e seis anos antes da Constituição do México, marco da história do Direito do Trabalho, ainda que timidamente, são lançadas as sementes do constitucionalismo social brasileiro.



# Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder<sup>1</sup>

Gunter Axt

Bacharel e Mestre em História pela UFRGS; Doutor em História Social pela USP, consultor do Memorial do Judiciário do RS e do Memorial do Ministério Público RS, doutorando CPDOC/FGV-RJ

A historiografia brasileira tem insistido na vigência de um quadro diverso, em relação ao restante do País, para o Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Autores como Raymundo Faoro, Alfredo Bosi, Miguel Bodea, Céli Pinto, Héliog Trindade, Sandra Pesavento, Maria Antonieta Antonacci, Sérgio da Costa Franco, entre outros, têm minimizado, ou até mesmo negado, a participação do Estado no sistema coronelista de poder<sup>2</sup>. De um modo geral, o argumento baseia-se na idéia de que o coronelismo não chegou a se implementar no Rio Grande do Sul em virtude de o Estado ter sido dominado por uma elite política de corte moderno, fortemente influenciada pela ideologia positivista, cuja prática administrativa, sustentada por uma Constituição autoritária, afirmar-se-ia na contramão do liberalismo oligárquico, bem como no sentido da intervenção do estado na sociedade, desenvolvendo estratégias de diversificação da economia, de industrialização, de modernização burocrática e de incorporação do proletariado à sociedade. No reforço a esta tese invocou-se, ainda, o argumento de que o sistema coronelista não se desenvolveria em áreas cuja atividade econômica está baseada na pequena propriedade rural, modelo produtivo que, em virtude do processo migratório, constituiu parte da zona de ocupação do Estado.

---

<sup>1</sup> Este texto resume parte da tese de doutorado em História Social intitulada "*Gênese do Estado burocrático-burguês no RS (1889-1929)*", orientada pela Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti, com financiamento do CNPQ, e defendida em junho de 2001 na USP. Trata-se de uma versão ampliada de comunicação originalmente apresentada no Simpósio 72 do Congresso Nacional da ANPUH, realizado em julho de 2003, na cidade de João Pessoa, na Paraíba, e cujo texto escrito foi originalmente publicado na obra "*As múltiplas dimensões da política e da narrativa*", organizada pelas Dras. Teresa Malatian e Marisa Saenz Leme e pelo Professor Ivan Aparecido Manoel, editada pela Editora Olho D'água, de São Paulo, em abril de 2004, no âmbito das atividades do GT nacional de História Política e com apoio do programa de pós-graduação em História da UNESP-Franca. A presente versão sofreu algumas modificações.

<sup>2</sup> ANTONACCI, 1981; BODEA, 1979; BOSI, 1996; FAORO, 1987; FRANCO, 1988; LOVE, 1975; PESAVENTO, 1980; PESAVENTO, 1988; PESAVENTO 1993; PINTO, 1986; TRINDADE, 1993.

Em sustentação a esta vertente interpretativa partiu-se de três premissas fundamentais. Em primeiro lugar, esses autores parecem aceitar implicitamente haver uma correspondência entre o discurso e a prática política, afastando-se, desse modo, de um aspecto essencial da crítica ao discurso político que tem se afirmado na historiografia brasileira contemporânea. Em segundo lugar, admitem que no Rio Grande do Sul castilhista-borgista houve disciplina partidária e fidelidade às diretrizes programáticas dos Partidos, o que não teria existido no restante do País. Finalmente, todos compartilham da percepção de que o cruento embate político verificado no Estado durante o período não foi produto do choque de interesses econômicos, tendo por pano de fundo exclusivamente divergências ideológicas. Esta tomada de posição foi promovida inclusive por autores declaradamente marxistas, como Maria Antonieta Antonacci e Héglio Trindade, entre outros, muito embora ela represente uma subversão da lógica marxista, que tem por espinha dorsal relacionar todo o enfrentamento político a um confronto de interesses econômicos.

Este quadro pode ter se caracterizado pela remissão majoritária desses autores a fontes oficiais, ou produzidas por agentes políticos ligados ao Partido Republicano, tais como: relatórios de governo, anais da Assembléia dos Representantes (instituição que era aparelhada pelo partido no poder), textos jornalísticos do órgão partidário *A Federação*, etc., o que pode ter contribuído para que muitos absorvessem a justificativa ideológica do poder cerzida pelos próprios agentes de governo.

Portanto, muito embora a historiografia acadêmica elaborada nos anos 1970 e 1980 tenha se proposto a uma revisão crítica da visão sugerida pelos historiadores anteriores, identificados a um matiz historiográfico biográfico-institucional, ou a um matiz historiográfico mecanicista, muitas das interpretações cuja revisão foi proposta terminaram sendo preservadas em textos mais recentes.

O exemplo mais contundente nesse sentido foi a glorificação regionalista da prática política sul-rio-grandense, como se, no período estudado, o campo político no torrão sulino fosse mais técnico, mais aberto às demandas populares e menos determinado pela indistinção entre espaço público e privado. Outro efeito de sentido cristalizado tendeu a associar a prática política do Partido Republicano a uma aliança estratégica com a burguesia nascente, com a classe média e com a zona de colonização ítalo-germânica, em oposição ao esquema supostamente conservador da oposição federalista, identificada à elite estancieiro-mercantil e às regiões da campanha e da fronteira.

Apesar desse viés interpretativo ter-se fixado de forma predominante, alguns estudos pontuais ventilaram, entretanto, certos questionamentos. Vélez Rodriguez, por exemplo, observou não haver uma correspondência automática entre comtismo e castilhismo, sugerindo ter existido um aproveitamento seletivo do positivismo pelo republicanismo gaúcho. Por sua vez, Nelson Boeira percebeu a existência de diversos positivismos – o religioso, o político e o difuso –, identificando, ainda, vários momentos do chamado positivismo político no Rio Grande do Sul. Comprovou, dessa forma, não ser pertinente a referência a um projeto castilhista estável e homogêneo para todo o período da República Velha. Sílvio Duncan Baretta, ao analisar as causas históricas da violência e propor uma tipologia da violência coletiva no Rio Grande do Sul na passagem do Império para a República, encontrou na suspensão da tarifa especial e no combate ao chamado “comércio ilícito” da fronteira uma das causas econômicas que informaram o conflito de 1893. Para o autor, a explosão de violência coletiva teria sido mais saliente, ainda, justamente naquelas localidades onde a disputa pela posse da terra conectava-se com fricções partidárias. Além disso, aproveitando os estudos de Jean Roche, Duncan Baretta salientou a especialização econômica das cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre em torno de um comércio de tipo importador conectado aos interesses de comerciantes e fazendeiros do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Sandra Pesavento mostrou-nos as divergências internas da classe dominante, sobretudo entre criadores e charqueadores. Margareth Bakos, estudando a cidade de Porto Alegre, percebeu, ao constatar o regime de déficit orçamentário, que o discurso legitimador da política não correspondia à prática administrativa. Em um estudo de caso para duas cidades do norte gaúcho, Loiva Félix contestou a eficácia do conceito de “coronel burocrata”, propondo, a partir daí, a necessidade de uma retomada dos estudos sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul. Finalmente, Eloisa Capovilla, estudando as relações de poder durante o período de institucionalização republicana no Litoral Norte do Estado, percebeu a emergência da violência política, as cisões internas dos republicanos, bem como indícios da existência de um sistema coronelista de poder<sup>3</sup>.

Instigado por tais ponderações, procurei, em minha tese de doutorado, realizar um estudo sistemático das relações de poder no Rio Grande do Sul, à luz de novas abordagens e novas fontes. Moviam-me questões como: qual foi o sentido histórico dos governos castilhistas e borgistas no Rio Grande do Sul? A que interesses específicos esses governos atenderam? Quais as especificidades do

---

<sup>3</sup> BARETTA, 1985; BAKOS, 1996; BOEIRA, 1980; FÉLIX, 1987; PESAVENTO, 1980; RAMOS, 1990; RODRIGUEZ, 1980.

modelo coronelista no Rio Grande do Sul? Procurei responder a estas questões construindo uma proposta de trabalho que previsse o cruzamento de três níveis de análise.

Em primeiro lugar, tentei analisar as estratégias de construção e de legitimação do discurso oficial do regime, identificando as suas continuidades e descontinuidades estruturais, numa perspectiva de longa duração. Por exemplo, qual a definição de conceitos como democracia, eleições ou endividamento público em diferentes momentos da trajetória política das lideranças do PRR? Em seguida, cotejei as fórmulas encontradas com os esquemas discursivos da oposição política, cuja voz foi em geral pouco auscultada pela historiografia corrente.

Um segundo eixo foi dedicado ao estudo de políticas públicas – ressalvada a compreensão de que o conceito de política pública é algo que tão somente se introduz de forma sistemática e orgânica no plano do discurso político depois da Primeira Guerra Mundial – implementadas pelos governos republicanos, especialmente dirigidas para os setores de transporte (marítimo, fluvial e ferroviário), financeiro e tributário. Interessaram-me, ainda, as estratégias de construção da peça orçamentária estadual e a rede de incentivos fiscais dirigidos para os setores produtivos. O objetivo fundamental desse eixo foi permitir uma compreensão mais orgânica da intervenção do estado em campos estratégicos da economia, comparando as diversas políticas entre si, numa perspectiva de longa duração, a fim de intentar perceber os esquemas de transferência de recursos de um segmento produtivo para outro e a fim de cotejar o resultado dessas análises com o discurso legitimador e opositor do regime.

Esta abordagem foi, finalmente, complementada por um esforço de compreensão do sistema de relações de poder que caracterizou o período. Dessa forma, um terceiro eixo procurou traçar uma visão mais sistêmica das relações coronelistas de poder no Estado. Pretendi, aqui, romper com o modelo explicativo até então predominante, segundo o qual, dentro de uma perspectiva marcadamente mecanicista, associava-se a cada formação partidária uma região distinta do estado e uma classe social específica, substituindo-o por uma proposta analítica que contemplasse a dinâmica entre poder central estadual e poder local, entre poder público e poder privado. O grande trunfo para a operação dessa proposta foi acessar o arquivo Borges de Medeiros, que reúne, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico, cerca de 20 mil correspondências trocadas pelo chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul com as mais diversas lideranças políticas, de fins do século XIX até às vésperas da Revolução de 1930. Analisei os fundos das cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Canguçu, Lagoa Vermelha, Palmeira

das Missões, Cruz Alta, Livramento, Caxias do Sul, Bagé e Jaguarão, o que representa, uma visão parcial do sistema de relações de poder da época no Estado, mas é, talvez, o primeiro estudo que se vale das possibilidades oferecidas pelo arquivo Borges de Medeiros com essa amplitude.

Para costurar estes eixos, recorri a um aporte teórico misto, haurido de três fontes. Primeiramente, procurei acercar-me da reflexão neomarxista sobre a relação do estado com a sociedade, em especial, sobre o papel interventor do estado capitalista pré-industrial. Foram de grande valia, dentre outros, os trabalhos de Adam Przeworsky, Martin Carnoy, Michel Mann e J. Padgett. Em seguida, combinei tais reflexões com a teoria gramsciana, sendo de particular relevância os conceitos de *hegemonia* e de *fração de classe*. Finalmente, juntei a este marco teórico a teoria brasileira do sistema coronelista de poder, desenvolvida, entre outros, por autores como Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria de Lourdes Janotti e José Murilo de Carvalho.<sup>4</sup>

Partindo dessa proposta de trabalho, foram quatro as principais conclusões a que cheguei.

1º. – Em primeiro lugar, entendi não apenas ser possível como necessário localizar o choque de interesses econômicos que entrancaram o conflito político. Foi possível identificar a formação de um *bloco histórico* para o período estudado, animado por uma aliança estratégica entre a elite dirigente – no caso, o grupo político intransigente e minoritário dos republicanos castilhistas – com *frações* da classe dominante que, ao final do Império, foram empurradas para o segundo plano no que se refere ao domínio do campo político-parlamentar e à distribuição de recursos geridos pelo estado. Falo aqui especificamente dos charqueadores e da classe mercantil-financeira urbano-litorânea, estabelecida nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Ambas as frações de classe dominante eram politicamente minoritárias – já que a composição da Assembléia Provincial era dominada por estancieiros e magistrados – e perderam com a implantação da tarifa especial, na década de 1870, dispositivo negociado com o Governo Geral pelo líder liberal Gaspar Silveira Martins, que beneficiava o comércio fronteiriço.

Assim, enquanto a facção castilhista precisava de um *aparelho de estado* autoritário para consolidar-se no poder, as *frações* dos charqueadores e dos

---

<sup>4</sup> CARNOY, 1998; GRAMSCI, 1995; JANOTTI, 1981; LEAL, 1978; MANN, 1984: 185-213; PADGETT, 1981: 75-129; PRZEWORSKY, 1985; QUEIROZ, 1989: 153-192.

mercadores e financistas litorâneos identificaram no projeto intervencionista o caminho mais fácil para impor sobre a região uma *hegemonia* mercantil, cujos aspectos fundamentais eram: política de valorização do charque, mesmo que esta se desse em prejuízo dos criadores; repressão ao contrabando com o Prata; centralização da atividade mercantil na Capital, especialmente com a submissão da zona de colonização à esfera de influência econômica da elite financeira urbana. Portanto, o *bloco no poder* constituiu-se com base numa aliança entre *frações* conservadoras da classe dominante que davam sustentação a uma facção política minoritária e altamente autoritária.

Não houve uma política sistemática de valorização da classe média, de incorporação do proletariado à sociedade e de investimentos direcionados para a zona de colonização, muito embora tais aspectos estivessem presentes no discurso político, por vezes de forma contundente. Por exemplo, se em 1917 Borges de Medeiros interveio no mercado para garantir certas conquistas aos trabalhadores urbanos, foi, fundamentalmente, porque arrostava um momento de crise de *hegemonia política* e não pretendia abrir uma outra frente de atrição. Mas, em 1919, quando a *rede de compromissos* sob seu comando reafirmara-se plenamente, Borges determinou a perseguição das lideranças sindicais e o fechamento de sindicatos, rechaçando qualquer possibilidade de apoio às reivindicações dos trabalhadores.

A oposição partidária, por sua vez, batia-se, sobretudo, pela liberdade de comércio, o que significava o estreitamento da integração com o Prata, a redução das barreiras de importação e a fuga à zona de influência mercantil da Capital. Almejava, além disso, uma política econômica que privilegiasse a *fração* dos estancieiros acima de qualquer outra. Pleiteava, por exemplo, como nos ensinou Sandra Pesavento, a criação de um banco hipotecário de crédito rural com apoio de recursos públicos e a instalação de frigoríficos no Estado, o que era boicotado pelos financistas urbano-litorâneos e pelos charqueadores. No início da República, esta facção era parlamentarista, porque acreditava que dispunha do apoio da maioria dos eleitores e conseguiria no Parlamento fazer valer suas posições econômicas. Já na década de 1920, o parlamentarismo federalista original estava praticamente substituído pelo presidencialismo assistido, pois já, então, o processo de esvaziamento do Legislativo parecia ser apenas parcialmente reversível.

A despeito desses grupos de interesses com orientações mais ou menos estruturadas, um feixe de lealdades pessoais distribuía estancieiros e comerciantes, tanto da fronteira quanto da serra e do litoral, entre o PRR e o Partido Federalista,

mais tarde Partido Republicano Democrata e Partido Libertador. Mesmo porque, estando no poder, as lideranças do PRR dispunham de canais privilegiados de cooptação e de repressão. Afinal, interesses individuais e imediatos podiam ser privilegiados em detrimento da racionalidade programática de *fração de classe*.

O incentivo à industrialização não figurou no discurso da oposição. De outro lado, muito embora tenha colorido o discurso do PRR, as lideranças governistas limitaram-se a apoiar na prática apenas aqueles segmentos da indústria que contavam com forte participação do capital de origem mercantil-financeiro urbano-litorâneo. Portanto, as indústrias originadas na zona de colonização, a partir do excedente do capital agrícola e mercantil colonial, não mereceram maior atenção da elite dirigente. Em nível federal, as lideranças do PRR apoiaram sistematicamente uma política econômica contrária aos interesses da indústria nascente, advogando com insistência no Congresso Nacional a redução das tarifas de importação incidentes sobre produtos industrializados.

2º. - Concluí, em seguida, que a institucionalização autoritária, consubstanciada na Carta Estadual de 14 de julho de 1891, que manietou o Parlamento, permitiu o aparelhamento da Justiça e viabilizou as intervenções nos municípios, foi uma conseqüência: a) da intransigência política que explodiu após a Proclamação da República; b) do desfecho da Revolução Federalista, quando a oposição foi vencida pelas armas; c) da necessidade que tinham os grupos políticos minoritários de impor sua forma de dominação, tanto nas localidades, quanto no Estado; d) da necessidade das *frações* minoritárias da classe dominante de dispor de instrumentos interventores para impor sua *hegemonia* mercantil.

Esta *hegemonia* mercantil foi construída com dispositivos tais como: a) padronização da matriz tributária, confiscando-se competência dos municípios na edição de tributos locais; b) implantação de impostos, como o territorial rural, que transferiram recursos da zona colonial para o setor mercantil e financeiro litorâneo; c) intervenção no setor de transportes de modo a determinar a convergência da malha ferroviária para a Capital e não para outras cidades do interior, como Santa Maria (cidade bem ao centro do Estado) e Rio Grande (porto de mar); d) incentivos particularizados para segmentos com investimentos do setor financeiro-mercantil.

Portanto, a institucionalização autoritária não foi uma demanda natural das estruturas sociais, como se chegou a sugerir, frente a qual não se teria opção, nem tampouco produto da informação ideológica positivista, mas, sim, foi a fórmula encontrada por segmentos específicos da sociedade para a viabilização do seu

projeto político e econômico.

3º. – A terceira conclusão geral aponta no sentido de que a forte ideologização que marcou o discurso político situacionista derivou da necessidade de justificar o autoritarismo e a intransigência, atacados pela oposição partidária. Esta ideologização do discurso foi potencializada em épocas de crise de *hegemonia*. Foi também facilitada pela organização da Igreja Positivista Brasileira (IPB) em Porto Alegre e pela participação e colaboração de positivistas no Governo. A homogeneidade discursiva foi ainda reforçada pela “continuidade administrativa”, conforme expressão empregada pelos homens da época.

Todavia, não é a ideologia que explica a opção por certas políticas públicas. A prova mais contundente disso é que, mesmo existindo certa homogeneidade discursiva, verificam-se descontinuidades e rupturas conceituais. Por exemplo, o endividamento externo, que até 1918 era representado como uma alternativa criminosa de gestão, a partir de 1919 tornou-se aceitável e até mesmo desejável. Já a formação de empresas públicas, que em 1905 foi rechaçada, depois de 1913 revestiu-se da condição de solução para todos os males da economia. Ainda assim, a intervenção do capital público na economia era seletiva. O eterno pleito da oposição e dos estancieiros, qual seja, a instalação de um banco hipotecário estatal, foi repellido pela administração Borges de Medeiros. Outro aspecto cambiante diz respeito ao tom xenófobo do discurso político para a área econômica, a presença do capital estrangeiro no setor de transportes, bem-vinda até 1908, passou a ser criticada a partir daí; por outro lado, os investimentos estrangeiros nos frigoríficos, a partir de 1917, foram amplamente saudados.

4º. – A quarta conclusão é que, contrariamente ao que sustenta a maior parte da historiografia corrente, o Rio Grande do Sul também integrou aquilo a que se chamou de *sistema coronelista de poder*.

Para compreender as especificidades do coronelismo no Rio Grande do Sul, partimos inicialmente da percepção de que o longo período de domínio de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros sobre o Estado não pode ser tratado como um bloco homogêneo, devido às inúmeras descontinuidades e conjunturas. De tal sorte, propus a seguinte periodização:

- a) Institucionalização republicana (1889-1895): foi o período de maior instabilidade política e administrativa, marcado pelo *Governicho* cassalista, pela cruenta Revolução Federalista e pela construção do edifício jurídico. Foi quando

se neutralizou a oposição e se formatou o modelo institucional autoritário.

- b) Hegemonia castilhista (1895-1903): com a derrota e o quase extermínio da oposição, Julio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até a sua morte prematura, em 1903. Em 1898, Castilhos ungiu o Desembargador Borges de Medeiros como seu sucessor no Governo Estadual, mas o controle político permaneceu em suas mãos.
- c) Crise de hegemonia (1903-1907): com a morte de Castilhos, lideranças partidárias passaram a questionar o projeto de Borges de Medeiros, que pretendia ser o administrador austero e herdeiro do carisma de Julio de Castilhos, substituindo-o no comando unipessoal. Este embate teve por consequência a cisão republicana de 1906/07 e a tensa campanha eleitoral que sagrou Carlos Barbosa Gonçalves como candidato do oficialismo borgista. Borges de Medeiros precisou afastar-se da administração direta do governo, mas manteve o comando partidário. A eleição de Barbosa Gonçalves provocou uma redefinição de algumas políticas públicas. Foi quando se passou a criticar as concessionárias de serviços públicos e se começou a preparar o terreno para as encampações de 1919/20.
- d) Construção da hegemonia borgiana (1908-1913): Entre 1908 e 1913, durante o Governo Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma *rede de compromissos* e lealdades no interior. Entre 1903 e 1908, processaram-se inúmeras substituições de comandos políticos no interior do Estado. Tradicionais castilhistas foram hostilizados e substituídos por facções políticas adversárias em diversas cidades. Em troca do alinhamento à política estadual, durante o tenso período de institucionalização republicana, Castilhos garantiu ampla margem de ação aos seus colaboradores nos municípios. Borges de Medeiros, por sua vez, pretendeu intervir de forma

mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do estado e aprofundando o processo de afirmação da *hegemonia* mercantil ambicionada pelas *frações de classe* que lhe davam sustentação socioeconômica.

- e) *Hegemonia borgiana* (1913-1920): ao reassumir o governo do Estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. Dessa vez, respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do Estado. De tal forma, que enfrentou as cisões de 1915 e 1916 sem comprometer o controle sobre o Partido. Durante esta quadra foram também programadas as encampações de serviços públicos – ferrovia, barra, porto marítimo e canais de navegação interior – que tinham por objetivo central fortalecer o *poder infra-estrutural* do estado e a capacidade de controle sobre a sociedade civil, bem como consolidar a *hegemonia* mercantil pretendida pela *fração* de comerciantes e financistas urbano-litorâneos.
- f) *Contestações e crise de hegemonia* (1921-1923): a fórmula adotada para viabilizar as encampações de 1919/20 suscitou uma grave crise financeira entre 1921 e 1923, que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assistida de 1922. Ao recorrer a empréstimos internos, o Governo Borges promoveu um enxugamento do meio circulante estadual, justamente em um momento em que se liberava a demanda reprimida de importações. Isto trouxe uma forte especulação em moeda estrangeira, inflação, alta de juros e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro, de forma a colocar a cru a opção da elite dirigente pela aliança estratégica com a *fração de classe* dos charqueadores e dos mercadores e financistas urbano-litorâneos. Por outro lado, a inflação e o aumento das taxas dos serviços públicos indispsôs a classe média urbana e o proletariado contra a elite dirigente. A violenta repressão ao movimento operário promovida em 1919 reforçou o afastamento entre a classe obreira e a elite dirigente,

sepultando o quadro de negociação vivido em 1917. Finalmente, a participação de Borges de Medeiros na chamada Reação Republicana, indisps com o borgismo o Governo Arthur Bernardes e o Exército Nacional – este, tradicional aliado do castilhismo, mas que, desde o Revolução Federalista, encarava o PRR de forma mais crítica.

- g) Recomposição da aliança hegemônica (1923-1930): com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a Revolução assistida, garantiu-se a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos no governo do Estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhista, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios. Para negociar a sua permanência no governo, Borges de Medeiros precisara recorrer às lideranças partidárias e às grandes famílias oligarcas, o que enfraqueceu o comando borgiano e, conseqüentemente, fragilizou as facções borgianas nos municípios, mas, por outro lado, fortaleceu o partido, que passou a ser menos tutelado pelo chefe. Conseqüência disso, por exemplo, foi a imposição dos nomes de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura como candidatos ao governo estadual em 1927, contra a vontade de Borges de Medeiros. O Pacto de Pedras Altas também diminuiu a compressão sobre a oposição, que experimentou um renascimento, apresentando avanços nas eleições federais de 1924. Finalmente, ao enfraquecer o comando central borgiano, o Pacto de Pedras Altas permitiu um fortalecimento temporário do poder local.

Ao assumir o Governo estadual em 1928, Getúlio Vargas o fez com apoio do PRR e da oposição. Percebendo o desgaste do modelo borgiano de poder, procurou estabelecer fórmulas de composição política. Para legitimar sua base de sustentação, ampliou incentivos à *fração* dos estancieiros, atendendo demandas antigas, como a criação de um banco hipotecário e

a revisão de aspectos da política tributária. Além disso, Vargas percebeu que o dinheiro estava trocando de mãos e limitou os incentivos que mantinham artificialmente a *hegemonia* das *frações* de charqueadores e de mercadores e financistas urbano-litorâneos. O corolário dessa guinada foi à falência do Banco Popular e do Banco Pelotense. Em compensação, Vargas passou a admitir mais espaço político para os industriais da área colonial, movimento que esteve na base da fundação da FIERGS em 1930, por Antônio J. Renner. Do modelo borgiano, Vargas absorveu a consciência de que a capacidade interventora estatal na economia e a conseqüente formação de empresas públicas fortaleciam o *poder infra-estrutural* do estado e contribuíam para a manutenção do poder político. Destarte, Vargas, por meio de grandes empréstimos no exterior, saneou o desarranjo provocado nas finanças públicas por Borges de Medeiros e ampliou o projeto intervencionista, fundando um banco estatal. Estas medidas ampliaram a capacidade de controle do estado sobre a sociedade civil e converteram o *aparelho de estado* num agente econômico de execução de políticas públicas.

No que se refere à dinâmica específica do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, pode-se também propor algumas considerações. A consulta ao Arquivo Borges de Medeiros permitiu perceber que existiu no Rio Grande do Sul a mesma indistinção entre espaço público e privado que marcou o restante do País. Ou seja, encontramos o mesmo cortejo de fraudes, de corrupção, de clientelismo, de prevaricação, etc.

A principal distinção estava justamente no fato de que no Rio Grande do Sul houve uma institucionalização autoritária que dispôs nas mãos do poder central e da elite dirigente instrumentos mais efetivos de intervenção política e administrativa na sociedade. Estes instrumentos se consubstanciaram no Poder Judiciário, na Brigada Militar, no Parlamento enfraquecido e destituído de competências legislativas, no orçamento manipulado e nos artigos constitucionais que permitiam intervenções nas situações municipais.

Não obstante, o *aparelho de estado* e o aparato burocrático não chegaram a ser *infra-estruturalmente* fortes o bastante para impor uma ditadura efetiva. A

elite dirigente precisava ainda negociar com os coronéis locais. As eleições, por exemplo, não poderiam ser organizadas sem o concurso habitual do poder privado local. Da mesma forma, a defesa do regime nos momentos de crise mais aguda da *hegemonia*, apenas poderia ser garantida mediante o concurso dos coronéis e de seus corpos provisórios.

Por sua vez, o dispêndio com as eleições não podia ser simplesmente anulado. Havia necessidade de manutenção do rito eleitoral, pois dessa forma atestava-se ao centro do País e ao Congresso Nacional, junto ao qual a oposição esmerava-se por denunciar a ditadura castilhistaborgista, que no Rio Grande do Sul as instituições republicanas estavam preservadas, não havendo instalação de uma ditadura nem tampouco de uma oligarquia autoritária. O exército de eleitores, além disso, proporcionava à elite dirigente do Rio Grande do Sul uma posição de destaque no cenário político nacional. Outrossim, não era possível realizar apenas as eleições federais, pois, se assim fosse, haveria uma desmobilização do PRR para o enfrentamento das eleições municipais e estaduais, o que terminaria redundando numa desmobilização para as eleições federais e num conseqüente avanço dos eleitores oposicionistas.

Não era conveniente, por sua vez, extinguir completamente a oposição ao borgismo, pois a ameaça de um inimigo comum ativo preservava melhor a unidade interna do PRR. Diferentemente do que sustentava o discurso oficial de legitimação do regime, o PRR era violentamente cindido por facções intestinas, em torno das quais se organizavam *redes de compromissos* coronelísticos. A relativa tibieza *infra-estrutural do aparelho de estado* não possibilitava a imposição de uma rígida disciplina partidária e de um comando hierárquico inexorável. Em vista disso, a formatação do partido como um bloco monolítico e homogêneo não apenas era impossível como era inconveniente, pois importaria num recuo da margem de influência do comando central. Portanto, para Borges de Medeiros era, por princípio, desejável que existissem facções internas. As eleições, especialmente as municipais, eram uma forma de manter vivas as facções e um mecanismo para que Borges de Medeiros lograsse enfraquecer o poder local, pois era melhor dividir do que somar. Quando, porém, a disputa tornava-se por demais acirrada, trazendo ameaças à ordem institucional, ou quando uma facção tornava-se excessivamente poderosa e ensaiava escapar ao controle borgiano, o poder central estadual operava intervenções nos municípios. Embora tenham acontecido com relativa freqüência, as intervenções não deixavam de ser processos traumáticos, que ofendiam a autonomia local. Por isso mesmo, havia como que uma obsessão em revesti-las

de uma aparência de formalidade jurídica.

A freqüência e a amplitude com que essas intervenções passaram a se dar corroeram a legitimidade do regime no interior do próprio partido dominante, pois a cada intervenção, produzia-se uma cisão. Além disso, a presença continuada de intendentess provisórios nos municípios contribuiu para a desmobilização do partido e o seu enfraquecimento, o que custou caro a Borges de Medeiros em 1922. Nessa ocasião, a continuidade de seu governo dependeu de uma negociação com o Partido, que tacitamente, face ao enfraquecimento do líder, exigiu o refluxo do esquema de moderação política borgiana junto às facções municipais, garantindo-lhe maior margem de autonomia.

Neste quadro, um fator complicador para o comando central era os distritos coloniais. Baseando sua atividade econômica na pequena propriedade rural e constituindo lealdades próprias, para cuja cerzidura padres e pastores desempenhavam papel fundamental, os distritos coloniais representavam uma permanente ameaça de insubordinação. Um subintendente incompetente ou por demais autoritário podia, por exemplo, provocar reações, que se desdobravam em abstenções nos pleitos eleitorais ou mesmo em sufrágios aos candidatos oposicionistas. Os resultados podiam sempre ser maquiados com o recurso habitual à fraude, mas a imagem de consenso em torno do regime estaria abalada, o que era ruim para o esforço de legitimação do poder. Borges de Medeiros, em vista disso, precisava sempre negociar com tais distritos e com suas lideranças comunitárias. Desta feita, investimentos como pontes, estradas ou escolas costumavam ser mais freqüentes em distritos coloniais do que em municípios da campanha. Consciente disso, Borges de Medeiros costumava ser contrário às ambições emancipacionistas dos distritos coloniais. Aliás, após a proclamação da República, o PRR opôs-se sistematicamente à continuidade da imigração induzida, aceitando tão somente o modelo de imigração espontânea e individual. Portanto, a zona colonial esteve longe de importar num *tranquilo celeiro* de votos para o borgismo. A região integrou o sistema coronelista de poder porque o Estado o integrava como um todo, mas ela sempre desempenhou um fator de instabilidade para o comando central da *rede de compromissos* borgiana, por vezes, até mais difícil de manejar do que as cisões habituais verificadas no interior da elite dirigente.

Foi justamente a percepção dos limites intrínsecos a essa dinâmica de poder para a afirmação do comando unipessoal que levou a elite dirigente a embarcar na aventura intervencionista estatal, pois imaginava-se que, com um estado infra-estruturalmente melhor equipado, seria mais fácil controlar o coronelato local.

Com efeito, em 1924, um importante coronel que entrara para a dissidência em 1904, após a morte de Castilhos, escreveu para Borges de Medeiros dizendo que estaria disposto a reingressar no PRR se o presidente determinasse que a Diretoria de Higiene liberasse uma carga sua de banha para exportação a qual precisava ainda ser transportada pela Viação Férrea, encampada em 1920.

As encampações de 1919/20, entretanto, que na perspectiva da elite dirigente destinavam-se a golpear as idiosincrasias do poder local, foram efetuadas no âmbito de uma lógica oligárquica e de exacerbação federativa. O que pareceu inicialmente ser uma operação financeira perspicaz, que preservaria a autonomia estadual, uma vez que evitaria o endividamento externo, e captaria lucros ao setor financeiro regional, terminou revelando-se o legítimo tiro pela culatra, pois enfraqueceu o comércio e a produção agropecuária, em virtude da retração de meio de circulante e da exploração em moeda estrangeira. A crise econômica que alimentou a contestação política de 1922, impondo, ainda, a despesa do regime para o enfrentamento da guerra civil, desarranjou as finanças estaduais, obrigando ao Governo Vargas, em 1928, a contratação de um amplo empréstimo externo de consolidação. A erosão do vínculo estratégico entre a elite dirigente e a *fração* financeira urbano-litorânea regional, bem como o acirramento do confronto das demais *frações de classe* dominante com a *fração hegemônica*, desestabilizou a autonomia regionalista e empurrou o Rio Grande do Sul para o mercado financeiro nacional e internacional, tornando sem sentido a preservação do esquema de dominação autoritário e autonomista. Por outro lado, as encampações de 1919/20 contribuíram para patrimonializar o *aparelho de estado*, que, podendo oferecer garantias aos credores, conseguiu captar amplos empréstimos, os quais terminaram sendo parcialmente direcionados para aprofundar o processo intervencionista estatal, de forma a recompor a aliança estratégica de *frações de classe*, mas, também modificando definitivamente a natureza do estado e constringendo o coronelismo enquanto sistema de poder.

### **Referências Bibliográficas**

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1981.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, Ph.D, 1985.

- BAKOS, Margaret M.. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: Ed. Edipucrs, 1996.
- BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1980.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados. Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. A formação do patronato político brasileiro*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2 Volumes
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª. ed. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1978.
- LOVE, Joseph L.. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. SP: Ed. Perspectiva, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Editora Movimento/IEL, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia*. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1993.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. In: *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- PADGETT, J.F.. Hierarchy and ecological control in federal budgetary decision making.

In: *American Journal of Sociology*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1981.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre : L&PM, 1986.

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In. FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. , 5ª. ed. Tomo 3, Volume 1º, 1989.

RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. O PRR e o Poder Local no Litoral Norte do RS - 1882 /1895. Porto Alegre, 1990, PPG - História - UFRGS. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul : Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1980.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1993.



# O castilhismo e a colônia alemã

**René E. Gertz**

Doutor em História e Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS

**A** título de introdução, quero destacar dois fatos da atualidade e um do tempo do próprio castilhismo que, talvez, ajudem a compreender melhor aquilo que, a seguir, pretendo expor. *Zero Hora* de 3 de outubro de 2003 apresentou, na página 6, uma matéria intitulada “Santa Maria do Herval tem a menor desigualdade”. O texto referia-se à divulgação, pela Organização das Nações Unidas, do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, no qual o referido município, no alto do Morro Reuter, aparece como aquele que tem a melhor distribuição de renda *de todo o Brasil*. Isso significa que esse município é, do ponto de vista socioeconômico, o mais democrático do Brasil. Com certeza, algumas pessoas terão lido o texto do jornal e lamentado que um município tão democrático no que tange à distribuição da renda, seja, ao mesmo tempo, um município em que a participação política é pobre – ou até inexistente – e, conseqüentemente, a brasilidade e a democracia política aparecem como moeda rara.

Pobres leitores! Há mais de 170 anos ouvem falar ou lêem a respeito do desinteresse de alemães e descendentes pela realidade política brasileira, de seu isolamento, de sua não-integração e do conseqüente “enquistamento étnico”. Muitos desses leitores não conhecem as regiões de colonização alemã, e, quando as conhecem, seu conhecimento foi adquirido numa rápida visita turística, na qual só prestaram atenção àquilo que consideraram o mais exótico – afinal, turismo se faz justamente para conhecer algo diferente. Os mais cultos, eventualmente, leram 10 linhas de Karl Marx sobre a “idiotia rural”, e, como supostos filhos do Iluminismo, sabem, por isso, teoricamente, que tudo que não é metropolitano, que é do interior – e principalmente da região colonial – é atrasado, reacionário, carente de verdadeira cidadania; fazem troça do sotaque das pessoas dessas regiões. Pura teoria! Se esses cidadãos tivessem lido *Zero Hora* de 20 de outubro de 2002, página 14, talvez estivessem pensando de forma diferente – mas também é muito bem possível que até tenham lido e não tenham entendido nada ou não tenham percebido o significado daquilo que estavam lendo.

Estávamos, naquele momento, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições daquele ano e, nesse dia, o jornal relatou que a primeira impressão que

se tem ao chegar à cidadezinha de Santa Maria do Herval é exatamente essa: a do total indiferentismo político. Essa aparência coincide com aquilo que gerações inteiras de historiadores e de ensaístas difundiram. O repórter não podia ter outra impressão. Escreveu: “Nas fachadas das casas com amplos pátios ou nas poucas ruas do núcleo urbano da cidade, quase não há cartazes, faixas ou outros sinais de campanha eleitoral”. E, a partir dessa constatação, “quem visita Santa Maria do Herval dificilmente pode imaginar que a cidade de colonização germânica, com pouco menos de 6 mil habitantes, teve o *menor* índice de abstenção das últimas eleições”, em todo o estado do Rio Grande do Sul (5,08%). Os próprios moradores, na sua simplicidade, se encarregaram de mostrar ao repórter que sabem mais que muitos observadores com formação acadêmica, talvez até mais que certos doutores em Ciência Política. O jornal relatou: “Os moradores garantem que a *impressão* de neutralidade política é ilusória”. A agricultora Semilda Boufler, de 61 anos, moradora de Padre Eterno Baixo, lembrou que precisa caminhar quatro quilômetros até chegar à sua mesa eleitoral, mas que nos últimos 40 anos – isto é, em toda a sua vida de eleitora – não faltou uma única vez.

Outro exemplo – dessa vez uma longa reportagem da *Folha de São Paulo*, do dia 30 de agosto de 1998, sob o título “RS tem cidade com mais militantes”. Essa reportagem fala do município de André da Rocha – ao norte de Veranópolis, numa região mais conhecida como típica de colonização italiana –, exemplo bem-vindo, pois permitirá deduzir que essas coisas não acontecem só porque os habitantes de Santa Maria do Herval são de descendência alemã, mas acontecem porque essas comunidades tiveram uma forma peculiar e relativamente democrática de formação, desde o início. Segundo o jornal, a sede municipal é tão pequena que o “visitante atravessaria sem perceber que havia passado por uma cidade”, a população é composta de pessoas de origem italiana e alemã. E o que esse municípioinho tem a ensinar aos cosmopolitas de Porto Alegre e de outros lugares iluministas é, também, uma lição de cidadania: André da Rocha é o município com o *maior* índice de cidadãos filiados a um partido político, *em todo* o Brasil – 40% da população, quando, segundo o texto de *Folha de São Paulo*, mesmo nas cidades “engajadas” esse índice fica em torno de 5%.

Deixemos para perguntar no final se tudo isso tem algo a ver com o castilhismo. Talvez não se consiga responder a essa pergunta. Antes de me voltar diretamente ao castilhismo, quero, porém, destacar que muita coisa que se observa hoje na vida política das regiões de colonização centro-européia já estava presente

na época do castilhismo. Um exemplo: em 1907, Fernando Abbott apresentou-se como candidato de oposição ao candidato oficial do Partido Republicano Riograndense, Carlos Barbosa. Como mostrei em outro trabalho, Abbott fez, no mínimo, a metade de seus votos nas regiões coloniais, sobretudo na alemã.<sup>1</sup> Na direção das referências feitas a Santa Maria do Herval e a André da Rocha, quero apresentar um fato acontecido durante essa campanha de Abbott. Chegando a Bom Jardim, nome pelo qual era conhecido, na época, Ivoti, Abbott recebeu um convite de Jacob Knierim, chefe republicano desse então distrito de São Leopoldo, para almoçar em sua casa. Quando os jornais começaram a publicar notícias de que o líder republicano de Bom Jardim havia aderido à oposição, Knierim mandou publicar, n'*A Federação*, de 12 de novembro de 1907, um "a pedido", declarando que não aderira coisa nenhuma. Informou, a quem quisesse saber, que as notícias divulgadas derivavam da ignorância dos jornalistas – daquela época –, que não conheciam Bom Jardim, um lugarejo altamente civilizado. Que não se confundisse Bom Jardim com outras localidades, nas quais, quando a oposição chegava perto, era recebida a bala! Ali não. Fazia parte da cultura política civilizada do lugar receber a oposição para uma troca de idéias em benefício do interesse público. Isso se fazia, ao natural, sem que significasse qualquer comprometimento ou adesão – assegurou Knierim.

Feitas essas observações iniciais, quero voltar-me diretamente à questão proposta. Farei, inicialmente, uma rápida referência à forma como a relação entre castilhismo e colônia alemã é apresentada na historiografia e qual a importância dessa colônia no contexto estadual da década de 1880; depois farei algumas observações sobre o republicanismo e os teutos<sup>2</sup> durante essa década; a seguir, tentarei caracterizar essa relação no período entre a proclamação da República e a morte de Castilhos; para, no final, abordar alguns aspectos desse mesmo tema no período borgista.

Como escrevi, recentemente, um texto no qual analiso, de forma mais detalhada, a posição de vários autores que abordaram as relações dos teutos do Rio Grande do Sul com o castilhismo, vou, aqui, apontar apenas para algumas

---

<sup>1</sup> GERTZ, 2001: 963-976.

<sup>2</sup> Utilizarei a expressão "teutos" para designar alemães e descendentes. "Alemães" são imigrantes. A expressão "colônia alemã" – às vezes utilizada entre aspas – representa a adoção da terminologia corrente, que se aplica tanto ao conjunto dos teutos das grandes cidades, no caso, sobretudo de Porto Alegre, quanto às regiões interioranas habitadas por uma maioria de teutos. Nas eventuais referências de outros autores o significado atribuído a esses termos fica claro pelo contexto.

tendências gerais, sem referir-me, concretamente, a nomes.<sup>3</sup> Argumenta-se, uma vez, no sentido de que alemães e descendentes se opuseram aos republicanos, pois estavam acostumados a uma monarquia em seu país de origem e a própria família imperial brasileira tinha “sangue” alemão; apontam, na mesma direção, sobretudo historiadores e ensaístas germanistas, para o senso de ordem e estabilidade, que seria típico do espírito teuto e que estaria corporificado na monarquia. Mas argumenta-se, também, no sentido de que, como a maioria dos teutos fosse constituída de não-católicos, o sistema imperial com seu regime confessional, com suas restrições aos acatólicos, teria dificultado sua vida, e, em conseqüência, teriam visto com bons olhos a implantação de uma República laica. Há ainda outros que argumentam a partir de uma perspectiva que dá maior importância aos interesses materiais, acentuando as tendências capitalistas modernizadoras de uma parte significativa dos teutos, para, em última instância, aderirem ao republicanismo castilhista, com seu suposto objetivo de implantar um capitalismo moderno no Rio Grande do Sul. Por fim, não há como deixar de fazer uma referência nominal a Jean Roche, o mais destacado estudioso do processo de imigração e colonização alemã no estado, para quem foi justamente o sistema castilhista que, com sua política autoritária e restritiva, teria empurrado as populações de origem imigrantista centro-européia para o limbo, do que teriam resultado o abstencionismo e o indiferentismo – quando a integração política tinha feito progressos sensíveis durante o Império. Nas palavras do próprio Roche, os republicanos, “com efeito, não se preocupavam com deixar aos colonos... a liberdade política pela qual a constituição castilhista do estado dobrava a finados. A democracia rural que se constituíra nas colônias [durante o Império]... deixou de participar da vida política do Rio Grande, nele se incrustou, tornando-se de novo estranha a seu organismo. ... os rio-grandenses de origem alemã, agora cidadãos, eram, uma segunda vez, postos à margem do Estado”.<sup>4</sup>

Um quadro mais elaborado da importância das regiões de colonização alemã no contexto estadual da época da proclamação da República exigiria um espaço que aqui não pode ser dedicado a esse tema. É necessário, por isso, ficar em algumas indicações mais ou menos vagas, porém, baseadas em pesquisas de autores consagrados. Não há dúvida de que as regiões de colonização alemã, ao final do

---

<sup>3</sup> GERTZ, René E. “Julio de Castilhos e a colônia alemã do Rio Grande do Sul”. Texto apresentado na XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, Paraná, 21 a 25 de julho de 2003, que deverá ser publicado nos Anais do referido encontro.

Império, constituíam locais de origem de uma produção agrícola não desprezível para a economia do estado. A produção artesanal nessas regiões também não era desprezível. A produção nesses dois setores de atividade econômica tinha importância para as grandes cidades, em especial para Porto Alegre. As regiões coloniais apareciam como fomentadoras do comércio na capital da província. Para viabilizar o intercâmbio comercial, alemães e descendentes exerciam um papel econômico de peso na qualidade de donos de empresas de navegação ao longo dos principais rios do interior gaúcho.<sup>5</sup> Ao final do Império, a “colônia alemã” de Porto Alegre era bastante visível. Ela aparecia tanto no nível econômico quanto no nível político, com a eleição, desde o início da década de 1880, de conselheiros municipais e de deputados provinciais.<sup>6</sup> Em termos demográficos, não há como apresentar números confiáveis, pois os censos de 1872 e 1890 – como os posteriores – não tiveram qualquer preocupação com o pertencimento étnico, de forma que, nesse assunto, dependemos de avaliações, muitas vezes subjetivas. Mas era voz corrente, na época, que cerca de um oitavo (12,5%) da população gaúcha era constituída de alemães e descendentes. A *Deutsche Zeitung* de 4 de janeiro de 1889 referiu-se a 90.000 “alemães” no estado, o que representaria um percentual um pouco abaixo de 12,5%, já que em 1890 foram contados 872.732 habitantes para o Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> A *Koseritz’ Deutsche Zeitung* de 8 de abril de 1891 referiu-se a 100.000 teutos. Assim, certamente não é errado partir do pressuposto de que, no mínimo, algo como 10% da população gaúcha era constituída de alemães e descendentes.

Tentemos, então, caracterizar as relações entre o castilhismo e os teutos antes de 1889. O ano em que Julio de Castilhos regressou de seus estudos em São Paulo, quando, de alguma forma, se inicia a constituição do castilhismo, foi muito significativo para a inserção política dos teutos na política regional. Em editorial do jornal *Deutsche Zeitung*, de 3 de janeiro de 1880, a maior liderança teuta da época, Karl von Koseritz, destacou a rejeição, no ano anterior, da lei que pretendia conceder a elegibilidade aos acatólicos, abolir a religião oficial e equiparar os cidadãos naturalizados aos natos. Lamentou que até o imperador se tivesse oposto

<sup>4</sup> ROCHE, 1969: 711-712.

<sup>5</sup> REINHEIMER, 1999.

<sup>6</sup> cf. ROCHE, 1969; DELHAES-GUENTHER, 1973; PESAVENTO, 1983; SINGER, 1977: 141-198; GANS, 1996.

<sup>7</sup> Fundação de Economia e Estatística, 1986: 94.

ao projeto de Gaspar Silveira Martins, o qual, derrotado, abandonou o ministério. Por isso, Silveira Martins foi apresentado como o homem ao qual os teutos deveriam aliar-se sem pestanejar, pois ele “reconhece que o período áureo do elemento românico passou, que a direção do mundo civilizado está hoje nas mãos dos germanos. Ele tem uma mente aberta para os sucessos no campo do progresso e da ciência. Ele prova que os germanos são os verdadeiros portadores da cultura, e é por isso que ele assumiu a luta, pois o que quer é ver sua pátria grande, rica, próspera, sem perguntar por diferenças raciais”. Apesar da derrota do projeto em 1879, o assunto foi rapidamente retomado, e nas notícias do ano seguinte aparecem, com destaque, as constantes idas e vindas acontecidas nesse percurso. A nomeação do gabinete Saraiva, poucas semanas depois, fez renascer as esperanças, pois um projeto de lei eleitoral por ele apresentado defendia a possibilidade de eleição de naturalizados e acatólicos. Em meados do ano de 1880, realizaram-se eleições municipais. Em Porto Alegre, a chapa do Partido Conservador apresentou um sobrenome alemão, Anton Diehl, mas nem este nem o próprio partido se pronunciaram a favor da elegibilidade dos cidadãos acatólicos e naturalizados.<sup>8</sup> Depois que uma chapa liberal provisória para a mesma eleição não havia incluído nenhum sobrenome alemão, passou a constar, numa lista definitiva, o de Germano Hasslocher (pai), que acabou sendo eleito para a câmara municipal da capital, em quarto lugar, num total de oito conselheiros.<sup>9</sup> Nessas eleições municipais, também foi eleita em Santa Cruz do Sul a primeira câmara municipal totalmente composta por sobrenomes alemães, conquista atribuída ao líder local Pedro Guilherme Bartholomay.<sup>10</sup> Em setembro do mesmo ano, começaram as discussões em torno das eleições para a assembléia provincial, e em outubro apareceram, na chapa liberal de 30 nomes, os de Gaspar Bartholomay e Friedrich Haensel, ambos acatólicos e naturalizados. Koseritz considerou que a nominata de candidatos deveria conter, no mínimo, três sobrenomes alemães – mas, de qualquer maneira, tratava-se, ao menos, de um começo.<sup>11</sup>

Em 3 de novembro, Koseritz divulgou como certa a aprovação da lei e escreveu que o próprio Brasil talvez não soubesse, “que enorme passo deu, pois caiu o último empecilho que até agora restringia uma imigração moralizadora e eficiente para atrair trabalhadores. Essa decisão trará ao Brasil maiores ganhos do

---

<sup>8</sup> *Deutsche Zeitung*, 23 de junho de 1880.

<sup>9</sup> *Deutsche Zeitung*, 23 e 26 de junho, 7 de agosto, 24 de novembro de 1880.

<sup>10</sup> *Deutsche Zeitung*, 10 de julho de 1880.

que 50 anos de discussões políticas e de belos discursos parlamentares. Honra a Saraiva e a Pelotas, mas, sobretudo, honra ao conselheiro Silveira Martins, que foi quem tomou a iniciativa nesse importante assunto". Com as votações acontecidas no parlamento nacional durante o mês de novembro, Koseritz proclamou "Nossa Vitória" em editorial de seu jornal, no dia 27 desse mês, e na primeira edição do ano seguinte (1/1/1881) apareceu, em letras garrafais, a manchete "O triunfo da idéia". Nesse meio tempo, Haensel e Bartholomay haviam sido eleitos, respectivamente, em 21<sup>o</sup> e 26<sup>o</sup> lugares, entre os 30 candidatos liberais.

É importante destacar que na edição de 25 de dezembro de 1880 a *Deutsche Zeitung* transcreveu notícia de *O conservador*, pela qual o Brasil necessitaria de uma imigração que trouxesse força de trabalho e capital; e para atrair a ambos bastaria nosso belo clima e a fertilidade do solo; imigrantes que viriam por razões outras que seu bem-estar pessoal não seriam desejados, principalmente aqueles que quisessem tornar-se ministros e deputados, pois a honra da nação seria por demais altiva para servir de tapete no qual imigrantes limpassem seus escândalos sujos. Em 1<sup>o</sup> de janeiro de 1881, o jornal de Koseritz transcreveu mais uma nota do mesmo jornal conservador, pela qual a imigração alemã constituiria uma desgraça para a província, pois os teutos queriam dominá-la, constituindo-se a eleição de Haensel e Bartholomay uma grande vergonha nacional.<sup>12</sup> Isso sugere que os conservadores eram críticos em relação à imigração alemã, o que pode ter favorecido a simpatia pelos liberais.

Mesmo que a anunciada grande festa da colônia alemã de Porto Alegre para comemorar a vitória, no dia 6 de fevereiro de 1881, aparentemente não se tenha realizado – pois não se encontra nada a respeito nos jornais daqueles dias – e mesmo que manifestações como a do jornal do Partido Conservador não significassem que no Partido Liberal todo mundo fosse germanófilo, ficou claro que, em termos políticos, os liberais tornavam-se, a partir desse momento, os maiores aliados políticos dos teutos do Rio Grande do Sul.

Tão logo foi aberta a nova legislatura da Assembléia Provincial, com a presença dos dois deputados teutos, em 7 de março de 1881, começou, na imprensa de língua alemã, a discussão em torno de uma mobilização para eleger, agora, um deputado geral teuto. Mas, para isso, faltava unidade aos teutos. *Deutsches*

<sup>11</sup> *Deutsche Zeitung*, 9 de outubro de 1880.

<sup>12</sup> Com esse parágrafo não se pretende afirmar que manifestações "nativistas" antialemãs estivessem ausentes na imprensa liberal.

*Volksblatt*, jornal católico, atacou os dois citados deputados, acatólicos, e se pronunciou favorável aos conservadores, apesar das eventuais manifestações antialemãs. O padre Michel Kelner pregou, em São José do Hortêncio, contra os liberais, pois, segundo ele, estes queriam destruir o cristianismo, ao tentar abolir a religião do Estado.<sup>13</sup>

Apesar das divergências, Koseritz lançou-se pré-candidato a deputado geral; elogiou o jornal luterano *Deutsche Post*, de São Leopoldo, pelo seu engajamento político em favor da participação política dos teutos; criticou os problemas de qualificação dos colonos, pois quem era jurado ou tivesse uma "indústria" podia qualificar-se sem grandes problemas, mas os colonos não tinham como provar o valor de suas terras – em função do voto censitário, era necessário comprovar que estas tinham um valor mínimo de 3.400 mil-réis.<sup>14</sup> Na *Deutsche Zeitung*, de 4 de maio, Koseritz lançou sua candidatura a deputado geral pelo 1º Círculo (que abrangia Porto Alegre, Viamão, Gravataí, São Leopoldo, Pedras Brancas/Guaíba, Santa Cristina do Pinhal/Taquara, Montenegro, São Sebastião do Caí), afirmando que não era militante de nenhum partido, mas defensor de princípios, entre os quais estariam: guerra aos jesuítas (apresentado como primeiro princípio), liberdade religiosa absoluta, guerra aos monopólios, liberdade total de indústria, descentralização administrativa, autonomia municipal, abolição gradativa da escravidão. Destacou ainda que, caso não fosse indicado como candidato, daria seu apoio a quem defendesse esses princípios.

Koseritz conseguiu ser incluído como candidato na chapa liberal, mas a eleição, no final do ano, coincidiu com a conhecida encrenca em torno da exposição teuto-brasileira e sua saída da redação da *Deutsche Zeitung*, de forma que os votos que recebeu foram muito escassos. De acordo com o resultado oficial, de um total de 2.333 votos, Koseritz só recebeu 141; em Porto Alegre teriam sido apenas 9, num total de 1.100.<sup>15</sup> Como se sabe, o confronto em torno da exposição teuto-brasileira envolveu, entre outros, uma discordância com Wilhelm ter Brüggen, confronto de longa data, que envolvia concepções diferentes sobre a forma apropriada para a inserção dos teutos na realidade brasileira. Enquanto Koseritz defendia um envolvimento cada vez maior na política brasileira, em aliança com um dos partidos existentes – nesse momento, de forma concreta, com o Partido Liberal –, ter Brüggen, ligado ao Partido Conservador, defendia um maior recurso à Alemanha como potência "protetora" dos

<sup>13</sup> *Deutsche Zeitung*, 16 e 26 de março, 9 de abril de 1881.

<sup>14</sup> *Deutsche Zeitung*, 19 de março e 6 de abril de 1881.

teutos no Brasil, sem um comprometimento político mais intenso e, sobretudo, sem uma adesão unilateral a um único partido. Tudo isso mostra que havia divergências entre os teutos e que a liderança de Koseritz não era incontestada.

Num segundo turno das referidas eleições gerais de 1881, no qual se defrontaram Antônio Eleutério de Camargo, pelos liberais, e Paulino Rodrigues Fernandes Chaves, pelos conservadores, a vitória foi do primeiro. *Deutsche Zeitung* – agora já não mais sob a direção de Koseritz – apresentou em sua edição de 7 de dezembro uma detalhada análise dos resultados, localidade por localidade, mostrando que a vitória liberal só fora possível graças aos votos recebidos nas regiões de colonização alemã. A publicação, em “a pedido”, de uma declaração de Camargo, em alemão, em várias edições posteriores do jornal, agradecendo aos eleitores, sugere que a interpretação estava correta.

O ano de 1882 iniciou com uma grande movimentação nas regiões de colonização alemã e na assim chamada colônia alemã de Porto Alegre. *Deutsche Post*, de São Leopoldo, começou a defender a criação de um partido teuto-brasileiro, *Deutsche Zeitung* contrapôs a proposta de atuação dos teutos dentro dos partidos existentes, e, para isso, sugeriu a convocação de um congresso colonial, para definir as principais demandas da “colônia alemã”.<sup>16</sup> Coincidentemente, essa mobilização sofreu o impacto do incêndio da exposição teuto-brasileira, exatamente no dia em que iniciou a convenção de fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, em 23 de fevereiro de 1882.

Apesar de vários contratemplos, os anos seguintes se caracterizaram por uma mobilização política crescente da “colônia alemã”, com a consolidação de uma bancada teuto-gaúcha na Assembléia Provincial, na qual predominaram os liberais, tendo o conservador ter Brügggen ingressado apenas em 1888.<sup>17</sup> Assim, pode-se dizer, em resumo, que a relação com os liberais se aprofundou, que Koseritz – apesar das eventuais críticas – se firmou como o grande líder, com uma eleição consagrada para a Assembléia Provincial, em 1884, ainda que os conservadores também possuíssem algum espaço na colônia alemã, aparentemente sobretudo entre o eleitorado teuto-católico. A presença teuta no Partido Republicano foi pouco expressiva.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> *Deutsche Zeitung*, 19 de novembro de 1881. O mesmo jornal, em sua edição de 23 de novembro, afirmou que Koseritz obtivera 151 votos.

<sup>16</sup> *Deutsche Zeitung*, 14 de janeiro de 1882. Para um apanhado sobre os interesses defendidos como sendo da população teuta do Rio Grande do Sul, durante a década de 1880, cf. STEYER, 1979.

Uma questão importante – a que este trabalho não pode dar uma resposta satisfatória, pois o espectro de fontes deveria ser ampliado em muito – refere-se à opinião que os principais líderes republicanos tinham sobre a “colônia alemã” e qual a influência de teutos no Partido Republicano, no período anterior à proclamação da República, ou, ainda, às relações pessoais de Castilhos e de outros líderes com a “colônia alemã” e com cidadãos teutos. Diante das limitações desta pesquisa, só se pode apontar para alguns indícios.

Um aspecto a destacar é o propalado “nativismo” que aparece em *A Federação*.<sup>19</sup> Nesse sentido, em novembro de 1884, no contexto das eleições desse ano, enquanto Koseritz foi candidato liberal pelo 1º Círculo e Julio de Castilhos pelo 6º (que incluía Cachoeira do Sul, Santa Cruz e Estrela – áreas de colonização alemã), *Deutsche Zeitung* se referiu à “*Wutrede der Federação*”<sup>20</sup> contra “um jornal alemão” – que só pode ter sido a própria *Deutsche Zeitung* – e publicou uma paródia, pela qual fica mais ou menos claro o tom do jornal republicano. A paródia é a seguinte: “*Und über diesem Blatte, welch' Entsetzen, / da schwebt sogar im Bild der deutsche Aar. / Heisst das nicht schüren, Zwietracht säh'n und hetzen? / Oh, unserm Vaterlande droht Gefahr! / Vielleicht schon ist der Dampfer auf der Reise, / der deutsche Truppen an's Gestade führt. / Gefährlich zieht der Adler seine Kreise, / drumm hütet euch: er späht und anerkennt. / Seht! Seht! Schon nahen sie. / Das Steuer führet / Bismarck durch der Wogen wild' Gebraus', / Herr Moltke mit dem Fernrohr inspiziert / die Küste schon und sucht ein Schlachtfeld aus*”.<sup>21</sup>

Esse episódio aconteceu dentro de um contexto no qual a *Koseritz' Deutsche Zeitung*, de 22 de novembro, anunciara que Germano Hasslocher (filho) tentara lançar-se candidato pelo Partido Republicano, mas não conseguira incluir seu nome na nominata. Teria, então, se lançado como candidato republicano avulso, acentuado sua ascendência alemã e prometido lutar pelos interesses da “colônia”. Em 26 de novembro, o mesmo jornal anunciou que Hasslocher rompera com o partido e retirara sua candidatura.

<sup>17</sup> Sobre a atuação dessa bancada durante os anos 1880, cf. MOTTER, 1998.

<sup>18</sup> Em 1889, seria eleito o quarto deputado provincial liberal de origem teuta, Karl Hermann Adam Woldmar – barão von Kahlden.

<sup>19</sup> Deve-se acentuar que não foi feita pesquisa no próprio jornal. Faz-se essa dedução a partir daquilo que foi noticiado nos jornais em língua alemã.

<sup>20</sup> Literalmente: “discurso de ódio da *Federação*”.

Hasslocher foi um dos poucos sobrenomes alemães que apareceram nas listas de pessoas de destaque na fase de organização do partido.<sup>22</sup> Em anos posteriores, foi considerado pouco germânico por integrantes da “colônia alemã”<sup>23</sup>, apesar de que tivesse nascido na germânica Santa Cruz do Sul, apesar de que seu pai, falecido em julho de 1881, aparecesse, em Porto Alegre, como comerciante de “produtos coloniais e para as colônias”<sup>24</sup>, apesar de que fosse prezado pela imprensa de língua alemã e apesar de que ele próprio, mais Joaquim Birnfeld, tivessem sido festejados como os primeiros teuto-gaúchos a irem estudar Direito na Universidade de São Paulo.<sup>25</sup>

Outro sobrenome alemão do período pioneiro citado por Céli Pinto é o de Augusto Ufflacker, que teria representado Santo Ângelo (das Missões) no congresso partidário de 1883, tendo aparecido, no mesmo ano, como gerente de *A Federação*. Como nasceu em Cruz Alta, como seu pai aparece como magistrado e como seu nome não é citado pelas principais obras germanistas, possivelmente não tenha sido grande entusiasta da germanidade.

A julgar pelo papel que os Englert exerceram posteriormente, Luís Englert – o terceiro sobrenome alemão de destaque entre os republicanos mais antigos – poderia ser considerado um representante mais típico da “colônia alemã”.<sup>26</sup> Além desses três sobrenomes, cabe fazer uma referência a Alfredo Clemente Pinto, o conhecido autor da *Seleta em prosa e verso*. Mesmo que não tenha conseguido obter referências substanciais sobre esse personagem para o período anterior à proclamação da República, ele aparece, por esta última época, com ligações muito estreitas com teutos, e certamente não é errado classificá-lo como germanófilo.

Duas outras pistas que deveriam ser seguidas para detectar possíveis vias de aproximação – ou não – entre republicanos e “colônia alemã” são os contatos

---

<sup>21</sup> *Deutsche Zeitung*, 28 de novembro de 1884. A tradução mais ou menos literal da paródia é a seguinte: “No cabeçalho dessa Folha, que horror, até aparece a figura da águia alemã. Isso não significa aticar, semear a discórdia e instigar? Oh, nossa pátria corre perigo! Possivelmente o navio já esteja a caminho, o navio que traz as tropas alemãs para o [nosso] litoral. Perigosamente a águia traça seus círculos; por isso, acautelai-vos! Ela observa e anexa. Vejam! Vejam! Estão se aproximando! Quem maneja o leme através das ondas revoltas é Bismarck, o Senhor Moltke, com a luneta, inspeciona a costa à escolha do campo de batalha”.

<sup>22</sup> Valho-me, neste ponto, da lista de 71 nomes que se encontra em PINTO, 1979.

<sup>23</sup> GERTZ, 2002: 169.

<sup>24</sup> *Apud* GANS, 1996: 154.

<sup>25</sup> *Deutsche Zeitung*, 21 de fevereiro de 1880.

profissionais e a militância na maçonaria. Nesse sentido, em 1889, Graciano de Azambuja, Julio de Castilhos e *Oscar Rheingantz* aparecem como advogados do coronel Martins Höhr – a quem se fará rápida referência mais adiante.<sup>27</sup> No início de 1889, os médicos teutos Jorge Fayet e Carlos Wallau criaram um Centro Clínico, ao qual pertenceu – além de vários outros nomes de origem lusa – o republicano Protásio Alves. Provavelmente foi devido a uma certa proximidade com os republicanos que Wallau foi indicado para integrar uma comissão de médicos brasileiros designados para ir a Berlim a fim de estudar as descobertas do dr. Koch sobre uma suposta cura da tuberculose, no final de 1890.<sup>28</sup>

A maçonaria pode ter sido outro ponto de contato entre republicanos e colônia alemã. Sabemos que os liberais Gaspar Silveira Martins, Koseritz, Haensel, Bartholomay, foram maçons e que a maçonaria era muito difundida entre a colônia alemã. Entre os republicanos pioneiros, Germano Hasslocher, Ramiro Barcelos e Fernando Abbott foram maçons. Sabe-se que o maçom teuto Carlos Huber foi muito amigo de Castilhos – teve grande importância na economia porto-alegrense e no associativismo teuto-gaúcho.<sup>29</sup>

Mas, em virtude da superficialidade desta pesquisa no tocante a esse aspecto, as possibilidades de que contatos profissionais, econômicos ou maçônicos, antes da proclamação da República – e mesmo depois –, podem ter servido de ponte entre republicanos e teutos, só podem ser, aqui, aventadas como uma hipótese a ser investigada.

Os dados – de qualquer maneira – sugerem que, ao final do Império, os republicanos tinham alguns contatos com a “colônia alemã”, mas sua presença e sua popularidade, principalmente nas colônias do interior, ainda eram relativamente limitadas. Sem qualquer dúvida, a proximidade política maior dos teutos se dava em relação aos liberais, mesmo que os conservadores tivessem uma presença não de todo desprezível. Nas eleições provinciais de fins de 1888, foram reeleitos, pelos liberais, Koseritz e Haensel, no 1º Círculo, e Kahlden, no 6º, ter Brügggen foi eleito, pela primeira vez, pelos conservadores, também no 1º Círculo. Castilhos concorreu, mais uma vez, pelo 6º Círculo – que, como já foi

---

<sup>26</sup> Sobre Englert, cf. ENGLERT, Rodolfo. Professor Luiz Englert. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974: 85-86.

<sup>27</sup> *Deutsche Zeitung*, 20 de agosto de 1889. Nessa época, Rheingantz foi militante republicano.

<sup>28</sup> *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 6 de janeiro de 1890.

destacado, incluía Estrela e Santa Cruz do Sul, mais Cachoeira do Sul, com extensas áreas típicas de colonização alemã –, mas ficou muito atrás de Silveira Martins, que concorreu no mesmo Círculo, com apenas cerca de 10% dos votos recebidos por este.

Apesar da evidente aproximação aos liberais, nas eleições para deputados gerais, em 1889, Koseritz mais uma vez não conseguiu ser incluído na lista de candidatos liberais, quando após as eleições de 1888 se defendera a inclusão não só de um, mas sim de dois candidatos de origem teuta na eleição seguinte e, mais próximo das eleições, houvesse notícias do interior dando conta de que a ausência de candidatos teutos na nominata liberal estava sendo duramente criticada por lá.<sup>30</sup> O próprio conservador ter Brügggen, adversário político de Koseritz, escreveu em seu jornal que era incompreensível como este não fora indicado pelo 1º Círculo, no qual tinha possibilidades efetivas de vencer, ainda mais que sua indicação não teria prejudicado nenhum outro candidato. Na opinião de Brügggen, o episódio mais uma vez mostrava o pouco caso que se fazia do “elemento alemão”.<sup>31</sup>

Não se sabe se como resultado desse fato, mas a leitura dos jornais de língua alemã do segundo semestre de 1889 sugere uma certa expansão do republicanismo nas regiões de colonização alemã do interior, e mesmo da capital. Em Porto Alegre, ocorreram duas adesões de peso, apresentadas como sendo do meio operário – João Maria von Held<sup>32</sup> e João Steenhagen. O próprio Koseritz admitiu a presença propagandística dos republicanos nas regiões de colonização alemã do interior. Por isso, lembrou aos seus leitores que os teutos vieram ao Brasil sob a proteção do imperador, dele receberam terras e que ele continuava a protegê-los – em contraposição, afirmou que as lembranças da República de Piratini seriam terríveis na colônia.<sup>33</sup> Uma semana depois, na edição de 21 de agosto da *Koseritz' Deutsche Zeitung*, comentou a adesão ao republicanismo de João Jorge Walter e Geraldo Hellmann, de Soledade, e o manifesto que lançaram nessa oportunidade, no qual afirmaram que a principal necessidade do país, naquele momento, era a queda da monarquia: “A nós parece que a maior necessidade do país é uma boa dose de bom senso entre os cidadãos, que parece ficar cada vez mais raro nos últimos tempos ao menos entre os

<sup>29</sup> Sobre a maçonaria, cf. PULS, Ernesto. “A maçonaria no Rio Grande do Sul”. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração...*: 159-168; DIENSTBACH, 1993; COLUSSI, 2003. Sobre HUBER, cf. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, 1903: 169-171.

<sup>30</sup> *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 9 de fevereiro e 10 de agosto de 1889, respectivamente.

assim chamados republicanos”, escreveu Koseritz. Mais uma semana depois (a 28 de agosto), e o mesmo jornal insistiu, em editorial, que os republicanos eram, naquele momento, os piores nativistas. Citou Quintino Bocaiúva, no jornal *O Paiz*: “O estrangeiro se encontra entre nós e, no que depender de nós, deverá permanecer como um ‘hóspede privilegiado’. Nós brasileiros garantimos sua liberdade, sua segurança, seus direitos; nós o protegemos onde quer que seja ameaçado ou pressionado. Mas ele, de forma alguma deve imiscuir-se nos assuntos políticos do país. Que ele acompanhe o desenrolar dos fatos como espectador...”. Koseritz após a essa citação o seguinte comentário: “Só nos admira que, mesmo assim, haja alemães e teuto-brasileiros que queiram votar nos candidatos republicanos”.<sup>34</sup>

Essas manifestações de Koseritz sugerem que sua sensação subjetiva era a de que o republicanismo estava fazendo progressos entre a população teuta. Não se sabe se em função de fraude ou se a percepção de Koseritz era falsa, fato é que o clima mudou radicalmente após as eleições. No dia 4 de setembro de 1889, seu jornal noticiou – sem que ficasse claro com base em que dados – que os eleitores teutos, no 1º Círculo, haviam dado 1.250 votos aos liberais, 151 aos conservadores e 68 aos republicanos; no 6º Círculo, que incluía – cabe lembrar mais uma vez – Estrela, Santa Cruz e Cachoeira, os resultados teriam sido 761, 71 e 10, respectivamente. Em editorial intitulado “Depois das eleições”, no dia 18 de setembro, teceu loas à lealdade dos teutos ao imperador, ao Brasil e a Gaspar Silveira Martins, o qual, agora presidente da província, certamente saberia corresponder à confiança nele depositada. Num texto aparecido apenas no dia 21, mas evidentemente redigido antes do dia 20, Koseritz deu-se ao luxo de ironizar os republicanos, que festejariam o 20 de setembro: “No mais, ainda não será dessa vez que vão proclamar a República – deverão esperar mais um pouco...”.

Mesmo que os resultados eleitorais tenham efetivamente sido os anunciados e que, portanto, o republicanismo não tenha conseguido arrebanhar número significativo de eleitores teutos, parece que os republicanos começaram, por essa época, a enxergar os teutos como um público a ser conquistado para a causa. Dentro da mobilização para as referidas eleições, começou, por exemplo, a ser

<sup>31</sup> *Deutsche Zeitung*, 30 de agosto de 1889.

<sup>32</sup> Na verdade, o *Brummer Held* era empresário.

<sup>33</sup> *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 14 de agosto de 1889.<sup>34</sup> *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 28 de agosto de 1889. No caso da citação de *O Paiz*, trata-se de uma versão do alemão para o português, de forma que o original pode ter sido um pouco diferente. Na última edição antes das eleições (31 de agosto), Koseritz escreveu um grande editorial de primeira página sob o título “Monarquia ou República”.

publicado um "órgão da Liga Agrícola-Industrial", *O produtor/Der Produktor*, editado alternadamente em português e em alemão por Francisco Herzog, e ligado a Ramiro Barcelos.<sup>35</sup> Proclamada a República, poucas semanas depois, os novos mandatários mostraram interesse por alguns teutos em dificuldades. Isso aconteceu, por exemplo, com o coronel Martins Höhr, de Santa Maria, em cuja defesa Julio de Castilhos se empenhara desde, no mínimo, agosto. No julgamento, em dezembro de 1889, seria defendido por Assis Brasil, e absolvido.<sup>36</sup> Mas o caso mais notório, nesse sentido, foi o de Germano Wagner. O caso era antigo. Esse alemão nato, mas sem cidadania alemã, fora envolvido, no início dos anos 1880, num assassinato, na fronteira, e fora condenado à morte, pena comutada em prisão perpétua pelo imperador.<sup>37</sup> Apesar de algumas desconfianças iniciais em relação a sua pessoa<sup>38</sup>, a "colônia alemã" de Porto Alegre iniciou uma tumultuada campanha em torno de Wagner, tentando obter sua libertação. Em fins de 1888, o caso chegou a ser discutido no parlamento nacional, mas a reabertura do processo foi negada.<sup>39</sup> A campanha, porém, continuou, e justamente na época das eleições de setembro de 1889, ocorreu um grande evento no presídio de Porto Alegre, por motivo do casamento de Wagner com Helene Mierisch. A importância do evento pode ser aquilata pelos padrinhos de casamento: os casais Koseritz e Boaventura Marques da Silva, casamento oficiado pelo pastor Karl Schäfer, com a presença da imprensa e um total de mais de 100 pessoas.<sup>40</sup> Esse dado ilustra a importância que o caso Wagner tinha para a "colônia alemã". Proclamada a República, começaram a aparecer, imediatamente, notícias de que os republicanos estavam se empenhando a favor do condenado, e efetivamente, depois de algumas idas e vindas, em 19 de janeiro de 1890 ele foi libertado.<sup>41</sup>

É difícil determinar como os teutos do Rio Grande do Sul, no conjunto, receberam a proclamação da República. Já que esta pesquisa se baseou, sobretudo, em alguns jornais, temos a posição editorial dos responsáveis por eles, mas não há como verificar a confiabilidade das eventuais afirmações sobre a reação, tanto na capital quanto no interior. Como era de esperar, a *Koseritz' Deutsche Zeitung*

<sup>35</sup> Há indícios de que Ramiro Barcelos – ao lado de Barros Cassal – foi o republicano mais conhecido nas regiões de colonização alemã na época da proclamação da República e nos meses posteriores. A *Koseritz' Deutsche Zeitung* noticiou, em sua edição de 24 de agosto de 1889, que Barcelos fizera campanha em São Leopoldo e tinha conseguido a adesão de 51 cidadãos.

<sup>36</sup> Claro, Höhr havia aderido ao Partido Republicano. Não foi possível verificar se esse processo foi, mais tarde, anulado, ou se Höhr se envolveu em novo crime, pois a *Koseritz' Deutsche Zeitung* de 8 de abril de 1891 felicitou Germano Hasslocher – agora dissidente republicano – pelo brilho com que atuou na acusação contra Höhr, o qual, desta vez, foi condenado.

não podia aceitar, e muito menos tentar qualquer aproximação com os republicanos. Já na *Deutsche Zeitung*, ter Brügggen publicou, em 19 de novembro de 1889, um editorial no qual dizia: “Não faltarão oportunidades para esclarecer nossa posição de conservadores frente à nova forma de Estado. Uma coisa, porém, é certa: como qualquer outra forma de Estado, também a republicana necessita de um partido sustentador, isto é, conservador, pelo simples fato de que, no decorrer do tempo, necessariamente surgirá alguma tendência radical”. A *Deutsche Post*, do pastor Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo, recomendou: “manter a calma e a liberdade”.<sup>42</sup>

Claro, parece plausível a nota remetida da colônia Santo Ângelo (Agudo) à *Deutsche Zeitung*, e publicada em 6 de maio de 1890, falando da alegria que a instauração do novo regime teria provocado ali: “Como fomos libertados do jugo, que oprimiu a colônia Santo Ângelo por cerca de 30 anos, nós atiradores da Picada Bohemia festejamos a festa de sagração de nossa bandeira – sem nosso jugo, isto é, sem nosso sócio-honorífico senhor barão von K., que agora, graças a Deus, está neutralizado”.<sup>43</sup> Como se sabe que novo líder local foi Paul Magnus Hellberg, republicano, cuja liderança nos anos seguintes foi incontestada, é possível que lá, de fato, a República tenha sido bem recebida.

Nas manifestações de regozijo pela proclamação da República levadas a efeito de 6 a 9 de abril de 1890, os clubes teutos de Porto Alegre teriam participado, tendo os integrantes do Turnclub sido aqueles que marcharam da forma mais garbosa entre todos os participantes.<sup>44</sup>

Como se sabe, entre novembro de 1889 e meados de 1895 a crise política foi permanente no estado e só após essa data iniciou uma certa normalização do regime castilhista. Por isso, é difícil traçar linhas claras de evolução no que tange

---

<sup>37</sup> Detalhes do caso Wagner estão relatados em Fenselau, Otto. *Hermann Wagner, ein unschuldig Verurtheilter im Gefängnisse zu Porto Alegre: Beiträge zur Klarlegung der Angelegenheit*. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1887.

<sup>38</sup> A *Deutsche Zeitung* de 13 de abril de 1881, por exemplo, falou algo depreciativo de Wagner, dizendo que participou de uma conspiração contra Latorre, no Uruguai, onde teria sido “chefe do serviço sanitário do exército de libertação”. Mesmo sem ser médico, Wagner, aparentemente, exercia funções médicas.

<sup>39</sup> *Deutsche Zeitung*, 20 e 27 de novembro, 21 de dezembro de 1888.

<sup>40</sup> *Deutsche Zeitung*, 23 de agosto de 1889; e *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 24 de agosto de 1888. O casamento ocorreu no dia 21 de agosto.

<sup>41</sup> *Deutsche Zeitung*, 3, 6, 17 e 27 de dezembro de 1889, 28 de janeiro de 1890. Na Revolução Federalista, Wagner se incorporaria às tropas governistas em ação nas regiões de colonização alemã, servindo de intérprete.

às relações entre as populações de origem alemã e os novos detentores do poder. Só podemos apontar para alguns fatos, mesmo que as deduções que eles sugerem devam ser vistas como provisórias, até que se realizem pesquisas mais bem informadas.

Uma primeira observação é aquela referente à cisão dentro do Partido Republicano. Nesse sentido, é importante destacar que Germano Hasslocher, por exemplo, – independente da intensidade com que cultivava sua germanidade – transformou-se muito cedo em dissidente.

Mas, dentro do período inicial da República, o fato político que afetou a “colônia alemã” com mais profundidade foi a morte de Koseritz. Em meio à crise desencadeada na noite de 13 para 14 de maio de 1890, quando ocorreu uma tentativa de golpe, durante a qual Barros Cassal foi ferido, Koseritz fora colocado em prisão domiciliar, Hasslocher fugira e o próprio conservador ter Brügggen iniciara uma viagem à Alemanha, anunciada como possivelmente sem volta – nesse contexto, Koseritz negociou um exílio no Rio de Janeiro, mas na noite anterior ao embarque faleceu em razão de um infarto do coração. Independente das contestações que Koseritz eventualmente sofria dentro da própria “colônia”, não há dúvida de que os republicanos tinham sido responsáveis pela morte do maior líder teuto-gaúcho dessa época.<sup>45</sup>

Sob o ponto de vista político-partidário, os dois aspectos mais importantes do período entre 1890 e 1893 são as articulações do Partido do Centro – ou Partido Católico – e a tentativa de fundação de um Partido Colonial. Desde muito cedo, os teuto-católicos se articularam para opor resistência às medidas anticatólicas que divisavam no novo regime. Assim, no dia 18 de março de 1890, a *Deutsche Zeitung* reproduziu uma manifestação assinada por 16 cidadãos de sobrenome alemão

---

<sup>42</sup> Apud FAUSEL, 1936: 198.

<sup>43</sup> Trata-se, naturalmente, de uma sociedade de tiro ao alvo, e o barão von K. é o barão von Kahlden, que fora durante longos anos diretor da colônia e deputado liberal.

<sup>44</sup> *Deutsche Zeitung*, 11 de abril de 1890. Tais notícias, naturalmente, dizem pouco sobre o posicionamento efetivo do conjunto da população. Cabe acrescentar que nas semanas posteriores à proclamação da República a imprensa alemã (na Alemanha) referiu-se, em diversas oportunidades, à possibilidade de que o Brasil poderia fragmentar-se sob o novo regime e que o Rio Grande do Sul era candidato a constituir-se em Estado independente, onde a influência teuta seria muito grande. Apesar de que a imprensa de língua alemã de Porto Alegre, inicialmente, reagisse com indignação às notícias nesse sentido divulgadas pela imprensa de língua portuguesa, teve, mais tarde, de admitir tal tipo de manifestações da imprensa na Alemanha – condenando-as (cf. *Deutsche Zeitung*, 20 de dezembro de 1889). Maiores detalhes sobre essa questão podem ser vistos em BRUNN, 1971: 16 e segs.

conclamando ao alistamento eleitoral e à luta pela modificação da lei que determinara a separação entre Igreja e Estado. No dia 3 de abril, o mesmo jornal referiu-se a um novo abaixo-assinado, desta vez com 30 nomes, comparando a situação do Brasil naquele momento com a da Alemanha após a unificação sob Bismarck, lembrando, nesse contexto, que os católicos alemães, naquela oportunidade, haviam criado o Partido do Centro, o qual, desde então, havia prestado relevantes serviços na defesa dos interesses católicos alemães. Em maio, o partido católico tornou-se uma realidade, destacando-se entre seus idealizadores e organizadores o padre José Marcelino de Souza Bittencourt, Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Alfredo Clemente Pinto, Clemens Wallau, João Mayer, Mathias José Sehl, Anton Klein, o padre Carlos Becker, Prudêncio Matte, Wilhelm Bernd, Anton Wollfenbüttel, Franz Rath. Este último, dono de uma tipografia, passou a editar, nesse mesmo momento, um jornal chamado *A época*, destinado a defender a causa do novo partido.<sup>46</sup> Os sobrenomes alemães dessa lista representavam pessoas estreitamente ligadas à comunidade católica de São José “dos alemães”, de Porto Alegre. Clemens Wallau, inclusive, tinha sido uma espécie de padre-leigo antes que a mesma fosse formalmente constituída, em 1871.<sup>47</sup> Clemente Pinto – como já foi referido – era um germanófilo, com estreitas relações pessoais com os citados.

O primeiro confronto ente as diversas frentes partidárias se daria nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890. No que tange ao Partido do Centro, tornou-se pública, alguns dias antes das eleições, uma dissensão interna derivada do fato de que havia sido elaborada uma nominata de cinco nomes, mas, repentinamente, se divulgava aos eleitores a informação de que essa nominata podia ser complementada com nomes como os de Barros Cassal, Julio de Castilhos, Antão de Farias. Bernardino de Bittencourt e o padre Marcelino de Bittencourt consideraram inadmissível a inclusão desses nomes de positivistas infieis e declararam sua saída do partido.<sup>48</sup> Nas eleições, verificou-se que muitos católicos haviam votado inclusive em nomes que não estavam na lista, pois receberam votos, no mínimo, 12 “católicos”, incluindo críticos das últimas decisões da direção partidária, como Bittencourt. Quem recebeu mais votos foi o médico Carlos Wallau, filho de Clemens, com 2.271 votos, quando o candidato republicano

---

<sup>45</sup> KOSERITZ morreu em 29 de maio de 1890. Para detalhes sobre os antecedentes e as circunstâncias de sua morte, cf. os jornais de língua alemã a partir de 15 de maio de 1890. As duas biografias básicas de Koseritz, em português, são: CARNEIRO, 1959; OBERACKER Jr., 1961. Para alguns outros aspectos, cf. GERTZ (org.), 1999: 7-16.

menos votado obtivera 30.635 votos. As queixas católicas contra o processo eleitoral se espalharam por todo o interior. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, 537 cidadãos teriam, declaradamente, votado nos candidatos católicos, mas na contagem oficial só teriam aparecido 248 votos.<sup>49</sup>

O próximo momento importante, do ponto de vista partidário, foi o período que antecedeu as eleições estaduais de 1891. A *Koseritz' Deutsche Zeitung* noticiou, em sua edição de 28 de março de 1891, que três dias antes havia sido aprovada, em uma reunião da direção do Partido Católico, uma proposta a ser apresentada aos republicanos “históricos” (isto é, aos castilhistas) no sentido de que, em troca de apoio aos candidatos republicanos por parte dos “católicos”, aqueles deveriam incluir na sua nominata os candidatos Luiz Englert, Fialho Dutra, Jacob Kroeff Filho, Francisco de Paula Lacerda de Almeida e Alfredo Clemente Pinto. As negociações, aparentemente, correram sem maiores dificuldades, pois já em 4 de abril de 1891 o mesmo jornal noticiou que os republicanos haviam concordado com a inclusão de Englert, de Almeida e de Pinto. Com isso, os “católicos” iniciaram uma aliança com os castilhistas que perdurou por toda a República Velha.<sup>50</sup>

A *Koseritz' Deutsche Zeitung* de 1º de outubro de 1890 publicara editorial que, com sua letra miúda, enchera metade da primeira página, apresentando os perigos que Julio de Castilhos representava para o estado. Na opinião do redator, Dr. Ernesto Reinoldo Ludwig, “não pode haver, para o Rio Grande do Sul, maior desgraça do que a eleição de Julio de Castilhos para governador – isso devem admitir mesmo os seus adeptos mais submissos, se sentirem uma centelha de patriotismo dentro de si –, pois ele, o militante apaixonado de seu próprio partido, será totalmente incapaz de administrar o governo de forma minimamente apartidária e sensata”. Essa deve ter sido uma opinião difundida entre muitas lideranças teutas não-católicas. Como é sabido, a oposição aos castilhistas esteve articulada sob diversas denominações no período pré-eleitoral, nos meses iniciais de 1891: União Nacional, União Republicana, Partido Republicano Federal. Qualquer nominata de candidatos sob qualquer dessas denominações apresentava grande número de sobrenomes alemães. Podemos citar alguns: Ernesto Reinholdo

---

<sup>46</sup> *Deutsche Zeitung*, 6, 13 e 30 de maio de 1890.

<sup>47</sup> GANS, 1996: 168.

<sup>48</sup> *Deutsche Zeitung*, 12 de setembro de 1890.

<sup>49</sup> *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 1º de outubro de 1890.

Ludwig, Carlos Trein Filho, Jorge Frederico Fayet, Germano Hasslocher, Guilherme Hoffmann, Jacob Arnt.

Essa articulação partidária não pode ser entendida separada das tratativas simultâneas de constituição de um Partido Colonial. A idéia de um “partido teuto-brasileiro” não havia sido estranha a Koseritz<sup>51</sup>, mas, à medida que suas relações com Gaspar Silveira Martins e o Partido Liberal se estreitavam, essa solução saiu da ordem do dia de seu discurso. Ele, inclusive, manifestou sua discordância com o pastor Wilhelm Rotermund, que, no mínimo desde 1881, defendia a criação de um Partido Colonial. Essa idéia, porém, ganhou novamente corpo após a proclamação da República e principalmente depois do fracasso de uma aparente tentativa de Rotermund de realizar com os castilhistas um acordo igual ao que fora feito pelos “católicos”, proposta pela qual o próprio Rotermund teria pretendido constar na chapa republicana.<sup>52</sup>

Mesmo que um dos ideólogos históricos do Partido Colonial tenha sido o pastor luterano Wilhelm Rotermund<sup>53</sup>, o partido não era luterano, pois, segundo a doutrina luterana, política, economia e sociedade não podem receber adjetivos religiosos: existe “política”, mas não “política luterana” nem “partido luterano”. Assim, mesmo que a maioria das lideranças do Partido Colonial, provavelmente, fosse constituída de acatólicos e até de luteranos, isso não significava que ele não comportasse católicos. Uma das regiões em que o partido teve uma atuação bastante significativa foi no vale do rio Caí. Distinguiram-se, nessa região, o pastor Ernesto Augusto Kunert e o capitão Theodor Bürgel, este último de confissão católica.<sup>54</sup> Mais ou menos como o Partido Católico se comportou em 1890, ao lançar alguns candidatos próprios e recomendando preencher as demais vagas com candidatos do Partido Republicano, o Partido Colonial recomendou, agora (1891), preencher as vagas não ocupadas por nomes do próprio partido com candidatos de outros partidos. Ao contrário dos “católicos”, não se especificava, porém, o partido no qual deveriam ser buscados os candidatos faltantes em sua relação. Mas, para os entendidos, os candidatos sugeridos eram os das citadas agremiações anticastilhistas. A não-definição explícita pela aproximação com um outro partido

---

<sup>50</sup> Alguns detalhes a mais sobre o Partido Católico podem ser vistos em GERTZ, 1992: 554-557. Além de Englert, a lista de candidatos dos republicanos “históricos” incluiu os sobrenomes alemães de Carlos Rheingantz e de João Steenhagen. Segundo comentário da *Koseritz' Deutsche Zeitung* (8 de abril de 1891), na verdade, eram apenas dois sobrenomes alemães, já que o último só era “mais ou menos alemão” - ele estava ligado ao movimento operário incentivado pelos republicanos.

derivava da tentativa de auto-definição do Partido Colonial: ele não seria um partido político, nem religioso, nem “ideológico”, mas sim um partido “econômico” – e por isso, em tese, podia apoiar candidatos de qualquer outro partido, desde que se comprometessem com suas demandas econômicas.<sup>55</sup>

Um editorial da *Koseritz' Deutsche Zeitung* – jornal controlado por partidários da União Nacional/União Republicana –, de 9 de maio de 1891, afirmou que nas eleições realizadas no dia 5 daquele mês “o Centro<sup>56</sup>, com seu comportamento irresponsável, assumiu uma grande responsabilidade, pois, ao apoiar seus inimigos, aumentou a força deles e contribuiu para o possível surgimento de manifestações contra a ordem. O clero católico foi de casa em casa, procurando seus confessados, para ameaçá-los com o inferno e o purgatório, caso votassem pela oposição”. Mas os jornais *Deutsche Zeitung* e *Deutsche Post*, sabidamente defensores do Partido Colonial, também foram criticados por sua suposta neutralidade, que também teria favorecido os castilhistas.

Isso tudo nos mostra como a “colônia alemã” estava politicamente dividida frente ao castilhismo nos meses que antecederam a Revolução Federalista. Na verdade, o partido teuto-católico tinha aderido, mas isso não significa que todos os teuto-católicos do estado tivessem assumido uma posição inequívoca favorável ao castilhismo. Apesar de não se poder estabelecer índices numéricos, alguns católicos, naturalmente, apoiaram as agremiações políticas anticastilhistas; outros aderiram à posição do Partido Colonial, mas em vários lugares o próprio Partido Católico não se dissolveu, como aconteceu no nível estadual, tendo participado por muitos anos ainda da constelação partidária local.<sup>57</sup>

Foi nesse contexto conturbado que aconteceu a segunda morte política de peso entre os teutos: o covarde assassinato de Friedrich Haensel, pela polícia, em 1º de novembro de 1892.

Como mostrei em vários textos sobre a Revolução Federalista nas regiões

<sup>51</sup> Cf. *Deutsche Zeitung*, 3 de janeiro de 1880.

<sup>52</sup> Cf., a respeito, *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 28 de março e 15 de abril de 1891.

<sup>53</sup> A principal biografia de Rotermund é FAUSEL, 1936. Cf. também, GERTZ, 2002: 28-50.

<sup>54</sup> Sobre Kunert e sua atuação política e religiosa na região, cf. KUNERT, Udo Ingo. “Vida e obra do pastor Ernst August Kunert”. In: Müller, Telmo Lauro (org.). *Imigração e colonização alemã (Anais do 3º Simpósio de Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre: EST, 1980: 249-267; KUNERT, Udo Ingo. “Tentativas de organização política na colônia alemã de São Sebastião do Cai”. In: *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Rotermund/Sinodal, 1986: 81-89. Sobre Bürgel, cf. KUNERT?, 1903: 33-48.

de colonização alemã, não é possível definir uma posição geral e única sobre o envolvimento “da colônia” nesse episódio.<sup>58</sup> Há situações específicas em cada região. Não há dúvida de que a região de Santa Cruz do Sul foi a mais rebelde contra o poder castilhista, e as regiões do vale do rio dos Sinos e do vale do rio Cai foram aquelas em que os castilhistas tiveram menos problemas, ficando o vale do rio Taquari numa posição mais ou menos intermediária. Há manifestações de lideranças castilhistas durante e após a revolução destacando a importância que a “colônia” teve no sentido de manter o abastecimento da capital e do estado em geral durante a guerra civil, mas as inequívocas manifestações de oposição e os atos de rebeldia, como a ocupação de Santa Cruz por forças antigovernistas, em fevereiro de 1894, e a sustentação de um governo local autônomo durante quatro meses, mais a atuação de lideranças maragatas populares como José Altenhofen na região do Alto Taquari, mostraram aos castilhistas que não podiam esperar apoio irrestrito das regiões de colonização alemã.

Seria necessário acompanhar mais detidamente a trajetória das relações entre castilhistas e teuto-gaúchos nos primeiros anos após a Revolução Federalista. Enquanto a pesquisa sobre esse período não se realiza, podemos indicar alguns fatos importantes do ano eleitoral de 1897. No dia 8 de março desse ano, Castilhos, com grande comitiva<sup>59</sup>, iniciou uma viagem, que deveria durar duas semanas, para as regiões coloniais ao norte de Porto Alegre. Infelizmente as notícias vindas do sertão da Bahia, onde as tropas militares haviam sofrido forte revés frente aos adeptos de Antônio Conselheiro, fato que parecia colocar em perigo a própria República, fez com que a viagem tivesse de ser reduzida pela metade. Mesmo que o jornal porto-alegrense *Pionier*, de oposição, tivesse prognosticado que Castilhos enfrentaria os “vivas de gargantas oprimidas”<sup>60</sup> durante essa sua viagem, parece que não foram registrados incidentes desagradáveis e ele se teria manifestado satisfeito com que viu.<sup>61</sup>

Já a segunda viagem à região colonial<sup>62</sup>, nesse mesmo ano, não se daria em condições muito favoráveis. Flávio Kothe defendeu a tese de que a fundação de Santa Cruz do Sul, em meados do século XIX, representou a tentativa de concretizar,

---

<sup>55</sup> Seus estatutos podem ser vistos na *Koseritz' Deutsche Zeitung*, 7 de outubro de 1892. Maiores detalhes sobre o Partido Colonial podem ser buscados em GERTZ, 1993: 61-74.

<sup>56</sup> Convém lembrar que na Alemanha o Partido Católico era conhecido como Partido do Centro (*Zentrumspartei* ou, simplesmente, *Zentrum*).

<sup>57</sup> Um caso típico foi Santa Cruz do Sul.

em meio à floresta da América do Sul, a utopia que não fora possível concretizar na Alemanha em 1848.<sup>63</sup> Nesse sentido, o município sempre fora muito politizado e, durante o império, fora um dos principais redutos do gasparismo. Mas Santa Cruz também fora – como já se destacou –, em 1880, o município em que se elegeu a primeira câmara municipal composta exclusivamente de conselheiros de sobrenome alemão.<sup>64</sup> Foi para Santa Cruz do Sul que Castilhos se dirigiu no início de junho de 1897. Apesar de que alguns aspectos davam uma impressão melhor do que nas regiões percorridas durante a primeira viagem, como um maior desenvolvimento material e também intelectual, denotando um certo cosmopolitismo, já que teria sido evidente uma convivência religiosa muito mais harmônica e a convivência de posicionamentos intelectuais mais diversificados, a viagem a Santa Cruz envolvia uma questão política melindrosa. Nas eleições municipais recentemente realizadas, havia vencido o candidato de oposição, o ex-diretor da colônia Carlos Trein Filho. A missão dessa também longa viagem de Castilhos consistiu em tentar convencer Trein a abrir espaço para uma composição. Mas, na longa entrevista entre os dois, nenhuma das partes cedeu. Castilhos voltou a Porto Alegre frustrado. Porém, não teve dúvidas: interveio militarmente no vale do rio do Pardo, constituindo-se Santa Cruz do Sul, possivelmente, no primeiro caso de anulação forçada de uma eleição – prática que se tornaria corriqueira durante toda a República Velha.<sup>65</sup> Arno Philipp escreveu que essa viagem foi fundamental para que Castilhos tomasse algumas medidas importantes contra os interesses das “colônias”. Citou, nominalmente, o início das temidas verificações de posse sobre as terras dos colonos, que, durante anos, teria sido utilizada, de forma intermitente, para pressionar os teuto-gaúchos.

No entanto, Castilhos, até o final de sua vida, não deixou de realizar também lances pelos quais tentou granjear maior simpatia entre os teuto-gaúchos. Feito o acordo com os católicos no início da década de 1890, procurou uma aproximação concreta com os luteranos. Nesse sentido, teria encaminhado todas as tratativas

<sup>63</sup> GERTZ, 1993: 115-21; GERTZ, 1993: 43-50; GERTZ, René E. A Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: *Anais da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1994: 273-277; GERTZ, 1997: 27-33.

<sup>64</sup> Aparentemente se atribuiu grande importância a essa viagem, pois até um jornalista do jornal *República*, do Rio de Janeiro, Guilherme Seabra, participou dela.

<sup>65</sup> “*Hochrufe aus gepresster Kehle*”.

<sup>61</sup> Relato detalhado da viagem pode ser visto em *Deutsche Zeitung*, 19 de março de 1897. Castilhos passou por São Leopoldo, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim (Ivoti), Picada Café, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Feliz, São Sebastião do Cai e Montenegro.

para que o luterano Arno Philipp fosse incluído na nominata de candidatos republicanos nas eleições de 1905. Mesmo com Castilhos morto, Philipp, de fato, tornou-se deputado estadual e permaneceu nessa condição até 1929, tornado-se, ao final do período, decano dos deputados estaduais gaúchos.<sup>66</sup>

Mas Castilhos nunca conseguiu convencer todos os teuto-gaúchos a aderir – sobretudo de forma incondicional – nem todos os seus correligionários tiveram paciência de lidar com essa gente das colônias alemãs.<sup>67</sup> Essa tragédia o acompanhou até na morte. No mesmo dia em que os jornais de língua alemã noticiaram com grande destaque seu falecimento, também dedicaram enorme espaço ao famoso relatório Parobé, que fora seu secretário de obras e fora mantido nessa qualidade por Borges de Medeiros. No relatório publicado por José Pereira Parobé nos dias que foram os últimos da vida de Castilhos, aquele escrevera que o Rio Grande do Sul deveria abrir mão de seu desenvolvimento material imediato caso esse dependesse da vinda de mais imigrantes alemães, porque eles seriam verdadeiros expatriados, que se negam a integrar-se na sociedade brasileira; a constituição afetiva dos teutos não seria apropriada para elevar a moral da sociedade rio-grandense.<sup>68</sup>

A reação da “colônia alemã” de Porto Alegre foi bastante forte. Borges, porém, reservou-se o direito de dar uma resposta totalmente insatisfatória.<sup>69</sup> Ato contínuo, no entanto, fez um convite a uma importante personalidade alemã, o dr. Robert Jannasch, presidente da Sociedade Central de Geografia Comercial e Fomento dos Interesses Alemães no Exterior, numa clara tentativa de conciliação e de cooptação. A recepção calorosa e festiva a esse representante de uma associação alemã supostamente imperialista custou a Borges críticas de muitos brasileiros.<sup>70</sup> Na prática, Borges continuou com a política castilhista de não ceder à “colônia”, colocando, muitas vezes, intendentess de fora nos municípios coloniais, que, em alguns casos, ficaram mais de 20 anos sem abandonar o cargo, mas em outras oportunidades, resistindo bravamente a pressões antialemãs, bajulou personalidades teuto-brasileiras ou alemãs ou elogiou em público a contribuição teuta ao estado. Um exemplo típico, nesse sentido, aconteceu durante a Primeira

<sup>62</sup> Castilhos faria ainda uma terceira viagem à região colonial, a Ijuí.

<sup>63</sup> KOTHE, 1996: 206.

<sup>64</sup> *Deutsche Zeitung*, 10 de setembro de 1880.

<sup>65</sup> Detalhes dessa viagem podem ser vistos em *Deutsche Zeitung*, 11 de junho de 1897. Uma avaliação dos efeitos dessa visita pode ser vista em PHILIPP, 1931: 33-48. Ver também KRAUSE, 2002: 116 e segs.

Guerra Mundial. No contexto da vitória da francofilia sobre a filogermanidade, fundou-se, em janeiro de 1917, no Rio de Janeiro, a “nativista” Liga de Defesa Nacional. O presidente da República, Wenceslau Brás, foi escolhido presidente de honra e os responsáveis pelas seções estaduais seriam os respectivos governadores. Quando as relações entre Alemanha e Brasil chegaram ao ponto de ruptura definitiva, em outubro de 1917, constatou-se, de repente, que a Liga de Defesa Nacional estava muito bem organizada em todos os estados brasileiros – menos no Rio Grande do Sul, onde não fora feito absolutamente nada. Recebendo uma reprimenda pública por parte do presidente da República por sua negligência, Borges desculpou-se com a afirmação de que seus muitos afazeres não lhe tinham possibilitado dedicar-se ao caso.<sup>71</sup>

A “colônia”, por sua vez, manteve um distanciamento respeitoso em relação ao castilhismo borgista, nunca aderindo de forma incondicional ou definitiva. Em 1907, forneceu, no mínimo, a metade dos votos recebidos pelo opositorista Fernando Abbott na sua disputa com o candidato de Borges a sua sucessão, Carlos Barbosa.<sup>72</sup> Documentos apresentados por Gunter Axt mostram como, nesse momento – como já acontecera antes –, lugares que supostamente haviam aderido de forma entusiástica à República, em 1889, podiam criar problemas sérios aos castilhistas: o autor cita documentos de lideranças castilhistas de Cachoeira do Sul a respeito de Santo Ângelo (Agudo).<sup>73</sup> Em 1922, a colônia alemã, de forma geral, mostrou-se mais favorável ao próprio Borges em sua disputa com o opositorista Assis Brasil – ao menos as colônias mais antigas. Mas tão logo se notou que o poder de Borges fora seriamente afetado pela revolução de 1923, o enfrentamento recomeçou, um pouco mais leve nas eleições de 1924, mas de forma incisiva nas de 1928.<sup>74</sup>

Para a “colônia”, o efeito dessa política de distanciamento ou mesmo de enfrentamento respeitoso teve como um dos efeitos mais marcantes o fortalecimento das instituições de caráter político, econômico, social, educacional, religioso e mesmo recreativo existentes desde longa data nas colônias. Isso fica

---

<sup>66</sup> Sobre Philipp, cf. “Ein deutscher Volkstribun und Dichter: Arno Philipp”. *Kalender ...*, 1931: 72-78.

<sup>67</sup> Uma interessante discussão, com argumentos pró e contra Castilhos, por parte de dois teutos fictícios, encontra-se em FUNKE, 1902: 59 e segs.

<sup>68</sup> CUNHA, 1995: 241.

<sup>69</sup> *Chronik des Verbandes Deutscher Vereine Porto Alegre*. Porto Alegre: Typographia Mercantil, 1936: 7.

<sup>70</sup> Cf. ROMERO, 1906: 43. Sobre Jannasch e sua viagem ao Brasil, em 1904, cf. HELL, 1966: 217 e segs.

muito claro num confronto com as regiões de colonização alemã em Santa Catarina.<sup>75</sup> Se todas essas instituições não tinham nenhuma força maior naquele estado, e, sobretudo, se não tinham sentido político, no Rio Grande do Sul todas elas estavam rígida e eficazmente organizadas, como para capacitá-las a enfrentar o Estado forte com que se tinha de lidar. Isso criou práticas políticas profundamente enraizadas nas tradições locais.<sup>76</sup>

Na memória histórica das regiões de colonização alemã – e, portanto, numa perspectiva histórica de mais longo prazo – o castilhismo recebeu, muitas vezes, uma avaliação mais positiva.<sup>77</sup> Destaca-se aí seu programa econômico progressista, mas destacam-se, também, as conseqüências positivas do forte embasamento doutrinário do regime, com sua previsibilidade, sua tolerância religiosa e cultural. Assim, ao final do período (em 1930 e em 1932, respectivamente), o pastor Hermann Dohms, a maior autoridade intelectual do luteranismo no Brasil, até hoje, escreveu dois artigos, um sobre o positivismo castilhista e outro sobre o sistema partidário gaúcho. Apesar de lidos por poucas pessoas na época (por terem sido publicados em alemão), só foram superados por textos sobre o mesmo assunto escritos pelos novos cientistas políticos gaúchos da década de 1970. Neles, Dohms chegou ao ponto de expressar a esperança de que a Revolução de 1930 viesse a representar a expansão dos ideais castilhistas sobre todo o Brasil.<sup>78</sup> Ou Dohms não conhecia ou ignorou propositalmente a opinião de seu grande antecessor, o pastor Wilhelm Rotermund, que no seu famoso almanaque escrevera em 1903 que “a colônia alemã tem nele [Castilhos] um inimigo”.<sup>79</sup>

Os dados aqui apresentados certamente não permitem dar uma resposta inequívoca à pergunta lançada no início deste texto sobre a eventual responsabilidade do castilhismo sobre o desenvolvimento de um tipo de cultura política nas regiões de colonização alemã que ainda hoje as torna características. Mas não parece descabido de todo pressupor que a organização local relativamente democrática derivada da existência de uma sociedade socialmente bastante simétrica, do ponto de vista social, possa ter sido fortalecida com a necessidade

---

<sup>71</sup> GERTZ, 2002: 92-93.

<sup>72</sup> GERTZ, 2001: 963-976.

<sup>73</sup> AXT, 2001: 151. “Não sei mais o que fazer para assegurar a vitória pelas urnas nos distritos de populações germânicas, temos por todos os meios procurado satisfazer a todas as exigências, algumas até descabidas, contando assim no momento oportuno que a Colônia estivesse ao nosso lado” (carta de Izidoro Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, 4 de fevereiro de 1906).

<sup>74</sup> Para detalhes, cf. GERTZ, 2002: 72 e segs.

constante de barganhar com o forte Estado castilhista. Apesar das eventuais aparências, no entanto, não deve ser correta a observação de Jean Roche, o grande estudioso da imigração e da colonização alemã no Rio Grande do Sul, quando afirmou que o castilhismo foi o responsável por uma suposta marginalização, um suposto enquistamento e um suposto afastamento da comunhão nacional brasileira das populações de origem alemã. Como ainda acontece hoje com muitas pessoas, o grande pesquisador, aparentemente, também sofreu de uma ilusão ótica.

### Referências Bibliográficas

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: USP, 2001 (tese de doutorado).

CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3<sup>a</sup>. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.

DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. *Industrialisierung in Südbrasilien*. Köln/Wien: Böhlau Verlag, 1973.

DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha*. Maringá: Editora Maçônica "A Trolha" Ltda., 1993 (4 vols.).

DREHER, Martin N. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 67-132 e 133-167.

FAUSEL, Erich. *D. Dr. Rotermund: ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1936.

FENSELAU, Otto. *Hermann Wagner, ein unschuldig Verurtheilter im Gefängnisse zu*

---

<sup>75</sup> Isso pode ser visto em GERTZ, 1987: 39-59.

<sup>76</sup> Só quero fazer referência aqui às instituições de caráter socioeconômico ligadas às próprias instituições religiosas, como a União Popular e a Liga das Uniões Coloniais. Sobre a União Popular, cf. RAMBO, 1998; GERTZ, 1992: 554-557. Sobre ambas, cf. SCHALLENBERGER, 2001.

<sup>77</sup> A respeito da evolução da memória sobre a Revolução Federalista, cf. GERTZ, 1995: 97-113.

<sup>78</sup> Os textos estão agora acessíveis em português em DREHER (org.), 2001: 67-132 e 133-167.

<sup>79</sup> *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, 1903: 162. Deve-se destacar que essas palavras foram escritas antes da morte de Castilhos, pois o almanaque circulava ao final do ano anterior à sua datação, portanto, essa edição circulou ao final de 1902 - quando Castilhos morreu em outubro de 1903.

*Porto Alegre: Beiträge zur Klarlegung der Angelegenheit.* Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1887.

FUNKE, Alfred. *Aus Deutsch-Brasilien.* Leipzig: B. G. Teubner, 1902.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889).* Porto Alegre: UFRGS, 1996 (dissertação de mestrado).

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. "Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular". *Veritas*, Porto Alegre, vol. 37, nº 148, 1992, p. 554-557.

\_\_\_\_\_. Antecedentes da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In: Flores, Moacyr (org.). *1893-95: a revolução dos maragatos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 61-74.

\_\_\_\_\_. Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In: Alves, Francisco das Neves e Torres, Luiz Henrique (eds.). *Pensar a Revolução Federalista.* Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 115-121.

\_\_\_\_\_. A revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: Possamai, Zita (ed.). *Revolução de 1893.* Porto Alegre: SMC, 1993, p. 43-50.

\_\_\_\_\_. A memória da guerra civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: Rambo, Arthur Blasio e Félix, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.* São Leopoldo/Porto Alegre: Editora UNISINOS/Editora da Universidade, 1995, p. 97-113.

\_\_\_\_\_. Medo e sofrimento nas colônias alemãs. In: Westphalen, Cecília Maria (org.). *Revolução Federalista.* Curitiba: SBPH/Centro Design – C. D. Encadernações S/C Ltda., 1997, p. 27-33.

\_\_\_\_\_. (org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 7-16.

\_\_\_\_\_. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: Suliani, Antônio (org.). *Etnias e carisma.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 963-976.

\_\_\_\_\_. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914).* Rostock: Universidade de Rostock, 1966 (tese de doutorado).

KOTHE, Flávio R. Teuto-gaúchos: a irredutível diferença. In: Fischer, Luís Augusto e Gertz, René E. *Nós, os teuto-gaúchos.* Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 206.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma*

comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2002.

K(UNERT?), A(ugust?). "Aus dem Leben des Cap. T. Bürgel". *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, 1903, p. 33-48.

MOTTER, Ana Elisete. *As relações das bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998 (dissertação de mestrado).

OBERACKER Jr., Carlos H. *Carlos von Koseritz*. São Paulo: Anhambi, 1961.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 (dissertação de mestrado).

PHILIPP, Arno. *Erinnerungen an Dr. Julio de Castilhos*. In: *Kalender (Jahrweiser) für die deutschen evangelischen Kirchen in Brasilien*, Porto Alegre, 1931, p. 33-48.

RAMBO, Arthur Blasio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999 (dissertação de mestrado).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMERO, Silvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro, 1906.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da sociedade União Popular e da Liga de Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento sul-brasileiro*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (tese de doutorado).

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

STEYER, Egon Frederico. *Aspirações da população de origem alemã no Rio Grande do Sul segundo a imprensa teuto-brasileira (1878-1891)*. Porto Alegre: PUCRS, 1979 (dissertação de mestrado).



# Imigração e coronelismo: estruturas de poder na primeira república gaúcha

*Isléia Rossler Streit*

Mestre em História, pelo Programa de Pós-graduação em História – Mestrado em História.  
Universidade de Passo Fundo. Professora da Universidade de  
Passo Fundo e da rede estadual de ensino do RS

**A**tualmente nos deparamos com novas possibilidades de abordar os estudos históricos, basicamente, decorrentes das reformulações teórico-metodológicas das ciências em geral. Diante desta ruptura no campo intelectual, o historiador *“se apresenta com uma nova atitude, restringe seu campo de estudo, redefine seus objetos, conteúdos e métodos, bem como as fronteiras disciplinares”*.<sup>1</sup> Nestas redefinições os conjuntos metodológicos e teóricos sustentam, em muitos aspectos, os estudos que envolvem temáticas regionais, sujeitos excluídos das análises das superestruturas, que juntamente com abordagens políticas renovadas, são inseridos nas discussões de poder e de micropoderes<sup>2</sup>, entre outras escalas de análise do objeto.

Visando compreender os processos sociais regionais, e configurar a atuação dos sujeitos e classes sociais pouco analisados no processo histórico até bem pouco tempo, propomos o estudo de um caso específico – Saldanha Marinho, coronéis e imigrantes – para compreender as relações de poder e as práticas políticas que vigoraram, sob esta ótica, neste cenário da República Velha no Rio Grande do Sul. Ressaltamos a importância destes estudos para compor um quadro geral do processo histórico do período, evidenciando as devidas especificidades.

Fica evidente, após o levantamento bibliográfico realizado<sup>3</sup>, que a temática do coronelismo continua a exigir esclarecimentos na região, pois se tratou de um sistema político complexo, de relações peculiares, que pode ser investigado de outros ângulos e numa margem de tempo maior, incluindo a ênfase em relações de tipo clientelistas que extrapolam aqueles sistemas. Assim, mesmo que o estudo seja de caráter local, discute um tema pouco explorado pela historiografia.

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, 2001: 52.

<sup>2</sup> FOUCAULT, 1979.

<sup>3</sup> STREIT, 2003.

Ao verificar o processo de ocupação do atual município de Saldanha Marinho, a partir de 1899, constatamos a presença de elementos distintos, e que suscitavam relações de poder, através de suas práticas, basicamente políticas: a) a influência do coronelismo no território de Saldanha Marinho, através do coronel Victor Dumoncel Filho; b) a empresa colonizadora Sociedade Norte Industrial Castro, Silva e Cia. que loteou as terras da Colônia Saldanha Marinho, sendo proprietário o Sr. Evaristo Affonso de Castro; c) os colonos que começaram a chegar à colônia a partir de 1899.

Michael Foucault, dentre seus vários estudos, introduziu, discussões sobre o poder, revolucionando abordagens, pelo teor das suas contribuições. Para ele *“os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado, distinção que não parece, até então, ter sido muito relevante ou decisiva para suas análises, assim o poder não está necessariamente ligado às mudanças ocorridas no âmbito do Estado”*<sup>4</sup> A partir destas idéias torna-se cada vez mais justificável os estudos deste complexo sistema de micropoderes que surgiram independentes do Estado, formados no corpo das relações sociais com identidades próprias e principalmente construindo práticas políticas na defesa destas.

Num primeiro momento, selecionamos como aspecto primordial, definir o espaço que estamos tratando, traçando as primeiras características daquele que participou da formação territorial, social e política da colônia Saldanha Marinho.

Evaristo Affonso de Castro, juntamente com seu sócio Francisco Claro Silva, conhecido como Chico Claro<sup>5</sup> fundou a Colônia Particular Saldanha Marinho, em 02 de maio de 1899, situada na serra da Cadeia, entre os rios Pinheirinho e Arroio Grande, no 5.º Distrito de Passo Fundo. Sua área inicial consistia em 106 lotes.<sup>6</sup> Após a fundação da colônia se inicia o processo de incentivo e propaganda para que os colonos se fixem nos lotes demarcados, destacava-se a presença de madeiras de lei, sobretudo a mata de araucárias, ipês, angicos, cabriúva, etc.<sup>7</sup>; da comunicabilidade, através da estação ferroviária em Pinheiro Marcado a 19 km da colônia<sup>8</sup>; do fácil acesso a terra. A colônia Saldanha Marinho possuía uma demarcação de lotes de terras que abrangia

<sup>4</sup> FOUCAULT, 1979: XII.

<sup>5</sup> Informações que constam em uma homenagem interna da Maçonaria Porto-alegrense, realizada por Omar Castro de Castro a Evaristo Affonso de Castro.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, 1992: 167.

seis tipos de contagem destes, e estavam localizados desde a área central da colônia, onde hoje é o centro urbano do município, até os arredores, que hoje são os principais distritos da zona rural. É importante salientar que os nomes das principais ruas do município já foram designadas no mapa topográfico da colônia, por seus fundadores. Entre elas podemos destacar: Rua Prestes Guimarães, Avenida Silva Tavares, Rua Gumercindo Saraiva, General Portinho, Saldanha da Gama." O jornal *Aurora da Serra*, de dezembro de 1897, publicou o seguinte anúncio: "*Evaristo Affonso de Castro, fundador e proprietário da Colônia Saldanha Marinho junto às estações ferroviárias de Santa Bárbara e Pinheiro Mercado, tem para vender, e encarrega-se da compra e venda de terras.*"<sup>10</sup> A colonização desta área de campo e mato que os sócios e proprietários adquiriram, objetivava trazer colonos alemães e italianos das colônias velhas, principalmente alemães<sup>11</sup>, para explorar as ricas terras da região, bem como a grande quantidade de madeiras nobres, principalmente de pinheirais que se encontravam na colônia.

Desta maneira, podemos perceber as relações de poder na região de Saldanha Marinho, a partir do início da ocupação desta enquanto uma colônia de imigrantes. Em relação ao sentido da imigração no Planalto Médio Gaúcho, escreve Paulo Afonso Zarth:

Além dessas questões de mercado e de projetos de desenvolvimento agrícola, o sentido da imigração consistia, sobretudo numa estratégia de valorização das terras, o que explica, entre outros motivos, a insistência nos imigrantes em detrimento dos lavradores nacionais. [...] Outro aspecto importante considerado pelas autoridades locais para justificar a necessidade de imigrantes [...], é o isolamento da região.<sup>12</sup>

Somando-se a isso o período da República Velha se caracteriza pelos

<sup>7</sup> GEHM, 1978: 148.

<sup>8</sup> GEHM, 1978: 149.

<sup>9</sup> Mapa topográfico da Colônia Saldanha Marinho, cópia desenhada por Guilh Fricke, em 19 de julho de 1923. Arquivo Histórico Regional - Universidade de Passo Fundo/PF/RS.

<sup>10</sup> *Jornal Aurora da Serra*, Anno 1, n.º 07, dezembro de 1897, Revista do clube do mesmo nome, com publicação mensal. Cruz Alta. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre/RS.

<sup>11</sup> Por serem os mais antigos e ter maior número de descendentes. Ver Zarth, 1997: 82.

permanentes conflitos políticos, nos quais os grupos estão em busca de posições satisfatórias no novo cenário republicano.

Pretendemos demonstrar, a partir dos aspectos descritos acima, a formação e inserção da colônia Saldanha Marinho, num contexto ímpar, em que irão se relacionar um líder federalista, imigrantes e um coronel republicano, sempre lembrando que a região do Planalto Médio Gaúcho demonstra esta realidade de contradição.<sup>13</sup>

A partir da coleta e análise dos dados, conseguidos em fontes orais e escritas, sobre a Empresa Colonizadora Castro, Silva e Cia., responsável pela colonização de Saldanha Marinho, e de um de seus sócios Sr. Evaristo Affonso de Castro, selecionamos vários aspectos que nos chamaram a atenção e que serão úteis para a identificação de possíveis relações de poder entre os elementos estudados.

Sabemos que todas as decisões políticas da região demonstram a constante luta pela permanência do poder local nas mãos dos coronéis republicanos-borgistas, e também estão relacionadas aos acontecimentos estaduais de dominação política do Partido Republicano Rio-Grandense, por um longo tempo no Rio Grande do Sul, e que se sentiam desafiados pela oposição federalista ou de dissidentes republicanos, descontentes com a situação que se formou após a Proclamação da República e a Constituição de 1891 no Rio Grande do Sul.

Evaristo Affonso de Castro foi o fundador da colônia Saldanha Marinho, que deu origem, atualmente, ao município de mesmo nome. Possui uma trajetória de vida, que o sugere como um líder político com firmeza de crenças naquilo que acreditava. Nos documentos verificados sobre sua atuação política fica clara a forte presença oposicionista que ele representou na região de Cruz Alta. Atuou como sócio da Sociedade Abolicionista Aurora da Serra, da qual foi presidente e inaugurou um dos períodos de maior atividade desta, promovendo a alforria de todos os escravos do município de Cruz Alta no ano de 1884. Seu caráter de luta ideológica pela causa abolicionista levou-o a atuar de maneira ímpar dentro da realidade de Cruz Alta, já que o município possuía uma economia agrária característica do período imperial e se baseia na mão-de-obra escrava. Segundo Prudêncio Rocha:

---

<sup>12</sup> ZARTH, 1997: 80.

<sup>13</sup> REVERBEL, 1985.

Os senhores de escravos, opunham tenaz resistência à propaganda abolicionista, considerando os cativos despreparados para receber os benefícios da liberdade e que a liberação do braço escravo conduziria ao esbarrondamento da economia nacional.<sup>14</sup>

Desta maneira, é visível o confronto que a Sociedade Abolicionista Aurora da Serra, e principalmente Evaristo Affonso de Castro, seu líder de maior expressividade, adquiriu com os estancieiros do município ao levar até o final a causa libertadora em Cruz Alta. Com a Proclamação da República e o posicionamento de Evaristo como um membro do Partido Federalista concretizou-se ainda mais a rivalidade, já que este município se caracterizou pela expressividade republicana. Rossano Viero Cavalari fez um estudo sobre a revolução de 1893 em Cruz Alta, descrevendo a atuação de alguns líderes republicanos e federalistas nas principais batalhas desta guerra civil. Destaca, principalmente, os detalhes de cada conflito:

Em Cruz Alta, cidade ardorosamente republicana, as atrocidades não foram diferentes. Foram presas dezenas de pessoas a mando de José Gabriel da Silva Lima, inclusive o jornalista e escritor Evaristo Affonso de Castro, um dos líderes federalistas que permaneceu na cadeia durante vários dias.<sup>15</sup>

Com a cooptação crescente<sup>16</sup> dos líderes republicanos de Cruz Alta ao governo de Castilhos e Borges, em sua maioria estancieiros da região do Planalto Médio, cresce também a oposição de Evaristo Affonso de Castro, e dos demais membros federalistas, ao governo estadual.

Diante da influência federalista e do espírito de luta política que possuía Evaristo Affonso de Castro, se torna instigante relacionar a sua atuação entre os colonos em Saldanha Marinho. Não podemos esquecer de que a Colônia, apesar de ser instalada em território que pertence a Passo Fundo, onde os federalistas, representados por Prestes Guimarães possuíam maior liderança em relação ao grupo republicano, a presença, inicialmente, de Firmino Paula e, posteriormente, de Victor Dumoncel Filho, na região, como líderes republicanos representantes

---

<sup>14</sup> ROCHA, 1980: 95.

<sup>15</sup> CAVALARI, 2001: 44.

<sup>16</sup> FÉLIX, 1996: 191.

de Castilhos e Borges de Medeiros, era muito grande. Os limites e influências do município a que pertence o povoado, praticamente dizem respeito apenas a questões administrativas. O controle, pelo poder local, seja ideológico ou eleitoral ultrapassa essas questões burocráticas do município.

Desta maneira, a trajetória política de Evaristo Affonso de Castro jamais poderia ser deixada fora de análise ou estudada separadamente da ocupação do atual município de Saldanha Marinho. São dados biográficos que demonstram e nos levam a clarear as hipóteses deste trabalho, incitando ser uma colonização de perfil ímpar, num processo de ocupação territorial do planalto Médio Gaúcho que aparentemente parece ter acontecido com normalidade, em que a liderança federalista de Evaristo se concretizou e formou um grupo coeso de oposição ao republicanismo/borgista de Victor Dumoncef Filho, na figura dos imigrantes.

Utilizando novamente os estudos de Foucault sobre o poder, ressaltamos quando este diz que:

A dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão [...] a consideração dos micropoderes, mostra, em todo o caso, é que o aspecto negativo do poder – sua força destrutiva – não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador [...]. O que interessa – ao poder – basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político.<sup>17</sup>

É possível concluir, mesmo que previamente, sobre a ocupação do espaço territorial da colônia Saldanha Marinho, que existiu um interesse direto por parte do fundador em realizar seus pressupostos políticos. As tentativas de Evaristo Affonso de Castro, como escritor<sup>18</sup> e político, e, sobretudo, como um federalista na República Velha, de recuperar o poder político na região se concretizam quando consegue formar a colônia Saldanha Marinho. Passa a ver nos colonos, provenientes

das colônias novas, possibilidades de um grupo de resistência ao republicanismo serrano, representado por Victor Dumoncel Filho. Além disso, observa-se a possível organização de um grupo de eleitores razoavelmente grande e oposicionista. Desta maneira, a formação de uma “*teia de micropoderes*”, como diria Foucault, neste caso específico da colônia Saldanha Marinho, consistiu em um grupo de realização de práticas políticas adversas ao que configurava no cenário regional.

Poucas foram as palavras escritas sobre o coronel Victor Dumoncel Filho, sua atuação social e política no planalto médio sulino. A historiografia regional torna-se, com os estudos em torno de figuras como a do coronel Dumoncel, cada vez mais elucidativa. Victor Dumoncel Filho projetou a região do Planalto gaúcho, especialmente Santa Bárbara do Sul, em todas as esferas políticas.

Levantar hipóteses sobre a atuação do coronel Victor Dumoncel Filho significa deixar-se envolver pelo fascínio do estudo dos tempos da República Velha; refletir sobre assuntos que estão muito presentes na memória das pessoas que presenciaram os acontecimentos deste tempo na região do Planalto Médio; resgatar histórias contadas em noites de chuvas, nas rodas de pescarias e de chimarrão, nos armazéns e bares. Enfim, tratar do coronelismo na região delimitada significa trazer à tona trajetórias de vidas que se envolveram nos conflitos políticos da época ou que foram por eles envolvidas, marcando com alegrias ou tristezas muitas famílias.

Tratar do coronelismo significa, também, sentir atração para a análise das múltiplas facetas do poder exercido por algumas pessoas sobre as outras. Acreditamos que os coronéis do Planalto tiveram uma parcela de colaboração na construção da sociedade onde estavam inseridos, porém questionaremos as conseqüências dessa contribuição, ou seja, se os mesmos refletiram positiva ou negativamente no espaço em que elas ocorreram. Foucault, a respeito, observa que

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele mascara, ele esconde. De fato, o poder

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, 1979: XVI.

<sup>18</sup> Aspecto a destacar são as quatro obras que Evaristo Affonso de Castro escreveu no século XIX, que demonstram seu grande interesse pelos aspectos históricos, geográficos da região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, são edições com requintadas formas literárias na maneira de escrever.

produz, ele produz real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade.<sup>19</sup>

Partindo da premissa de que o coronelismo no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul representou uma organização social – com tanta representatividade nesta esfera quanto na política –, com força atuante por um longo período, questionamo-nos: quais eram os grupos ou organizações políticas e sociais que ameaçavam realmente esse sistema? A estrutura coronelista do Planalto, representada pelos coronéis Victor Dumoncel Filho e Vazulmiro Dutra, preocupava-se apenas com os grupos de oposição visivelmente constituídos? Ou pode-se considerar como poder aquele que surge da trama social – como o dos imigrantes que ocuparam as várias colônias particulares do Planalto – como um potencial ameaçador à construção e à manutenção do poder republicano/borgista?

Dessa maneira, o tema coronelismo no Planalto do Rio Grande do Sul levamos cada vez mais a enquadrar nessa estrutura de mando<sup>20</sup> as violências e atrocidades cometidas pelos estancieiros e representantes da elite rural e urbana contra os vários grupos de imigrantes que se instalaram na região no início do século. Esses vinham de sociedades marcadas por outros valores e princípios ideológicos, sobretudo associados à modernidade e ao progresso, bandeira bastante defendida pelo positivismo, do qual era adepto o PRR na República Velha no Rio Grande do Sul, ponto este em que parece mostrar-se bastante contraditório.

Resumidamente, utilizaremos as informações biográficas trazidas por Loiva Otero Félix sobre esse personagem, a qual relata "que nasceu na fazenda do Capão Ralo (10/04/1882), município de Cruz Alta, e faleceu em 6 de setembro de 1972 em Santa Bárbara do Sul. Foi a figura política mais importante da cidade de 1900 até 1937, embora sua atuação tenha continuado bastante identificada até o pós-64".<sup>21</sup> Seguindo a prática desenvolvida por todos os estancieiros da elite gaúcha, Victor Dumoncel Filho seguiu para São Leopoldo para realizar seus estudos no Colégio dos Jesuítas, onde foi colega de José Antônio Flores da Cunha, Getúlio Dorneles Vargas, Nereu Ramos, João Neves da Fontoura, Paim Filho, entre outros.<sup>22</sup>

Victor Dumoncel Filho não seguiu seus estudos na Faculdade de Direito de

<sup>19</sup> FOUCAULT, 1979: XVI.

<sup>20</sup> FÉLIX, 1996: 38.

São Paulo por motivos afetivos, pois era muito apegado à avó paterna,<sup>23</sup> tendo voltado para Santa Bárbara, onde logo começou a conquistar seu espaço na política regional. Casou-se com a filha do general Firmino Paula, liderança significativa do PRR em nível estadual e líder absoluto em Cruz Alta. Segundo o depoimento de Lauro Prestes Filho, o coronel Victor casou-se por motivos políticos: "Foi uma maneira que ele encontrou para conseguir, mais rapidamente, chegar a cargos políticos de destaque".<sup>24</sup> Por indicação, em 1904 tornou-se Promotor Público. Em 1906, recebeu o diploma do Centro Republicano de Cruz Alta, o que comprova ter sido um correligionário do partido; em 1910, foi nomeado capitão assistente da 16.ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional; em 1912, foi eleito membro do Conselho Municipal de Cruz Alta, no qual, através das eleições seguintes, até 1923.

Os laços de parentesco com os principais líderes políticos regionais e estaduais justificam ainda mais seu destaque como força republicana no 4.º Distrito de Cruz Alta – Santa Bárbara do Sul. Mas não se pode esquecer da tradição de participação política da família Dumoncel desde a fundação de Santa Bárbara e a Revolução Federalista. A conjuntura política republicana, que necessitava da colaboração dos coronéis para o continuísmo político, possibilitou a gradual ascensão de Victor Dumoncel Filho, que iria se consagrar na Revolução de 1923 e deixar visíveis suas características de liderança militar, bem como de um porte "autoritário, imponente, destemido, senhor de um zeloso espírito de lealdade partidária ao PRR".<sup>25</sup>

O período de 1923 a 1932 marcou sua participação nas lutas de 1923, 1924, 1930 e 1932. Envolvendo-se não só nos combates militares, mas também na luta política travada na região e documentada intensamente na imprensa local de Cruz Alta e Palmeira. Sua atuação política fez-se, sobretudo, de forma oficial, através do cargo de subchefe de polícia da região, com sede em Cruz Alta, e de membro da Executiva do Partido

---

<sup>21</sup> FÉLIX, 1996: 157.

<sup>22</sup> FÉLIX, 1996: 157.

<sup>23</sup> Aspecto reafirmado pelo depoimento da filha, dona Ana Aurora Dumoncel Riguetto, e por ter iniciado o namoro com a filha de Firmino Paula.

<sup>24</sup> PRESTES FILHO, Lauro. Entrevista citada.

Republicano Rio-grandense local.<sup>26</sup>

Em uma série de reportagens realizadas pela *Revista do Globo* em 1962, o repórter Ney Fonseca afirmou que, “olhando-o bem, jamais diríamos que foi um homem terrível, um homem cuja voz de comando poderia matar ou salvar condenados ao fuzilamento”.<sup>27</sup> A observação de um jornalista que fizera parte de uma geração posterior àquela que foi contemporânea a este “terrível homem” evoca a necessidade de se desvendar a história daqueles que estavam “do outro lado” em relação ao coronel e seus grupos.

Cabe reforçar a tradição da família Dumoncel e, em especial, a atuação do coronel Victor Dumoncel Filho na política, bem como sua eclética formação intelectual, características que lhes deram condições de entender os processos e acontecimentos políticos, constitucionais e bélicos do Rio Grande do Sul e também do Brasil, deles participando.

Justifica-se essa afirmação quando analisamos o acervo documental particular da família, no qual encontramos um grande número de jornais, revistas, guias informativos, encartes especiais, enfim, uma infinita variedade de periódicos que eram assinados pelo coronel Victor, bem como outros tratando de assuntos e acontecimentos recentes e polêmicos, ou de acontecimentos extraordinários. Essa constatação se confirma no depoimento de dona Ana Aurora Dumoncel Riguetto, filha do coronel Victor Dumoncel Filho, no qual relata que ele designou uma pessoa de sua confiança para a tarefa de trazer-lhe diariamente a correspondência da Agência dos Correios até a Fazenda das Picaças, local onde teria passado a maior parte de sua vida.

É fácil, pois, concluir que essas inúmeras fontes de informações provam o interesse que o coronel possuía pelas questões gerais, sobretudo políticas e econômicas, o que, no contexto da época, era indispensável, quase que obrigatório. Também era por essas múltiplas informações que detinha, através do hábito da leitura, que muitos políticos procuravam-no para informar-se sobre os rumos que iria tomar o estado e até mesmo o país, bem como para pedir-lhe opiniões sobre decisões a serem tomadas na política regional, estadual ou nacional.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> FÉLIX, 1996: 160.

<sup>26</sup> FÉLIX, 1996: 160.

<sup>27</sup> *Revista do Globo*, n. 835, 8 dez. 1962. Série “Revoluções gaúchas contadas por seus combatentes” – 1.ª série – “O terrível homem de Santa Bárbara”. p. 66.

A representatividade do coronel Victor Dumoncel Filho, junto ao governador Borges de Medeiros, ampliou-se pelo exercício de vários cargos ligados à defesa político-policial da região, o que lhe deu autoridade para agir livremente, mantendo-a sempre sob seu controle político. Esta representatividade e influência do coronel na região, entretanto, foram construídas em virtude da lealdade e da obediência demonstradas por ele para com o governo do estado, sem esquecer que este era um item fundamental e aglutinador da situação inicial da República no estado.

Assim, tornou-se interessante observar o modo como se desenvolveram as relações entre o coronel Victor Dumoncel Filho e os colonos imigrantes na colônia Saldanha Marinho. Pelo resgate das memórias de pessoas que conviveram com os dois grupos, é possível conhecer o mundo das representações que surge a partir do imaginário particular e coletivo, que se revela como múltiplo. A multiplicidade do imaginário diz respeito tanto ao medo e ao pavor quanto a glórias e a heroizações dos elementos envolvidos na colônia Saldanha Marinho durante a República Velha e, também, com relação ao coronel Victor Dumoncel Filho.

Conduzir uma reflexão sobre as relações coronelistas seguindo o viés de resgate de memórias e imaginários, significa escutar relatos, depoimentos, causos, conversas que parecem “contos”, mas que, para alguns, não foram de fadas; foram, sim, fatos reais e, sobretudo, muito dolorosos. São manifestações percebidas nas conversas de descendentes de imigrantes, de ex-empregados do coronel. Por outro lado, significa também escutar as justificativas verbalizadas pela família do coronel, como de que “papai era um homem muito bom, não negava nada a ninguém”.<sup>29</sup> Nessas duas faces do discurso que se revela como real percebemos um imaginário que surge através da memória como sendo um campo múltiplo.

Tratar das relações coronelistas significa, portanto, mesclar a reflexão com testemunhos provenientes de vários grupos que participaram das relações sociais estabelecidas no Rio Grande do Sul durante a República Velha. Entre os depoimentos, neste caso específico e local, significa escutar os mais idosos da colônia Saldanha Marinho e também ouvir pessoas que estiveram em contato direto com o personagem coronel Victor Dumoncel Filho. Nesse processo, que *a priori* parece fácil e simples, está a magia de construir história com base numa

---

<sup>29</sup> RIGUETTO, Dumoncel Ana Aurora. Entrevista concedida a Isléia Rossler Streit, em maio, jun., jul., Santa Bárbara do Sul. Ana Aurora é filha do coronel Victor Dumoncel Filho.

fonte riquíssima de informações: os depoimentos.

Pela exploração de memórias que revelam imaginários plurais, de glórias e de medo, que se desenvolveram na colônia e se perpetuaram entre as famílias de descendentes de imigrantes, é possível verificar a formação de um espaço de associativismo e de cooperação entre as famílias de imigrantes e o estabelecimento de uma rede de micropoderes em Saldanha Marinho.<sup>29</sup> Mas em que sentido podemos falar aqui da formação de uma rede de micropoderes? Um esclarecimento faz-se necessário. Num primeiro momento, temos a presença de Evaristo Affonso de Castro, líder federalista, no cenário colonial.

Evaristo Affonso de Castro, através de atitudes simples, mas de fundamental importância para o andamento da colônia nos anos iniciais, como organização de escolas comunitárias ou nas casas das famílias, de um espaço para ministrar o catecismo, de encontros nas casas da vizinhança para discutir negócios, da realização do culto dominical, dos velórios, dos empréstimos de ferramentas agrícolas, das trocas de experiências agrícolas, dos mutirões para plantações, colheitas, construções de novas moradias, das festas de casamentos, enfim, de qualquer encontro que levasse à formação de unidade, de grupo, aparecia, aos olhos do coronel como possibilidade de construção de um poder coeso que poderia se manifestar devido à presença do líder federalista Evaristo Affonso de Castro nos anos iniciais da colônia.

Os depoimentos expressam que a organização entre os colonos tinha como fim apenas poderem sobreviver nos primeiros anos na colônia,<sup>31</sup> mas, para o coronel, talvez isso não parecesse tão simples. A reação do coronel Victor Dumoncel Filho em relação a essas formas associativas manifestou-se especialmente a partir de 1910, quando ele começou a atuar oficialmente na região, arregimentando, mesmo que à força, os colonos nas tropas para as lutas armadas do período.

Cláudio Pereira Elmir, realizando um estudo baseado na correspondência do coronel Victor Dumoncel Filho, tratando das relações coronelistas, diz que, “num nível menos abrangente da ação política – analisadas em termos geográficos –, mas que, [...] revelam a intensidade do exercício da autoridade pessoal da parte do Coronel em relação a sua clientela: subordinados, dependentes, agregados, etc.”<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> RIGUETTO, Ana Aurora. Entrevista citada.

<sup>30</sup> FOUCAULT, 1979: XIV.

Para a análise do grau de autoridade pessoal do coronel exercida sobre uma clientela, verificada inicialmente por Cláudio P. Elmir, elencamos acontecimentos ocorridos na colônia que manifestam a presença do poder daquele personagem no início da formação desta.

Diante das constatações feitas sobre a colonização de Saldanha Marinho, demonstramos a característica de heterogeneidade dessa ocupação em relação ao espaço geográfico em que foi instalada e de especificidade dos proprietários, pelo fato de serem líderes federalistas. Assim, reforçamos a discussão destacando dois tópicos que evidenciam a especificidade da colônia no espaço em que foi criada:

- a) o nome da colônia é de um líder maçom republicano de Pernambuco, senador Joaquim Saldanha Marinho, que teve destacada atuação tanto no Partido Republicano como na maçonaria. O nome da colônia foi atribuído por Evaristo Affonso de Castro, que também era um líder maçom na região;
- b) os nomes das principais ruas da parte urbana da colônia são dos principais líderes federalistas do Rio Grande do Sul – Silva Tavares, Prestes Guimarães, Gumercindo Saraiva, General Portinho. Estes nomes também foram atribuídos por Evaristo Affonso de Castro.

Assim, quando caracterizamos coronéis e imigrantes em Saldanha Marinho, identificamos elementos distintos convivendo em um mesmo espaço, mesmo que não de maneira pacífica. Porém, não foi por disputas de poder dentro do espaço que um dos dois grupos, mas, sim, o coronelismo deixou de existir nos moldes da República Velha, por conta de mudanças estruturais na política estadual e nacional. Retomando a questão inicial, foram duas as forças que ocuparam a colônia Saldanha Marinho? Não, o poder do coronel conseguiu reprimir as tentativas de resistência dos colonos, do que é prova a inexistência de relatos sobre a superioridade social, política ou militar dos colonos na época da presença das relações coronelistas.

A historiografia, nas últimas décadas, volta-se para o estudo e a compreensão de objetos ignorados pelas tendências estruturalistas até então dominantes e abre novas possibilidades do conhecimento dentro das ciências sociais e humanas.

---

<sup>11</sup> RESLER, Emília Hermann. Entrevista citada.

<sup>12</sup> ELMIR, dez./1993: 25.

Nesse sentido, os estudos envolvendo o resgate de memórias tornam-se fundamentais, pois, com base neles, é possível compreender os elementos do cotidiano, as percepções de mundo e as representações mentais construídas sobre o espaço a ser referido.

A década de 1990 no Brasil foi marcada pelo aumento da utilização da história oral – como técnica e como metodologia acadêmica –, acompanhando um crescente processo de revalorização da memória.<sup>33</sup> Segundo Lucilia de Almeida Neves:

A memória pode ser identificada como um processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Tal processo descortina uma vastidão de possibilidades, que contribuem para que o ato de relembrar seja caracterizado como espaço mental de representações. Dessa forma, incluem-se nas potencialidades da memória o reascender de utopias de um tempo anterior, a reconstrução da atmosfera de um outro tempo no tempo presente, o relembrar de convivências mútuas realizadas na dinâmica das histórias individuais e coletivas, o reascender de emoções passadas e a reafirmação de identidades construídas na dinâmica do viver.<sup>34</sup>

Estudar as relações estabelecidas entre o coronel Victor Dumoncel Filho e os colonos imigrantes na colônia Saldanha Marinho significa deter-se atentamente no processo de construção e de reconstrução de lembranças. Rememorar os fatos que trazem lembranças de medo, de ameaças, de degolas, de mortes, que circulam associadas ao nome do coronel Victor, é um grande desafio para os descendentes da colônia. Talvez isso jamais seja superado na memória e no imaginário daqueles que escutaram as histórias ou que/vivenciaram situações de abuso de autoridade pelo coronel.

O contexto das relações coronelistas, já identificado atualmente pela historiografia, não é suficiente para elucidar um mundo de múltiplas representações enraizadas entre os descendentes de colonos imigrantes de Saldanha Marinho. É certo que eles, em sua maioria fugidos de um espaço de disputas políticas que envolveram a Unificação Alemã, pouco conseguiram entender

---

<sup>33</sup> FÉLIX, 2002: 17.

do espaço de lutas e conflitos que caracterizava o Rio Grande do Sul, especialmente o Planalto Médio.

É comum escutar na região frases como esta: “O coronel ficava na frente da casa, todos que passavam por ele cumprimentavam, mesmo aqueles que não lhe conheciam, mas eram poucos os que não conheciam aquele homem”. Ou, ainda, frases que demonstram a substituição do imaginário de medo por uma grande curiosidade: “Eu queria entrar no casarão e ver o que tem lá dentro, se são armas, capas pretas, espingardas ou facas”. “Aquela casa deve estar cheia de almas penadas”.<sup>35</sup>

Cláudio P. Elmir descreveu as várias faces do coronelismo tomando por base cartas enviadas e recebidas pelo coronel Victor Dumoncel Filho, nas quais analisou aspectos do imaginário coletivo e particular daqueles que eram subordinados a esse personagem. Segundo ele,

É também a percepção que o dependente do coronel faz de si próprio um elemento que contribui para a constituição da sua sujeição, ao menos no nível do discurso. [...] Isto significa afirmar que o fato de o coronel pertencer a uma elite estancieira concorre fortemente para que o dependente se perceba enquanto a negação de seu protetor, despossuído das virtudes que distinguem o coronel.<sup>36</sup>

A sujeição referenciada na argumentação do autor, em relação aos colonos de Saldanha Marinho, ocorreu através da resistência, pelo menos nos anos iniciais do século XX, ou enquanto Evaristo Affonso de Castro esteve vivo e era uma figura de forte influência entre os colonos. Ainda segundo Cláudio P. Elmir: “Assim, a ordem social não se legitima apenas pela imposição de quem a domina nos diferentes níveis – político, econômico, social – mas também pela aquiescência do silêncio dos que não a contestam.”<sup>37</sup>

Esse silêncio é perceptível entre os descendentes dos colonos. Hoje o universo da não-contestação faz com que o silêncio, que se transforma em esquecimento, continue nos imaginários e nas representações do real. Por esse motivo, estudar as relações coronelistas e, sobretudo, seus reflexos em um grupo que, assim como

---

<sup>34</sup> NEVES, 1998: 53.

<sup>35</sup> Frases que circulam em Santa Bárbara do Sul e em Saldanha Marinho, pronunciadas com naturalidade e para qualquer pessoa interessada no assunto que envolve o coronel.

este, estava conquistando seu espaço e definindo um círculo de poder significa trabalhar diretamente com relações que se desencadearam num campo de poder. Este campo do poder, que é o das relações coronelistas, conquistou seu espaço formando um mundo de representações, de imaginários, e um espaço simbólico com dimensões que perpassam gerações.

A partir da análise concluímos que a ocupação dessa colônia apresentou um diferencial em relação a outras formadas no Planalto do Rio Grande do Sul. Colônia composta pela segunda leva de imigração, presenciou a relação entre três ingredientes, que lhe imprimiram um caráter específico. Suas particularidades caracterizam os anos iniciais de sua formação com a presença de Evaristo Affonso de Castro, a influência do coronel Victor Dumoncel Filho e a luta pelo poder na região e a conquista do espaço feita pelos colonos. Mesmo que o coronel Victor Dumoncel Filho e Evaristo Affonso de Castro não tenham sido contemporâneos, suas forças existiram.

Em relação ao período inicial da colônia, que se refere à presença da empresa colonizadora Castro, Silva e Cia. e de seus fundadores, Francisco Claro da Silva e Evaristo Affonso de Castro, verifica-se que houve um processo burocrático de formação de uma colônia particular, prática comum no início do século XX no Rio Grande do Sul. Foram os trâmites legais que dizem respeito às providências de divulgação dos lotes para a venda, a compra, a construção de madeiras e exploração das matas de pinhais, a instalação dos colonos, fornecendo-lhes ferramentas, sementes, abrindo as primeiras picadas (estradas, vias de acesso), etc.

Foram, além disso, dez anos da presença de um líder federalista na colônia, Evaristo Affonso de Castro, que a transformou em um espaço propício para a expressão dos ideais que defendia, razão pela qual o atual município tem como designação de ruas e avenidas nomes de alguns dos principais líderes federalistas do estado. Dessa maneira, a colônia surgiu sob o beneplácito de Evaristo, aspecto que iria dificultar a conquista do espaço pelos colonos imigrantes chegados a partir de 1899.

Não podemos esquecer que essa era uma região demarcada pelo controle político dos coronéis borgistas, no caso, do coronel Victor Dumoncel Filho, de

<sup>36</sup> ELMIR, dez./1993: 28-29.

<sup>37</sup> ELMIR, dez./1993: 29.

Santa Bárbara do Sul, distrito de Cruz Alta, que fazia divisa com a colônia. Com isso, temos a presença do coronelismo borgista num espaço de visível influência federalista. Assim, a preocupação por parte desse coronel em se fazer presente na colônia era visível, já que qualquer formação de grupo era percebida como uma ameaça à estrutura coronelista que se consolidava naquele momento.

Entretanto, a (co)relação entre a companhia colonizadora e o coronel não aconteceu. Apesar de ter se formado uma estrutura administrativa colonial que demonstra o interesse de Evaristo em aglutinar um grupo oposicionista na colônia, a prematura saída desta figura do cenário colonial (em 1910, quando de sua morte), e a não-existência de seguidores de seus ideais levaram a que os colonos acabassem sob o controle do coronel Victor Dumoncel Filho, fazendo parte das relações coronelistas da República Velha.

Os imigrantes eram trabalhadores rurais que estavam preocupados em construir um espaço de vida associativa para melhor superar as dificuldades na colônia, pouco se preocupando com as questões políticas da região.

Dessa maneira, temos a presença do terceiro elemento, os colonos-imigrantes que irão traçar alternativas para delimitar seu espaço. Dentre elas, os colonos utilizaram, regularmente, como forma de resistência a fuga para o mato, lá permanecendo durante meses, para não compor as tropas dos corpos da Brigada Militar, ou, simplesmente, para não ter de juntar-se aos “homens do coronel”, pois, se assim ocorresse, não sabiam quando voltariam para suas casas e para os seus. Nos anos iniciais da colônia, essa resistência parece ter estado ligada a Evaristo Affonso de Castro, porém após sua morte fica claro que era um meio de não fazer parte das tropas de combate do coronel, porque os colonos estavam preocupados tão-só com seus interesses particulares.

A colônia Saldanha Marinho formou-se em uma região de fundamental importância para o governo estadual (Planalto Médio). Sem dúvida, foi um contexto diferenciado, no qual se relacionaram elementos com múltiplos interesses: a) dos federalistas, através de Evaristo Affonso de Castro, que estavam perdendo espaço político na República; b) dos coronéis, grupo em ascensão, que lutava para legitimar-se a si próprio no âmbito local e ao governo estadual no poder; c) dos colonos imigrantes, que aspiravam a um espaço para seu desenvolvimento econômico.

Por fim, o estudo sobre a colônia Saldanha Marinho revelou que houve tentativas, por parte dos federalistas, de formação de espaços de resistência, através de um processo normal e incentivado pelo governo estadual que era o da

colonização. Porém, neste caso específico, ficou evidenciado que a força do coronelismo borgista era realmente relevante na região, sobrepondo-se nesse espaço. Os colonos conquistaram um espaço, porém subjugados às forças coronelistas que lutaram pelo poder incessantemente na região.

Assim, no processo de ocupação da colônia Saldanha Marinho, a relação entre o coronelismo, a companhia colonizadora e os imigrantes deu origem à formação de um imaginário complexo que manifesta medo e também glórias: medo oriundo da luta pelo poder desenvolvida pelo coronel; glórias, pela conquista de espaço realizada pelos colonos.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, John Cláudio. *Historiografia: uma aproximação entre as análises regional e nacional*. In: *Semina: cadernos dos pós-graduandos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 52.

CAVALARI, Rossano Viero. *O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. *Olhares sobre si e o outro: as várias faces do coronelismo*. *Cadernos de Estudos*, Porto Alegre: Cursos de Pós-graduação em História/UFRGS, n.º 8, p. 24-49, dez./1993.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. 2.ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1996.

\_\_\_\_\_. *Política, memória e esquecimento*. In: TEDESCO, João Carlos (org.) *Usos de memória*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FOUCALT, Michael. *A microfísica do poder*. 9.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Da academia Passo-fundense de Letras. 3 volumes. Passo Fundo: Mulligraf, 1978.

NEVES, Lucília de Almeida. *A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista*. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 4, n.º. 1, 1998.

OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier. *Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho*. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF. 1992.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus*. Guerra Civil no RS. Porto Alegre: L & PM. 1985.

ROCHA, Prudêncio. *A História de Cruz Alta*. 2.ª ed. Cruz Alta: Editado pela Empresa Gráfica Mercúrio Ltda., 1980.

STREIT, Isléia Rossler. *Entre ditos e não ditos: o coronelismo e a imigração*. Passo

*Imigração e coronelismo: estruturas de poder na primeira república gaúcha*

Fundo: UPF, 2003.



# Julio de Castilhos: carisma e administração

**Nelson Boeira**

Doutor em História Yale (EUA), Professor do  
Depto. de Filosofia da UFRGS e Reitor da UERGS

**G**ostaria de apresentar-lhes, ainda que muito brevemente, uma interpretação sobre a atuação política de Julio de Castilhos – mais precisamente sobre sua obra institucional e suas crenças políticas – valendo-me para tanto de um par de conceitos desenvolvidos por Max Weber, carisma e rotinização do carisma. A quem quer que examine, mesmo de passagem, a história política do Rio Grande entre 1882 e 1923, não passará despercebida a diferença entre a personalidade pública e a forma de atuação política de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. O primeiro deles foi personalidade exaltada, líder combativo e ousado, disposto ao confronto ideológico intenso e ao conflito político agudo, administrador disposto a inovações institucionais, político capaz de gerar lealdades incondicionais e admirações cegas. O segundo, Borges de Medeiros, sucessor político de Castilhos, ascensão construída na lealdade primeiro ao chefe e depois ao partido, fora do centro mais crispado dos debates e disputas públicas em que se definiram e se confrontaram outras lideranças da propaganda rio-grandense. Mais tarde chefe político incontestado, liderança e personalidade sem maior brilho que reivindicou para si a manutenção e a interpretação fiel do legado político e ideológico de Castilhos, Borges foi administrador de vezo autoritário, conservador e burocrático, tanto do Partido Republicano Rio-grandense como do governo estadual. E, no entanto, Borges foi escolhido pessoalmente por Castilhos para sucedê-lo na presidência do Estado.

Este contraste entre duas personalidades públicas, ainda que muito simplório, é suficiente para ilustrarmos os conceitos de carisma e rotina. Muito sumariamente, quero sugerir que Castilhos expressa uma liderança carismática, tanto através de sua atuação política, como através de sua atividade como legislador. Borges de Medeiros, por sua vez, pode ser visto como o “rotinizador”, o administrador burocrático da herança de Castilhos.

Em *Economia e Sociedade*, quando elabora sua tipologia sobre as formas de autoridade ou dominação política, Max Weber distingue três tipos de autoridade ou dominação legítima, conforme os motivos (e as crenças correspondentes) que

sustentam a obediência voluntária a uma ordem política. Diz ele que a legitimidade pode ser atribuída a uma ordem com base na crença no valor de uma tradição, na confiança (afetiva) na validade de algo “revelado” ou de um modelo a ser imitado, na crença racional no valor dessa ordem ou, por fim, na aceitação dos procedimentos *legais* através dos quais tal ordem foi estabelecida. (Em graus distintos, as três últimas “bases” estão presentes nos discursos de legitimação da ordem republicana no Rio Grande entre 1882 e 1930).

A essas distintas crenças de sustentação das ordens correspondem três tipos puros de autoridade legítima. Dessas nos interessa a autoridade carismática, que repousa na lealdade e devoção às qualidades excepcionais (santidade, heroísmo ou caráter exemplar) de uma pessoa individual ou de padrões normativos, formas de associação instáveis ou estruturas institucionais por ela criadas. Em outras palavras, lideranças carismáticas recebem a obediência de seus seguidores em razão de suas qualidades incomuns, extraordinárias, expressas através de “revelações” (concepções e doutrinas) ou “obras” (ações e/ou instituições). As lideranças carismáticas aparecem, via de regra, em momentos de crises agudas de uma ordem legítima (tradicional ou racional-legal), tais como guerras ou em meio a crises ideológicas, sociais, econômicas ou políticas. O carisma de um indivíduo (ou instituição) pode igualmente servir como catalisador e orientação para forças sociais, culturais, etc., que disputam a hegemonia da direção dos processos sociais.

Julio de Castilhos preenche indiscutivelmente boa parte das condições que Weber atribui a uma liderança carismática, embora a força de seu carisma político somente tenha realmente aparecido e consolidado em razão da Guerra Civil de 1893, evento que redefiniu papéis e biografias políticas no Rio Grande.

Como bem lembrou Assis Brasil em seu manifesto de 1907, Castilhos emergiu da guerra como o vitorioso incontestado. O conflito trouxe à tona o melhor de suas qualidades, uma determinação que não fraquejava, a capacidade de tomar decisões duras, um sentido claro de propósito, o talento para impor disciplina e o dom de inspirar lealdade. Suas intervenções, durante a Assembleia Nacional Constituinte, haviam concedido a ele o respeito dos republicanos brasileiros mais carregados de princípios doutrinários, muitos deles de orientação vagamente positivista. Sua vitória sobre os federalistas o tornou um herói republicano, no Rio Grande e fora dele. No Rio Grande do Sul, a conduta de Castilhos na hora da provação adicionou um encanto a sua personalidade política e fortaleceu enormemente a crença de seus seguidores na clarividência e firmeza de seus propósitos e na justeza de suas convicções.

As instituições do Estado que ele concebera e impusera em 1891 e defendera tão firmemente durante a Guerra Civil passaram a ser extensões da sua *persona* pública. Os seus méritos pessoais – os traços da personalidade de qualquer líder carismático – foram transferidos para sua obra, seu trabalho e suas idéias, muito em particular, para a Constituição de 14 de julho. Essa ordenação jurídica enfrentara o seu teste mais verdadeiro, de tal modo que muitos republicanos passaram a considerá-la acima de qualquer censura, de qualquer crítica. O carisma do indivíduo Castilhos contaminou sua criação jurídica, dando origem ao carisma da instituição “Carta de 14 de julho”.

A crescente veneração (ou mesmo endeusamento) à personalidade Castilhos, que culminaria com sua elevação precoce, ao sair do governo, à condição de Patriarca do Rio Grande, desenvolveu-se nos anos imediatamente após a guerra. A essa veneração de personalidade foi acompanhada, como já dissemos, por uma veneração paralela da Constituição de 14 de julho.

Assis Brasil escreveu, avaliando as conseqüências da guerra para Castilhos e sua obra, que

... no Rio Grande do Sul, tal como acontece nos outros lugares o combate criou dedicação, fanatismo e admiração para o chefe vitorioso e a conseqüente solidariedade com o conjunto da sua obra. A maior força de prestígio do regime ditatorial do Rio Grande do Sul, e provavelmente a única, veio daqueles que tentaram destruí-lo através das armas.

Para Assis Brasil, a guerra e suas conseqüências políticas fortaleceram o regime castilhista: foi a guerra e seu resultado, uma tentativa de destruir o regime concebido por Castilhos, que foi interpretada como uma prova da liderança deste e, por extensão, de tudo aquilo que podia ser associado a ele. O que deu força a ditadura constitucional de corte positivista foi a vitória na luta armada.

Assis Brasil estava parcialmente correto, a vitória na guerra exigiu símbolos de sucesso – costumeiramente as vitórias se traduzem por sucessos sociais e estes encontram símbolos para representá-las. No Rio Grande, a razão e motivo expresso da Guerra Civil foi a Constituição de 14 de julho. Com isso, ela em pouco tempo tornou-se, para os agentes políticos republicanos ou não, um símbolo de Julio de Castilhos (e posteriormente do *castilhismo*), uma conformação de seu *carisma*.

Mas tal força não veio apenas do respeito à lealdade que a personalidade de

Castilhos inspirava indiretamente. A força da Constituição de 14 de julho e do conjunto de idéias que ela representou não está no positivismo apenas desenhado em seus dispositivos, mas do papel que passou a desempenhar no jogo ideológico e político do Estado. Independentemente de seu conteúdo ideológico – sua maior ou menor dose de positivismo – a Constituição castilhista possuía ditames cuja continuada observância, ao passar dos anos, agregou-lhe a força do emprego e da imposição continuada, fundamento da vida das instituições.

O funcionamento repetido das instituições torna-se parte da conduta dos indivíduos e o conteúdo daquelas é absorvido como norma de orientação para os indivíduos sob sua jurisdição. Enfatizo que temos aqui dois processos distintos que, com freqüência, são confundidos. Não foi somente o poder de inspirar lealdade indireta (a Castilhos) que tornou forte a Constituição, foi também a sua imposição. Uma constituição é um conjunto de instruções muitas das quais a respeito do processo político; e este é o traço (prático) fundamental da Constituição de 14 de julho: ela define os termos do processo político rio-grandense entre 1892 e 1923.

Por vezes, mais recentemente, se quis ver na Constituição castilhista e na sua legislação complementar um projeto econômico nítido ou pelo menos implícito, mas em qualquer caso, coerente – de resto, inexistente. Na verdade, sua força decorre da organização que deu ao processo político estadual. (Faz-se, por certo, necessário um estudo detalhado de como essa “imposição” ocorreu.) As instruções de uma constituição estabelecem os limites para a conduta legítima e tolerada – “legítima” e “tolerada” descrevem aspectos diferentes da conduta pública. De maneira bastante imprecisa, queremos aqui sugerir que conduta legítima define o território da conduta *aceitável* e a tolerância está associada com a *disposição* maior ou menor dos eventuais detentores do poder de Estado para fazer valer, com mais ou menos rigor, as normas constitucionais. Desse modo, quando uma constituição define esses limites de legitimidade – o que é tolerável, aceitável e adequado –, ela impõe sob todos os atores políticos uma concepção de comportamento desejável ou aceitável, aplicável a todo o espectro político, a republicanos e não-republicanos por igual.

A ordem jurídica estável impõe-se a todos. Aqueles que não a aceitam, vêem-se obrigados a formular seu discurso político a partir de uma negação da ordem jurídica. Com isso, o sucesso da imposição da Constituição de 14 de julho circunscreveu o território dentro do qual a oposição pode exprimir-se e, portanto, delimitou o tipo de argumento permissível – e com isso, eficiente – no debate político estadual. Como é sabido, a oposição anti-PRR, viu-se compelida a concentrar

seu discurso no ataque tão sistemático à Constituição castilhista. E assim procedendo, permaneceu ligada a uma ordem jurídica definida pela figura e pela personalidade pública de Castilhos. Para falar com Comte, a oposição contribuiu para que o peso dos mortos se tornasse ainda maior do que já era, como o próprio Assis Brasil sabiamente observou.

Se uma Constituição é posta em prática, tornada efetiva na regulação das condutas, ela contém em si a força da ideologia hegemônica – ou das crenças políticas hegemônicas, se não quisermos supor uma única concepção política estruturada. Em outras palavras, os princípios constitucionais de legitimidade, quando operativos, definem uma lista de razões aceitáveis para a ação dentro de uma dada ordem legal, seja negativa, seja positivamente. Em tal situação as pessoas que desejam justificar sua conduta política podem ou consentir com os limites da legitimidade imposta pela ordem constitucional – e defendê-la, como foi o caso dos peerreperistas – ou a eles se opor. A terceira alternativa é simplesmente não fazer política ou fazê-la na margem, sem maiores conseqüências. Em qualquer caso a última referência permanece a ordem constitucional, tal como ocorreu no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a Constituição de 14 de julho formulou suas noções de poder estatal legítimo e de razões legítimas para a ação com o auxílio – muito parcial é verdade – do comtismo. Em conseqüência, os atores políticos que tentaram ora defender, ora denegrir a Constituição através de condutas ou palavras foram forçados igualmente a tomar uma posição face ao positivismo de Comte. Esta é uma das razões, talvez a principal, de como e por que essa doutrina sobreviveu tão longamente no Rio Grande, como matéria de discussão pública até aproximadamente 1930. Essa vinculação à ordem constitucional explica também por que o interesse pelo positivismo nas esferas políticas oscila, na Primeira República, entre a letargia e o debate aceso.

Como é bem conhecido, cada vez que alguém abandonou, por qualquer razão, o PRR, viu-se compelido a uma profissão de fé, positiva ou negativa, sobre o positivismo comtiano. Ramiro Barcellos, por exemplo, que não era propriamente um doutrinário, escrevera ou pronunciara no final do século XIX vários artigos ou discursos defendendo “o positivismo” e a Constituição de 14 de julho, já que essa tornara-se a condição implícita para afirmar-se republicano. Em 1915, ao abandonar o PRR, Ramiro sustenta a crítica ao autoritarismo de Borges como um ataque ao que considera o positivismo distorcido do Presidente do Estado. O mesmo Borges que, como republicano, se vira antes obrigado a defender. Na oposição, para afirmar-

se como opositor, passou a atacar o positivismo, dando com isso novo alento a essa "doutrina". Na "Comtilândia", por ocasião de uma disputa política mais acirrada ou uma eleição mais disputada, a "questão do positivismo" reaparecia com necessidade, já que definia o quadro do debate político possível. É exatamente esse movimento pendular, sustentado pela ordem jurídica, que deu fôlego e permanência às idéias de Comte entre os gaúchos.

Para concluir, já que meu tempo se esgotou, resumo o outro aspecto da "tese" que estou expondo. Para que uma doutrina, política, filosófica, ou qualquer outra, possa sobreviver, é preciso que ela se associe de maneira íntima à *vida de uma instituição*. O positivismo rio-grandense associou-se primeiro ao Partido Republicano e à Escola Militar, depois ao jornal A Federação, em seguida à figura de Castilhos, mais adiante à Constituição de 14 de julho, à legislação estadual e ao Aparelho de Estado. E nesse movimento apossou-se sucessivamente de instituições como a Capela Positivista, à Escola de Engenharia e a outras instituições menores, infiltrando-se e consolidando-se como referência no campo cultural mais amplo. A cada nova associação a doutrina assume nova forma e nuance.

Ao lado da personalidade, vamos dizer assim, exaltada, de Castilhos temos a personalidade burocrática que lhe sucedeu, Borges de Medeiros. E aqui caberia utilizar o processo descrito por Max Weber para iluminar a passagem que ocorre, necessariamente, de uma forma de dominação centrada na personalidade extraordinária (carismática) de um indivíduo para a rotinização de seu carisma, ou se quiserem da burocratização de seu legado, do poder político que originalmente se fundara em uma personalidade exemplar. Esta foi a tarefa de Borges de Medeiros, quer quanto ao legado político, quer quanto ao legado jurídico, quer quanto obra doutrinária de Julio de Castilhos. Deixo esse tema para outra oportunidade. Muito obrigado pela atenção.

# Julio de Castilhos e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul

*Eliane Lucia Colussi*

Doutora em História e Professora da Universidade de Passo Fundo

A implantação do sistema federalista no Brasil, fruto da Constituição republicana de 1891, foi uma vitória alcançada por diferentes forças políticas e sociais que, de longa data, reivindicavam maior autonomia provincial/regional. O excessivo centralismo político-administrativo monárquico foi construindo, especialmente a partir da década de 1870, inimigos importantes. Independentemente do debate sobre a quem serviu o federalismo republicano, ele, de fato, alterou as relações entre as diferentes instâncias de poder. A repercussão dessa nova forma de organização política no Brasil atingiu outras instituições, políticas ou não, que de alguma maneira sofriam dos mesmos males impostos pela política do centralismo monárquico.

Entre essas instituições, destaco a maçonaria brasileira, que, com a implantação da República, atingiu uma nova etapa na sua organização político-administrativa. Acompanhando o debate nacional sobre a problemática, muitos segmentos das maçonarias passaram a questionar a autoridade do Grande Oriente do Brasil como único poder maçônico, de caráter nacional e centralizado na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou-se um processo irreversível de federalização da maçonaria brasileira com a criação de vários grandes orientes estaduais autônomos e independentes. Foi o caso do Grande Oriente Paulista, em 1891, do Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, em 1893, e do Grande Oriente Mineiro, em 1894.

A estreita vinculação da ordem maçônica com os ambientes e espaços da política constitui-se numa constatação inquestionável. Se essa situação serve ainda em muito para o mundo atual, certamente serve muito mais para os séculos XVIII e XIX. Reinhart Koselleck analisou a importância das lojas maçônicas como um dos espaços de oposição ao absolutismo do século XVIII e concluiu, entre outras coisas, que a instituição participava do mundo da política, muitas vezes, por meio da ação de poderes indiretos<sup>1</sup>. É nesse sentido que procuro articular a presença de Julio de Castilhos como um dos

---

<sup>1</sup> KOSELLECK, 1999: 57-60.

elementos que podem ter contribuído para a fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

### **A fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS)**

O Grande Oriente do Rio Grande do Sul, fundado em 4 de julho de 1893, foi construído como resultado de um conjunto de fatores e situações específicas do contexto da transição do Império para a República. Em primeiro lugar, considero importante destacar que o seu processo de fundação foi semelhante a dos demais movimentos autonomistas surgidos no período em diversas regiões do Brasil. As críticas que se faziam ao Grande Oriente do Brasil eram antigas. Tanto isso é verdade que, durante quase todo o século XIX, a maçonaria brasileira esteve dividida em poderes maçônicos divergentes e concorrentes. As críticas dirigiam-se a excessiva centralização dos poderes político-administrativos, ao descaso dos dirigentes nacionais frente às necessidades maçônicas regionais, ao desgaste que as muitas divergências e disputas pessoais geravam no interior das lojas, à excessiva cobrança de taxas e receitas financeiras e ao seu inexpressivo retorno aos estados.

No caso da criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, deve-se levar em conta que o processo de implantação da República e os primeiros anos do novo regime foram acompanhados por uma forte e crescente onda de violência política que desembocaria na conhecida Revolução Federalista eclodida em 1893. Republicanos e federalistas protagonizaram, especialmente naquele período, atos e ações políticas de incalculável repercussão histórica para o Rio Grande do Sul. Os maçons dissidentes do estado se queixavam de que seus dirigentes no Rio de Janeiro, assim como seus representantes regionais, não se envolviam com as suas dificuldades e seus problemas.

Mais grave ainda pareciam ser as repercussões da Revolução Federalista no interior da maçonaria gaúcha, visto que, entre os seus participantes, apareciam com destaque maçons tanto de uma quanto de outra facção em guerra. Os líderes maçons percebiam a gravidade e os futuros resultados que uma guerra entre *irmãos* traria para a instituição. Portanto, a Revolução Federalista trouxe à tona um conjunto de insatisfações de muitos maçons gaúchos. Diversos artigos publicados na imprensa maçônica evidenciavam a importância da revolução para a maçonaria. Num deles, aparece a seguinte análise:

É agora certamente a ocasião de lastimarmos que em cada

localidade do Estado do Rio Grande do Sul não exista uma loja maçônica. Os templos maçônicos, onde se reuniram em uma só família, cidadãos de todas as crenças religiosas ou políticas, seriam um benéfico regulador das relações sociais, onde pela convivência os ódios e paixões conseqüentes das rivalidades políticas tenderiam a diminuir e mesmo a desaparecer<sup>2</sup>.

As lideranças maçônicas dissidentes e separatistas queixavam-se de que, desde o início de 1893, solicitavam aos representantes do poder central maçônico uma intervenção junto aos maçons do Rio Grande do Sul. Essa ação poderia ter impedido que o conflito tomasse proporções que provavelmente levariam à destruição da instituição no estado. Contudo, e ao que consta, desde o distante Rio de Janeiro, o Grande Oriente do Brasil não respondeu aos apelos dos gaúchos, atitude que foi considerada como um descaso e se constituiu no principal argumento dos adeptos do separatismo maçônico gaúcho. Assim, frente ao descaso do GOB, encaminhou-se uma proposta de criação de um poder maçônico autônomo a partir da iniciativa de três lojas porto-alegrenses: a Luz e Ordem, a Progresso da Humanidade e a Luz e Progresso. O marco inicial para a criação do Gorgs foi a mobilização ocorrida a partir da reunião de 5 de junho de 1893.

O argumento de federalização da organização maçônica nacional, enquanto uma antiga reivindicação das maçonarias regionais e, no nosso caso, da gaúcha, não encontra sustentação documental. Ao que parece, existia uma insatisfação em relação a muitos procedimentos administrativos do poder central, a qual, todavia, não se traduziu, pelo menos antes do período republicano, na defesa aberta do federalismo maçônico. Os problemas mais graves da maçonaria brasileira estavam circunscritos às disputas pessoais e às divergências político-ideológicas entre as suas duas principais vertentes<sup>3</sup>. Portanto, considero que o federalismo maçônico foi um fenômeno do período republicano brasileiro, refletindo, em muito, o discurso político secular e o mundo profano.

Nem todos os maçons gaúchos foram favoráveis à fundação de um grande

---

<sup>2</sup> Rio Grande do Sul. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro. n.º 12, p. 415-416. 1893.

<sup>3</sup> Um exemplo ocorreu na segunda metade do século XIX, quando duas vertentes maçônicas principais disputavam a preferência dos maçons: de um lado, o Grande Oriente do Brasil (do Lavradio) e, do outro, o Grande Oriente dos Beneditinos e, depois, Grande Oriente Unido. Em 1883, ocorreu um acordo de unificação da maçonaria que durou até 1927.

orientamento estadual autônomo. Apesar disso, os veneráveis das três lojas mencionadas anteriormente insistiram na proposta, convocando o povo maçônico da cidade de Porto Alegre para se fazer presente à reunião de caráter consultivo que se realizaria no dia 17 de junho daquele ano. Na reunião, já era possível observar que a tendência mais forte era a da separação, visto que os pronunciamentos ocorridos davam conta de que o Grande Oriente do Brasil era responsável pela péssima situação da maçonaria no estado. Entre as acusações apareceram as referentes às suas dificuldades financeiras, que seriam causadas especialmente pela obrigatoriedade de ser repassada a metade de sua arrecadação para o poder central<sup>4</sup>.

Outra reunião ocorreu em seguida, no dia 30 de junho, com o objetivo de se chegar a encaminhamentos mais conclusivos para a separação definitiva dos dissidentes com o GOB. Os debates ocorridos nesta ocasião eram reveladores da incerteza que muitos líderes maçons tinham quanto à melhor forma de se operacionalizar o rompimento. Destaco novamente que nem todos os maçons presentes às reuniões e assembleias foram favoráveis ao rompimento. Muitos acreditavam ser possível uma saída negociada e a permanência de todos no GOB. Surgiu, inclusive, uma proposta que defendia a possibilidade de uma federação maçônica sob a direção do GOB. Contudo, este último segmento maçônico foi minoritário, saindo-se vencedores os maçons separatistas.

Mesmo que as três lojas maçônicas de Porto Alegre tenham levado a cabo a idéia da separação, de forma geral, houve pouca receptividade à proposta de fundação de um novo grande oriente. O clima político de instabilidade crescente envolvendo a maior parte do território gaúcho dificultava as negociações entre autonomistas pertencentes à capital e a lojas maçônicas interior do estado. Os maçons separatistas forjaram, então, um encaminhamento um tanto artificial e que maquiava a realidade. Para viabilizar que constituição da nova potência fosse considerada legal ou legítima, os dirigentes de sete lojas maçônicas em atividade regular deveriam conceder o seu aval. Como, efetivamente, não havia esse número de lojas, a Comissão Central optou pela fundação de algumas lojas com a finalidade de garantir a legalidade do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. As lojas fundadas foram a Cruzeiro do Sul, a Hiram, a Orientação e Autonomia, que, juntamente com as três outras já mencionadas, davam condições de legitimidade.

Os primeiros anos de existência do Grande Oriente estadual foram, na ótica

---

<sup>4</sup> Esses dados encontram-se no *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.º 1.1893.

organizativa, difíceis. A longa guerra interferiu na possibilidade de consolidação e expansão do novo grande oriente. Além disso, o Grande Oriente do Brasil abriu uma verdadeira guerra contra os dissidentes, utilizando-se especialmente da imprensa maçônica para sua ofensiva. O eixo central da propaganda contra os autonomistas era o caráter irregular das oficinas maçônicas que tinham aderido à nova potência gaúcha. Também eram utilizados outros argumentos nessa campanha.

Dois foram os intuitos desse rompimento: o silêncio do Poder Central sobre a guerra civil daquele Estado e criação de uma federação maçônica, constituindo-se um Gr\ Or\ em cada Estado. O primeiro desses intuitos envolvia uma falsidade e uma intriga, como, na qualidade de delegado do Pod\ Gr\ Mest\ naquele Estado, tivemos ocasião de demonstrar. O segundo era errôneo e funesto. Errôneo, porque a maçonaria, respeitando os sistemas de governo das diversas nações da Orb\, nada tem a ver com a distribuição administrativa de suas frações territoriais. Funesto, porque se a Maçonaria houvesse de dividir-se em tantos centros administrativos independentes quantos fossem os das localidades em cada país, acabaria por enfraquecer e aniquilar-se<sup>5</sup>.

As acusações recíprocas marcaram o relacionamento entre as duas potências nos anos seguintes ao rompimento, visto que o Grande Oriente do Brasil continuou acusando os maçons dissidentes gaúchos de *bairristas*, pois eles “obedecem a um sentimento predominante em muitos dos seus habitantes”<sup>6</sup>. Acusações dessa natureza foram, na verdade, secundárias, pois o argumento mais utilizado continuava sendo o aspecto legal. Para os dirigentes do GOB, os gaúchos, equivocadamente, haviam invocado a justificativa do artigo 5.º das Grandes Constituições de 1786, revisto pelo Congresso de Loiane de 1875. Contudo, pelo mesmo Congresso de 1875, teria ficado determinada a impossibilidade de existência de mais de um Supremo Conselho por Estado soberano. Assim, no território brasileiro poderia existir apenas uma organização maçônica de poder superior.

As denúncias de práticas abominadas pela maçonaria universal foram também utilizadas pelo Grande Oriente do Brasil, por meio da sua imprensa, com o intuito de desacreditar as lideranças maçônicas *rebeldes*. Nesse ponto, as críticas tinham razão de ser, pois, entre 1893-1895, a harmonia, a solidariedade maçônica

---

<sup>5</sup> O Grande Oriente Rio-grandense. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 4, p. 169, 1895.

<sup>6</sup> Idem.

e a proteção entre *irmãos* foram completamente esquecidas pelos pedreiros-livres gaúchos envolvidos na revolução. Um exemplo interessante foi o que ocorreu com o desembargador Antônio Antunes Ribas, antigo e importante liderança maçônica, que ocupou durante a Revolução Federalista dois cargos incompatíveis na perspectiva dos seus críticos: era grão-mestre do Gorgs e, ao mesmo tempo, chefe de polícia do governo republicano estadual. Muitas críticas lhe foram dirigidas tendo em vista que ele teria determinado ou decidido que se cometessem muitas atrocidades, atos de tortura e de prisão contra os maçons federalistas que caíssem nas mãos dos republicanos.

### **Julio de Castilhos e o Gorgs**

O provável envolvimento de Julio de Castilhos na articulação política que concretizou a criação do Gorgs é um aspecto interessante a ser analisado. Mesmo que não se tenha estudado essa questão especificamente, há muitos indícios de que, efetivamente, tenha havido o referido envolvimento. Quem primeiro levantou essa hipótese foi Helga Piccolo quando analisou o tema. Para a autora, Julio de Castilhos, que não era maçom, conseguiu se sobrepor à maçonaria, abalando-a por meio do grupo de que seguia a sua orientação política. Assim, a maçonaria dissidente teria conseguido neutralizar os maçons do Partido Liberal do processo político, facilitando a tomada de poder pelos republicanos castilhistas<sup>7</sup>.

Havia, sem dúvida, divergências entre maçons monarquistas e maçons republicanos. Neste ponto, lembro que não existe em termos da maçonaria internacional e mesmo nacional, uma única orientação política ou partidária. Ao contrário, a instituição maçônica sempre se gabou de ter em seus quadros homens das mais diversas opiniões políticas e filiações partidárias. Assim, a ascensão dos republicanos ao poder, liderados pela emblemática figura de Julio de Castilhos, exigiu inúmeros esforços, articulações e alianças para a sua efetiva legitimação visto que era minoria até a proclamação da República. Considero que, de fato, houve uma aliança, talvez sob o domínio parcial de Castilhos, entre os maçons adeptos da nova organização e o projeto republicano. Um dado inquestionável é de que os principais dirigentes da nova potência maçônica autônoma eram publicamente identificados como integrantes do Partido Republicano Rio-grandense<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> PICCOLO, 1995: 66-67.

Nessa mesma perspectiva, outro estudioso de maçonaria gaúcha, Luiz Eugenio Vécio, explicou a criação do Gorgs também como uma hábil manobra empreendida por Castilhos, que, dessa maneira, impediria uma articulação de Gaspar Silveira Martins e dos liberais por meio do GOB. Silveira Martins manteve sempre laços estreitos com a maçonaria do Rio de Janeiro e com o GOB<sup>8</sup>. Outro dado a ser observado foi que o Grande Oriente do Brasil, tradicionalmente foi forte nas regiões sob domínio político do Partido Liberal. Em termos quantitativos, a maioria das lojas maçônicas pertencentes ao Gorgs concentrou-se em cidades do norte do estado, onde o PRR se estruturou com mais força e com apoios políticos mais amplos. Em contrapartida, as lojas que se mantiveram subordinadas ou fiéis ao GOB concentraram-se principalmente em cidades do sul do estado, onde os liberais/federalistas tinham sua principal base de apoio.

O clima de disputa entre as duas potências maçônicas manteve-se por longos anos, até pelo menos 1909, quando um acordo de unificação foi assinado pelos dois poderes maçônicos. Antes e depois desse episódio, e a par das ameaças e das acusações desferidas pelo poder central do Rio de Janeiro, o Gorgs manteve e expandiu suas atividades, procurando conferir legitimidade à sua organização. Para tanto, procurou desenvolver estratégias para impedir que o Grande Oriente do Brasil mantivesse lojas regulares em funcionamento dentro do território gaúcho.

Muito, além disso, organizou-se no sentido da obtenção de reconhecimento de potências maçônicas internacionais. Essas dificuldades foram confirmadas pelos próprios dirigentes do Grande Oriente gaúcho como se fossem de ordem financeira. Era extremamente difícil manter, financeiramente, emissários do grande oriente em outros países para obter os reconhecimentos necessários. Contudo, em 25 de maio de 1896, a potência gaúcha obteve o reconhecimento da Grande Loja Alemã, por intermédio do maçom Balduino Röhring. Por intermédio de Fernando Abbott, em 22 de janeiro de 1897 e em 5 de maio de 1898, respectivamente, as maçonarias da Argentina e do Uruguai reconheceram a legitimidade do Gorgs. Em poucos anos, ela já era reconhecida por um grande conjunto de potências internacionais. Por exemplo, estava ligado à Grande Loja-Mãe Nacional da Alemanha, Grande Loja Suíça Alpina, Grande Loja Simbólica Regional Catalan-Baleares, da Catalunha e Ilhas Baleares, da Grande Loja do México, da Grande Loja de Porto Rico, Grande Loja da Venezuela, Grande Oriente da França, da Espanha, da Argentina, de Cuba,

---

<sup>8</sup> Ver COLUSSI, 2003: 243.

<sup>9</sup> Ver VÉSCIO, 2000: 97-101.

do Uruguai, da Holanda, do Egito, entre outras.

A questão que se discutia era o conceito de soberania e de autonomia. Entendo que, do ponto de vista da legislação maçônica, de fato, a potência gaúcha poderia ser considerada irregular, contudo, em termos concretos, ela construiu, nos anos que se seguiram ao rompimento, uma legitimidade incontestável, tanto que permanece atuando até os dias atuais. A construção dessa legitimidade deu-se a partir de diversos caminhos, dos quais os mais importantes foram o seu reconhecimento externo e a adesão crescente de lojas sob os seus auspícios.

### **A consolidação do Gorgs**

Do ponto de vista do crescimento e reconhecimento interno, com o final da Revolução Federalista apaziguaram-se os ânimos políticos, como também se criaram as condições para um novo período de expansão das atividades maçônicas no Rio Grande do Sul. Para tanto, concorreram dois fatores importantes: o primeiro foi a disputa acirrada entre o GOB, por meio da Sapataria Grande Loja Estadual, órgão do GOB que atuava no âmbito regional, e o Gorgs. Os dois poderes mobilizaram-se para reerguer ou fundar novas lojas até mesmo nos mais distantes e pequenos vilarejos, procurando, com isso, demonstrar uns para os outros, força superior.

A maior vitalidade do Grande Oriente do Rio Grande do Sul foi inquestionável. As próprias resoluções e análises realizadas nos fóruns administrativos maçônicos da Grande Loja Estadual, órgão do Grande Oriente do Brasil, eram reveladoras dessa situação de inferioridade. Quando da preparação do Congresso Maçônico que seria realizado em 1898, na cidade de Porto Alegre, a situação crítica ficou evidenciada na própria pauta de discussões. Nessa perspectiva, a constatação do pequeno número de lojas maçônicas funcionando sob obediência do GOB no estado e a decisão de se melhorar a prestação de serviços das grandes secretarias geral e estadual ao povo maçônico gaúcho são exemplares.

As tentativas de reunificação das maçonarias estadual e nacional estenderam-se durante as décadas seguintes. Um momento importante nesse sentido foi a ocorrida a partir de 1896 e que somente chegou a termo em 1898. Nesse contexto, o Grande Oriente do Brasil articulou uma aproximação com os dissidentes gaúchos anunciando uma proposta de unificação das maçonarias por meio do delegado nomeado por Grão-Mestre do GOB, Antonio Joaquim Macedo

de Soares, Fernando Luiz Osório. O delegado enviou correspondência ao Gorgs com a finalidade de verificar quais eram as providências necessárias para o conagraçamento da família maçônica rio-grandense, de modo que as lojas dissidentes viessem a prestar obediência novamente ao Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio de Janeiro<sup>10</sup>.

A resposta do Gorgs foi imediata e forte: considerou ofensiva, pretenciosa e arrojada a proposta encaminhada por Fernando Osório. Em seguida foi lançado pelo Gorgs o "Manifesto aos maçons rio-grandenses" em 14 de outubro de 1896. O objetivo do manifesto era orientar as lojas maçônicas que trabalhavam sob os auspícios do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em relação à proposta do GOB do projeto de federação maçônica<sup>11</sup>. Colocando-se na defensiva, o discurso do Gorgs consistiu em atacar os malefícios da centralização maçônica. Do texto do manifesto destaco o seguinte:

Em que com proveito somente para o centro à maçonaria nos Estados arrasta uma vida penosa e infecunda. [...] Qual o meio de dar importância à instituição maçônica no Brasil, qual o meio de levantar o salutar espírito maçônico há tanto tempo comprimido sob o férreo do Poder Central, absorvente e desorientado?<sup>12</sup>.

O teor da resposta à questão era sempre o mesmo: a autonomia, a independência, o desmembramento. Por outro lado, também o discurso dos dirigentes do GOB era repetido incansavelmente. Procurava-se convencer os maçons gaúchos da legitimidade representada pelo poder do Rio de Janeiro, reafirmando os malefícios do separatismo. Os dirigentes do GOB que ocupavam cargos nas instâncias político-administrativas regionais propagandeavam, sistematicamente, que o princípio da autonomia deveria se adaptar à legislação maçônica nacional, que, ao mesmo tempo, se mantinha federativa e unitária. Além desse argumento, outro, constantemente reiterado, era de que o GOB se constituía no único poder maçônico legítimo e reconhecido internacionalmente. Nesse jogo de argumentos e de disputa é que se situavam as tentativas de unificação,

---

<sup>10</sup> *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. n.º 3, p. 25, 1898.

<sup>11</sup> Manifesto aos maçons rio-grandenses. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre. n.º 3, p. 28-29, 1898.

que partiam, via de regra, da potência nacional<sup>13</sup>.

Nesse ponto é importante destacar que, desde o final da Revolução Federalista em 1895, houve uma tendência de as oficinas maçônicas se filiarem ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul. A vinculação da maioria dos dirigentes do Gorgs ao Partido Republicano Rio-grandense esteve entre as razões do grande crescimento quantitativo. Nesse sentido, o ano de 1898 é também exemplar na demonstração da superioridade quantitativa desse grande oriente. O clima de rivalidade entre os dois poderes maçônicos fez aumentar consideravelmente o número de oficinas, as quais se espalharam por praticamente todas as cidades, bem como por alguns distritos do território gaúcho. Na capital do estado e nas cidades mais importantes do interior, foi comum a existência de mais de uma loja em funcionamento, tendo-se identificado 89 lojas como estando em atividade regular naquele ano, 33 das quais pertenciam ao Grande Oriente do Brasil e 56, ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

Da perspectiva maçônica, o Rio Grande do Sul dividiu-se entre os dois poderes centrais até mesmo no aspecto geográfico. Houve uma concentração maior de oficinas pertencentes ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul na parte norte do estado. Dessa ótica, a hipótese de que teria havido uma relação estreita entre o Partido Republicano Rio-grandense e o Gorgs estaria confirmada. Poder-se-ia se acrescentar que, à medida que os republicanos consolidavam sua estrutura partidária e seu domínio político em praticamente todo o estado, ocorreu uma expansão dessa potência para as regiões onde anteriormente havia uma predominância do Grande Oriente do Brasil. Exemplo disso é o fato de que durante todos esses anos, na parte sul do estado, as maçonarias municipais estavam divididas: quase sempre e na maioria das cidades, havia duas lojas em funcionamento. Uma de obediência do GOB e outra do Gorgs.

Mesmo com o crescimento e o expansionismo do Gorgs, observa-se que, na parte sul do estado, permaneceu predominante a maçonomia ligada ao Grande Oriente do Brasil. Interessante é destacar que se formou uma espécie de cinturão desse grande oriente na região fronteira com o Uruguai<sup>14</sup>. As maçonarias das cidades de Itaqui, Uruguiana, Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé,

---

<sup>12</sup> *Idem.* p. 28.

<sup>13</sup> Podemos mencionar pelo menos três tentativas de acordos entre o poder maçônico do Rio de Janeiro e o Gorgs: entre 1896 a 1898, em 1902 e em 1909. Somente nesta última tentativa houve um acordo de unificação que durou até o ano de 1915.

Erval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande mantiveram-se fiéis unicamente ao GOB. Interessante, nesse caso, é o fato de essa divisão coincidir com a divisão político-geográfica presente no estado no período – o norte mais republicano e o sul mais federalista –, o que repercutiu no interior da ordem.

Além da vinculação com o partido do governo, o PRR, a maçonaria gaúcha criou outras estratégias para sua consolidação. Por exemplo, ela tratou de se relacionar com as demais unidades estaduais que também haviam rompido com o GOB. Uma das tentativas ocorreu no ano de 1900 quando uma comissão nomeada pela Assembléia Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul deu um parecer favorável ao projeto de federação maçônica proposto pelo Grande Oriente do Brasil. Após a análise e algumas considerações sobre a viabilidade do projeto, concluiu-se que a iniciativa não seria levada adiante em razão da oposição no interior da instituição gaúcha. Na verdade, a estratégia de unificação da maçonaria nacional deveria, necessariamente, contemplar uma realidade inquestionável: a autonomia federalista conquistara um espaço inquestionável e consolidado. Sobre essa medida, os gaúchos avaliavam que

Já não nos taxam de separatistas: o Grande Oriente do Brasil já deu um passo ao nosso encontro, criando os Grandes Orientes Estaduais e nos honrando com suas saudações fraternais pela palavra autorizada do seu eminente chefe, o preclaro, Sob\ Gr\ Mest\ General Quintino Bocaiuva.<sup>15</sup>

### **Considerações finais**

A fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 1893 foi um marco na rearticulação maçônica no estado, que, desde a década de 1880, vinha diminuindo sensivelmente suas atividades. A presença de Julio de Castilhos como articulador dos maçons republicanos para a criação de uma potência maçônica autônoma é uma possibilidade viável, mas não confirmada na sua plenitude. O fato de Castilhos nunca ter sido iniciado na maçonaria poderia criar uma dificuldade grande quanto ao seu poder de influência junto aos pedreiros-livres gaúchos. Contudo, as articulações, acordos e conchavos políticos abarcam sempre um amplo

<sup>14</sup> Tratam da relação entre a maçonaria brasileira e a maçonaria uruguaia os seguintes trabalhos: NAHUM, 1994; VAILLANT, 1984: 36-49.

leque de possibilidades. Sem dúvida, para Castilhos e para os republicanos, contar, naquele contexto, com o apoio de uma instituição do porte e influência como o da maçonaria não deveria ser descartado.

Passado o período crítico em torno das conseqüências da Revolução Federalista, a maçonaria ganhou novamente um novo impulso, já que a rivalidade e a disputa entre as oficinas do GOB e do Gorgs levaram que a maçonaria progredisse no Rio Grande do Sul. Nessa disputa, o Gorgs mostrou-se mais forte e com maior capacidade de expansão, principalmente nas cidades da parte norte do território gaúcho.

### **Referências Bibliográficas**

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

FÉLIX, Loiva (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

PICCOLO, Helga I. L. Religião e participação política. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995, p. 66-67.

NAHUM, Benjamin. *Manual de historia del Uruguay (1830-1903)*. Montevideo: Edições de la Banda Oriental, 1994.

VAILLANT, Adolfo. Una historia de la masonería en la Republica Oriental del Uruguay. *Hoy es historia*,. Montevideu, n. 2, p. 36-49, 1984.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História)

---

<sup>15</sup> *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre. n.º 2, p. 90, 1902.

# Política e organização da educação sob o castilhismo

**Berenice Corsetti**

Doutora em Educação e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS/RS

**N**o Rio Grande do Sul do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, diversas modificações sociais ocorreram, entre as quais o problema da escola pública mereceu um destaque até então inexistente. Nesse período, a sociedade rio-grandense foi alvo de um processo de modernização que se constituiu na expressão da modernidade republicana, marcado por uma série de medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

Neste artigo, procuramos entender a política e a organização da educação estruturadas, no Rio Grande do Sul, pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

A utilização dos pressupostos da modernidade foi, no contexto rio-grandense, adequada às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente.<sup>1</sup> Portanto, a modernização que significou a prática da modernidade em termos sulinos, implicou no traçado de políticas públicas que demonstraram as convicções da nova elite dirigente, centradas na busca de uma racionalização que transformou o Estado gaúcho em importante agente social, político e cultural, à época.

Em termos nacionais, a constituição de uma nova sociedade, oposta àquela arcaica e tradicional que se estruturara com base no trabalho escravo, implicou em seu reordenamento a partir de novas formas de dominação que dessem conta da problemática colocada pelos novos tempos, ou seja, a de como dominar homens

---

<sup>1</sup> A discussão sobre modernidade e modernização teve larga atenção dos filósofos, dos cientistas sociais, dos historiadores e dos educadores. No nosso caso, interessou-nos, fundamentalmente, situar a questão e demonstrar como ela ocorreu no Rio Grande do Sul, bem como seus reflexos em relação à educação gaúcha, no período. Assim, esclarecemos que modernidade foi por nós entendida no seu sentido clássico, definido como triunfo da razão, como libertação e como revolução, e a modernização como modernidade em ato, como prática da modernidade. Sobre o assunto, cf.: TOURAINE, 1994; BERMAN, 1986; ROUANET, 1987.

livres e formalmente iguais. Nesse contexto, a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão.

No âmbito desse processo mais geral<sup>2</sup>, o Rio Grande do Sul teve sua experiência peculiar, já que a base de sustentação do novo grupo político que assumiu o poder com a República foi estabelecida através da proposição de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse os diferentes interesses sociais envolvidos. O Partido Republicano Rio-grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte.

A partir dos pressupostos comtianos, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do bem comum.

A tarefa moralizadora da educação, além de modelar a conduta dos cidadãos, tinha a função de resolver os possíveis antagonismos sociais decorrentes das desigualdades inerentes ao próprio sistema que era legitimado pelos positivistas. O trabalho regular, por seu lado, seria viabilizado a partir de medidas que possibilitassem a expansão capitalista, a partir de seus setores mais dinâmicos, gerando emprego. De forma implícita, essa meta seria atingida pela viabilização dos interesses da burguesia na sociedade civil e pela subordinação dos trabalhadores ao capital.<sup>3</sup>

Nesse quadro, o projeto político dos dirigentes positivistas rio-grandenses envolveu a escola pública, nos marcos de uma organização educacional e de uma

---

<sup>2</sup> Sobre a questão da modernidade no Brasil, cf.: BERMAN, 1986; HARDMAN, 1988; RAGO, 1985; CAVALCANTE, [1990?]; SALLES, 1986; SEVCENKO, 1989.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, cf.: PESAVENTO, 1989.

política do Estado para o setor da educação cujos elementos principais estaremos apresentando neste artigo.

### **1. A política educacional do Rio Grande do Sul na Primeira República**

A política educacional implementada pelos republicanos positivistas, na Primeira República, integrou uma estratégia mais abrangente de ação do Estado, que atuou de forma interventora no âmbito da sociedade, desenvolvendo uma série de políticas entre as quais teve destaque a relativa à educação, a qual se caracterizou por quatro aspectos, articulados entre si pelos dirigentes do Estado: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, a atuação do governo gaúcho em nível estadual, a mediação com a Igreja Católica e a construção de um imaginário republicano criador da “consciência nacional”.

Em relação ao primeiro aspecto, a articulação da atuação do Rio Grande do Sul em nível nacional foi feita sobretudo por Pinheiro Machado. A bancada gaúcha seguiu rigorosamente o programa do PRR, que no campo educacional previa: liberdade de ensino pela supressão do ensino superior e secundário; liberdade de profissões, pela supressão dos privilégios escolásticos ou acadêmicos; liberdade, laicidade e gratuidade do ensino primário; educação e instrução popular; ensino técnico-profissional.<sup>4</sup>

Na prática, a idéia central era a da “liberdade de ensino”, que balizou a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, sempre que a questão polêmica da educação foi debatida e deliberada. Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento Federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração.

Articulada com essa atuação nacional, a ação do governo gaúcho revelou a utilização da educação como instrumento da política de modernização do Estado, tendo sido marcada por características que resumem a importante intervenção dos dirigentes positivistas em relação ao setor, conforme exposto abaixo:

- a) Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado;

---

<sup>4</sup> TAMBARA, 1995: 160.

- b) Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados;
- c) Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais;
- d) Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da “consciência sanitária da população”, bem como de assistência social;
- e) Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades;
- f) Centralização administrativa e uniformização pedagógica;
- g) Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada;
- h) Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado;
- i) Diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

Em paralelo, a política educacional republicana incluiu, através de uma acomodação de interesses, um relacionamento importante entre o PRR e a Igreja Católica que, mesmo não isento de divergências, serviu à concretização dos projetos por eles desenvolvidos. O apoio da Igreja foi elemento relevante no processo de dominação republicana no Rio Grande. Por outro lado, o favorecimento à Igreja, oportunizado pelos republicanos, facilitou a recomposição da posição pretendida pela instituição, que atravessava crise expressiva desde o século XIX, particularmente com a implantação da República e a separação entre o Estado e a Igreja. Enquanto a Igreja solidificava novamente sua força na região, os republicanos obtinham o seu concurso para conquistar apoio político especialmente das populações coloniais e, também, das camadas médias e do proletariado.<sup>5</sup>

Todavia, essa acomodação não foi simples, tendo sido marcada por conflitos e desavenças. A educação se constituiu em campo permanente de disputa. Particularmente a questão da expansão do ensino, elemento fundamental da política educacional pretendida pelos republicanos, foi aresta difícil de ser aplainada. Desde

o início da gestão republicana, a ocupação dos espaços educacionais situou uma disputa permanente entre o público e o privado, especialmente na região colonial, onde a questão da nacionalização do ensino era também da maior relevância, nos marcos da ação política republicana.

Especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornavam-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário, sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário e foi nesse nível que, no período em estudo se concretizou sua preponderância no setor. A Igreja, por seu lado, teve presença predominante no ensino secundário.

A compreensão da política educacional implementada pelos dirigentes gaúchos implica na percepção de outro de seus ângulos, ou seja, a construção do imaginário social que, tendo a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas. Esta projeção implicou em dar relevância à construção de uma subjetividade que, em paralelo ao processo concreto de modernização proposto, atuou na direção desejada pelos dirigentes do Estado, ou seja, dar suporte de legitimação e adesão ao projeto que estava sendo implantado.

Nesse sentido, foram utilizados instrumentos e desenvolvida uma ação no sentido de conquistar o imaginário social. Entre os primeiros, destacamos a palavra escrita e falada, os símbolos e os rituais. Em paralelo, a ação mediadora com a Igreja Católica possibilitou a manipulação dos símbolos e sentimentos religiosos, bem ao gosto da perspectiva ideológica do positivismo. Na construção do imaginário republicano, merecem destaque:

- a) o mito da origem – através do qual os republicanos procuraram estabelecer uma versão dos fatos que, desde o início da República,

---

<sup>5</sup> Sobre o assunto, cf.: GIOLO, 1997.

dava legitimidade à fração político-partidária que ascendera ao poder. Colocando-se contra as forças do passado, os positivistas buscavam destruir a oposição liberal. Os acontecimentos, então situados numa versão mitificada da verdade, transmitiam a superioridade do novo momento histórico. As dificuldades atravessadas pelo Rio Grande eram associadas à monarquia e aos liberais, condenados em nome do progresso, o qual foi associado à ditadura republicana, com o apelo a um Executivo forte e intervencionista. Para a construção do imaginário social, a escola foi posta na fala republicana como sua realização fundamental;

- b) o mito do herói – foi utilizado para a construção do imaginário coletivo, com a criação do panteão cívico republicano, destacando as figuras que deviam servir de modelo para a comunidade gaúcha. Nesse sentido, a ação republicana foi em parte articulada com a Igreja Católica. O esforço de transformação dos responsáveis pela proclamação da República em heróis da República foi significativo no Rio Grande do Sul, constituindo um verdadeiro processo de “heroificação” dos dirigentes republicanos;
- c) os rituais – estiveram presente especialmente através das comemorações e festas cívicas destinadas à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola pública contribuiu eficazmente nessa tarefa. As festas escolares eram verdadeiros rituais destinados a modelar condutas, não se constituindo em eventos apenas laudatórios das personalidades mitificadas, servindo também para estimular condutas “positivas”, reforçando os comportamentos recomendados com o estímulo de premiações;
- d) os símbolos – tiveram utilização peculiar na construção do imaginário republicano através da escola. A simbologia republicana teve no hino e na bandeira suas duas maiores expressões. Inseridos nos eventos públicos de massa, representavam a identificação instantânea dos valores da República. Representação dos novos tempos, esses dois elementos estavam presentes em todas as solenidades cívicas,

complementando com sua presença os rituais desenvolvidos.

Manipulando símbolos e mitos, utilizando-se dos rituais cívicos, os dirigentes gaúchos envolveram particularmente a escola pública para alicerçar os valores indispensáveis à adesão da sociedade ao seu projeto de desenvolvimento do Estado. A política educacional da época, portanto, jogou com a subjetividade inerente ao processo de construção da consciência coletiva, em paralelo ao desenvolvimento bastante objetivo que davam à modernização conservadora do Rio Grande.

## **2. A Organização Educacional do Rio Grande do Sul na primeira República**

A organização educacional implementada pelos dirigentes republicanos no período que analisamos utilizou diversos instrumentos legais. O primeiro deles foi a Constituição Estadual, que estruturou um Estado autoritário e centralizador. O acúmulo das funções executiva e legislativa pelo presidente do Estado determinava que o Poder Legislativo não existisse autonomamente, restringindo-se, no tocante às suas funções, ao tratamento da questão do orçamento. Dessa forma, ocorria uma enorme concentração de poder nas mãos do Presidente do Estado, além de conferir extrema agilidade ao Poder Executivo, o que sem dúvida possibilitou as ações governamentais ao longo de toda essa fase da República. Assim, tendo por base a centralização do poder articulada pelos republicanos na Carta Magna do Estado, bem como os poderes por ela conferidos, os governantes organizaram o setor público como um todo e particularmente o setor educacional.

Outro instrumento legal colocado pelos dirigentes positivistas a serviço de seu projeto foi o orçamento do Estado. Pelos limites deste artigo, não podemos apresentar os dados quantitativos de que dispomos, apresentando ao leitor apenas as nossas conclusões e remetendo os interessados ao trabalho mais amplo que realizamos.<sup>6</sup> Trabalhamos com os dados da receita e despesa ordinárias do Estado, no período de 1896 a 1929, observando o procedimento adotado pelos governantes gaúchos do período, particularmente em relação à instrução pública, Brigada Militar, saúde pública, justiça e polícia. O que foi possível perceber é que a execução orçamentária determinava a existência de "sobras" de recursos, indicadas pelos saldos, que eram depois aplicados, através das despesas extraordinárias, em setores de interesse do governo.

Portanto, o orçamento público foi utilizado como um dos instrumentos legais manipulados pelo Estado gaúcho, no sentido da implementação de seu projeto de

modernização capitalista do Rio Grande. Para tanto, a estratégia de geração de saldos positivos, na execução da despesa autorizada pela Assembléia, na qual foram envolvidos os setores sociais de maior repercussão social, como foi o caso da instrução pública primária, atestou a forma como a intervenção do Estado contribuiu para a sustentação das atividades que poderiam viabilizar a acumulação e reprodução do capital privado. Enquanto o Estado não aplicava todos os recursos aprovados pela Assembléia para a educação primária, outras atividades estavam recebendo recursos públicos, como o ensino técnico-profissional e superior privados, da mesma forma que obras de infra-estrutura foram patrocinadas pelo Estado, como os gastos de conservação e reparação de estradas, construção de pontes, dragagens e trabalhos hidráulicos, serviços de terras e colonização, dragagem e balisamento de canais interiores, transporte ferroviário e lacustre, entre outros que sinalizam a importante ação dos republicanos, para criar as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na região.

Desse modo, a educação pública do Rio Grande do Sul, além de ter sido usada como importante mecanismo de legitimação dos governos republicanos, foi também transformada num instrumento da política econômica desenvolvida pelos dirigentes positivistas do sul do Brasil.

Para a organização educacional rio-grandense, não menos importantes foram os regulamentos e regimentos internos das escolas que, pelo conjunto de determinações que encerraram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da própria escola. Essas regulamentações expressaram a forma como os elementos integrantes da política educacional do Estado gaúcho, no tocante à escola pública, se realizavam concretamente.

Entre os aspectos que os regulamentos e regimentos escolares nos permitiram perceber, destacamos:

- a) a perspectiva intervencionista do Estado em relação à educação – ficou evidenciada pelo conjunto de determinações legais impostas à escola pública, que refletiram a prioridade conferida ao Estado enquanto promotor de um projeto de desenvolvimento para o Rio Grande, em detrimento do princípio basilar apregoado pelos positivistas em relação à

---

<sup>6</sup> cf.: CORSETTI, 1998: 246-283.

educação, ou seja: “ensine quem quiser, onde quiser e como puder”. Essa perspectiva foi extrapolada no contexto gaúcho, onde a intervenção estatal foi acima de tudo o fundamento para uma centralização do poder que atingiu de cheio a escola pública, situando-a num conjunto de determinações que representaram uma verdadeira “camisa-de-força” perceptível na análise da legislação a ela referente;

- b) os princípios e os objetivos do ensino – a instrução foi colocada como exigência destinada a possibilitar o mais importante dever do cidadão livre, ou seja, o exercício do voto, sustentáculo para os governos republicanos. O ensino devia ter “um cunho prático, concreto e intuitivo”, compreendendo a educação moral, física e intelectual”;
- c) a organização do ensino – traduziu a orientação da política educacional implementada no Estado, marcada pela separação dos saberes. Nesse sentido, ela traduziu o “quantum” era necessário ensinar para que os segmentos populares que freqüentavam a escola pública pudessem viver “inteligentemente”, decorrendo disso a definição do que era possível ensinar às crianças. Essa compreensão fundamentou a “natural” divisão do ensino primário em elementar e complementar. A organização do ensino público caracterizou-se por sua limitação a um tipo de saber que fosse o mínimo indispensável para “educar” uma população subalterna que devia ser retirada das “trevas da ignorância”, mas nos estritos limites de um conhecimento que lhe possibilitasse a sua própria inserção nos quadros da modernidade, como subordinados conscientes de sua situação na hierarquia social. Os dispositivos legais utilizados nesse período espelham a realização de reformas globais do ensino ou, em alguns casos, reformulações parciais que se destinaram a modificar ou aprimorar alguns aspectos estabelecidos nas regulamentações anteriores;
- d) o controle disciplinar – foi perceptível através dos mecanismos estabelecidos para viabilizar o adestramento das crianças e

juvencs do Rio Grande, para a sua adequação à sociedade pretendida pelos dirigentes do Estado, sociedade esta que para ter progresso, precisava ter ordem. O ajustamento à ordem social, conforme definida no projeto de modernização conservadora do Rio Grande, devia ser preparado sobretudo pela escola pública, razão de sua expansão expressiva nesse momento. Assim, os aspectos relacionados à disciplina, ao respeito à hierarquia e à autoridade, com controle rigoroso das atividades e o uso produtivo do tempo, bem como os demais valores decorrentes de uma prática com base nesses elementos, constituíram-se em “ingredientes” permanentes do cotidiano escolar. Ganham destaque, nesse plano da análise, as normas e mecanismos disciplinares minuciosamente estabelecidos nos regulamentos e regimentos escolares e que tinham, como seu alvo preferencial, os alunos das escolas públicas rio-grandenses. As escolas tornaram-se espaços de vigilância, de controle, de exaltação e de punição dos sujeitos nelas presentes. Isso significou eficiente “treinamento” dos hábitos necessários à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo construída e onde cada um tinha seu lugar, que devia ser aceito e cujo papel devia ser bem compreendido;

- e) a preparação para o mercado – ficou demonstrada através da instituição das caixas escolares nas escolas públicas gaúchas que, além de promover o treinamento para o exercício do voto e para a escolha dos dirigentes, desenvolviam o hábito de auxiliar de forma assistencialista os colegas pobres e, sobretudo, exercitavam a poupança, a prática com aplicações financeiras e com o controle dos recursos aplicados. Apesar de tudo isso ser realizado em nome de elevados princípios da moral e da solidariedade, legitimava-se, como culminância da formação dos alunos, os pressupostos orientadores do sistema capitalista, preparando-se, com mais esse reforço, o trabalhador dos novos tempos. O reconhecimento e aceitação dos diferentes papéis sociais, da pobreza e da riqueza, resultavam “naturalmente” desse processo educativo.

A abordagem da organização social rio-grandense remeteu também à análise de um de seus componentes da maior relevância: a autoridade definida central e verticalmente. A hierarquia e a centralização foram sua marca registrada: a suprema direção do ensino competia ao Presidente do Estado, que a exercia por intermédio do Secretário do Interior e Exterior. Subordinado hierarquicamente a ambas as autoridades estava situado o Inspetor Geral da Instrução Pública, responsável pela imediata direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, os diretores, os professores e demais funcionários do setor. Essa estruturação manteve-se quase inalterada até o final da década de 1920, tendo sido modificada no período de 1911 a 1927, período em que ficou suprimida a Inspetoria Geral da Instrução Pública, tendo sido extinto o cargo de Inspetor Geral. Nessa fase, o serviço foi entregue à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior, o que provocou uma ainda maior centralização nesses anos.

A organização das atividades de fiscalização de ensino talvez tenha representado, em paralelo com a habilidade demonstrada na manipulação do orçamento público, o elemento da estrutura educacional rio-grandense foi em que a criatividade dos republicanos mais se evidenciou. A constituição de um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários do Estado às próprias comunidades, nas tarefas fiscalizadoras do ensino.

Os dirigentes educacionais do Rio Grande criaram conselhos escolares, formados por chefes de famílias que tinham seus filhos nas escolas, os quais desempenharam, gratuitamente, diversas tarefas de fiscalização, atividade que era considerada "de relevante serviço público". Entre elas estava o acompanhamento do comportamento moral e civil dos professores, o exame da escrituração, matrícula, frequência e disciplina escolar, o exame dos alunos, para verificar seu adiantamento, bem como o atestado mensal do exercício dos professores, para que eles pudessem receber seus vencimentos, entre outros trabalhos. O sistema era complementado com as visitas dos inspetores escolares, cercando a escola de uma vigilância permanente, com economia significativa de recursos.

Esse sistema, marcado igualmente pela centralização administrativa, foi sofrendo aperfeiçoamentos ao longo do período. Os conselhos escolares transformaram-se nas delegacias escolares, que mantinham os membros das comunidades desempenhando atividades não-remuneradas. Os inspetores escolares foram ganhando maior especialização técnica, que se constituiu na

inovação estabelecida ao final do período. Esse serviço todo era coordenado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, que reunia, no âmbito da Secretaria do Interior e Exterior, as informações que possibilitavam o mais amplo conhecimento e controle do setor educacional rio-grandense.

A trajetória da inspeção escolar indicou sua adequação aos pressupostos da política educacional republicana. O envolvimento das comunidades possibilitou a redução dos custos financeiros do Estado com o serviço de fiscalização das escolas, possibilitando também uma cooptação política muito comum no período que investigamos. Os funcionários do Estado, encarregados da parte técnica da inspeção faziam parte de um sistema bastante rigoroso e controlado pelas autoridades superiores. Esse serviço foi aperfeiçoado na direção maior definida pela política educacional, que visava formar o homem educado, saudável, produtivo e disciplinado, que interessava ao projeto modernizador dos republicanos rio-grandenses.

### **Conclusão**

Neste artigo, procuramos reunir os aspectos mais representativos da investigação que realizamos sobre a política e a organização da educação, na Primeira República Rio-grandense. Apontamos que a política educacional implementada pelos dirigentes republicanos demonstrou ser de caráter excludente, particularmente marcada pela separação dos saberes que consagrou as diferenças sociais cristalizadas na sociedade gaúcha. Ao lado de procedimentos de acomodação de interesses utilizados na relação com a Igreja Católica, o privilegiamento da iniciativa privada no campo educacional foi consagrado, particularmente no nível secundário. No ensino técnico-profissional e superior, a abertura à iniciativa privada visou à formação de quadros profissionais que interessavam ao desenvolvimento econômico do Estado.

A escola pública foi elemento estratégico para a nacionalização das populações coloniais, bem como para a difusão dos cuidados com a saúde e a higiene. A expansão do ensino a baixos custos destacou-se como elemento da maior importância da política traçada pelos republicanos para o campo educacional.

Na análise da organização educacional e da própria escola pública, ficou demonstrado o caráter autoritário assumido pelo Estado rio-grandense, no período de nossa análise. Mecanismos de controle e centralização foram estabelecidos para possibilitar o domínio do setor educacional, numa contradição com o princípio

da liberdade de ensino.

Por outro lado, a análise do orçamento estadual evidenciou a sua manipulação, com a provocação de saldos artificiais que possibilitaram o deslocamento de recursos para outros setores que interessavam ao governo, em função de seu projeto de desenvolvimento econômico do Rio Grande, o que negou, em parte, a prioridade conferida ao setor da educação pública, compromisso dos republicanos tão alardeados nas falas oficiais.

A síntese concretizada entre controle e ufanismo na educação pública rio-grandense, com a finalidade de adequar a escola pública ao projeto de desenvolvimento capitalista do Estado gaúcho esteve presente em todo o período que analisamos. Foram ingredientes fortes e contraditórios, que evidenciaram o processo complexo em que esteve inserida a escola pública rio-grandense.

O controle disciplinar imposto aos alunos e as regras a que estava submetida a atividade dos professores demonstrou o quanto o princípio da ordem foi levado às últimas conseqüências nas escolas públicas do Rio Grande e em todo o sistema escolar.

Concluindo, podemos indicar que, no processo que analisamos, percebemos ingredientes de avanço, como a expansão do ensino e a diminuição do analfabetismo, que representaram os aspectos progressistas da ação republicana, largamente propagandeados pelos líderes positivistas. Por outro lado, verificamos a negação do avanço, representada pelo conteúdo da política e da organização educacionais, que constituíram uma escola pública que, por tudo que foi explicitado, se transformou num instrumento importante do projeto conservador, modernizante, elitista e excludente dos líderes positivistas rio-grandenses.

### **Referências Bibliográficas**

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAVALCANTE, B. *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX*. Rio de Janeiro: mimeo/PUC/RJ, [1990?].

CORSETTI, B. *Controle e Ufanismo – A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. Santa Maria: UFSM/UNICAMP, 1998. Tese de Doutorado em Educação.

GIOLO, J. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação.

- HARDMAN, F. F. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PESAVENTO, S. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROUANET, P. S. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SALLES, I. G. *Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TAMBARA, E. *Positivismo e Educação - A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.
- TARGA, L. R. *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. 3ª ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

# Julio de Castilhos e a campanha abolicionista

Margaret M. Bakos  
Prof.<sup>a</sup> de História da PUCRS

**A**gradeço o convite para fazer parte, como palestrante, deste Seminário Internacional *Raízes centenárias: o Legado de Julio de Castilhos*. É uma honra falar para uma audiência tão seleta e atenciosa, inteligente e sensível como esta que vem se constituindo neste fórum de debates.

O assunto sobre o qual vou falar – Julio de Castilhos e a campanha abolicionista – foi tema de minha dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1980 e, dois anos depois, publicada pela Editora Mercado Aberto sob o título: *RS: escravidão e abolição*.

Naquela ocasião, buscava entender o papel do Partido Republicano do Rio Grande do Sul no movimento abolicionista, a partir de uma dúvida suscitada pela leitura do livro *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso. O autor afirmava então (1977, p. 228) que

Com efeito, houve certa radicalização do pensamento abolicionista no Rio Grande do Sul! [...] Esta radicalização se exprimiu melhor através de *A Federação*, não porque o republicanismo ou o positivismo, de tão larga influência no Rio Grande, implicassem por si a idéia da abolição e da revalorização do negro, mas porque, não havendo no sul o eleitorado poderoso dos grandes fazendeiros escravocratas para ser disputado, político-eleitoralmente os republicanos nada perderiam sendo conseqüentes com suas posições, favoráveis, em geral, ao trabalho livre do imigrante.

Conhecedora da força do republicanismo e do positivismo nesta Província, fiquei curiosa e procurei reconstituir a gênese dessa afirmação, buscando suas fontes. No livro *A ilustração brasileira e a idéia de universidade* de Roque Spencer Maciel de Barros, encontrei a frase citada por Fernando Henrique Cardoso, para reforço de seu pensamento. Ela afirmava:

Para o cientificismo a escravatura deve desaparecer não por um decreto, motivado por considerações éticas, mas pelo desenvolvimento do trabalho livre, que há de tornar antiquado e antiecoeconômico o trabalho escravo. Por isso, apelavam para a imigração, considerando a escravidão um mal maior para os brancos do que para os negros, para os quais até poderia ser benéfica. Não é de estranhar, pois, que o positivismo tenha influenciado no Rio Grande tanto a ideologia imigracionista como a atitude dos partidários do trabalho livre para com a escravidão. Essa sempre foi mais *de prudência que de grandes entusiasmos pela abolição imediata*. (1977,p.228)

Entendi que tais afirmações, se corretas no que concerne ao Partido Republicano Paulista, no caso do Rio Grande do Sul, mereciam ser repensadas. Após exaustiva consulta às coleções diárias dos jornais porto-alegrenses *O Conservador, A Reforma, O jornal do Comércio, O Mercantil* e números avulsos de outros tantos como *O Século* e *A Voz do Escravo*, (o último publicado em Pelotas), selecionei para análise os discursos abolicionistas castilhistas. Escritos, empregando uma metalinguagem de origem comteana, os editoriais de Julio de Castilhos, publicados diariamente em *A Federação*, permitiram identificar a adoção de uma postura diferenciada por parte do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, se comparada com o Paulista no que tange à questão servil, uma vez que esta última defendia, desde 1884, a abolição imediata da escravidão e sem indenização dos senhores de escravos.

Vinte anos depois, ao me reportar a essa pesquisa, formulei novas questões que trago à discussão sobre esse encaminhamento da questão servil. A primeira diz respeito à articulação dos textos de Castilhos ao seu lugar e condições de produção, segundo recomendação de Michel de Certeau no que concerne à pesquisa historiográfica. A segunda direciona-se ao enunciador desses discursos – Julio de Castilhos – questionando os sentidos por ele atribuídos.

Nessa perspectiva, é mister refletir um pouco sobre a figura desse chimango que, apesar de possuir inúmeros críticos e inimigos, gerados durante o curto percurso como homem público e longa permanência como mito, está, cem anos após sua morte, sendo chamado à vida por admiradores e/ou desafetos. Como explica Agnes Heller, historiadores ressuscitam os mortos.

### **Lugar de produção do discurso castilhista**

O tráfico de escravos da África para a América portuguesa teve início em 1551 e de forma contínua ao longo dos séc. XVI, XVII e XVIII, até entrar no ciclo da ilegalidade – de 1816 a 1851 – por pressão do movimento abolicionista internacional, capitaneado pela Inglaterra.

Entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros. (FLORENTINO, 1997, p.23) O comércio desumano de africanos trouxe para o Brasil cerca de 3,6 a 5,5 milhões de pessoas da África. (RUSSELL-WOOD, 2001: 11-12)

O Rio Grande do Sul, situado na zona temperada do continente americano, foi, inicialmente, excluído do esquema colonizador, mas, ao se inserir no contexto nacional, complementando a economia do país, passou a usar também do trabalho escravo. Já em 1858, 40% da população no Rio Grande do Sul era constituída por pessoas na condição de escravos. Em 1864, a Província estava entre as 10 com maior concentração de escravos do País, precedida, nessa ordem, apenas por Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Município Neutro e São Paulo.

Entre 1874 e 1884, o Rio Grande do Sul alcançou a 6ª. colocação entre as províncias escravocratas, perdendo posição apenas para Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao longo do período de desagregação da ordem escravocrata, entre 1850 e 1888, nenhum parlamentar gaúcho salientou-se no processo abolicionista. Alguns até mesmo posicionaram-se contra o movimento, quando da discussão sobre a aprovação da Lei Rio Branco, de número 2.040, sancionada em 28 de setembro de 1871, que declarava livre os filhos de mulheres escravas que nascessem a partir dessa lei, e impunha providências no que concerne ao tratamento daqueles filhos menores, deliberando também sobre a libertação anual dos escravos. Apesar da evidente nulidade da lei no sentido de libertação dos escravos no Brasil, a bancada gaúcha foi a única do oeste e extremo sul do País que votou contra a sua aprovação. Essa resistência só pode ser comparável a das três províncias mais escravocratas do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Quando, em 1880, iniciou o processo abolicionista precipitista no Rio de Janeiro, movimento liderado por Joaquim Nabuco, as adesões a ele no Rio Grande do Sul se deram apenas sob a condição de que os escravos libertos permanecessem ao serviço dos ex-senhores, ligados a cláusulas de prestação de serviços por períodos de até sete anos.

Nesse mesmo ano, organizou-se paralelamente a Igreja Positivista no Brasil, uma heterodoxia, que dividiu os posicionamentos dos positivistas sobre o encaminhamento político a ser dado à questão servil.

Todos os membros da Igreja Positivista "*comprometiam-se a não possuir escravos, qualquer que seja a forma dessa posse monstruosa*", a não ocuparem cargos públicos ou exercerem funções acadêmicas, a não colaborarem no jornalismo, diário ou não, e a não auferirem lucros pecuniários por seus escritos.

Em 1880, o pensamento antiescravagista positivista foi divulgado a todo o país através da publicação, pela *Gazeta da Tarde*, de uma coletânea de textos, organizada por Teixeira Mendes, Annibal Falcão e Teixeira de Souza, sob o título de *Apontamentos para a solução do problema social no Brasil*. Nela se afirmava que a escravidão negra entravava a passagem do Brasil para o estado industrial, impedindo a incorporação do proletariado à sociedade de classes. Diante disso, era mister libertar o escravo, não levando em conta "*a ruína possível de um punhado de escravocratas*". Esses artigos defendiam o pressuposto de que um homem não podia jamais ser considerado como uma propriedade de outro e assim confundido com o produto do seu trabalho, pois tal forma de posse não existia. Assim, podia-se oferecer uma soma aos senhores como medida política, porém nunca a título de indenização.

Contraopondo a situação caótica decorrente do escravagismo à posição antiindividualista do positivismo, os artigos sugeriam uma intervenção do Estado na questão. Contrariamente à posição dos ortodoxos franceses, o apostolado positivista brasileiro procurava não transigir com a orientação antiescravagista deixada por Comte. Caso exemplar dessa conduta foi o episódio que levou ao *Cisma Positivista* de 1883. Nesta ocasião, Miguel de Lemos buscou em Laffite, pontífice do comtismo em Paris, apoio para punir um membro do apostolado brasileiro que, contrariando as normas da sociedade, tornou-se publicamente conhecido como político e escravocrata. Para surpresa de Lemos foi aconselhado pelo positivista francês a não expulsar o fazendeiro dissidente.

Miguel de Lemos julgou herética a atitude de Laffite, ao propor, em última análise, um livre exame na doutrina do Mestre Augusto Comte, no sentido de tentar conciliar teoria e prática. Com o apoio do líder positivista chileno Jorge Lagarrigue, rompeu com Laffite, reivindicando a autonomia para a Igreja Positivista

---

<sup>1</sup> LEMOS, 1883: 130.

Brasileira. Augusto Comte foi declarado, então, o único chefe subjetivo do grupo, e o Rio de Janeiro passou a ser Matriz Ecumênica do Positivismo Integral.

Havendo rompido relações com Laffitte, Miguel de Lemos passou a radicalizar seu posicionamento frente à questão servil, declarando: *"Levamos ao abolicionismo o poderoso apoio da autoridade do nosso Mestre contra os sofistas que reclamavam uma impossível e falaciosa transformação gradual e que sustentavam o pretense direito de uma indenização pecuniária"*.

Não obstante, o *Cisma Positivista* e a conseqüente radicalização doutrinária do apostolado brasileiro, levaram Miguel de Lemos a negar aos escravocratas qualquer direito à indenização, por ele denominado de prejuízo resultante do fato de deixarem de ser opressores de mais de um milhão de compatriotas, para se tornarem realmente trabalhadores. Em um opúsculo denominado *"A incorporação do proletariado escravo; protesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro contra o recente projeto do Governo"* ele se interrogava sobre se alguém lembraria de perguntar aos *"atuais escravizados pelo tempo que seus avós, seus pais e eles estiveram trabalhando sem usufruir o mínimo resultado de tanto sofrimento"*. E firmava sua posição com ênfase: *"Não! Mil vezes não! Como indenização, nem o ar que respiramos podem reclamar"*.

Positivistas heterodoxos também eram contra a escravidão negra, conforme se comprovou pelas iniciativas da Escola Militar do Rio de Janeiro. Mas, dentre os positivistas heterodoxos, havia dois posicionamentos sobre a escravidão. Um seguia a ortodoxia da Igreja Positivista no Brasil nesse aspecto; para esse grupo, a abolição devia ser imediata e sem indenização. Julio de Castilhos e os seus seguidores no Partido Republicano do Rio Grande do Sul filiaram-se a esse pensamento. O segundo grupo, ao contrário, achava que a escravidão devia terminar por si só e *para que se extinga é preciso, com imigração abundante, criar condições novas de trabalho*. Miguel de Lemos denominava essa plataforma, visando à implantação de mão-de-obra estrangeira no Brasil de *panacéia abolicionista*<sup>2</sup>.

Assim, ao mesmo tempo em que desafiava os inúmeros e poderosos escravocratas brasileiros, Castilhos, resgatava o papel do negro na História do País, envergonhava aos homens de bem pelas denúncias sobre atos de violência explícita cometidos contra os africanos escravizados, ao longo da história da nação, e se impunha como porta voz de uma visão modernizadora para a sociedade brasileira.

---

<sup>2</sup> BARROS, 1958: 180.

Produzidos em um contexto escravista, com forte influencia teórica e retórica do pensamento de Augusto Comte, os textos castilhistas revelavam um estrategista político hábil, capaz de emocionar aos seus leitores e de transformar a questão servil de um desafio à sociedade civil em um argumento para fortalecer o PRR como o único partido a apresentar uma solução radical em curto prazo. Já, para o futuro do negro, embora apontadas no decorrer da campanha jornalística, as medidas necessárias à incorporação do liberto à sociedade de classes não foram implementadas, fato que tornou o discurso de Julio de Castilhos inoperante nesse sentido. Em 1888, teve início a construção de uma nova realidade para o negro brasileiro, em que as perspectivas de inclusão social ficavam em lugar de melhores, cada vez mais difíceis.

### **Julio de Castilhos: entre o palco político e o dia-a-dia**

Essa reflexão sobre as relações entre o público e o privado é atual, porque se sustenta em questões cotidianas que, apontadas e máxi dimensionadas pela mídia, expõem a fragilidade dos mitos políticos contemporâneos nos planos nacional e internacional. No caso em pauta, em pleno século XIX, essa contradição se manifesta em carta enviada por Castilhos a pessoa de suas relações. Nessa carta, datada de 7 de setembro de 1883, dirigida a pessoa, apelidada 'Chiquinho', Julio de Castilhos pede ao destinatário que lhe envie, com urgência, uma procuração para negociar a venda de um escravo de sua propriedade – o Anibal – que Chiquinho havia lhe pedido para vender. Segundo Castilhos, as razões da pressa eram de duas ordens: a boa oferta que havia sido feita a Julio pela compra do escravo, em face da *repugnância de todos em comprar escravos* e o constrangimento, confessava Julio ao amigo, em tratar desse negócio. Tenho receio, dizia a Chiquinho, *dos mal-dizentes e dos jornais, que estão todos muito abolicionistas...*<sup>3</sup>

A aflição de Julio, expressada com objetividade na carta, é justificável por, no mínimo, três razões. A primeira delas refere-se à incoerência entre a negociação de que ele participava e o programa do Partido Republicano, por ele idealizado, que condenava a escravidão. A segunda deve-se à sua atitude em franca contradição com os princípios positivistas, por ele mesmo assumidos, para os quais o aforisma *Viver às claras* era impositivo, posto que ele se envergonhava e desejava sigilo

<sup>3</sup> Agradeço este documento à minha orientanda no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS – Débora Dinnebier – que o localizou em competente pesquisa para sua Dissertação de Mestrado.

sobre seu papel de mediador em negócio cujo bem em questão era um ser humano. E, finalmente, a terceira razão atualiza-se no seu legítimo receio, se conhecida sua participação no tráfico de escravos, do uso político a ser feito do fato. Em torno dele, poder-se-ia se criar uma polêmica que colocaria em pauta sua coerência pessoal, podendo com isso trazer danos à sua carreira política.

Uma intriga desse tipo poderia levar a um questionamento sobre o papel de líder que Julio de Castilhos visava a conquistar no contexto abolicionista gaúcho. A estratégia política pode ser observada, desde a sua incorporação aos republicanos, na Convenção de 1882. Nessa ocasião, repetiam-se, no grupo, os dizeres do republicanismo paulista sobre a escravidão.<sup>4</sup> Esses, embora simpatizantes das idéias emancipacionistas, *se declararam indiferentes à escravidão e interessados exclusivamente na imigração.*<sup>5</sup> Por essa identificação, no ano seguinte, em 1883, durante a realização do Primeiro Congresso Republicano Rio-grandense, foram suprimidos os parágrafos 3.º e 4.º da propaganda republicana, relativos à matéria religiosa e à emancipação dos escravos.

Contra essa supressão, decidida por 8 contra 7 votos, manifestou-se Julio de Castilhos, discutindo com Ramiro Barcellos e Assis Brasil, seus defensores.<sup>6</sup> Nesse momento, Julio de Castilhos, apesar de julgar a abolição uma questão prioritária, cedeu. Essa atitude pode ter sido causada para evitar querelas partidárias e garantir a união do grupo, já cindido e diminuído com a saída da influente família Porto Alegre. Fazendo um balanço geral desse primeiro congresso, o tópico mais importante foi a decisão de fundar *A Federação*.

O segundo congresso republicano realizou-se em 1884, em Porto Alegre. Provém desse encontro uma declaração bem mais radical de Julio de Castilhos sobre a questão servil. Ele dizia que se devia por à margem as desavenças e os ódios das lutas partidárias em favor do combate ao inimigo comum: a escravidão!<sup>7</sup>

Os textos de Julio de Castilhos, publicados a seguir pelo jornal *A Federação*, nos anos polêmicos do processo de passagem do regime servil para o livre – 1884 e 1887 – permitem entender e acompanhar o papel conferido à questão servil na propaganda política republicana castilhista no Rio Grande do Sul. Esses textos

<sup>4</sup> CONVENÇÃO REPUBLICANA de 23 de fevereiro. Porto Alegre, Gundlach, 1882. p.20.

<sup>5</sup> BEIGUELMAN, 1966: 379.

<sup>6</sup> Ver: ATA da Sessão de 19 de março de 1883. In: *Anais do 1.º Congresso Republicano Rio-grandense*. Porto Alegre: Gundlach, 1883, p. 17-18.

expõem a vinculação criada entre a necessidade de se fazer a abolição da escravatura e a extinção do regime monárquico no País, revelando ainda o grau de importância da filosofia política de Augusto Comte para o ideário do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

O tom desses discursos havia sido dado por ocasião do já referido segundo congresso do PRR, em 1884, quando se decidiu que todo o republicano seria abolicionista e inimigo da instituição bárbara da escravatura. Segundo palavras de Julio de Castilhos, o Brasil, maculado pelo aprisionamento do negro neste Estado, ao longo de três séculos, precisava trilhar novos caminhos em busca do progresso, abandonando a trajetória de violências sociais e derrubando a monarquia, por ela, responsável.

A partir desse ano, iniciou-se um forte movimento emancipacionista no Rio Grande do Sul, que pregava a extinção da escravidão, mas de forma gradual e lenta. Já o abolicionismo defendia uma posição mais radical nas soluções e buscava a supressão imediata e incondicional do regime escravo de trabalho. O uso da expressão abolicionismo, para os primeiros, impôs-se pelo didatismo do termo. Nesse sentido, em 84 havia quatro tipos de *abolicionismos* no Rio Grande do Sul: o primeiro advinha *da sociedade civil*; ou seja, do conjunto de organismos denominados privados; o segundo, originava-se *nos partidos políticos*, aqueles que articulavam as demandas da sociedade civil; o terceiro, vinha *da imprensa*, que o instituía como uma prática social produtora de sentidos, veiculando as várias vozes constitutivas do contexto histórico; finalmente, o último, o único que pode de fato, pelo seu discurso, ser chamado de *abolicionismo*, foi articulado pelo Partido Republicano do Rio Grande do Sul.

O abolicionismo do PRR caracterizava-se pela adoção de fundamentos filosóficos, de cunho positivista, embasados no pensamento de Augusto Comte. (1798-1857). O Mestre de Montpellier evidenciara as diferenças entre a escravidão antiga, que foi desenvolvida pela necessidade de, ao poupar a vida dos vencidos, organizar a produção, e a escravidão moderna, fruto apenas de avidez européia no processo de ocupação do continente americano.

A pertinência de modernização do Brasil, através da transformação do regime político brasileiro de império em república e da abolição da escravatura, aparece em vários textos de Julio de Castilhos, publicados em *A Federação*. Veja-

---

<sup>7</sup> RÖHRIG, 1929: 6.

se, por exemplo, o que ele escreve em discurso de 30 de abril de 1884, em que, ao final, aponta para o fato de que a civilização e o progresso, a natureza e a ciência, tudo conspirava contra a escravidão, *não era de se estranhar que o povo brasileiro conspirasse também.*

Em 16 de agosto de 1884, Castilhos questionou o pagamento de indenização aos escravocratas em tom incontestável: *Não tem direito à indenização aquele que, cedendo aos impulsos do dever, restituir o homem ao domínio de si mesmo.* Em 30 de agosto de 1884 e em 1.º de outubro do mesmo ano, Castilhos editou discursos do apostolado brasileiro contra a escravidão, discursos esses que fortaleciam os seus argumentos. Finalmente, em 5 de outubro de 1887, ele sintetizou em uma só sentença, impregnada de metalinguagem comtiana, suas idéias políticas e o reconhecimento devido ao negro brasileiro pelo seu papel na história do País: *Libertar os escravos – é arrancá-los à exploração secular de que tem sido vítima a raça oprimida que lançou com o seu suor e seu sangue, os primeiros fundamentos da nacionalidade brasileira.*

Se a leitura dos editoriais de *A Federação* traz a memória de um Julio de Castilhos coerente e seguro na exposição e defesa de seus pontos de vista sobre os rumos a serem tomados no processo histórico brasileiro, sua correspondência ao amigo revela seu lado humano e frágil. A dimensão da vida cotidiana, como preconiza Agnes Heller, é a que evidencia a essência humana dos atores sociais. A epístola de Julio ao Chiquinho condensa os valores do patriarca do Rio Grande do Sul em uma dimensão inusitada, pessoal e pouco conhecida no tocante à questão servil e, por isso mesmo, surpreendente e digna de menção e análise.

Neste ano em que se assinala o aniversário de falecimento de Júlio Prates de Castilhos, um dos idealizadores do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, autor da 1ª. Constituição da nova forma de governo no Estado e, desde então, figura modelar para uma plêiade de políticos gaúchos<sup>8</sup>, é importante uma reflexão sobre sua pessoa em diversas dimensões: como homem, chefe de família e amigo, como político e, finalmente, como figura mítica, construída após a sua morte, pelos interesses de seus seguidores.

Se os textos publicados de Julio de Castilhos mostram a importância da filosofia política de Augusto Comte e de sua apropriação na formatação de seu discurso abolicionista, isto não significa que ele fosse um líder desconectado e invulnerável aos envoltimentos gerados pelo contexto escravista em que vivia. Essa condição possibilitava que ele assumisse posturas contraditórias ao discurso

libertário por ele mesmo difundido na Província, na condição de homem público, o que pode ser averiguado pela correspondência enviada ao Chiquinho.

Como se viu, pela carta ao amigo, essa tarefa implica, na atualidade, menos a busca de coerência permanente nas atitudes do líder perrepeista, e, mais, o desvelamento de suas vacilações, de suas dúvidas e aflições, enfim das contradições presentes em suas ações e decisões. Resgate-se em seus discursos a preocupação com a formação de uma sociedade mais justa, apesar das limitações pessoais e do contexto hostil para implementá-las. Essas condições, aliás, foram magistralmente minimizadas pelo mito heróico que se criou em torno dele, desde 1903, de cuja gênese Julio de Castilhos não participou.

É mister ainda ressaltar que, ao vivenciar, ao longo da República Velha, enfrentamentos pessoais, acompanhados por dissidências individuais dentro do Partido Republicano, e uma guerra civil de triste memória no Estado (1893-95), ele próprio alertava sobre a gravidade e historicidade de seus atos, plano político e pessoal, bem como de seus discursos, Julio de Castilhos teria dito, certa feita: *Quem pretender ajuizar-me com justiça e imparcialidade, atenha-se ao exame severo da minha conduta, privada e pública, de que minha palavra constitui, uniformemente, expressão acorde*<sup>9</sup>.

### **Referências Bibliográficas**

- ATA da Sessão de 19 de março de 1883. In: *Anais do 1º Congresso Republicano Rio-grandense*. Porto Alegre: Gundlach, 1883, p. 17-18.
- BAKOS, M.M. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- BARROS, R.S.M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. Boletim nº. 241, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1958.
- BEIGUELMAN, P. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: *O Brasil Monárquico II*. 3ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1966, p. 379.
- BERGSTRESSER, R. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. Stanford University, 1973, Tese de Ph D. (mimeo)
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, 1977.

<sup>8</sup> Este texto remete a alguns fatos pesquisados à Dissertação de Mestrado, defendida na PUCRS, em 1981, e publicada, em 1982, pela Ed. Mercado Aberto, sob o título: *RS: escravidão e abolição*.

<sup>9</sup> ROSA, Othelo, 1928: 5.

- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 23).
- FRANCO, S. C. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- HELLER, A. *Uma Teoria da História*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1980.
- LEMOS, M. *A incorporação do proletariado escravo; protesto da Sociedade Positiva do Rio de Janeiro contra o recente projeto do Governo*. Recife, Tipografia Mercantil, 1883.
- \_\_\_\_\_. O positivismo e a escravidão moderna. *Boletim do Centro Positivista Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1884, p. 23-26.
- LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MORAES, E. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1924.
- PINTO, C. *Contribuição ao estudo da formação do partido republicano rio-grandense (1882-1891)*. Porto Alegre, UFRGS, 1979. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- PORTO ALEGRE, A. *O Partenon Literário*, Porto Alegre, Thurmman, 1962.
- ROSA, O. *Julio de Castilhos: perfil bibliográfico e escritos políticos*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- RÖHRIG, O. O partido republicano rio-grandense e a abolição. *A Federação*, Porto Alegre, 1º. jan. 1929.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 6, n.º 12, Dez. 2001. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.
- SANTOS, José Maria *O republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942.
- TEIXEIRA MENDES; FALCÃO, ANNIBAL; TEIXEIRA DE SOUZA, E. Apontamentos para a solução do problema social no Brasil. *A Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 8 out.



# O jornal *A Federação* e seu papel político

**Miriam de Souza Rossini**

Doutora em História pela UFRGS e professora do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos

**A** proposta deste texto é pensar o papel do jornal *A Federação* nos primeiros anos de sua fundação, em fins do século XIX, e o modo como ele ajudou a articular o jogo político do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com isso projetando nacionalmente a figura de Julio de Castilhos, principal mantenedor e articulador deste periódico, durante o período chamado de propaganda.

Embora Gutemberg tenha desenvolvido seus equipamentos tipográficos em meados do séc. XV, em Mogúncia, eles só chegam no Brasil em 1808, junto com a família real, ou seja, com um atraso de mais de três séculos. Com a criação da Imprensa Régia, naquele mesmo ano, surge também o primeiro jornal brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Mesmo assim, será preciso esperar até o segundo reinado para que jornais melhor constituídos comecem a aparecer, deixando de lado as pequenas folhas pasquineiras e mal feitas que proliferavam desde a independência. Segundo Maria Helena Capelato,<sup>1</sup> existem fatores internos e externos que explicam este atraso da introdução da imprensa no Brasil, bem como o seu lento desenvolvimento no séc. XIX, e mesmo no início do século XX. Como fator externo pode ser citada a censura metropolitana, que apreendia todo equipamento tipográfico que chegava ao solo brasileiro, mesmo que fosse para ser usado na administração da colônia. Já os fatores internos apontam para a falta de infra-estrutura da colônia portuguesa. Entre estes competem o pequeno desenvolvimento das cidades, do comércio e a falta de um corpo estatal e burocrático que demande a produção e a divulgação continuada de informações.

Na segunda metade do século XIX, conforme a vida social e política brasileira vai sendo organizada, os jornais passam a assumir uma nova função. Por um lado, divulgar eventos e informações relativos ao reino e dar vazão à agitação cultural e literária nascentes; por outro lado, estes jornais passam a divulgar as idéias políticas dos partidos políticos que vão sendo criados nas várias províncias

---

<sup>1</sup> CAPELATO, 1988.

do reino, ou os ideais de clubes que defendem, por exemplo, a abolição da escravatura ou a instauração da república. Portanto, nesta segunda metade do século XIX, os jornais perdem o caráter agitador, próprio dos pasquins, para ganhar um perfil mais literário e informativo, ou mais político e combativo.

No Rio Grande do Sul, a imprensa começa a desenvolver-se em fins dos anos de 1820, sendo que no período da Revolução Farroupilha diversas folhas pasquineiras são produzidas. No entanto, é com o advento de um jornalismo político após os anos de 1850, ligado a um clube ou partido, que o jornalismo gaúcho vai encontrar sua vocação no século XIX. Em várias cidades do interior, tanto o partido Liberal quanto o Conservador tinham seus próprios jornais, que propagavam seus ideários políticos e alimentavam as disputas políticas em nível local. Por exemplo, Francisco das Neves Alves<sup>2</sup>, num livro que estuda a imprensa rio-grandina no séc. XIX, aponta a disputa entre os dois partidos, na cidade, representada pelos jornais *Diário do Rio Grande*, de tendência Liberal, e o *Echos do Sul*, vinculado aos conservadores. Já *A Reforma*, fundado em 1869, em Porto Alegre, e ligado ao Partido Federalista, de Gaspar Silveira Martins, é um dos mais influentes destes jornais políticos, servindo tanto para fazer propaganda política, quanto para reforçar a importância de seu jornalista principal e líder dos Liberais no Estado. Também nos núcleos de imigração, em especial alemã, vão surgir jornais com perfil político, ou pelo menos aparecerão jornalistas que irão se filiar a um ou outro veículo para divulgar suas idéias, como é o caso de Carlos von Koseritz.

Segundo Francisco Rüdiger,<sup>3</sup> o que marca estes jornais políticos gaúchos é sua total dependência financeira do partido ou clube, pois, pela sua própria proposta política, torna-se difícil buscar anunciantes. Muitos jornais sobrevivem principalmente com o aporte financeiro daqueles que os fazem, ou buscando assinantes (ou subscritores, como se dizia na época), pois nem sempre a publicidade era suficiente para se tornar uma fonte financeira. Quanto às verbas estatais, estas iam preferencialmente para aqueles jornais afinados com o governo. Apesar das dificuldades, na década de 1880, o Rio Grande do Sul possuía 56 jornais, sendo 18 diários e os demais com periodicidade variada. Destes, 18 eram declaradamente órgãos partidários.<sup>4</sup>

É em meio a este quadro geral que, em 1884, surge um jornal que marcará

---

<sup>2</sup> ALVES, 2001: 49-64.

<sup>3</sup> RÜDIGER, 1993.

época no Rio Grande do Sul: *A Federação*, ligado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), fundado em 1882. O jornal foi idealizado para ser um dos braços do partido no Estado, servindo tanto para a difusão das idéias republicanas, quanto para elemento de ligação entre os diversos Clubes Republicanos espalhados na Província.

Eloisa Capovilla da Luz Ramos<sup>5</sup> explica que o jornal era uma das estratégias do partido para obter o poder político no Rio Grande do Sul, propagando as idéias republicanas e arregimentando novos quadros para o partido, ao mesmo tempo em que servia para manter os novos clubes republicanos dentro de normas comuns a todos, objetivos que cumpriu bastante bem, segundo a autora. Ramos também aponta que os princípios básicos do jornal eram pautados por uma dupla finalidade: a) sustentar e desenvolver o programa do partido, b) empenhar-se pelo desenvolvimento do comércio, das artes e da indústria na Província.

Julio de Castilhos, que já possuía experiência jornalística, adquirida durante seus estudos em São Paulo, onde fora editor e redator de alguns jornais acadêmicos, como por exemplo do jornal do *Clube Republicano Acadêmico*, foi convidado para integrar a comissão de imprensa partidária, a partir da qual nasceria o projeto de *A Federação*.<sup>6</sup> Sobre o nascimento do jornal, afirma Nestor Erickson: "Jornal de doutrinação política, teve influência decisiva na campanha em favor da República no Rio Grande do Sul [...]".<sup>7</sup>

No entanto, se os próprios integrantes do PRR viam a importância política de ter um veículo de comunicação para expressar suas idéias, materializar este projeto era mais difícil em função dos entraves financeiros, tanto que foram gastos dois anos entre a idealização da proposta e a sua concretização. Para realizá-lo, a comissão executiva do Partido fez o que era comum a todos os jornais políticos da época: tentou levantar fundos junto aos seus correligionários, mas conseguiu um pouco menos da metade do valor necessário para criá-lo, que seriam 30 contos de réis. Esta dificuldade financeira será, de longe, uma das principais marcas do jornal neste seu começo.

Apesar de não terem conseguido levantar toda a verba necessária, o primeiro número do jornal veio a público em primeiro de janeiro de 1884, circulando

<sup>4</sup> ERICKSEN, 1977: 31.

<sup>5</sup> RAMOS, 1990: 93-96.

<sup>6</sup> FRANCO, 1996: 27.

<sup>7</sup> FRANCO, 1996: 27. ERICKSEN, 1977, 32.

ininterruptamente até dezembro de 1937. Era um jornal no formato standard, com aproximadamente 60 x 42cm e que circulava de segunda a sábado. Até 1912, possuía 4 páginas, porém naquele ano adquire uma nova impressora, a suíça Duplex, e passa a circular com 8 páginas. Fotos e ilustrações só irão aparecer em 1937, quando está próximo de ser fechado.<sup>8</sup> Outra característica, e esta comum a maioria dos jornais brasileiros até os anos de 1940/1950, é a falta de uma organização interna das notícias. Em geral, os textos e as pequenas notas vão sendo dispostos na página, de uma maneira corrida, dando a impressão de um grande mosaico, separado por fios e linhas. No entanto, pode-se observar que as duas últimas páginas quase sempre são reservadas para a publicidade. Observando-se exemplares de diferentes épocas também é possível perceber que o jornal mudou pouco sua aparência, formato e tamanho de letra. No cabeçalho, abaixo do nome do jornal, vinha sempre marcado que ele era um órgão do Partido Republicano Rio-grandense. Ou seja, mesmo que, nas três primeiras décadas do século XX, ele tenha ampliado os assuntos que abordava, passando a dar informações sobre comércio, economia, artes, literatura e até esportes e a publicar pequenas notas sobre acontecimentos nacionais e internacionais (pois passara a contar com telex), além de também ter ampliado seu leque de anunciantes, o jornal *A Federação* continuou afirmando-se, até o seu fechamento, como um jornal político-partidário, característica esta que trazia desde a sua fundação, no século XIX.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o jornal *A Federação* esteve sob a administração de Venâncio Aires. Julio de Castilhos, embora num primeiro momento tenha declinado de ser o redator-chefe, sempre foi um dos principais colaboradores do jornal. Ainda em meados de 1884, com o afastamento de Aires, Castilhos finalmente assume como redator-chefe, cargo em que se mantém até 1891, sendo que durante este período, esteve poucas vezes afastado do veículo. Segundo Sérgio da Costa Franco, Castilhos foi o grande mantenedor do jornal, sendo que em diversos momentos ele o sustentou, financeiramente, sozinho. Sua dedicação ao jornal teria inclusive, segundo aquele autor, criado para o político-jornalista vários reveses financeiros, e por esse motivo precisava, vez ou outra, dedicar-se a cuidar de sua fazenda ou a advogar a fim de prover o sustento da família que sempre crescia:

---

<sup>8</sup> Pesquisa desenvolvida pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Velhinho, sob coordenação de Sílvia Rita de Moraes Vieira, e com texto e pesquisa histórica de Mariane Rocha Dias. O resultado da pesquisa, que já está no prelo, está sendo editado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Desde que Julio de Castilhos ligou seu destino ao jornal *A Federação* e ao Partido Republicano, sua vida é um permanente apostolado. O jornal toma-lhe boa parte das horas do dia e pouco tempo lhe resta para atender as atividades particulares. [...] *A Federação* lhe exigirá numerosos sacrifícios. Muitas vezes, o jornal esteve a pique de fechar, por motivo de aperturas financeiras. O esforço de Castilhos e de seus amigos conseguiu, sempre, a duras penas, debelar as crises.<sup>9</sup>

Além de manter o jornal financeiramente, Castilhos, em alguns momentos, também o redigiu praticamente sozinho, pois era através dele que as polêmicas políticas eram mantidas e difundidas. Também eram publicadas no jornal cartas de correligionários do interior do Estado, marcando-se com isso a sua função política.

Durante os anos finais do império, o jornal *A Federação* foi o grande agitador político do Clube Republicano, e seu redator-chefe compreendia a importância do jornal para o Clube, tanto que, após o seu primeiro afastamento, ele envia carta a Pinheiro Machado, na qual afirma que o jornal corria o risco de ser extinto, em fins de 1887, em função de sua constante insuficiência financeira, mas que ele se empenhara fortemente para evitar o fechamento, pois isso poderia acarretar o próprio fechamento do Clube:

Naquele tempo (novembro) por motivos financeiros a *A Federação* esteve à morte, ou, para melhor dizer, foi condenada a extinguir-se a 31 de dezembro pela Comissão Executiva em novembro, contra meu voto. (Digo-te isto de passagem para não ignores essa circunstância, posterior aliás à apresentação de minha escusa). Felizmente, depois de persistentes esforços, meus e de alguns amigos, foi abandonada aquela fatal resolução, que ao meu ver acarretaria, com a queda da folha, a própria dissolução do partido.<sup>10</sup>

O que se percebe nesta defesa que Castilhos faz do jornal é que era através das páginas de *A Federação* que ele podia expor e defender os ideais republicanos, fazer campanha pela abolição da escravatura, difamar a monarquia, manter suas

---

<sup>9</sup> FRANCO, 1996: 41.

disputas pessoais com colunistas de outros jornais rivais, como ele faz com o jornalista Carlos von Koseritz, a propósito da visita dos príncipes regentes à Província em 1885, ou com o próprio Silveira Martins, de *A Reforma*. Ao mesmo tempo em que ia se envolvendo em todas essas querelas, seu nome também ia se tornando conhecido e respeitado no meio político, tanto local, quanto nacional.

Julio de Castilhos, além de já haver compreendido a importância deste meio de comunicação na vida política e pública do país, também aprendeu a usá-lo em favor de sua causa, criando inclusive fatos políticos, ação comum hoje entre os diversos meios de comunicação. É isso o que ele faz, por exemplo, durante a chamada *Questão Militar*, entre 1886 e 1887, em que dá voz a alguns militares descontentes com a ação de ministros civis do Gabinete Conservador da Monarquia, que haviam repreendido alguns militares, proibindo-os de se manifestarem publicamente. A ação de Castilhos é bem articulada, e ele ajuda a inflar os ânimos e a atrair para as páginas dos jornais o próprio tenente-coronel Sena Madureira, pivô da discórdia. Mais tarde, ainda a propósito da mesma querela, ele irá adular com suas palavras o então coronel Deodoro da Fonseca, que havia assumido como Presidente Interino do Rio Grande do Sul, com isso ajudando a reforçar a simpatia dos militares pela causa republicana.

A importância política adquirida pelo jornal *A Federação* fazia com que ele fosse lido mesmo na corte, por aqueles a quem a linha editorial do periódico fortemente atacava. É por isso que Rüdiger afirma que “*A Federação* resumiu de fato o modelo político do jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo” (p.31). Já sobre o redator-chefe do jornal, o autor é ainda mais enfático:

Castilhos, orador medíocre, mas especialista no manejo da pena, criou novas concepções jornalísticas, principalmente o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso.<sup>11</sup>

Segundo Joseph Love, o jornalismo de Castilhos “era combativo, por vezes furioso, e com frequência amargamente irônico. Atacava os dois partidos monárquicos por serem corruptos, esbanjadores e – o pior de tudo – sem princípios

---

<sup>11</sup> CASTILHOS apud FRANCO, 1996: 53.

assentados, do ponto de vista ideológico".<sup>12</sup>

Também é apontado por vários autores a independência de Castilhos sobre diversos pontos da luta defendida pelos republicanos, idéias estas que ele propagava pelas páginas do jornal, assumindo-as como se fossem do partido local. No que tange à abolição da escravatura, por exemplo, o periódico é o principal a lutar pela causa, o que o coloca numa posição diferenciada daquela de outros jornais ligados ao Partido Republicano em outros pontos do país. O modo pelo qual se deveria dar o fim da escravidão ainda dividia os republicanos. Nas páginas de *A Federação*, Castilhos defendia uma abolição, independente de indenização. Em 16 de agosto de 1886, ele escrevia:

Reivindicar por meio de dinheiro a liberdade humana criminosamente extorquida pelo bando dos antepassados que nos legaram as conseqüências do seu crime nunca será respeitar as severas imposições da moral, nem a dignidade da Pátria, nem a honra da humanidade.<sup>13</sup>

Estas palavras deixam entrever o inflamado Castilhos que polemizava nestes primeiros anos em que, ainda longe do poder oficial, utilizava-se das páginas do periódico republicano para difundir suas idéias e as de seu partido, mesmo que, às vezes, as idéias fossem mais dele do que do partido! Sua linguagem, por vezes, ignorava um dos princípios suplementares assentados por esta imprensa partidária, apontado por Eloisa Ramos: usar, na defesa destes princípios, linguagem moderada e cortês, tratando a todos com moderação e cavalheirismo.<sup>14</sup> Afinal, um jornal político-partidário, por princípio, devia debater idéias políticas e não promover ataques pessoais, pois essa era a característica dos pasquins que se queria combater.

No entanto, se durante estes sete anos de final da monarquia em que o jornal *A Federação* surgiu e se tornou importante no cenário político regional, e mesmo nacional, seus articulistas tiveram liberdade para expressar-se, na fase seguinte em que o castilhismo cresce e se impõe no Rio Grande do Sul, a liberdade de expressão é uma das grandes vítimas do novo governo. Com a Proclamação da República, em 1889, o PRR ascende ao poder local, passando a dividi-lo com o Partido Liberal. Nos dois primeiros anos da República, mesmo ocupando postos no governo,

---

<sup>11</sup> RÜDIGER, 1993: 31.

<sup>12</sup> LOVE, 1975: 37.

<sup>13</sup> CASTILHOS apud FRANCO, p.37

Castilhos manteve-se à frente do jornal, usando sua pena ferina mesmo contra os próprios aliados, buscando marcar o espaço do seu partido e discordando de ações que considerava prejudiciais para o andamento do país e do Estado. No entanto, quando Julio de Castilhos assume a presidência do Estado, em 1891, ele abandona a direção do jornal que ajudou a criar e a manter. Nas décadas seguintes, segundo José Fernando Kieling, o PRR, “detendo a hegemonia em todos os centros políticos de decisão e estruturado como bloco monolítico, não dava espaço e nem chances às oposições. As tentativas de rompimento da máquina governista não surtiaram efeito”.<sup>15</sup>

No plano das atividades comunicativas, Julio de Castilhos impôs aos veículos adversários a lei do silêncio e da força, mandando empastelar jornais que falassem contra suas ações. O antigo opositor, *A Reforma*, foi constantemente empastelado e, durante a Revolução Federalista, esteve por um longo tempo impedido de editar suas folhas, fechando definitivamente em 1910. Francisco das Neves Alves, a propósito dos jornais de Rio Grande, diz:

Um dos mais importantes jornais rio-grandinos de então era o Diário de Rio Grande, defensor dos princípios liberais, à época da transição Monarquia-República e que, tendo em vista o rigoroso controle sobre suas atividades jornalísticas, sob a nova forma de governo, optou por uma certa suavização, ou até silenciamento, a respeito da política.<sup>16</sup>

Esta postura também foi adotada, segundo o autor, pelos demais jornais locais de tendências não-republicanas, e depois não-castilhistas. Esta forma de agir, com certeza, demonstra a compreensão que Julio de Castilhos havia adquirido sobre a importância e a influência dos meios de comunicação social na vida política das sociedades modernas. Tanto assim que, nos anos seguintes, tanto ele quanto seus seguidores mantiveram a atividade jornalística do estado na mais severa vigilância, enquanto o jornal *A Federação* continuava a ser produzido, transformando-se na voz oficial dos governantes do Estado. Nos anos 20, o jornal inclusive ganha uma nova casa, melhor aparelhada para abrigá-lo. O projeto, idealizado por Theófilo Borges de Barros, tinha inspiração florentina. Conforme Kieling, foi só a partir de 1914 que as forças oposicionistas conseguiram um novo

---

<sup>14</sup> RAMOS, 1990: 94.

<sup>15</sup> KIELING, 1984: 2.

<sup>16</sup> ALVES, 2001: 103.

elo de comunicação, com a criação do jornal federalista *Correio do Sul*, em Bagé, sob a direção de Fanfas Ribas. Kieling explica que Ribas

Fez do diário uma empresa comercial em fase de expansão a ponto de, em 1928, poder adquirir uma enorme máquina impressora, em funcionamento até hoje. Gozou de excelente apoio de firmas comerciais em Bagé e de todas as cidades do sul do Estado, onde o jornal tinha boa circulação.<sup>17</sup>

Fora do cixo dos jornais político-partidários, outro jornal que buscou furar a censura imposta pelo PRR à imprensa, no Estado, foi o *Correio do Povo*, fundado em Porto Alegre em 1895, pelo sergipano Caldas Jr., que já havia sido revisor de *A Reforma*. A proposta deste jornal foi, desde seu editorial de lançamento, afirmar que não se envolveria nas disputas políticas do Estado e nem serviria de órgão de partido político algum, no entanto nem sempre foi fácil esconder sua tendência liberal, nem suas críticas ao governo do Estado durante a República Velha. Embora tenha sido inicialmente bem aceito pelo público por sua postura imparcial, em seguida, o jornal começou a sofrer as pressões de ambos os lados políticos, pois, como comenta Sérgio Dillenburg, algumas vezes afirmavam que se o jornal “não está conosco, está contra nós”.<sup>18</sup> Os redatores de *A Federação* várias vezes escreveram contra o jornal, mas com isso conseguiram apenas atrair olhares para o novo periódico.

Embora jornais novos fossem surgindo no Estado, o jornal *A Federação* continuava a manter seu prestígio junto a um público leitor mais tradicional, que encontrava na velha folha o “verdadeiro espírito do jornalismo”: a defesa de idéias. Em seu livro, Francisco Rüdiger cita um contemporâneo do jornal *A Federação*, nos anos 30, que explica o modo de feitura do periódico:

Não era um jornal como os outros, feito todas as tardes no tumulto da improvisação. Era a página cotidiana de um alcorão partidário, elaborada com cuidados religiosos, liturgicamente, de caso pensado. O artigo de fundo submetia-se, antes de composto, ao chefe do Partido, o qual às vezes o devolvia emendado; outras com aplauso e louvores do próprio punho.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> KIELING, 1984: 8.

<sup>18</sup> DILLENBURG, 1997: 27.

Observa-se nesta descrição a mesma idéia de apostolado a que se referia Sérgio da Costa Franco ao falar da ação de Julio de Castilhos junto ao jornal. Aquele não era apenas um jornal de informações, mas principalmente um jornal de idéias políticas. Nesta função de voz oficial, o jornal se manteve até 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, fechando os partidos políticos, e com isso acabando com a base de sustentação financeira daqueles que eram o principal tipo de jornalismo produzido no Rio Grande do Sul, a despeito da censura.

Ironicamente, a agitação política propiciada por *A Federação*, em pouco mais de meio século de vida, findava-se, assim, pelo próprio braço político de quem antes lhe dera vida. A atividade política cria, a atividade política mata o jornalismo político-partidário no Rio Grande do Sul, um dos últimos berços onde ele ainda se mantinha, mesmo que deficitário. E à velha folha restou ser transformada em *Diário Oficial*, periódico por onde ainda hoje passam as publicações oficiais do Estado. E continua, assim, habitando sua antiga casa: o prédio construído na Rua da Praia, esquina com a Caldas Jr., para onde se muda em 1922, e que agora é conhecido por Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, nome dado em homenagem ao jornalista gaúcho que é um dos defensores da liberdade da imprensa no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, Francisco das Neves. O último gabinete imperial na perspectiva do jornalismo rio-grandino. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa & história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da Furg, 2001.
- ALVES, Francisco Neves. As oposições sul-rio-grandenses à época da gênese republicana: a União Nacional e a imprensa rio-grandina. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa & história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da Furg, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto: Edusp, 1988.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo*. História e memórias. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- ERICKSEN, Nelson. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora

---

<sup>19</sup> FONTOURA apud RÜDIGER, 1993: 32.

da Universidade, 1996.

KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1932)*. São Paulo: USP, 1984. Dissertação (Mestrado)

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS, 1992.

RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul - 1882/1895*. Porto Alegre, 1990. Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado em História)

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS, 1992.



# Julio de Castilhos e Fernando Gomes

*Miguel Frederico do Espírito Santo*

Procurador de Justiça MP-RS e Membro do IHGRS

**E**ntre 1874 e 1881, passaram pela Escola de Direito de São Paulo acadêmicos que se converteram em grandes nomes da propaganda republicana no Rio Grande do Sul e da afirmação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no poder<sup>1</sup>. Os termos, inicial e final, desse espaço de tempo não são arbitrários. Em 1874, José Gomes Pinheiro Machado ingressou naquela Escola e em 1881 nela colou grau Julio de Castilhos e Borges de Medeiros matriculou-se no primeiro ano.

A Faculdade do Largo de São Francisco era um importante pólo irradiador de idéias, inclusive das idéias republicanas. Constituíam-se em um centro de convivência de grupos com diferentes visões de mundo, onde o embate de concepções estava permanentemente vivo. As opções filosóficas, ideológicas, religiosas, artísticas, literárias davam forma a esses grupos e eram divulgadas através da imprensa acadêmica, múltipla, persistente e aguerrida, apesar de seus efêmeros veículos.

O Club Liberal Acadêmico coexistia com o Círculo dos Estudantes Católicos e com os acadêmicos que se reuniam em torno da *Opinião Republicana*, dirigida por Fontoura Xavier. Os irmãos Marçal e Wenceslau Escobar, republicanos liberais, juntamente com Assis Brasil, militavam no Atheneu Jurídico, Literário e Beneficente, que publicava *Direito e Letras*. Os republicanos de extração positivista Ernesto Alves e Barros Cassal redigiam *A Idéia*. Julio de Castilhos dirigiu *A República*, em 1880, na qual também atuou Ângelo Pinheiro Machado, e, depois, com Assis Brasil e Pereira da Costa, produziu *A Evolução*. No Club Republicano Acadêmico, em 1880, Assis Brasil pronunciou a conferência *Oportunismo e Revolução*, depois editada. Os republicanos rio-grandenses, quer liberais, quer positivistas, encontravam-se no "Club Republicano Vinte de Setembro", fundado

---

<sup>1</sup> Desse grupo participaram, entre outros, José Gomes Pinheiro Machado, Cassiano do Nascimento, Julio de Castilhos, Assis Brasil, Alcides Lima, Barros Cassal, Ernesto Alves, Possidônio da Cunha, Ângelo Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Manoel Pacheco Prates e Pedro Affonso Mibielli.

em 20 de setembro de 1881, com trinta e seis sócios, sendo presidente Adolfo Luiz Osório e secretário Manoel Pacheco Prates. Sob o patrocínio do Club Republicano Vinte de Setembro vieram a lume, em 1882, a *História Popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides Lima e a *História da República Rio-grandense* de Assis Brasil. Em 1880, Alcides Lima comandou *O Federalista* e, em 1881, foi redator de *A República*. Os católicos mantinham *A Reação*, onde não despontou nenhum estudante rio-grandense.<sup>2</sup>

Em número e consistência doutrinária, os estudantes da tendência republicana que mais marcadamente seguiam a orientação comteana formavam o grupo procedente do Rio Grande do Sul. Não se deve esquecer, entretanto, a lembrança de Faoro de que as idéias republicanas foram forjadas principalmente na matriz liberal<sup>3</sup>. Na Academia das Arcadas, as propostas do filósofo de Montpellier, excluindo o grupo positivista do Rio Grande do Sul e de algumas individualidades de São Paulo e de outras províncias, como Alberto Salles, Pedro Lessa, Paulo Egydio, João Monteiro e Manoel Inácio Carvalho de Mendonça, não fincou raízes. Reale, a propósito, observa que “*não deixa de ser surpreendente a reduzida repercussão do positivismo ortodoxo sob as Arcadas, em contraste com o proselitismo granjeado no seio da Escola Militar, nas de Engenharia e Medicina*”<sup>4</sup>. Nas Arcadas do Largo de São Francisco preponderavam os estudantes católicos e os liberais. A influência restrita do positivismo na Faculdade de Direito de São Paulo vem afirmada, entre outros, por Cruz Costa<sup>5</sup>, Lins<sup>6</sup> e Luisi<sup>7</sup>.

A sede política e religiosa do pensamento comteano foi o Rio de Janeiro. Do Rio de Janeiro eram Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o primeiro empolgando a liderança política e os outros dois, a religiosa. Morto Benjamin em 1891, seu sucessor na liderança política do positivismo foi Julio de Castilhos. Daí a observação de Junqueira:

*Outro era o destino da facção política, cujo eixo se deslocou do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. [...] mas a concepção de um republicanismo autoritário encontraria*

<sup>2</sup> VAMPRÉ, 1924: 375-465.

<sup>3</sup> FAORO, 2001: 514.

<sup>4</sup> REALE, 1976: 129.

<sup>5</sup> CRUZ COSTA, 1956.

<sup>6</sup> LINS, Ivan: 206.

<sup>7</sup> LUISI, 1975: 73.

*terreno favorável ao seu desenvolvimento no Rio Grande do Sul na pessoa de Julio de Castilhos*<sup>8</sup>.

Em oposição ao republicanismo autoritário de inspiração comteana e animado pelos positivistas rio-grandenses esteve o positivista paulista Alberto Salles<sup>9</sup>.

Ao contrário do que tem sido afirmado, entre outros, por Torres<sup>10</sup> e Rodrigues<sup>11</sup>, não foi na Faculdade de Direito de São Paulo que os rio-grandenses se iniciaram na leitura de Augusto Comte. Julio de Castilhos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Assis Brasil e seus condiscípulos consolidaram em seus espíritos as aspirações republicanas e foram apresentados às idéias do Mestre de Montpellier pelo professor Fernando Gomes, no Colégio Gomes, em Porto Alegre, onde se ensaiaram na imprensa, na revista do grêmio dos alunos.

À época, segundo Costa Franco, em Porto Alegre já existia o *caldo de cultura necessário à formação ideológica positivista*. Carlos von Koseritz e Graciano Azambuja divulgavam as conquistas do materialismo; despontava o anticlericalismo e os agitadores republicanos como Francisco Xavier da Cunha e Apeles Porto Alegre apregoavam o fim da monarquia, ao lado da vigorosa pregação abolicionista<sup>12</sup>.

O Rio Grande do Sul, no período compreendido entre a Paz de Ponche Verde e o fim da guerra do Paraguai, cerca de um quarto de século, viveu um período de arrefecimento da pregação republicana que só foi reativada nos fins dos anos sessenta e início dos anos setenta, tendo como marco o manifesto de 1870. O grande impulso, contudo, na propagação da idéia da república deu-se com a fundação do Club Republicano de Porto Alegre, em 29 de junho de 1878, majoritariamente integrado por liberais<sup>13</sup>.

Castilhos, tão logo concluídos os estudos primários em Santa Maria, matriculou-se no Colégio Gomes, em Porto Alegre, de onde saiu em 1877 para cursar Direito em São Paulo. De sua passagem pelo Colégio Gomes, João Daudt

<sup>8</sup> JUNQUEIRA, 1979: 7.

<sup>9</sup> PAIM, 1967: 181.

<sup>10</sup> TORRES, 1957: 152.

<sup>11</sup> Ver neste mesmo volume RODRIGUES: 33-48.

<sup>12</sup> FRANCO, 1967: 8.

<sup>13</sup> Sobre o tema ver: PICCOLO, 1974; PICCOLO, 1979; DE PARANHOS ANTUNES. Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul in *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense*, vol. II. Porto Alegre: IHGRGS/ Globo, 1936.

Filho, que foi seu colega, testemunha:

*Ali no Colégio Gomes encontrei o meu amigo Julio de Castilhos, já veterano. Tinha ele o apelido de Pato, segundo uns, porque, quando banhava o rosto, espalhava água por todos os lados, como os patos ao bater as asas saindo da lagoa; segundo outros, porque era baixo, esparramado e caminhava gingando. Nos colégios qualquer gesto ou qualquer palavra mal-empregada serve, às vezes de apelido para o resto da vida. Júlio era considerado um dos melhores alunos. Continuava, porém, gago do mesmo modo a ponto de não poder responder às perguntas por ocasião dos exames de preparatórios na Instrução Pública. Causava pena ver o esforço que fazia para articular qualquer palavra. Não conseguia responder coisa alguma do ponto oral. Suas provas escritas e a boa fama de ótimo estudante lhe valeram, as melhores notas, podendo assim ser aprovado, e sempre plenamente<sup>14</sup>.*

Foi em seu tempo de aluno do Gomes, com quatorze anos de idade, que Castilhos foi vitimado pela varíola, que marcou seu rosto definitivamente.

Conforme Costa Franco, Castilhos votava ilimitada admiração ao professor Gomes<sup>15</sup>.

O grêmio dos alunos do Colégio Gomes era a Fraternidade Escolástica. Em julho de 1875, começou a publicar o mensário *Aurora Literária*, um caderno, no formato de vinte por doze, com cerca de vinte e cinco a trinta páginas e impresso na tipografia de *O Mercantil*. Entre seus colaboradores estavam Assis Brasil, Julio de Castilhos, Álvaro Batista, Amaro da Silveira, Artur Candal, Sílvio Rangel, José Gomes Corrêa, Alcides Mendonça Lima, A. F. de Carvalho e outros. Consta que tenham sido publicados seis cadernos.

O periódico mantinha uma seção permanente denominada *Crônica*, destinada à resenha dos fatos mais importantes do mês e a comentários de caráter político, social e cultural. Julio de Castilhos, então com quinze anos de idade, firmou o comentário do número inaugural<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> DAUDT FILHO, 1949.

<sup>15</sup> FRANCO, 1967: 7.

*Do combate ingente e renhido que se travou entre a ignorância e a instrução, esta surgirá triunfante e resplendente de luz. Sim! É admirável o movimento literário que se opera nas fileiras populares!*

*De um lado, é o povo que sacode o manto da apatia e de indiferença para tratar do bem da Pátria; é o povo que despedaça os vínculos do obscurantismo para só pensar no futuro grandioso e risonho que há de despontar para a majestosa terra de Santa Cruz; é o povo que se convenceu de que a lei do progresso é inevitável!*

*De outro lado, é o entusiasmo que palpita fremente no seio da mocidade estudiosa e esperançosa, é a mocidade que se convenceu do lugar proeminente e distinto que a Providência destinou para a Pátria ocupar no seio do mundo civilizado; é a mocidade que sente borbulhar-lhe no peito impetuosa a chama ardente do patriotismo; é, enfim, a sua avidez pela luz que é a vida e o seu desprezo às trevas que são a – morte!*

*Assim é que também nós, os estudantes, saímos hoje do letargo em que jazíamos para tomarmos parte neste combate glorioso que se leva empenhado com a ignorância; para conduzirmos também a nossa pedrinha para o futuroso monumento que se está levantando a custa de tanta abnegação, de um tão insano batalhar!*

*Do que levamos dito, cremos ter justificado a audácia de nos apresentar em público nos tempos em que a crítica tacanha e até mesmo mesquinha, e o que é mais ainda, o indiferentismo, que aniquila as mais nobres e santas aspirações, procuram deturpar tudo o que é grande e belo; tudo que tende a trabalhar em prol do progresso desta ubérrima e abençoada terra do Cruzeiro; tudo, enfim, que peleja denodadamente para elevar nossa Pátria ao cume altaneiro da civilização!...*

*A revista que nos hoje sai à luz da publicidade, é o órgão de uma associação de há muito tempo fundada; mas já a modéstia, já a timidez têm privado seus sócios de a tornarem*

<sup>10</sup> FERREIRA, 1975: 76-79.

*pública.*

*Dizemos isto para que, os que a lerem, não julguem que sua publicação foi repentina. Não! Refletimos muito, nos preparamos com forças não muito débeis para resistir com coragem aos embates vertiginosos do combate que íamos travar com a indiferença; e por isso é que aparecemos em campo, certos de obtermos o auxílio, a proteção dos patriotas, dos que amam estremecidamente esta terra, dos que almejam ardentemente que ela ocupe no futuro um lugar eminente e brilhante entre as demais nações do mundo civilizado!*

A incipiente filiação positivista de Julio de Castilhos é revelada no texto. A instrução, a educação racional dos espíritos, é a alavanca que o povo dispõe para a superação dos obstáculos para que a pátria encontre seu lugar no mundo civilizado, de acordo com as leis do progresso. Para o positivismo, a questão social seria respondida através da incorporação do proletariado à sociedade, o que se daria através do trabalho regular e da introdução de um sistema racional de educação. O progresso é o trânsito de uma ordem à outra ordem, através da crise. Os fenômenos sociais são sujeitos a leis e só podem ser modificados através do conhecimento das leis que os regulam. É pelo conhecimento das leis do progresso que é possível promover a reorganização da sociedade.

Nesse passo, deve-se trazer à colação a conferência pronunciada por Assis Brasil, sob os auspícios do Club Republicano Acadêmico, em 26 de junho de 1880, antes referida, cinco anos, portanto, após a publicação do texto de Castilhos na revista do grêmio dos alunos do Colégio Gomes, na qual o orador expende as seguintes considerações:

*Mas cidadãos, esta questão de instrução é, como todas as que levantam os nossos pseudo-oportunistas, uma questão puramente social. Vós deveis saber, quase ninguém ignora hoje, depois de mil fecundas experiências históricas, depois, principalmente, que apareceram as grandes obras de Comte, do chileno Lastarria e de muitos outros pensadores modernos, que as reformas sociais não se podem operar no seio da sociedade se não em um regime político adequado, acomodado à amplitude das exigências dessa reforma que se pretende implantar. A organização política precede a social,*

*que o nosso estado político não comporta o desenvolvimento da instrução não é necessário demonstrar especialmente. Nada fala tão eloqüentemente como os fatos que todos podem verificar!*

Cinco anos depois, o discurso de Assis Brasil não discrepava do texto de Castilhos. Essa era a tônica das manifestações dos rio-grandenses oriundos do Colégio Gomes na imprensa acadêmica ou nos eventos políticos.

Fernando Gomes era comprometido visceralmente com o positivismo e orientou seu magistério na formação positiva dos jovens que lhe eram confiados. A moralidade como norma reitora de conduta e a educação racional eram os nortes de sua atividade docente.

Em mais de quarenta anos de magistério, por ele, no Colégio Gomes, no Colégio Souza Lobo ou nos outros estabelecimentos em que lecionou, passaram diversas gerações. O rol de seus alunos é imenso. Entre tantos estão Graciano de Azambuja, Aparício Mariense, Julio de Castilhos, Assis Brasil, Antão de Faria, Barros Cassal, o marechal Bibiano Costallat e o general Alípio Costallat, Apolinário e Apeles Porto Alegre, Pereira da Costa, Borges de Medeiros, Carlos Maximiliano, Ernesto Alves, Rodrigo de Azambuja Vilanova, Antero Ferreira d'Ávila, Ulisses Cabral, José Caetano Pinto.

A afirmação da razão como conduto eficiente para o espírito positivo constituía-se, para Fernando Gomes, mais do que uma aspiração abstrata, uma prática diária. Graciano Alves de Azambuja, bacharel pelas Arcadas em 1866, humanista de sólida formação, de superlativo prestígio entre seus contemporâneos, recebeu do professor Gomes, em sua despedida do Colégio, em 15 de maio de 1861, na forma de um poema, sua última lição:

A Razão

(A Graciano A. de Azambuja, na ocasião de sua despedida do Colégio Gomes, em 15 de maio de 1861)

*Nos mares procelosos da existência*

*Há um claro farol que ao bem nos guia:*

*É a pura razão, chama divina,*

*Conselheira do homem noite e dia.*

---

<sup>17</sup> ASSIS BRASIL, 1880: 12.

*É ela quem nos diz: – Um Deus existe!  
Do que existe Senhor Onipotente;  
Quem contrasta do vício a mancha escura  
Da virtude co'a luz resplandecente.*

*Segue-a, jovem amigo, não te percas  
Nos abismos que o erro disfarçado  
Em gozo aos pés afunda do mancebo  
Da razão nesta vida desquitado.*

*Não temas ser um réu perante o mundo  
Se perante a razão não fores réu.  
Que as glórias mat'riais ficam na terra,  
E as glórias da razão chegam ao céu.<sup>18</sup>*

Quando Fernando Ferreira Gomes foi para a Corte, aos quinze anos de idade, em 1845, para a companhia de um parente, encontrou o ambiente intelectual penetrado pelo ecletismo de Victor Cousin, introduzido por Mont'Alverne e Gonçalves de Magalhães, que apontava para a moderação e para o espírito conciliador. A elite dirigente, impregnada pela filosofia de Cousin, formulou uma ideologia da conciliação que dava suporte à uma prática institucional conciliatória, responsável pela diluição, no período, dos partidos conservador e liberal em favor de um idealizado partido de inspiração cousiniana. A conciliação chegou ao poder com o Marques do Paraná, em 1853, em cujo ministério reuniram-se antigos conservadores e liberais. Era o tempo da Liga e no Rio Grande do Sul a Liga, propugnadora da ideologia do ecletismo, que tinha Pedro Chaves como chefe, foi vitoriosa no pleito desse ano de 1853.

Matriculando-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, Fernando Gomes conheceu o positivismo de Augusto Comte, que começava a ser conhecido através dos cultores das ciências exatas. A Escola Militar de meados do oitocentos, era uma escola de engenheiros, conforme descreve Oliveira Torres, acrescentando *os que tinham vocação para professores de matemáticas perdiam completamente o espírito bélico*<sup>19</sup>. A iniciação dos jovens estudantes da Escola Militar à doutrina de

---

<sup>18</sup> GOMES, 1894: 122.

Comte se dava através do estudo de matemática. A propósito, parodiando Gouhier, Oliveira Torres acrescenta que *no princípio do positivismo há um professor de matemática.*<sup>19</sup>

De 1810 a 1858, o ensino da engenharia e das matemáticas era privativo da Academia Real Militar, fundada pelo conde de Linhares na Regência de D. João VI. Em fins de 1823, a Academia permitiu o ingresso de civis, até 1839, quando mudou o nome para Escola Militar da Corte. Em 1858, a Escola Militar da Corte foi desmembrada, criando-se a Escola Central, destinada ao ensino das matemáticas e ciências físicas e naturais e da engenharia civil. Dessa Escola Militar procederam profissionais da engenharia brasileira como André Rebouças, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Pandiá Calógeras, Marcelino Ramos.

Em 1842, foi instituído, na Escola Militar, o grau de Doutor em Ciências Matemáticas. A primeira tese de doutorado, de corte positivista nela apresentada foi em 5 de fevereiro de 1850, por Miguel Joaquim Pereira de Sá e em abril de 1851, Joaquim Alexandre Manso Saião nela defendeu tese positivista sobre os princípios fundamentais dos corpos flutuantes.

Num centro de ensino voltado para as matemáticas e para as ciências naturais, o positivismo encontrou um propício caldo de cultura. Sendo, na síntese de Vita,

*uma teoria do saber que se negava a admitir outra realidade que não fossem os fatos e a investigar outra coisa que não fossem as relações entre os fatos, o positivismo não só exigia de toda a ciência que partisse de fatos tomados de objetos perceptíveis, mas também que se limitasse a comprová-los e a enlaçá-los com leis. Determinado pelo desprezo à metafísica e por uma confiança sem limites na ciência, o positivismo adotou como critério único da verdade o método da ciência enquanto consistisse em fatos [...].<sup>21</sup>*

Gomes cursou até o terceiro ano da Escola, na fase da recepção mais calorosa das idéias comteanas, tendo sido contemporâneo de Benjamin Constant. Interrompendo o curso, embora sem alcançar o bacharelado em Ciências Físicas e

<sup>19</sup> TORRES, 1957: 29.

<sup>20</sup> TORRES, 1957: 28.

<sup>21</sup> VITA, 1969: 75.

matemáticas, mas vocacionado para a docência e já com largo tirocínio nas matemáticas e definitivamente filiado às idéias republicanas e positivistas, mudou-se para Vassouras<sup>22</sup>, para exercer o magistério. Em Vassouras, aproximou-se de Ludovico Gramático, mestre insigne e grande latinista, de quem se tornou discípulo e a quem deveu seus aprofundados conhecimentos de latim.

Retornando a Porto Alegre em 1854, criou o Colégio Gomes, inicialmente como Aula de Instrução Elementar, mantendo-o em atividades até 1878. Escreveu e adotou no Colégio o *Tratado da Divisibilidade dos Números*. O Colégio Gomes foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário do Rio Grande do Sul. Em 1875, quando Porto Alegre já possuía dezesseis colégios, sendo nove de ensino secundário, o Colégio Gomes tinha cinquenta e dois alunos matriculados no curso primário e cento e setenta e oito matriculados no curso secundário.

Foi sucedido, em 1878, pelo Colégio Souza Lobo, criado e dirigido pelo professor José Teodoro de Souza Lobo, engenheiro formado no Rio de Janeiro, que lecionava Português, Francês, Latim e Matemática elementar e superior no Colégio Gomes, e que foi legatário e continuador do método de ensino do professor Fernando Gomes. Desta data em diante, o professor Gomes passou a lecionar no Colégio Souza Lobo, que funcionou até 1884, ano em que o professor Souza Lobo foi nomeado lente catedrático da Escola Normal.

A reputação do Colégio Gomes foi apanhada por Souza Docca, para quem essa escola *foi providencial à cultura rio-grandense, transformando-se em viveiro de espíritos de eleição que aí, em notável curso de humanidades, assentaram as bases de sólida ilustração*<sup>23</sup>.

Múcio Teixeira, que foi aluno do Colégio Gomes, testemunha a importância do professor Gomes e do seu estabelecimento de ensino na formação de sucessivas gerações que empolgaram o Rio Grande<sup>24</sup>:

*O estimável e estimado professor Gomes, num tempo em que o mestre era o terror dos discípulos, operou o verdadeiro milagre de fazer de cada um dos seus educandos um amigo*

---

<sup>22</sup> Vassouras, à época era a maior produtora de café do mundo e viveu um tempo de grande circulação de riqueza. Conhecida como a cidade dos barões, nela viveram 23 barões, 7 viscondes, 1 viscondessa, 1 condessa e 2 marqueses. Na década de 1850, chegou ao apogeu contando, inclusive com importantes estabelecimentos de ensino, para onde afluíam alunos oriundos de diversas partes do país, como o Colégio Alberto Brandão, sobre o qual Rodrigo Octavio, em suas memórias, faz extensa referência.

<sup>23</sup> SOUZA DOCCA, 1954: 420.

<sup>24</sup> TEIXEIRA, 1920: 316-318.

*para o resto da vida. Fui seu discípulo, apenas um ano, mas mesmo assim posso dar nestas linhas a prova do que digo. Gerações e gerações de rio-grandenses foram guiadas pelos seus criteriosos e sábios conselhos, sendo o Colégio Gomes um glorioso viveiro de águias, que levantaram o vôo sobre as culminâncias da poesia, da administração, da política, da diplomacia e todos os outros elevados departamentos da vida pública.*

Fernando Ferreira Gomes nasceu em Porto Alegre, a 30 de maio de 1830. Filho de Vicente Ferreira Gomes, o Carona, e de Francisca Anita Gomes Vélez. Seu pai, advogado e jornalista de orientação liberal com atuação no *Diário de Porto Alegre*, que circulou de 1º de junho de 1827 a 30 de junho de 1828 e no *Constitucional Rio-grandense*<sup>25</sup>, que fundou e dirigiu e que circulou entre 5 de julho de 1828 e 26 de março de 1831. Vicente Ferreira Gomes foi juiz municipal em Porto Alegre, foi deputado à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul e era Chefe de Polícia do governo Farroupilha, em 1836, quando, na Reação, em Porto Alegre, em 15 de junho de 1836, comandada por Manoel Marques de Souza, foi preso. Morreu em 1º de junho de 1837, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, para onde fora transferido de sua prisão no quartel do Oitavo Batalhão<sup>26</sup>.

Foi casado com Maria Angélica Cabral e teve três filhos, Maria das Dores, Emílio Emiliano, médico no Rio de Janeiro e Maria Olívia, que foi casada com João Pinto Ribeiro Filho. Residia na rua Duque de Caxias, 183, ao lado do Colégio. Sua biblioteca era composta por quatrocentos e dois volumes.

Seu comprometimento com a causa republicana transcendia sua atividade docente. Deflagrada a Revolução de 1893, o Governo do Estado, transitando por grave crise financeira, lançou um empréstimo público e Fernando Ferreira Gomes subscreveu dezoito apólices no valor nominal de 500 réis cada.

Morreu em 28 de dezembro de 1894. Julio de Castilhos, na presidência do Estado, excepcionando o padrão de austeridade que imprimira nos negócios públicos, austeridade cujo paradigma era a vida do ilustre morto, determinou que seus funerais fossem custeados pelo Estado.

---

<sup>25</sup> BARRETO, 1986.

<sup>26</sup> Sobre biografia de Vicente Ferreira Gomes, auto de exame e reconhecimento de seu cadáver e petições de sua iniciativa, consultar *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXX, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1934.

Morto, Gomes deixou a reputação de homem reto e justo.

Souza Docca destaca-o como *uma das mais puras, das mais doces e das mais belas glórias de nossa terra*. Segue:

*Não tem a emoldurar-lhe o nome ilustre o brilho das glórias políticas, nem o fascínio das glórias militares, mas tem a sagrar-lhe a memória veneranda a mais invejável das glórias, aquela que vive na posteridade dos que passaram pela vida iluminando cérebros - [...]»<sup>27</sup>.*

O necrológio que lhe dedica *A Federação*, não é uma simples notícia de traços biográficos, é o elogio oficial do ilustre morto:

*Desaparece, com esse ilustre professor, um homem a cuja memória todos devemos a maior veneração, pelo seu talento, pela sua capacidade e pelo seu amor inexaurível com que se dedicava à instrução da mocidade e pelos seus dotes privados. O Colégio Gomes foi um estabelecimento de instrução que fez época em nossa Capital e toda essa geração brilhante que tem colaborado no reerguimento dos destinos da pátria, com o velho Gomes bebeu, a longos sorvos, as primeiras lições, com ele aprendeu a dar os primeiros passos na senda espinhosa da vida. Cremos que não há em Porto Alegre quem não conhecesse aquele provector educacionista, que não soubesse como ele tratava carinhosa e fraternalmente todos os seus discípulos, principalmente aqueles que ficaram fazendo parte de sua família como internos do Colégio. A sua vida foi continuamente um sacrifício em proveito da formação do caráter e do futuro dos seus discípulos e a sua inteligência irradiava como um fanal iluminando o espírito da mocidade que o procurava.<sup>28</sup>*

O necrológio é o reconhecimento, a confissão e o testemunho de Julio de Castilhos e de seus companheiros da jornada republicana de que eles, com o velho Gomes beberam, a longos sorvos, as primeiras lições – as lições mais

<sup>27</sup> SOUZA DOCCA, 1954: 420.

<sup>28</sup> A Federação de 29 dez. 1896 apud RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanack do Rio Grande do Sul*. 12<sup>o</sup> ano. Rio Grande: Carlos Rinto, 1899, p. 52-53.

importantes, e com ele aprenderam a dar os primeiros passos – os passos decisivos e definidores – na senda espinhosa da vida.

### Referências Bibliográficas

- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *O Oportunismo e a Revolução*. São Paulo: Garraux, 1880.
- AZAMBUJA, Graciano Alves de. *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul para o anno de 1885*. Porto Alegre: Gundlach, 1894.
- BARRETO, Abeillard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- CRUZ COSTA, João. *História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1949.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no séc. XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- INVENTÁRIO de *Fernando Ferreira Gomes*. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1º. Cartório Cível nº. 597, M 23, E 27, Porto Alegre, 1897.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1950.
- LUISI, Luiz. *Sobre Partidos Políticos, Direito Eleitoral e outros ensaios*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1975.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.
- PAIM, Antônio (org.). *A filosofia política positivista I*. Rio de Janeiro: PUC/ Documentário, 1979.
- PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL, vol. XXX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1934.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)* Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A Política Rio-grandense no Império* in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*, 2ª. ed. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1976.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org). *Almanack do Rio Grande do Sul, 12<sup>o</sup>. ano*. Rio Grande: Carlos Pinto, 1899.

SOUZA DOCCA, E. F. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

TEIXEIRA, Múcio. *Os Gaúchos*, t. 1. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II. São Paulo: Saraiva, 1924.

VITA, Luís Washington. *Panorama da Filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1969.

# Apontamentos sobre a relação de Julio de Castilhos com os militares

**Corálio Bragança Cabeda**

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRGS, economista do BRDE, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, socio-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

**B**oa tarde. Muito obrigado pela presença de todos. Gostaria de agradecer ao Dr. Gunter Axt a gentileza do convite e, ao mesmo tempo, dizer que estou em situação um tanto embaraçosa, pois, após ouvirmos três distintíssimos intelectuais, venho apresentar meros apontamentos sobre assunto que, geralmente, não preocupa os historiadores ou não lhes chama a atenção. São as relações de Julio de Castilhos com os militares. Às vezes, a gente perde o amigo, mas não perde a piada. Pediria mil desculpas à ilustre Prof<sup>a</sup>. Berenice, pois, ao ver aqueles interessantes quadros estatísticos, lembrei-me da introdução escrita pelo Dr. Coelho de Souza ao livro "A Revolução de 1923", de autoria do ilustre historiador e dedicado castilhista, que foi o nosso saudoso confrade Cel. Arthur Ferreira Filho. Vendo aqueles quadros estatísticos, com saldos da administração republicana, lembrei-me das palavras do Dr. Coelho de Souza a respeito do Rio Grande do Sul, às vésperas da revolução de 23: "Em Porto Alegre, a Capital do Estado, reinavam o tifo e a Brigada Militar...". Peço desculpas e fecho. O meu temor, aqui, é a presença de ilustres castilhistas a platéia, pois estou vendo o "comandante do piquete do Vale do Taquari" (referindo-se ao ilustre amigo Dr. Lauro Pereira Guimarães).

O que algumas das minhas pesquisas têm ressaltado sobre as relações de Castilhos com os militares é a extrema habilidade, a extrema inteligência com que ele soube manipular o apoio dos "milicos". Castilhos teve o senso da oportunidade, sabendo explorar todas aquelas coisas tão caras aos sentimentos dos militares, como honra, brio, espírito de classe, pundonor. Essas coisas Castilhos intuiu. Ele vai explorá-las em benefício da campanha republicana. Começou com a "Questão Militar", em 1884, 1886, que explorou e exacerbou com habilidade notável. Os senhores, evidentemente, já ouviram falar nessa questão, envolvendo dois oficiais superiores do Exército, o Cel. Cunha Matos e o Ten.-Cel. Sena Madureira. À época, os titulares dos ministérios militares eram, muitas vezes, políticos civis. Surgindo

questões disciplinares, relativas a manifestações públicas sobre assuntos administrativos, opondo os citados oficiais e políticos do Império, foram elas de tal forma exacerbadas que a sua solução política – e houve várias tentativas nesse sentido – foi inviabilizada, transformando-se em questão de classe. Castilhos apercebeu-se da oportunidade para chamar a colaboração dos militares para a causa republicana. Ele nunca deixava a ferida cicatrizar, sempre agravando a dissensão.

Cunha Matos, o primeiro daqueles oficiais envolvidos, é até cordato, aceitando as tentativas de contornar politicamente o problema. Mas o outro, o Ten.-Cel. Antônio de Sena Madureira é um republicano *enragé* e, quando transferido para a Escola de Tiro de Rio Pardo como castigo, aproxima-se de Julio de Castilhos. E Castilhos abre-lhe as páginas de *A Federação* para que possa publicar seus artigos contra o Império e contra os políticos do Império. Nunca mais a “Questão Militar” será amortecida, pois, quando se tenta acomodá-la, lá vem Sena Madureira assoprar as brasas da fogueira... Castilhos, jogando com essas questões tão caras aos militares, também explora a ingenuidade política de muitos deles. Muita gente que, depois, irá arrepende-se, é usada e abusada. Um deles foi o pobre do Visconde de Pelotas. O outro, o Marechal Deodoro da Fonseca, à época o Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul. Tanto Deodoro, quanto Pelotas, entraram nessa questão movidos pelo espírito de classe. Foram solidários com os colegas “ofendidos e menosprezados pelos políticos civis”. O Exército desse período é um exército que regressa do Paraguai com a sensação de que foi muito sacrificado por cinco anos de campanha e não é suficientemente valorizado. (Alguns autores, entre eles o Tobias Monteiro, que tem um livro interessantíssimo, “Pesquisas e Depoimentos para a História” [1913], falam nisso. Esse livro, que sempre aconselho para uma visão do período final do Império, traz coisas interessantes sobre a “Questão Militar” e a situação do Exército no fim do século XIX). Deodoro é um que fala muito nisso, embora sua carreira sempre fosse acompanhada pela simpatia do Imperador Dom Pedro II e sua família, com muitos militares ilustres, sempre mantivesse as melhores relações com a Casa Imperial.

Mas, mesmo assim, esse assunto foi muito explorado e deve-se ressaltar que Castilhos foi de inteligência e habilidade exemplares em trazer o concurso e a simpatia dos militares para a causa republicana. E por que isso? Porque os republicanos da propaganda estavam conscientes e, aí, a frase atribuída a Quintino Bocaiúva de que “sem o Exército, teríamos o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo Reinados”.

No Rio Grande do Sul, dominavam a política o Partido Conservador e o

Partido Liberal, sendo o Partido Republicano quase nulo em termos de votos. A partir de certo momento, o dono da política rio-grandense é o Partido Liberal, sob o comando de Silveira Martins, que o comparava a um regimento de Frederico, o Grande, tal a disciplina com que marchava.

Assim, creio nunca ser demasiado enfatizar a habilidade de Castilhos em atrair os militares, através do quê? Da exploração de uma questão como essa. O Visconde de Pelotas era um dos militares de maior prestígio no Exército Imperial e, ao assumir a defesa dos camaradas na "Questão Militar", também se aproximou dos republicanos, afastando-se do seu velho partido, que era o Liberal. A *Federação* teceu elogios à sua atitude, dedicando-lhe, mesmo, artigo intitulado "O Heróico Visconde de Pelotas", que deve ter caído como um bálsamo no coração do velho soldado. Mas, logo, logo, pagaria ele muito caro por essa aproximação.

Proclamada a República, Pelotas, por ser o militar de mais prestígio na Província, assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul, tendo o Dr. Julio de Castilhos como Secretário do Governo e Superintendente do Interior. Vale dizer, que este controlaria a política no interior do Estado, provendo, com muita habilidade, os cargos mais importantes com membros do Partido Republicano, dali afastando os tidos como adversários. Ocorre que, ao assumir a Presidência do Estado, Pelotas está sendo usado. E por quê? Porque os republicanos sabem que ainda não podem prescindir de figura importante e cara aos militares, mas, a seu tempo, irão descartá-lo. O pretexto será a pressão dos castilhistas para que o Visconde afaste do governo todos os "gasparistas" ou suspeitos de "gasparismo"... A certa altura, Pelotas dá-se conta da situação a que foi submetido e, sem forças para resistir, pede demissão. Aparece, então, um segundo personagem militar, que terá destacado papel em todo o caminho de Julio de Castilhos para o poder. É o Gen. Júlio Anacleto Falcão da Frota. Esse homem vai aparecer ora como presidente interino do Rio Grande do Sul, ora como Comandante das Armas, cargo militar mais importante no Estado, ora como vice-presidente. Enfim, é homem importante no jogo político, nomeado pelo Marechal Deodoro. E Frota, a primeira coisa que faz é nomear Castilhos para a primeira vice-presidência e o Dr. Antão de Faria para a segunda.

Entretanto, a interinidade do Gen. Frota não demora muito tempo e já surgem problemas entre os castilhistas e o governo do Marechal Deodoro. É a questão do chamado Banco Emissor do Sul, criação do Ministro da Fazenda Rui Barbosa, ao qual se opunham aqueles, principalmente em relação aos incorporadores do banco. Em determinado momento, todos pedem demissão dos cargos, nomeando-se novo general para a presidência do Estado. Vamos começar a assistir à "dança dos generais". No caso em tela, chama-se Gen. Cândido Costa, que ainda está no Rio de Janeiro.

Enquanto não chega o Gen. Cândido Costa, assume um político conservador muito amigo de Deodoro e pertencente à família importante na política do Rio Grande do Sul, da qual muito se ouvirá falar nos acontecimentos posteriores, os Tavares. Assim, assume o Dr. Francisco da Silva Tavares, político não muito estimado por Julio de Castilhos, que, com seus amigos, já lhe prepara a deposição. Ele será logo derrubado e o pretexto será as comemorações do segundo aniversário da Lei Áurea. Provoca-se uma série de incidentes e a Escola Militar, com o apoio de duas unidades da guarnição de Porto Alegre, o 13º. Batalhão de Infantaria, comandado pelo Cel. Tomás Flores, e o 30º. Batalhão de Infantaria, comandado pelo Cel. Artur Oscar de Andrade Guimarães (esses homens aparecerão com destaque nos acontecimentos futuros do Estado e, mais tarde, em Canudos, onde Tomás Flores encontrará a morte. Artur Oscar, já promovido a general, será o comandante da última expedição, que arrasará Canudos) serão os fatores de perturbação e desequilíbrio. Qual o objetivo de tudo isso? O objetivo seria desestabilizar qualquer governo, interino ou não, que não fosse do agrado dos republicanos, que são os elementos realmente organizados para a tomada do poder. Aqui, um aspecto interessante da personalidade de Castilhos, que apreciaria partilhar com os senhores: os militares, enquanto amigos e aliados de Julio de Castilhos, recebem sempre os maiores elogios. Tudo aquilo que eles gostariam de ler e ouvir, *A Federação* publica e os discursos dos políticos republicanos exaltam. Entretanto, no momento em que se opõem ou pensam diferente, o tratamento irá mudar. Caso típico é o da Escola Militar de Porto Alegre, que desempenhou papel importante nesse período.

Estavam reunidos na Escola Militar os políticos que preparavam a derrubada do Dr. Francisco da Silva Tavares, quando *A Federação* publicou:

Enquanto no pavimento superior deliberavam os chefes, combinando a ação incruenta que ia seguir-se, em baixo ouvia-se o comovente burburinho patriótico da mocidade militar, que, apaixonada no cumprimento do dever, cingida da espontaneidade e pureza juvenis, aguardava, impaciente, a hora de entrar em forma. Nada mais comovedor do que contemplar de perto essa nobre impaciência que tão diretamente correspondia ao intenso palpitar do coração dessa luzida legião de moços generosamente consagrados ao serviço ativo da Pátria na inclemente carreira das armas.

Esse texto faria qualquer militar encher-se de orgulho. Depois que Silva Tavares é derrubado e a Escola Militar passa, aos poucos, a tomar o partido de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e dos dissidentes, vamos ver o que se pensa sobre a mesma Escola Militar. Quando o Partido Republicano organiza a nominata dos candidatos à Constituinte Federal e às eleições para o Senado e a Câmara, os alunos da Escola Militar de Porto Alegre revoltam-se contra a maneira como isso foi feito. Feito de cima para baixo. Julio de Castilhos reúne-se com “essa luzida legião de moços generosamente consagrados ao serviço da Pátria” e, simplesmente, diz: “Não se havia de sujeitar a meninos de farda”!

Isso é para ter-se uma idéia de como as pessoas podem ser usadas e manipuladas. O próprio Marechal Floriano Peixoto, depois de assumir a Presidência, após a queda de Deodoro, também expende opinião muito interessante sobre essa brava e luzida legião de moços, dizendo ao Gen. Bernardo Vasques, Comandante das Armas do Rio Grande do Sul: “Devemos ter certas deferências com esses doidinhos, mas tudo tem limite”!

São coisas interessantes que vamos encontrando ao longo das pesquisas, de como as pessoas são manipuladas e como elas se iludem perante o elogio fácil.

Esse foi um período extremamente confuso e complexo em nossa vida política, com governos sucedendo-se em curto espaço de tempo, mas sempre com esta tônica: a guarnição de Porto Alegre, com unidades comandadas por oficiais abertamente castilhistas, como Tomás Flores, Artur Oscar e João César Sampaio, ou provoca a desordem, o tumulto e a instabilidade, derrubando governos sucessivos, ou está engajada na luta para entregar o poder a Julio de Castilhos. Observa-se, também, que o principal comando militar, denominado no Império e início do período republicano de Comando das Armas (mais tarde, 6º. Distrito Militar) é exercido por generais, todos, ou quase todos, castilhistas. Assim, o chamado *governicho*, como Castilhos denomina aqueles que o substituem, Barreto Leite, Barros Cassal, Demétrio, Assis Brasil, nunca consegue o apoio do governo federal para se manter no poder. É politicamente fraco. Fortes são os remanescentes do Partido Liberal, chefiados por Silveira Martins, então no exílio, que lhes poderiam apoiar, mas com quem os dissidentes republicanos não conseguem entender-se. Então, tendem a governar sozinhos e, tentando governar sozinhos, são muito fracos e, portanto, sujeitos à instabilidade provocada pela força armada. E isso é provocado de várias maneiras, agitações, boatos, pronunciamentos, porque os militares eram muito engajados na política partidária. Esse período de instabilidade vai terminar

com a reposição de Julio de Castilhos no poder.

Como sabem os senhores, Deodoro da Fonseca é derrubado por um golpe de estado, o terceiro da República, pois Deodoro também é autor do segundo, fechando o Congresso em 3 de janeiro de 1891 e, depois, derrubado por um pronunciamento da Marinha. Então, logo no início da vida republicana, temos três golpes de estado. Julio de Castilhos é derrubado do poder e uma nova revolução, que vem sendo arquitetada junto com a guarnição de Porto Alegre, o repõe no poder no dia 17 de junho de 1892. Aqui, há situações interessantíssimas, pois todos os pedidos de apoio feitos ao governo central para enfrentar a instabilidade e a conspiração castilhista, sempre negados, no momento de recolocar Castilhos no poder abrem-se as portas do Arsenal de Guerra de Porto Alegre para entregar armamento aos seus adeptos, subleva-se a força policial e temos novamente o Gen. Júlio Frota, Comblain ao ombro, subindo à Praça da Matriz com seus amigos para apear o velho Marechal Visconde Pelotas.

O último governante desse período de instabilidade provocada é, ironicamente, o Marechal Visconde de Pelotas, aquele que tinha, tão idealisticamente, saído em auxílio de seus camaradas na “Questão Militar” e que fora chamado de “heróico”... Pelotas telegrafa ao Marechal Floriano Peixoto, dizendo que passava o governo ao Gen. Joca Tavares, seu primeiro vice-presidente, que estava em Bagé.

Aqui, quero fazer um pequeno corte para termos uma idéia de quem é o homem que foi o grande sustentáculo de Julio de Castilhos na tomada do poder e na sua consolidação nesse poder, o Marechal Floriano Peixoto.

A respeito de Floriano há, no livro citado de Tobias Monteiro, duas passagens bastante reveladoras do homem que sempre passou por ocultar seus pensamentos. Uma é a carta de 10 de junho de 1889, cinco meses antes da Proclamação da República, dirigida a seu amigo Cel. João Soares Neiva, mais tarde general:

Vi a solução da questão da classe, excede sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país, e, portanto, a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele (o governo da espada) que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido.

Creio que o homem aqui se revelou. Embora fosse uma carta particular, aqui está o seu pensamento mais recôndito. O outro é um artigo de jornal, em que o já então Gen. Cunha Matos, aquele citado na "Questão Militar", escreve (é uma pena que Tobias Monteiro não refira a data e o periódico): "O então Major Floriano Peixoto, voltando de Aquidabã, assim se referira a Solano López, de um homem daqueles é que nós carecemos no Brasil!"

Existe um documento que acredito não seja suficientemente explorado pelos historiadores e a mim ele muito intriga: teria, ou não, Floriano Peixoto o poder para evitar a Guerra Civil de 1893-95, que, até hoje, o Rio Grande maldiz?

Em outubro de 1892, depois que Castilhos retoma o poder, há grandes crimes, assassinatos, saques, por todo o Rio Grande, e o Visconde de Pelotas escreve a Floriano, contando tudo isso e dando os nomes dos implicados. Floriano manda ao Rio Grande um homem de sua extrema confiança, um gaúcho de Porto Alegre, que comandava a polícia do Rio de Janeiro, o Gen. João Batista da Silva Telles. Telles vem ao Rio Grande e vai ao Uruguai conferenciar com o Gen. Joca Tavares, que estava emigrado. No dia 2 de novembro de 1892, telegrafa ao Marechal Floriano, cujo texto permito-me ler, pela sua importância:

Urgentissimo. Reservado. S.N. Estação de Bagé, 2 de novembro de 1892 - Marechal Floriano - Ontem estive com o General Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitável (vejam que a data é 2 de novembro de 92 e a revolução irromperá em fevereiro de 93) desde que não se tomem já as providências necessárias. Pelo modo por que chegaram as coisas aqui, acho que V. Exa. deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um governador militar, mas que este seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V. Exa. não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois por toda a parte se degolam homens, mulheres e crianças como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia quer individual quer material. V. Exa. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo, infelizmente, praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. Em Porto Alegre, por ocasião de efetuar-se a

prisão de Facundo Tavares (irmão do Gen. Joca Tavares), foram feridos com dois balásios o meu sobrinho major Pantaleão Telles e também um oficial que compunha a força, e mortos dois filhos de Facundo, de modo que isto, na minha opinião, vem agravar mais a situação por demais melindrosa. Os ânimos exaltadíssimos, por isso suponho que a invasão se fará com brevidade. Os coronéis Pedroso e Motta, chefes republicanos de Piratini e Canguçu, e também o Cel. Cândido Garcia daqui de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande e é a quem mais se deve esse estado de coisas. Assim, me parece que V. Exa. deve, quanto antes, tomar providências enérgicas a fim de evitar uma catástrofe que necessariamente refletirá em todo o país. Suponho que o único meio a seguir é, como já disse a V. Exa., considerar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando sem perda de tempo um governador militar, mesmo por ser essa medida a desejada pelo povo rio-grandense. Saúdo-vos afetuosamente. Sigo amanhã para a cidade do Rio Grande a levar a família. (segue-se trecho cifrado). Gen João Telles.

Alguns têm dito que Floriano não poderia intervir no Rio Grande por impedimento constitucional, mas, quando da deposição de Deodoro, Floriano interveio, derrubando todos os governos estaduais que haviam apoiado a situação decaída. Ainda teria mais alguma coisa a dizer, mas o tempo está esgotado e devo, como federalista, ter um pouco de disciplina.

Muito obrigado.

# Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e perfil (parcial) de um acervo

**Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos**

Doutora em História UFRGS e Professora Depto. de História UNISINOS

*O museu é, por excelência, um espaço de ficção (Menezes: 2002).*

*As nossas recordações [...] são uma construção que fazemos a partir de fragmentos de conhecimentos que já eram, na sua origem, interpretações da realidade e que, ao voltarmos a reuni-los, reinterpretemos à luz de novos pontos de vista (Fontana: 1998).*

**R**elacionada com a História, a memória, vista como fonte de experiência ou como suporte da identidade coletiva, pode se apresentar também de forma individualizada ou pode ser social. Individual, coletiva ou social, a memória pode ser vista como um sistema onde se cruzam estruturas culturais, políticas e econômicas enquanto códigos de representação. Os acontecimentos uma vez inscritos como lembranças na memória, podem remeter, também, àquilo que não lembramos mais, isto é, ao esquecimento, ao silêncio. Assim, quando falamos dessa relação memória/esquecimento lembramos, em contraposição, que *a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias (Catroga:2001)*, calcadas nas lembranças provocadas por vestígios do passado. Por isso, *o seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão - linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos - e dos ritos que o reproduzem. O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória coletiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados (Catroga: 2001)*. Ou seja, sem traços. Nesse contexto, as lembranças comuns e as repetições rituais como, por exemplo, as festas familiares, aliadas à conservação de saberes e de símbolos do grupo, como fotografias, nomes, canções ou mesmo os odores e os

sabores das comidas típicas, assim como a responsabilidade de transmitir essa herança, serão fatores fundamentais para a construção de um sentimento de pertença ao grupo e, conseqüentemente, para a construção de uma identidade local, regional ou nacional.

Quando se tratar da construção do espaço nacional ou da idéia de Nação, a tessitura da memória se fará baseada na transmissão de uma herança de pertencimento a um determinado lugar, etnia, costumes comuns, etc. *As estreitas relações entre memória e nação foram trabalhadas por Hobsbawm, que destacou o papel fundamental da 'tradição inventada' na construção das nações* (apud Motta: 1992: 6), assim como por Pierre Nora que estudou tais marcas da memória na França, em *Lugares da memória* (1984).

Um outro aspecto importante da memória é o que a liga com o poder. A propósito desse aspecto, Catroga (2001) dirá que *como instância solidificadora de identidades, compreende-se que a expressão coletiva da memória, [...], não escape à instrumentalização dos poderes através da seleção do que se recorda e do que consciente ou inconscientemente se silencia*. É, precisamente, nesse recorte que queremos inserir os museus e os museólogos. É nesse mesmo espaço que queremos inserir, também, os historiadores.

Considerados como "instituições da memória", os museus trouxeram em seu bojo, ao longo dos séc. XIX e XX, quase sempre, o discurso do poder, quer das elites, quer dos governos, embora tenham sido permanentemente mostrados como espaços de construção e de conservação da memória de todos os grupos. Cabe dizer, a esse respeito, que tal forma de interpretação da História pode ser indicativa de uma postura homogeneizadora, onde o estudo das partes é tomado como a representação do todo. Estudo mais recente, mostrou que o aparecimento dos museus tem sido objeto de debates historiográficos por sua ligação com a questão da memória nacional o que vem se mostrando mais claramente desde a Revolução Francesa, isto é, no mundo contemporâneo. Então, é no mundo contemporâneo que os museus têm aparecido ligados à preservação ou construção da memória nacional, representando o pensamento de um grupo, quase sempre a elite, mas "falando" em nome de todos. O exemplo que trabalhamos no texto é o do Museu Júlio de Castilhos, o principal Museu Histórico do Rio Grande do Sul.

## **1 - O que dizem os documentos**

Os documentos consultados revelaram que o Museu Julio de Castilhos foi

criado pelo Decreto nº 589, de 30 de janeiro de 1903, pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. Seu acervo vinha sendo coletado, por solicitação do Presidente do Estado, desde 1901, com o objetivo de criar o referido Museu. *Primeira instituição do gênero no Rio Grande do Sul tinha o propósito de recolher, classificar, catalogar, conservar e expor elementos ligados à História do Brasil, particularmente do Rio Grande do Sul nas áreas de Ciências, Indústria, Arte Moderna e Documentos Históricos* (folder explicativo do Museu). Em 19 de julho de 1907, pelo Decreto nº 1140, o recém-criado Museu do Estado passou a denominar-se *Museu Julio de Castilhos*, homenageando àquele que fora o grande nome da (recente) história republicana do Rio Grande do Sul, em cuja casa (adquirida pelo Governo do Estado), o Museu naquele momento se instalava.

O breve relato aponta para a ação oficial, para a intenção do Governo ao propor a criação de um órgão governamental com o fim de expor, primeiramente, “as riquezas, o progresso material e a história do Rio Grande do Sul” (exposição de 1901) e depois, criar uma memória para o Estado. O espírito da época se fez presente na criação do Museu Júlio de Castilhos já que as ciências (história natural), os avanços tecnológicos (progresso do Estado sob a República) e a documentação (História) se mostravam nesse mesmo espaço em todo o Brasil. Ulpiano Bezerra de Meneses diz que “é no interior dos museus de História Natural que se instalará a História” (2002: 31), no final do séc. XIX.

Embora tenham seu nome ligado aos templos das musas na Antiga Grécia (lugar da sabedoria, da memória), os Museus no séc. XIX pretenderam ser, sobretudo, espaços científicos. Exemplo do que falo foi a premiação recebida pelo Museu Julio de Castilhos no Rio de Janeiro, no ano de 1909, durante a Exposição Nacional, por suas coleções de Numismática, Mineralogia e Geologia. Aliado a tal aspecto, os museus serviam também como depositários da memória da Nação e/ou do Estado pelos objetos que faziam parte de seus acervos. Neste sentido, o Museu Júlio de Castilhos não foi diferente dos demais. Incluiu entre seus objetos alguns pertences ao Patriarca, Julio de Castilhos, morto em 1903, assim como variados objetos de outros episódios da História regional como os ligados à Revolução Farrroupilha.

Agregando documentação diversificada e de origens diversas ao longo da primeira metade do século XX, é somente em 1954 que uma reestruturação na Secretaria dos Negócios de Educação e Cultura levará ao desmembramento das coleções que estavam abrigadas no Museu Julio de Castilhos, criando-se o Arquivo

Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), o Museu de Ciências Naturais (Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul) e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGs). O Museu Julio de Castilhos ficou, a partir de então, responsável pela guarda do acervo de objetos históricos.

Um outro tipo de documento que consultamos foi produzido internamente para ser discutido com os membros do Conselho Consultivo do Museu (entre os quais eu me incluía), em meados de 1999. Tratava-se de um estudo para o estabelecimento de “uma política de aquisição para o Museu Julio de Castilhos”. Nele, fica explicitado o objetivo de um Museu Histórico, logo de início, assim: *um museu histórico deve ser um centro de documentação da história de uma sociedade preservando sua cultura material. Logo, os objetos que constituem seu acervo são relevantes pelo seu caráter informativo. As peças, ao serem tombadas, já destituídas de seus valores de uso originais, transformam-se em fontes de informação, em documentos da história. Assim, a política de captação de peças para o acervo de um museu, respeitado o seu perfil, deve ser balizada por esse potencial informativo.*

O estudo continuava afirmando que *o Museu Júlio de Castilhos é uma Instituição de caráter regional, o que coloca sob sua responsabilidade a preservação dos testemunhos materiais da história da sociedade rio-grandense.* A questão central dessa constatação é: quais os testemunhos materiais que devem ser preservados, uma vez que no início a história era secundária no Museu e, depois, foram privilegiados os grandes vultos da História estadual e os acontecimentos em que se envolveram e, antes disso, ainda, privilegiou-se a etnografia indígena?

Aqui, gostaria de ampliar a análise acima para, em primeiro lugar, examinar se um Museu Histórico deve ser um centro de documentação da história de uma sociedade, preservando sua cultura material, ou mais do que isso. Um museu, diz a Junta dos Museus do Reino Unido (apud Moreno, 1996:72), *é uma instituição que coleciona, documenta, preserva, exhibe e interpreta evidência material e informação associada para o benefício público.* Um museu é, portanto, mais do que um centro de documentação da história, já que compreende mais do que evidências históricas. Compreende mediações dadas pelos que organizam e exibem a coleção ou são seus curadores. Compreende, ainda, outras evidências de cunho antropológico como costumes, canções, objetos cotidianos, brincadeiras, entre outros aspectos, ou também evidências imateriais, que podem fazer parte de um museu histórico, já que são manifestações culturais, muitas vezes guardadas só na memória de uns poucos.

É pertinente, neste contexto, problematizar também a idéia de que as peças tenham relevância pelo seu caráter informativo porque se não houver pesquisa como é que estas peças poderão nos informar de seu passado? Não será temerário deixar que o documento ou os objetos "falem por si mesmos"?

Quanto ao fato de as peças serem destituídas de seu valor de mercado, creio que esse assunto não é unanimidade, embora não seja nosso objeto de discussão neste momento. Quero lembrar, porém, algo sobre o processo museal, que está imbricado nesta idéia.

O processo museal, segundo seus estudiosos, se realiza em mais de uma etapa, sendo que a primeira se dá no momento em que o objeto é produzido. Ele geralmente é feito para um uso determinado na comunidade. Pode ser, por exemplo, um objeto ritual ou de uso doméstico. É assim que ele vai ser usado. A segunda etapa do processo museal, se dá quando o objeto é retirado de seu contexto, ou seja, é recolhido ou comprado, para ser colocado num outro contexto que pode ser o do museu ou em uma coleção particular, isto é, para ser exibido ao público nesses espaços. A exibição da peça no museu não lhe tira o valor de origem, ao contrário, lhe agrega o valor simbólico tornando-a, muitas vezes, mais cobiçada. Como se pode perceber, o museu cria outro contexto de interpretação dos objetos. Nesse caso, a exibição de uma peça, por si só, pode trazer uma interpretação. Entretanto, a ação de exhibir não significa só interpretar, mas também mostrar, representar, explicar. Se adotarmos um conceito hermenêutico de expografia, exhibir implica mostrar os modos de compreensão de uma comunidade científica. A exibição, compreendida na expografia, é, portanto, um exercício conceitual.

Ao se propor como responsável pela preservação dos testemunhos materiais da sociedade Rio-grandense, o Museu Julio de Castilhos reafirma o seu papel histórico, diz ao que se propõe. Entretanto, ao perguntar-se sobre que testemunhos vão preservar, faz uma crítica àquilo que vinha sendo feito em termos de guarda de objetos até então e levanta uma série de aspectos que não foram tomados em conta noutros momentos da história do Museu. *É evidente que a visão de história de uma época tem sérias implicações sobre a decisão do que é passível de preservação ou não*, diz o documento. Tal postura demonstra, porém, que quando uma Direção propõe uma mudança, é porque a mesma já se processou no conjunto dos que pensam o Museu. A proposta de mudança, no caso, se realizada, alarga as possibilidades de interpretação da história Sul-rio-grandense por ser bastante inclusiva. Ela contemplará objetos que sejam representativos do modo de vida,

das relações sociais de produção e da história política do nosso Estado.

## **2 – O que mostra o acervo**

O acervo do Museu Julio de Castilhos é bastante diversificado. Possui cerca de 10.000 peças tombadas entre *armaria, bandeiras, condecorações, documentos, heráldica, indumentária, máquinas, decoração, objetos pessoais* sendo outras peças catalogadas dentro de modo de vida, relações sociais e história política do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, diz o folder do Museu, o acervo mostra que *dos primeiros habitantes do Estado à ocupação européia, nossa história está retratada em artefatos de sociedades pré-históricas e grupos indígenas e nas esculturas e objetos dos períodos Missioneiro, Imperial, e Republicano, bem como da Revolução Farroupilha*. O episódio da Revolução Farroupilha, por exemplo, está presente no Museu através de um variado grupo de peças, que vão desde armamentos (canhões e lanças) às condecorações (medalhas), passando ainda pelas utilidades domésticas (tigela, prato de porcelana).

Completa essa coleção um número expressivo de pinturas dos principais homens e ações da Revolução Farroupilha. São 111 peças que demonstram a importância de guardar uma memória sobre os acontecimentos de 1835. Nesse sentido, é importante destacar que guardar objetos ou guardar “fragmentos” desse acontecimento em um espaço oficial é dar-lhe uma envergadura de fato histórico importante, de acontecimento formador da identidade do povo do Rio Grande do Sul. Analisando mais detidamente o acervo farroupilha do Museu Julio de Castilhos, percebemos que o mesmo possui um conjunto de peças predominantemente farroupilha, isso é, um acervo dos rebeldes. Isso também ajuda a compreender as simbologias e as representações inerentes à recolha dos objetos que fazem parte de um acervo museológico. É uma forma de se apropriar do episódio.

Um outro conjunto de objetos que compõe a memória do Estado do Rio Grande do Sul, recolhida no Museu Julio de Castilhos, e sem esgotar a lista dos exemplos, é o representado pela estatuária missioneira e os artefatos indígenas. Ambos permitem “ler” uma interpretação que inclui a vertente analítica mais ampla da formação histórica de nosso Estado: a que contempla os indígenas e os Jesuítas como parte da história sul-rio-grandense. Sob este prisma, os objetos negam a expressão “terra de ninguém” por mais de 200 anos, para o Sul do Brasil, assumindo, conforme Gutfreind (1997) uma interpretação de cunho

mais platino do que luso, para nossa história regional.

Os exemplos mostram que quando destacamos o acervo de um museu, estamos querendo destacar aquilo que seus organizadores recolheram, buscando a finalidade da preservação de tal acervo, mas podemos sublinhar também o que foi deixado de lado por esse mesmo grupo. O resultado desta observação nos possibilitou verificar que um acervo museológico pode ser estudado a partir de sua constituição, o que nos permitiu analisar a forma como foi construído o discurso museológico ao longo desse século no Museu Julio de Castilhos.

### **3 - O que dizem as exposições**

Os museus, sendo fruto e parte integrante do processo museal, são, como já apontamos, instituições que colecionam, preservam, documentam, exibem e interpretam evidências culturais, isto é, são lugares onde a cultura é elaborada, comunicada e interpretada. Uma exposição é resultado dessa ação cultural e, por mais simples que possa parecer, não é neutra. Uma exposição fala através dos objetos que expõe, do sentido que dá ao visitante, das informações que usa/não usa. O exemplo que podemos usar nesse texto é o dos objetos que formam o quarto de Julio de Castilhos, assim como o seu gabinete de trabalho. Inclui-se neste exemplo, também, a imagem do Patriarca. Eles pertencem à exposição permanente do Museu e são mostrados para dar a conhecer aos visitantes o personagem que dá nome ao museu assim como destacar seu papel como governante do Estado. Estas peças são também representações da vida privada e da vida pública de Castilhos e trazem em seu bojo, algo da austeridade e da simplicidade com que vivia o primeiro presidente eleito do Estado.

Poderá, entretanto, haver outra interpretação para as peças destacadas, porque, se toda exposição tem um discurso implícito ou explícito, é preciso que o mesmo seja comunicado ao público visitante. Caso isso não ocorra, o visitante fará leituras, as mais diversas, a partir do que observou. Como apontou Caleffi (2001), *apesar da expografia trazer um discurso implícito, o mesmo não está fechado sobre um único significado, posto serem os elementos e a disposição dos mesmos, potencialmente mais amplos do que os significados específicos a eles atribuídos em uma exposição*. Essa parte do processo museal é, portanto, inesgotável em suas possibilidades de interpretação.

Mais além da construção da imagem do Patrono, o Museu tem outras peças que pertencem às exposições temporárias, formadas pelas temáticas das

“sociedades indígenas, das Missões Jesuíticas, da formação do Rio Grande do Sul, da escravidão e da República” (folder explicativo do Museu). Isto mostra que a finalidade do Museu Julio de Castilhos é fazer uma amostragem da cultura sul-riograndense, muito além, portanto, da homenagem à figura de Julio de Castilhos.

Entretanto, ele está ali, no meio de um mundo de informações. E isso não é gratuito. Nem ingênuo. Há um discurso criado pelos que pensaram o Museu e/ou a exposição, que permitiu inserir este e não outro governante no contexto da História do Rio Grande do Sul exposta no Museu. Será que é somente por que é o Patrono e ex-morador da casa? Será por que foi realmente o mais importante governante do Rio Grande do Sul? Ou o critério foi marcado pelas peças que estavam lá e era preciso expô-las? Será que é necessário fazer um museu para cada governante? Onde está a representação dos outros governantes?

#### **À guisa de conclusão**

Esta análise é demasiado incipiente para estabelecer conclusões de cunho permanente. Porém, ressaltamos aqui a importância dos acervos museológicos e das exposições daí resultantes enquanto produtores de discursos sobre as sociedades e suas histórias e as conseqüências pedagógicas daí decorrentes. Se diferentes instituições constróem diferentes discursos expográficos, é preciso atentar para o fato de que os mesmos são também produtores de realidades.

#### **Referências Bibliográficas**

- BARBOSA, Eni. *Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha* (Com estagiários do Projeto MUDES). Porto Alegre: 1983.
- CALEFFI, Paula. *ANAIS da XXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba: SBPH, 2002.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento, in *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MORENO, Luis Gerardo Morales Moreno. ¿Qué es un museo?, in *Cuicuilco*. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia. Nueva Epoca, volumen 3, número 7, mayo/agosto de 1996.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS: Documento interno em estudo pela Direção e Conselho Consultivo: *Política de aquisição para o Museu Julio de Castilhos*. Período 1999 a 2002.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS: *Folder do Museu Julio de Castilhos*, produzido no período 1999 a 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.



# O Museu Julio de Castilhos e a construção da memória

*Nara Machado Nunes*  
Diretora do Museu Julio de Castilhos

**S**enhoras e Senhores: Boa Tarde. Agradeço o convite que me foi feito para participar deste seminário, um evento desta envergadura. Sinto-me muito honrada e feliz ao perceber que, hoje, as Instituições de Memória buscam se aproximar, no sentido positivo, do diálogo entre si.

Como Diretora do Museu, eu me propus a colaborar com uma curta comunicação sobre os primeiros vinte anos da Casa que dirijo. Um início, aliás, bastante significativo, pelo que ilustra do clima político e cultural da época.

Basta dizer, para começar, que o Julio de Castilhos é um Museu centenário. É a mais antiga Instituição de Memória do Estado. Ele fez 100 anos a 30 de janeiro de 2003. E cem anos em termos nacionais é um bom tempo.

Um centenário, sabemos todos, é um acontecimento capital, pois ele dá ensejo às avaliações do seu contributo, reflexões e, até, alguns balanços críticos.

Eis, de fato, o que vou fazer. Vou acompanhar o acervo do Julio, traçar um curto panorama, como convém a um trabalho dessa natureza, em seus primeiros vinte anos, vinculando-o às condições políticas e sociais da época.

Assim pensando, procurei ir às fontes que me permitissem ter melhor compreensão dos valores que nortearam o resgate dessa memória, levando sempre em conta que o conceito de patrimônio – historicamente – vem sofrendo mudanças contínuas, de acordo com os valores de cada época. Com efeito, são eles que determinam os elementos que serão alvo das práticas de preservação.

As fontes que recorri são seguras, pois estão na documentação primária do Museu, ou seja, nos relatórios oficiais.

O Museu do Estado, como foi chamado à época de sua criação, 1903 – seguido do Arquivo Público, de 1906 –, representa o passo inaugural dado pelo governo – Castilhistas – no sentido de criar as primeiras estruturas responsáveis pela afirmação da memória Rio-grandense. Era um momento de consolidação, em que o Castilhismo crescia e se impunha no Estado, num contexto de modernização, reformas urbanas e de grande estímulo à Educação.

A morte de Julio de Castilhos, aos 43 anos, levou o Museu ao papel de mantenedor de sua presença no Estado, afora as atribuições que se tornaram predominantes em seus primeiros vinte anos de vida. Estas atribuições ficaram claramente expressas na organização e administração interna da Casa.

Seu primeiro Diretor, o engenheiro Francisco Rodolfo Sinch assume em 1903. A gestão dele vai até 1925. Estava subordinado à Direção do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria dos Negócios das obras Públicas. O acervo do Museu distribuía-se em quatro seções, nesta ordem:

Zoologia e Botânica;

Mineralogia, Geologia e Paleontologia;

Antropologia e Etnografia;

Ciências, Artes e Documentos Históricos (Quarta seção).

Percebe-se logo que havia uma desproporção entre as três primeiras seções – voltadas para as ciências físicas e biológicas – e a quarta destinada às artes e a documentação histórica. Esta mantinha um número de peças pobres e de quase nenhuma expressão. O próprio Rodolfo Sinch encarregou-se de explicar a grande desproporção. Ele já havia afirmado como recomendação expressa que, basicamente, cabia ao Museu, “organizar uma coleção especial em que sigam conservados todos aqueles objetos que se referem ao inesquecível morto e que se possam obter para guardá-los como relíquia que são, na extensão lata da palavra” (recomendação contida no livro de relatórios de outubro de 1903, p. 47).

Mas, três anos depois, define com clareza a missão precípua da Instituição, isto é, “o Museu tem que satisfazer o seu fim que é patentear os recursos naturais do Rio Grande do Sul e não constitui isso simplesmente em acumular materiais e distribuí-los, mas sim estudá-los, avaliá-los e ter sempre às mãos dados que possam corroborar para qualquer afirmação acerca destas riquezas” (relatório de setembro de 1906, p.177).

E, para que não houvesse dúvidas, no mesmo relatório, Sinch salientava que: “Quando o benemérito governo criou o Museu foi com o fim de colher, apontar e catalogar suas riquezas e apresentá-las de modo tal, que, qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, pudesse contemplá-las especialmente de maneira a ser o Museu uma repartição útil também fora do estado” (relatório de setembro de 1906, p. 178).

Em agosto de 1905, Sinch adquire para o acervo objetos que, vale a pena

lembrar: “09 exemplares de pássaros; 01 coleção de topázios e outros minerais; 01 macaco; 01 casal de cervos empalhados; uma coleção de 100 conchas; 01 coleção de minério de ouro”.

As doações que se recebe também são bem variadas e curiosas: 01 jacaré; uma nota antiga de 20000 réis; 03 vidros de cobras; aves; diplomas; cheques; medalhas de ouro, prata e bronze conferidas pelo júri da exposição de 1901; 01 cobra coral; 02 pistolas antigas; 02 balas de canhão; 07 caixas com pedras e artefatos indígenas; arcos e flechas indígenas (relatório de agosto de 1905, p. 148).

E, quatro anos depois, Sinch veda o acesso do público ao Museu por razões não muito bem especificadas, salientando, entretanto, o seguinte: “Dei entrada a todas as pessoas que procuravam se informar das riquezas do estado e que procuravam um golpe de vista exato naquilo que é industrialmente aproveitável” (relatório de 1909, p. 22 e 23).

Em relatório de 10 de setembro de 1910, páginas 26 e 27, Sinch afirma (afirmações muito importantes ao meu ver):

Os Museus em geral têm dois fins principais: ou preocupam-se com o desenvolvimento da civilização e com as chamadas ciências históricas ou visam os estudos das ciências naturais. A manutenção do primeiro grupo é muitíssimo dispendiosa e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam sobre a civilização [...]. O outro grupo, o que se refere a ciências naturais, tem diferente escopo: as ciências naturais deixaram de ser privilégio de meia dúzia de escolhidos para serem acessíveis a todos [...]. Assim terá importância conhecerem os usos e costumes de um povo em certa época e lugares, mas é perfeitamente inútil acumular sapatos, camisas e chapéus deste ou daquele vulto histórico, quando é certo terem, tais objetos, valor estimativo somente para os descendentes da pessoa a quem são atribuídos.

Quatro anos depois, Sinch refere-se a “aparelhos e instrumentos mandados vir da Europa para o fim de determinar resistência dos materiais de construção” (relatório de outubro de 1914, p. 78). E salienta os ensaios feitos com o grês destinados para a construção do novo Palácio do Governo.

Também nos chamam a atenção as doações que são feitas ao acervo, em

setembro de 1915, p. 567: “Um terneiro com duas cabeças e dois sexos; duas amostras de castanhas; diversas pedras; 1 par de dragonas; duas lanças e uma flecha indígena; 7 quadros com fotografias e 1 aborto de felino”.

Um ano antes, Sinch, faz questão de anunciar que surgia uma outra seção no Museu: “Surge uma outra seção no Museu que é de capital importância para mostrar, ainda aos olhos dos menos observadores, o desdobramento efetivo e real da atividade rio-grandense expondo os dados estatísticos comerciais, geográficos-econômicos indispensáveis para o ajuizamento seguro do quanto se faz e do quanto ainda se pode fazer no Estado” (relatório de 25 de setembro de 1914, p. 564).

Os relatórios acima nos permitem ver a orientação, clara, positiva e prática que Rodolfo Sinch dava à Casa de Julio de Castilhos. Mas as compras para o acervo começam a divergir um pouco. Em 1918, Sinch adquire “um leito de luxo do começo do século XIX, uma medalha comemorativa do ensino do centenário oficial do Brasil, um copo de pedra de gamão que pertenceu a D. Pedro I, uma sobrecasaca militar que pertenceu ao Barão do Triunfo (relatório de setembro de 1918, p. 28).

Deve-se levar sempre em conta, na gestão Rodolfo Sinch de 1903 a 1925, que predominava entre nós a filosofia positivista que dava grande ênfase à questão documental e a investigação científica. Nesse contexto, exaltando-se o saber preciso e lógico, é que se estrutura o acervo do Museu Julio de Castilhos. Embora recebesse o papel expresso de celebrar o advento castilhista, como destaca Sinch ao assumir o cargo, o Museu apresentou um perfil de acervo mais próximo às Instituições de história natural ou de ciências.

A partir de 1925, fim da gestão Rodolfo Sinch, com a volta dos documentos históricos do Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico, 1920, o Museu recebe uma ativa e nova energia, pois se tornam um centro que agrupa intelectuais da época, muitos deles, devotados aos estudos históricos. Tais fatos, não são difíceis de perceber, operam sensíveis mudanças no perfil do acervo. Neste contexto, ressurgiu e cresce a quarta seção que, paulatinamente, passa a ter precedência sobre as demais. Enfim, após 1954 com o desmembramento do acervo, o Julio de Castilhos adquire a guarda do material histórico e antropológico com o qual, hoje, trabalha ativamente prestando serviços à comunidade em geral, mas, sobretudo numa tarefa de enorme relevância cultural ao conduzir as novas gerações, seu público-alvo, para o conhecimento e interpretação da nossa história que, como todos sabemos, apresenta, em alguns aspectos, características *sui generis* em relação ao resto do país.



Julio de Castilhos menino



Julio de Castilhos com a irmã Acácia  
(Fotografia de Carlos Ferrari)



Julio de Castilhos com o pai, 1868



O jovem Julio de Castilhos, em 1880

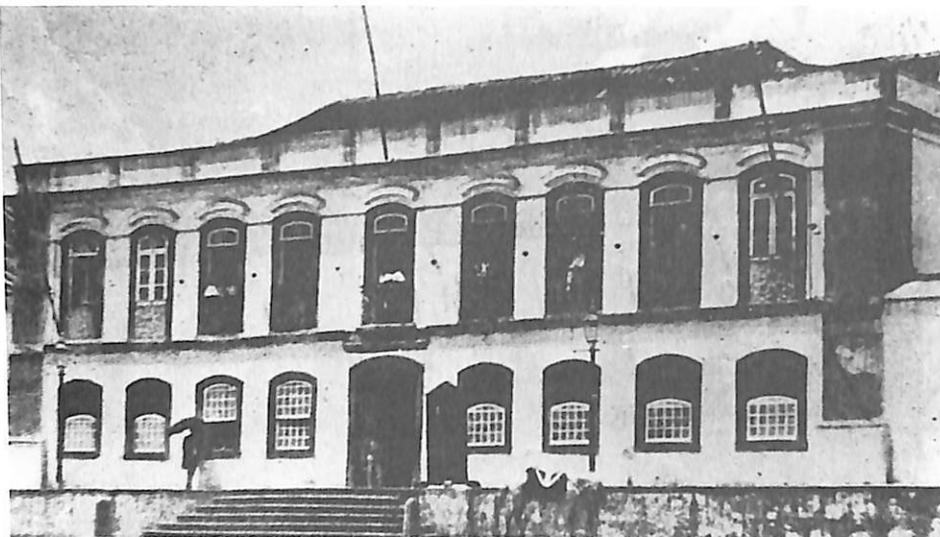


Fazenda Reserva  
(foto de Virgílio Calegari)



Grupo com Julio de Castilhos ao centro, na Fazenda Reserva

Museu Joaquim José Felizardo



Antigo Palácio da Presidência da Província, demolido em 1896

Memorial do Ministério Público do RS



Palácio Provisório da Presidência do Estado, entre 1896 e 1921,  
apelidado “Forte Apache”



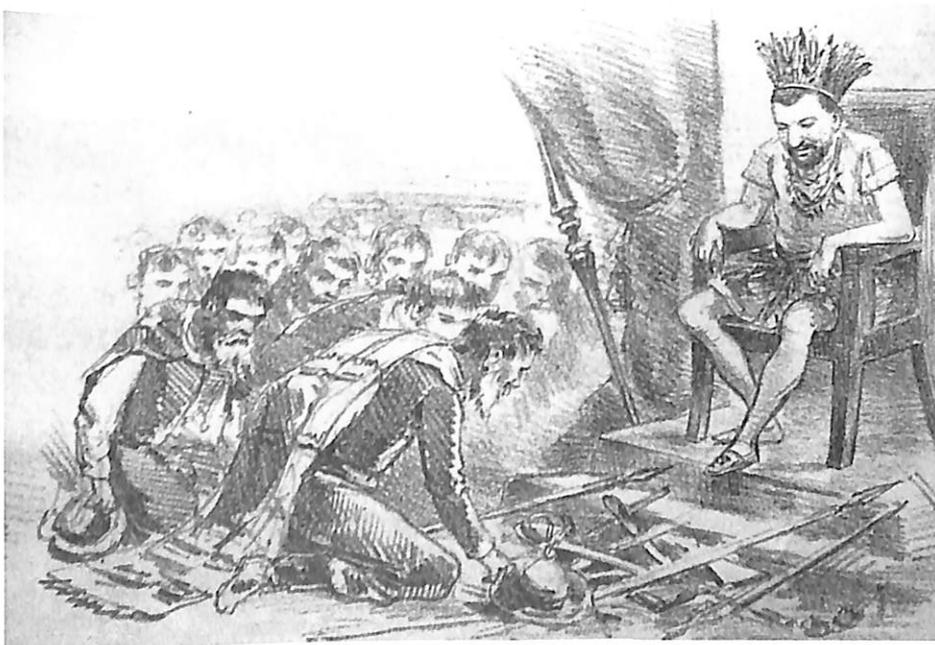
Revolução de 1893 – trincheira durante o Cerco de Bagé



Revolução de 1893 – Cena de fuzilamento



Gravura reproduzindo cena da entrega da cabeça e da espada de Gumercindo Saraiva a Julio de Castilhos, pelo Coronel Ramiro de Oliveira



Charges satirizando Julio de Castilhos, 1895





Julio de Castilhos.

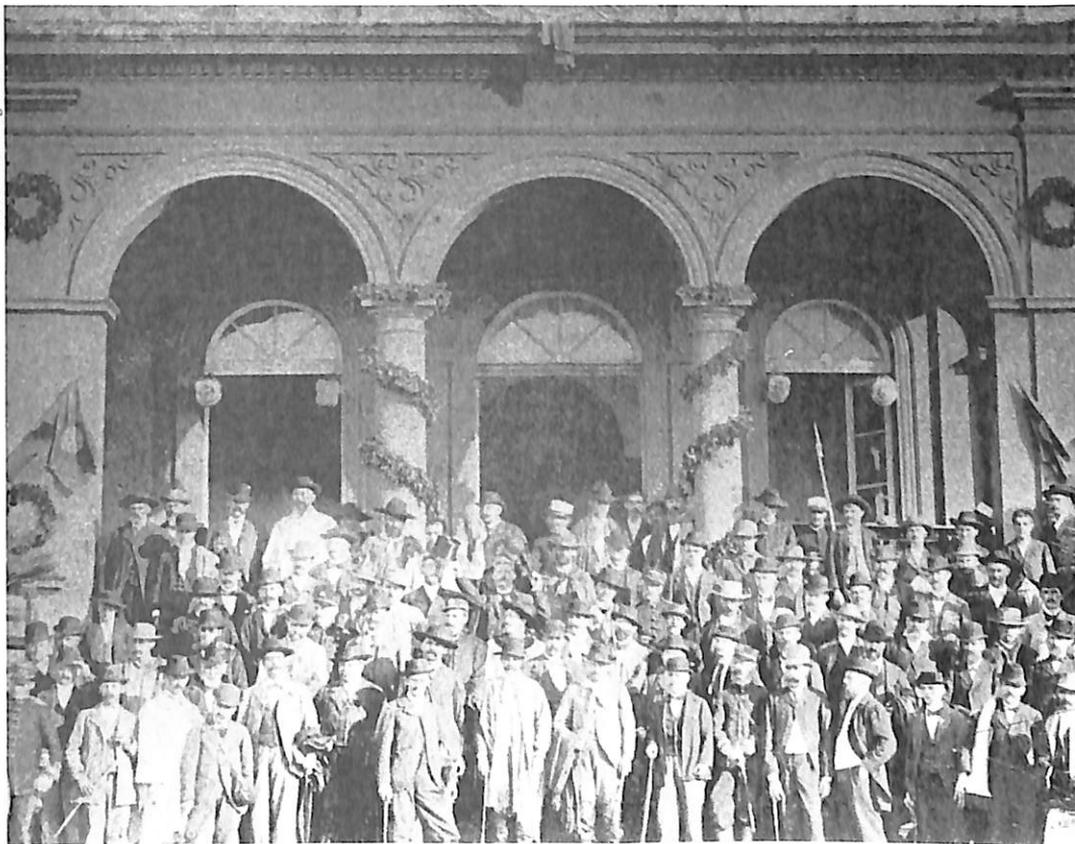
Charge satirizando Julio de Castilhos, 1895



Julio de castilhos e sua família  
(foto de Virgílio Calegari)



Julio de Castilhos, em 1895  
(foto de Virgílio Galegari)



Julio de Castilhos em Porto Alegre, em 1897, com membros do PRR

Assembléia Legislativa do RS



Assembléia Legislativa do RS



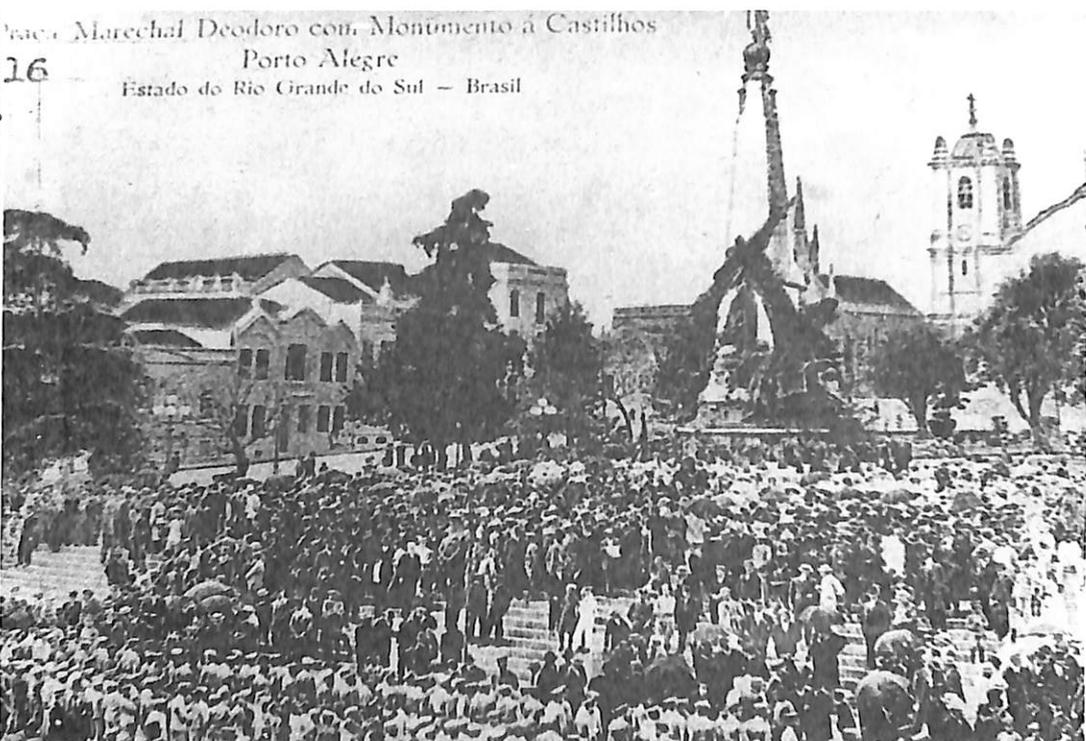
Assembléia Legislativa do RS



Fotos do enterro de Julio de Castilhos, 1903



Multidão no enterro de Julio de Castilhos, onde aparecem Borges de Medeiros, Dr. Parobé e Antão de Farias, entre outros.



Inauguração do monumento de Decio Villares a Julio de Castilhos  
na Praça da Matriz, em 1913

líder republicano; os fundamentos filosóficos do castilhismo; seu engajamento na propaganda abolicionista; a dimensão carismática do líder; seu entendimento da imprensa; as conexões internacionais estabelecidas pelo Governo Castilhos; o sistema de relações de poder da época; a influência na conformação do direito trabalhista; o convívio político com os imigrantes no Estado; as relações do castilhismo com a maçonaria e o Exército Brasileiro; a política educacional implementada por Castilhos; e, finalmente, uma história do acervo do Museu Julio de Castilhos. Este livro oferece aos leitores uma perspectiva contemporânea e diversificada do papel histórico de Julio de Castilhos.

Ana Luiza Setti Reckziegel  
Ana Maria Machado da Costa  
Berenice Corsetti  
Coralio Bragança Pardo Cabeda  
Eliane Colussi  
Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos  
Gunter Axt  
Helga I.L. Piccolo  
Isléia Streit  
Joseph L. Love  
Margareth Marchiori Bakos  
Maria Medianeira Padoin  
Miguel Frederico do Espírito Santo  
Miriam de Souza Rossini  
Nara Machado Nunes  
Nelson Boeira  
René Gertz  
Ricardo Vélez Rodriguez

ISBN-85-89344-26-6



9788589344265



Governo do  
Rio Grande do Sul  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO



Ministério  
da Cultura

